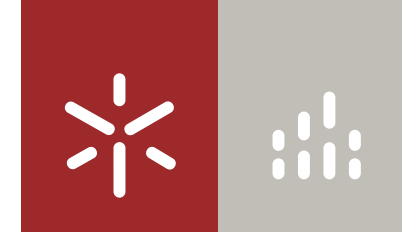




Maria Inês de Sousa Teixeira Mendes

Herança Senhorial em Amarante:
Para uma retrospectiva arquitetónica da Casa
dos Macedos

Universidade do Minho
Escola de Arquitectura



Declaração

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros:

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

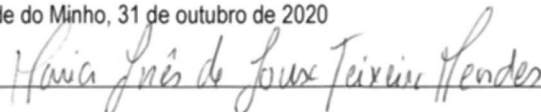
Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Universidade do Minho, 31 de outubro de 2020

Assinatura

_____

Declaração de Integridade:

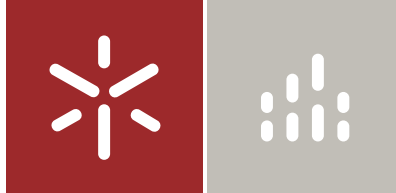
Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 31 de outubro de 2020

Assinatura

Flávia Inês de Jesus Teixeira Mendes



Universidade do Minho
Escola de Arquitectura

Maria Inês de Sousa Teixeira Mendes

Herança Senhorial em Amarante:
Para uma retrospectiva arquitetónica da Casa
dos Macedos

Dissertação de Mestrado
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao
Grau de Mestre em Arquitectura
Área de Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

*Aos meus pais,
sempre ao meu lado.* [VII]

Agradecimento/

Ao professor doutor Jorge Correia, por ter aceitado ser orientador desta dissertação, e principalmente por toda a paciência e apoio que manifestou ao longo deste tempo.

À família Macedo, por me ter aberto a sua casa e ter mostrado confiança em mim. Em especial ao Dr. Jorge Oliveira e Sousa, por todos os conhecimentos que transmitiu, pela preocupação, pelo carinho e por ter acreditado que isto seria possível. Também ao Eng. Luís Van-Zeller pelas horas de troca de conhecimentos.

À família Macedo, o meu muito obrigado.

Ao meu pai, por ter sido incansável durante estes anos, fiz este percurso contigo, sempre lado a lado.

[IX]

À minha família,

Aos amigos,

Em particular à Rita, por acreditar em mim desde os 13 anos e me ensinar o que é a amizade, à Cris, por me mostrar verdadeiramente o que significa o companheirismo, à Francisca e à Raquel por partilharem comigo memórias que jamais esquecerei.

Ao Pedro, por ter aparecido na minha vida; Se esta dissertação tem um fim, é graças a ti.

[X]

RESUMO

Palavras-chave: **Amarante; Casa dos Macedos; Casa Senhorial; Património**

A Casa dos Macedos é o objeto principal desta dissertação. Situada na Freguesia de S. Gonçalo de Amarante, pertencente ao distrito do Porto, esta habitação senhorial faz parte de um núcleo urbano caracterizado por diversas casas brasoadas. Este edifício desde a sua fundação foi habitado pela linhagem dos Macedos, e continua nessa mesma família. Durante as Invasões Francesas de 1809, esta habitação teve um papel importante na defesa de Amarante, sendo uma das duas habitações que não foram incendiadas.

O processo condutor deste estudo é realizar uma interpretação evolutiva deste conjunto arquitetónico, enquadrando cada uma das fases construtivas num período histórico-artístico, reconstituindo-as segundo a morfologia que as caracterizou em cada período. A escassez de informação disponível relativa ao objeto tornou necessário a realização do levantamento arquitetónico que permitisse entender o seu estado atual. O cruzamento dos dados recolhidos bibliográficos, o levantamento arquitetónico e fotográfico e a comparação com outros casos de estudo semelhantes, culminou no traçar de uma linha cronológica que enquadra o conjunto arquitetónico, desde a sua fundação até aos dias de hoje.

Numa parte final, é feita uma consideração sobre o aparecimento do conceito de património na história mundial e portuguesa, revelando assim uma compreensão da valorização patrimonial da Casa dos Macedos. Sendo este trabalho, uma ferramenta de auxílio a futuras intervenções neste objeto arquitetónico, é apresentada uma síntese dos elementos constituintes deste conjunto que lhe conferem um valor patrimonial, contribuindo assim para um enriquecimento da história arquitetónica no contexto nacional e municipal.

ABSTRACT

Keywords: **Amarante; Casa dos Macedos; Manor House; Heritage**

Casa dos Macedos (Macedo's Manor House) is the main case of study of this dissertation. Located on São Gonçalo of Amarante's parish, belonging to the district of Porto, this manor house integrates an urban nucleus characterised by several other emblazoned houses. Since the foundation of this building, it has been inhabited by the Macedos lineage, that continues to this day. During the French Invasions in 1809, this residence had a relevant role on the defence of Amarante, being one of the two houses that were not burnt. The conducting process of this study is to accomplish an evolutive interpretation of this architectonic set, framing each of the constructive phases in a historical and artistic period, rebuilding them according to the morphology that distinguished each period. The scarceness of the information available made necessary the execution of an architectural survey that allowed the understanding of the residence's actual state. The bibliographical data crossing, the architectural and photographic surveys and the comparison with similar case studies culminated in drawing a timeline that outlines the architectonic ensemble, from its foundation to the present day.

Finally, a consideration about the emergence of the concept of heritage in the world and Portuguese history is made, revealing an understanding of the patrimonial valorisation of Casa dos Macedos. Considering this project a helpful tool for future intervention on this architectonic object, a synthesis of the constituent elements that confer patrimonial value to the residence is presented. Thus, this synthesis contributes to the enrichment of architectural history on a municipal and national context.

- Prólogo	16
PARTE 0 Introdução	
Introdução	20
Metodologia	24
Objeto de Estudo	26
PARTE 1 Da Herança Histórica à Atual	
Organizar/ Explorar/ Registrar	
1.1 Fontes escritas, visuais e contributos orais	30
1.2 Cronologia de fontes	36
1.3 História do Lugar	38
_Aparecimento do Núcleo Urbano	41
_As Invasões Francesas	47
_“De Vila Sinuosa a Princesa do Tâmega”	21
_Amarante Senhorial	53
1.4 Macedos	
_A Família	61
_O Objeto	69
PARTE 2 Da Retrospetiva do Processo Evolutivo	
Enquadrar/ Observar/ Comparar/ Interpretar	
2.1 Método Interpretativo	96
2.2 Século XV-XVI	100
_Enquadramento	101
_Observação	105
_Interpretação e Comparação	109
2.3 Século XVII-XVIII	114
_Enquadramento	115
_Observação	119
_Interpretação e Comparação	123
2.4 Século XIX-XXI	136
_Enquadramento	137
_Observação	141
2.5 Síntese Cronológica	148
PARTE 3 Da Compreensão do Património ao Valor da Casa dos Macedos	
Valorizar/ Intervir	
3.1 Da Compreensão do Património	153
3.2 O Património em Portugal	156
3.3 O Património da Casa dos Macedos	161
Conclusão	174
Índice de Imagens	176
Bibliografia	186
Anexos	190

PRÓLOGO

“Mas, se é de Amarante, um homem nunca parece doutro lugar.”

Agustina Bessa Luís



Fig. 1 - Desenho Elaborado em 2003 para o Jornal do Agrupamento de Escolas de S.Gonçalo/ Convento de S. Gonçalo

edifícios carregados de história. Sentia que enquanto caminhava, aquelas pedras que eu pisava estavam carregadas de marcas do passado, de acontecimentos importantes, e isso fascinava-me.

(...)

Em qualquer período do tempo, o habitar, a par com a alimentação, é um dos elementos fundamentais que o ser humano procura. Primeiro como um simples abrigo, depois como uma estrutura mais permanente, a casa foi-se transformando ao longo dos tempos, refletindo as formas de viver e sentir que o ser humano foi transformando até se sentir num lar. O Ser Humano foi deixando os espaços naturais e começando a construir nos locais que melhor se sentia, passando a erguer casas numa terra que mais tarde viriam a aclamar como sua, dando-lhe um limite, um nome, criando uma propriedade. A sua habitação ao longo do tempo deixou de ser um simples abrigo, tornando-se numa marca de família, uma forma de distinção. Com o tempo, a casa deixa de ter uma estrutura frágil, deixa de ser uma cabana de madeira e dá lugar a casas mais resistentes, em pedra, que para além de mais consistentes, perduram no tempo e na memória de quem as vê. Com isto, esta dissertação baseia-se na procura da história de uma habitação secular na região do Tâmega, uma casa que está na minha memória desde os 6 anos de idade.

[17]

Chegar a esta fase do percurso académico, e sentir que todos os passos dados foram com sentido de descoberta e gosto pela arquitetura, mais especificamente pela história da Herança Senhorial, neste caso específico da Casa dos Macedos em Amarante. A proximidade com uma região rural, próxima de paisagens rodeadas de campos e vinhas envolvidas pela serra do Marão, levaram a que o gosto pelo “velho” e o vernacular se fosse intensificando sem dar conta. Crescer e poder olhar as casas emblemáticas e a sua envolvente, fez com que ao longo de toda a minha infância criasse um gosto e espírito de descoberta da origem e suas vivências das famílias mais abonadas desta cidade.

A verdade é que iniciei o meu percurso escolar na mesma rua em que o vou terminar. A razão deve-se ao facto de já em tenra idade, no decorrer do primeiro ciclo ter sido incutido em mim, o gosto pela história portuguesa, que mais tarde se iria tornar num gosto pela história da arquitetura.

Salta-me à memória as vezes que saíamos da sala de aula e percorríamos a “antiga rua da cadeia”. Ficava a saber a história de fio a pavio, sobre os brasões das famílias e de factos que ocorreram com as invasões francesas no início do século XIX. Recordo ainda, que depois de regressar à sala de aula, nos ser pedido para desenhar algo sobre essa visita de estudo, e eu, já com um encantamento pela arquitetura a crescer, desenhava várias vezes o Convento de S. Gonçalo (fig.1) ou as ruínas do Solar de Magalhães. A curiosidade e a viagem no tempo passado, continuava a crescer chegando a querer descobrir e visitar todos os castelos de Portugal. Essas visitas criaram em mim uma magia à volta do que teria acontecido e como foram feitos esses

“Não vale a pena andar de bloco na mão e lápis afiado se o coração não vê o que lhe pertence em qualquer lugar do mundo” BESSA- LUÍS , Agustina

0

Parte 0



_Introdução

_Metodologia

_Objeto de Estudo



Fig. 2 - Amarante Vinhateira

“O único remédio é amar. Amar as coisas e amar as pessoas, amar as cores, as mutações da hora, o ciclo das estações, amar o tempo de ser, de lembrar, de colher.”

MACEDO, Maria Eulália, 2009, *“Histórias de Poucas Palavras”*

Introdução



Herança: Ação de Herdar; Aquilo que se herda ou que se deve herdar; O que se transmite com o sangue; O legado, domínio; Posse; Hereditariedade.

Dicionário da Língua Portuguesa

O presente trabalho tem como objetivo uma reflexão sobre a Herança Senhorial em Amarante, mais precisamente sobre a Casa dos Macedos, situada em S. Gonçalo de Amarante. A descoberta deste caso de estudo suscitou a vontade de compreender a sua narrativa evolutiva e histórica que aparenta ser um testemunho físico de diferentes realidades temporais e artísticas. Estas dialogam de forma muito complexa sendo fruto de acontecimentos sociais, políticos, históricos e arquitetónicos de variadas épocas. Amarante traduz-se num lugar peculiar de nobreza e fidalguia, símbolo de prestígio e poder local que descortinou a intenção de compreender a génese da casa nobre urbana no contexto histórico amarantino.

Deste modo, o ponto de partida para a execução da dissertação está relacionado com o estudo da arquitetura civil em Portugal que nem sempre foi alvo de estudos ou análises profundas. Nas últimas décadas, Carlos de Azevedo, Anne de Stoop, Marcus Binney e Helder Cabrita, contribuíram para este estudo através dos seus livros em que abordam as diferentes casas nobres existentes no país, no entanto, apesar de ser uma mais valia, privilegiam o estudo de casas representativas de uma determinada época, Carlos de Azevedo afirma que: “... raramente têm abordado a arquitetura civil, e o problema da casa parece não ter merecido a sua atenção.”¹ Como consequência disso, acaba por transparecer um enorme vazio que existe em outros casos mais anónimos, mas de importante relevo, tanto a nível municipal como até nacional. No livro de José E. Horta Correia sobre a arquitetura portuguesa, ele toca no assunto descrito: “A arquitetura civil poderia, em princípio, ser lecionada juntamente com a arquitetura religiosa e integrada nos restantes pontos do programa, mas sem constituir capítulo à parte. Mas, porque tem sido menos integralmente conservada e menos sistematicamente estudada, precisamente por chamar a atenção dos alunos para a urgência do seu estudo”.² A importância deste conhecimento de obras menos emblemáticas de uma época, realça outros assuntos a serem abordados: como o valor representativo de um lugar. Algumas obras podem não ter tido importância a nível nacional, mas ajudam a apresentar uma narrativa histórica de uma aldeia, vila ou cidade, representando as vivências das famílias que por ali andaram e outras permaneceram, dando um sentido na herança que passa de geração em geração, num determinado lugar.

[21]

A Casa Nobre em Portugal no livro de Anne Stoop é caracterizada como: “Aristocráticas e rústicas, muitas vezes construídas por fases a fim de abrigarem as sucessivas gerações, as casas nobres foram-se modificando segundo as necessidades e as disponibilidades financeiras do momento.”³ As famílias nobres, principalmente no Norte do país, ostentavam a sua nobreza através das pedras de armas na qual o brasão da família exuberante, era um componente decorativo essencial das fachadas ou dos portais. “A relação da família com a casa é importante. Casa significa habitação, termo genérico que verbalmente é usado desde o apartamento ao palácio, e também família nobre, sendo utilizadíssima a expressão “casa real”.⁴

Numa visão cronológica, as origens dos solares remontam aos tempos da definição do Condado Portucalense, através das torres de menagem e dos castelos que serviriam de suporte às novas casas nobres que emergiam. Assim como Carlos de Azevedo descreve: “Entre nós a casa senhorial começa com a torre, e é no Norte, na região de Entre Douro e Minho - berço da nacionalidade – onde vamos encontrar os primeiros exemplos deste tipo de construção, que tanta influência

1 AZEVEDO, Carlos de, “Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre”, 1988, página 9

2 CORREIA, José E. Horta, “Arquitetura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão”, 1991, página 66

3 STOOOP, Anne, “Palácios e Casas Senhoriais do Minho”, 1993, página 11

4 BINNEY, Marcus, “Casas Nobres de Portugal”, 1987, página 6

*havia de exercer no interior desenvolvimento da casa portuguesa.*⁵ As casas senhoriais anteriores ao século XV, tinham dimensões reduzidas e a simplicidade da construção estava de acordo com o estilo de vida destes nobres, muito deles condes e homens ricos, mas que se ocupavam essencialmente pela prática da agricultura. Ao longo do tempo, a influência dos descobrimentos e da expansão além-mar portuguesa trouxe ao século XVI e XVII uma nova forma de ver a habitação senhorial. A ornamentação Manuelina e o surgimento do Renascimento deram à arquitetura civil, novo conforto, mais vontade de olhar para a natureza, que resultou no aparecimento de varandas e terraços que ainda hoje fazem parte fundamental na construção de uma habitação. Mas é no século XVIII que: *“No que se refere à arquitetura civil, já dissemos também que é no século XVIII que a casa nobre adquire uma expressão mais conforme as tendências do carácter português. Na verdade, são deste século as casas que mais usualmente identificamos como “casas caracteristicamente portuguesas.”*⁶

O reinado de D. João V (1706-1750), com a chegada do barroco italiano, veio transformar e adaptar uma nova arquitetura, mais dinâmica e cenográfica. Em relação à escolha das técnicas construtivas, há uma grande uniformidade, no norte do país o uso da pedra de granito de grandes proporções, foi o material de eleição durante estes séculos. Neste contexto abordado da arquitetura civil, esta investigação tem como principal objetivo analisar a Casa dos Macedos, cruzando conhecimentos através do âmbito da história e teoria arquitetónica, seja por base documental bem como material, resultará numa narrativa histórica do conjunto arquitetónico. Pretende-se registar o processo evolutivo da casa, tendo em conta a sua morfologia e o seu programa, que será exposto através de texto e de uma base de desenho arquitetónico, para tal, é fundamental manter uma abordagem que cruze tanto a história como desenho como a arquitetura.

Importa ainda referir que as principais abordagens deste tema vão para além dos exemplares arquitetónicos, através da análise do que é a salvaguarda, a conservação, a preservação, a intervenção e o restauro, resultado de várias experiências e de diversas reflexões que ao longo dos séculos vieram a desenvolver-se e a permitir uma linha condutora para um futuro melhor no que toca à herança que fica. No entanto, o objetivo principal foi e continua a ser, preservar a história dentro da diversidade das manifestações culturais que foram acontecendo durante estes séculos passados. Por fim, este estudo tem como propósito interrogar a herança patrimonial e arquitetónica deste conjunto. Tendo em conta que se trata de uma propriedade privada, é importante entender as possíveis formas de manter a conservação e justificar o seu valor patrimonial, cultural e arquitetónico, no âmbito do território em que se encontra.

[23]

5 AZEVEDO, Carlos, 1988, página 19

6 AZEVEDO, Carlos, 1988, página 66

[24]

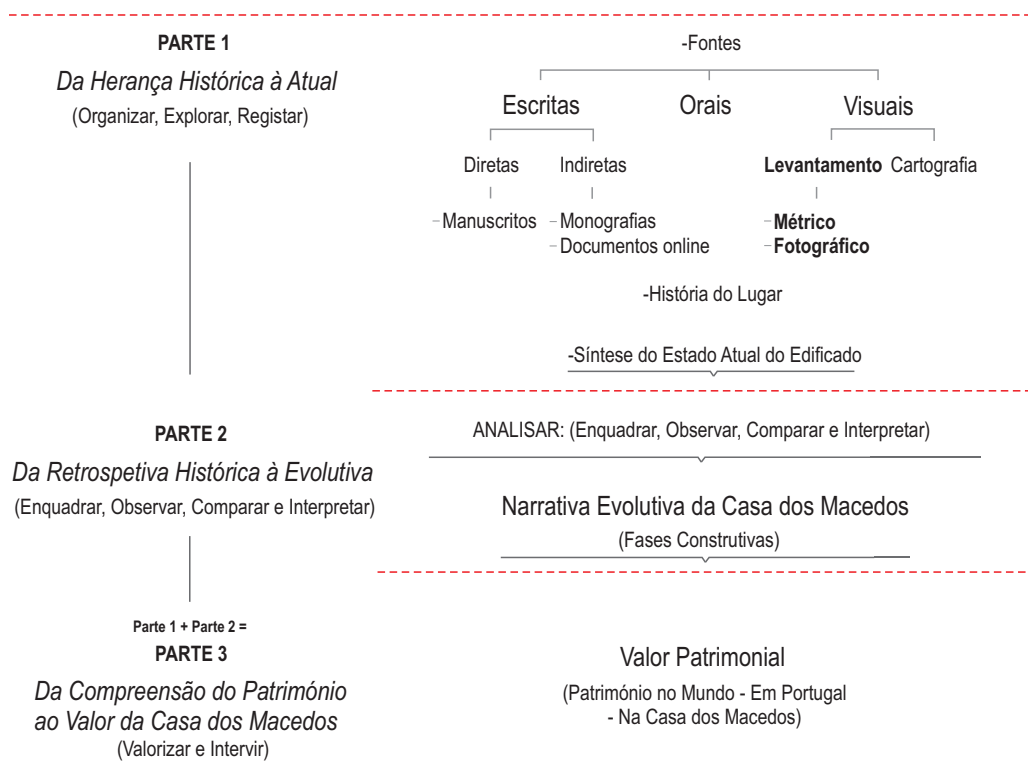


Fig. 3 - Esquema da Organização da dissertação

Metodologia

A dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro relativo ao enquadramento no caso de estudo, o segundo aborda as fases construtivas para criar uma narrativa histórica e construtiva e por fim, o terceiro diz respeito ao valor patrimonial do edificado, com uma interpretação e síntese de todos os dados expostos até então. Resumidamente, este estudo desenvolve-se em duas partes essenciais: uma analítica e outra interpretativa, que trás a consequência do seu valor a nível do património.

Intitulado de “Introdução” tem como função criar uma introdução/ apresentação do que sucedera ao longo da dissertação.

No primeiro capítulo, começa o estudo a nível profundo, intitulado de **“Da Herança Histórica à Atual”**. Numa primeira fase são analisados os documentos que fazem referência à história amarantina e à família Macedo, visto que em relação ao edificado só existe a partir do século XIX. Estes documentos e livros utilizados para sustentar este trabalho de investigação são analisados nesta primeira parte. Dos documentos referentes à família Macedo, estão organizados cronologicamente e são cruzados com a História de Amarante, divididos em dois tempos que se considera: Pré-Invasão e Pós-Invasão. Com esta conclusão da divisão em tempos, de seguida é abordada a História do Lugar, onde se procede a um enquadramento histórico-geográfico, fazendo uma breve alusão à primeira ocupação destes terrenos baldios na pré-história, até à implantação de Amarante se tornar *“De Vila Sinuosa a Princesa do Tâmega”*. De acordo com o título desta dissertação, é também abordado neste capítulo a Herança Senhorial existente em Amarante, assim intitulado por **“Amarante Senhorial”** analisa pormenorizadamente as famílias vizinhas da família Macedo e as suas relações pessoais. Assim, a família Macedo também faz parte integrante deste capítulo, ao descrever detalhadamente a família desde o Primeiro Senhor da Casa dos Macedos. Por fim, foi executado um levantamento rigoroso dos constituintes da casa e ao mesmo tempo um levantamento fotográfico. Para concluir este capítulo, é feita uma síntese do estado atual do edificado, onde se pretende entender o panorama arquitetónico, no qual se encontra, descrevendo-o detalhadamente a nível funcional e construtivo.

[25]

No segundo capítulo, intitulado de **“Da Retrospectiva do Processo Evolutivo”** são analisados os constituintes do objeto de estudo, organizados em três fases. Cada fase requer que seja inicialmente integrada num contexto histórico (enquadramento) de seguida uma análise detalhada das marcas arqueológicas e vestígios encontrados (observação) e por fim, com base nas informações atrás recolhidas proceder a uma interpretação da fase apoiada por uma base de comparação com obras que tenham algum método comparativo, com o objeto em estudo. De apoio a cada fase é elaborada uma reconstrução bidimensional e tridimensional de forma a ilustrar o desenvolvimento de cada fase. Por fim, para concluir este capítulo é elaborada uma cronologia que cruza a História de Portugal com a História de Amarante com o desenvolvimento das fases da Casa dos Macedos.

Por fim, no terceiro capítulo, intitulado de **“Da Compreensão do Património ao Valor da Casa dos Macedos”** faz-se uma reflexão acerca do conceito de património, através da sua história cronológica até aos dias de hoje, do valor da intervenção e do restauro no património. Tal como o nome indica, procede à compreensão do valor patrimonial da Casa dos Macedos e quais os elementos que lhe conferem maior valor arquitetónico, de modo a contribuir para a história e património da arquitetura portuguesa.

[26]



_Objeto de Estudo

A Casa dos Macedos situa-se na freguesia de S. Gonçalo, atualmente união de freguesias de Gatão, Madalena, S. Gonçalo, no concelho de Amarante que pertence ao distrito do Porto. Em pleno contexto histórico, a Casa insere-se na rua de maior destaque e mais antiga da cidade, a Rua Miguel Pinto Martins, no gaveto com a Rua Frei José Amarante. Está inserida num terreno desenvolvido em socalcos com cerca de 3814,8 m², dos quais 2908 m² são espaço verde. Neste espaço, existe um conjunto arquitetónico composto por um corpo principal de quatro pisos, uma Casa pertencente a outra parte da família, um tanque, dois jardins de destaque e ainda alguns anexos de apoio agrícola. A Casa dos Macedos revelou-se um objeto de estudo pertinente, pela importância que tem na região e por se encontrar pouco explorado na sua vaga história arquitetónica. Uma das suas principais características, e pela qual será sempre lembrada nesta cidade, foi ter sobrevivido ao massacre das II Invasões Francesas que assombraram a cidade de Amarante. Ainda hoje há obras que se mantêm em ruína desde então. No caso da Casa dos Macedos, foi salva por ter sido utilizada como Quartel das tropas de Loison. Por este facto, e por todos os documentos terem desaparecido durante essa estadia de 1809, esta casa consequentemente tem duas fases: Antes as Invasões e Pós as Invasões. Nesta habitação viveram pessoas ilustres da terra.

Desde 1974, o aglomerado urbano onde se implanta a Casa dos Macedos está protegida como Imóvel de Interesse Público, está descrito no SIPA como: *“do lado contrário, formando esquina com uma rua transversal, destaca-se um enorme solar com pedra-de-armas no cunhal. Possui uma fachada com desenvolvimento horizontal de dois pisos, tendo no r/c uma porta com duas janelas de um lado e três do outro, com grades metálicas, e o 1º andar com seis janelas de sacada com varandas individuais com grade metálica e encimadas por cornijas salientes e molduradas.”*¹ Inserido num contexto urbano, este conjunto arquitetónico sobressai através da sua volumetria desenvolvida em socalcos que consequentemente é o imóvel maior que esta rua possui.

[27]

A Casa manteve-se durante estes séculos na mesma família, e atualmente encontra-se desabitada desde 2015. Como consequência do falecimento da última pessoa a viver de forma permanente, a propriedade onde se insere a Casa dos Macedos dividiu-se em duas, sendo que a Casa principal é só habitada em períodos festivos para ajuntamento da família Macedo.

O conjunto arquitetónico ao longo do desenvolvimento desta dissertação foi alvo de uma pequena conservação, justificando assim a existência de algumas fotografias do mesmo local em estados diferentes. O estado de conservação classificava-se como razoável devido aos agentes naturais (erusivos). Com esta pequena intervenção, o edificado ficou com uma imagem mais cuidada.

Fig. 4 - Fotografia do Cunhal da Casa dos Macedos/ Brasão da família

1

Parte 1

DA HERANÇA HISTÓRICA À ATUAL

1.1 Fontes Escritas, Visuais e Contributos

Orais

1.2 Cronologia de Fontes

1.3 História do Lugar

- _Aparecimento do Núcleo Urbano
- _Invasões Francesas
- _De Vila Sinuosa a Princesa do Tâmega
- _Amarante Senhorial

1.4 Macedos

- _A Família
- _O Objeto



Fig. 5 - Fotografia de Amarante/ Ponte e Mosteiro de S. Gonçalo/ Rio Tâmega

*“...Sem esta terra funda e fundo rio/ Que ergue as asas e sobe
em claro voo;/ Sem estes ermos montes e arvoredos/ **Eu não
era o que sou.**”*

PASCOAES, Teixeira “Canção de uma Sombra.”

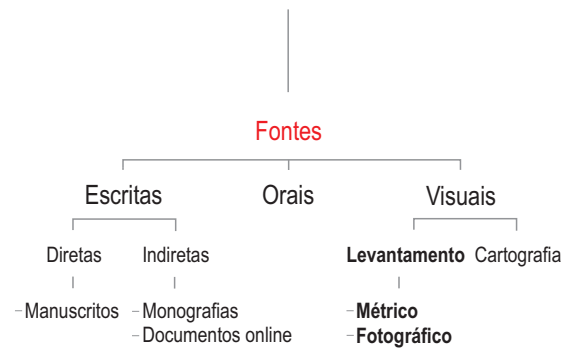


Fig. 3 - Esquema da Organização de Fontes

_Fontes Escritas e Visuais/ Contributos oraís

As fontes para a realização deste trabalho centram-se em fontes visuais, fontes escritas pertencentes ao arquivo privado da casa, ao arquivo municipal de Amarante e à Câmara Municipal de Amarante, e fontes oraís. Realçam-se, nesta última, testemunhos reais para a melhor compreensão do estudo do caso. Hoje, a casa, pertence ainda à família Macedo, o que faz com que as experiências e recordações, passadas de gerações em gerações, permaneçam uma fonte principal de compreensão do estudo. Relativamente às fontes escritas, estas são bastante escassas, mencionando a casa escrupulosamente na sua importância histórica na defesa de Amarante nas invasões Francesas. Esta reduzida informação pode ser justificada por a maior parte das transformações terem sido efetuadas antes do início do século XIX; com a invasão francesa, muitos documentos foram queimados o que gerou uma ausência de provas das alterações da casa. Este problema não só afetou a família Macedo, mas todos os arquivos que existiam em Amarante, gerando uma inexistência de elementos antes das invasões .

As fontes recolhidas estão dispersas temporalmente; assim, serão organizadas na forma de uma cronologia de modo a que os documentos e os contributos oraís fiquem organizados no tempo, para que desta maneira se consiga construir a narrativa histórica da Casa dos Macedos. As referências encontradas, descritas na cronologia, dividem-se em dois tempos principais: o pré e o pós invasões. Com vista a uma melhor compreensão do território em que a Casa se insere, é necessário alargar a área de observação e estudar o desenvolvimento da envolvente da casa, ou seja, a história de Amarante, de forma que a evolução consiga dialogar em conjunto. Deste modo, para além da documentação específica da casa, a documentação sobre a cidade de Amarante torna-se também um objeto essencial de estudo para esta narrativa.

[31]

Relativamente à bibliografia geral, o século XVIII torna-se fundamental, pois é neste século que começa a surgir maior investigação e descrição do que se passa na arquitetura portuguesa. De todas as monografias realça-se “*Solares Portugueses: Introdução ao estudo da Casa Nobre*” de Carlos Azevedo, “*Casas Nobres em Portugal*” de Marcus Binney e Nicolas Saphiela e “*Palácios e Casas Senhoriais do Minho*” de Anne de Stoop, abordam descrições específicas de casas importantes do Norte do país, algumas delas bastante próximas da Casa dos Macedos, que se torna uma mais valia para a investigação a nível da envolvente. As últimas duas monografias mencionadas, fazem um estudo/ especulação da evolução das casas senhoriais, mas nenhum deles tem uma análise aprofundada de um caso específico de fundo arquitetónico ou arqueológico. Em nenhuma destas monografias a Casa dos Macedos foi mencionado, o que tornam o seu estudo pertinente para o aumento de informações relativas às casas senhoriais que se encontram anónimas. Assim, estas monografias tornam-se imprescindíveis no que toca ao assunto “enquadrar” ou “comparar”, a tratar no segundo capítulo desta dissertação, revelando uma grande concentração de exemplos a ser utilizados.

Ainda na bibliografia geral, o livro que mais contribuiu nesta dissertação é, “*Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*”, uma pesquisa de trabalho de campo realizada por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck, fidalgo cavaleiro da Ordem de Cristo; dividida em 6 partes/ 6 correições, Guimarães, Viana do Castelo, Barcelos, Braga e Valença, neste estudo destaca-se a parte 1 “Das memórias da Correição de Guimarães”, onde se encontra os capítulos de diversas villas nortenhas, exemplo da villa de basto, de canavezes, de cabeceiras, etc. “... entrarei a mostrar as villas, concelhos, coutos, honras, julgados, e lugares, que estão na jurisdição da Comarca, e Correição desta villa de

Guimarães: com tudo o que ouiver que dizer de memórias, que possam servir para o Real emprego; assim da História Sacra, como a História Portuguesa"¹. Com um capítulo dedicado à villa de Amarante e à freguesia de "São Gonçallo" descreve as obras religiosas existentes na freguesia (a nível arquitetónico e geográfico) e especifica ainda as sepulturas que existem em cada capela e igreja. Por fim, neste capítulo descreve-se as inúmeras famílias vizinhas da Casa dos Macedos (Vasconcelos, Magalhães, Meneses, Sousas, Cerqueiras, Peixotos, etc.) onde surgem também as descrições sobre o brasão da família Macedos, Cunhas, Queirós e Coutinhos *"Na rua de Santa Clara, estão as nobres casas de Luis de Macedo da Cunha, Cavaleiro do Habito de Christo, filho do Doutor Gaspar de Macedo da Cunha, Desembargador que foi dos Agravos na Rellação do Porto..."*²

No legado documental existente no arquivo privado da família Macedo, apesar de escasso, pode salientar-se os dois manuscritos mais antigos: o casamento de Helena da Cunha Coutinho com Gaspar de Macedo Cerqueira em 4 de novembro de 1621, no site geni.com também comprova que estes foram os primeiros senhores da casa, Gaspar de Macedo com descendência dos Condes de Abrantes; e a carta de brasão referente ao ano de 1721 *"...Faço saber, a quantos esta minha carta e certidão de Braço de Armas, fidalguia & nobreza, digna de fê & crença virem, que por parte de Luis de Maço da Cunha, cavaleiro do abito de Christo, familiar do santo officio, morador na villa de Amarante... & caza da suplicação, Corregedor com alçada dos feitos & causas siveis em ella, constava ser o supplicâte descendente dos nobres & illustres famílias dos Macedos, Cunhas, Queirós & Coutinhos, que neste Reyno são fidalgos antigos da Cota de mas, por ser filho legitimo do doutor Gaspar de Macedo da Cunha, Dezembargador que foi na Rellação do Porto e de sua mulher D. Gracia de Queiros & Vasconcelo"*.

Para além destes manuscritos antigos cedidos, também foram fornecidos documentos pertencentes ao arquivo da família que descrevem detalhadamente a árvore genealógica da família Macedo desde o século XVI, intitulado de "Macedos da Cunha Coutinho, de S. Gonçalo de Amarante" escrito por Francisco Maia e Castro, nascido em 1933.

Grande parte das menções existentes à Casa dos Macedos, é referente às monografias sobre a cidade de Amarante ou em descrições detalhadas das Segundas Invasões Francesas, como *"As populações norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809"* de Carlos de Azeredo onde retrata todos os passos feitos pelas tropas napoleónicas em território português, acompanhado com esquemas e plantas de toda a invasão que ajudou na compreensão da tática usada pelos portugueses principalmente em Amarante. O *"Diário Oficial do General Silveira, Invasões Francesas de 1809 em Amarante"* de Pedro Alves Pinto e *"Amarante Exaltações dos Heróis na sua defesa"* de Francisco Xavier Ferreira de Sousa têm em comum a explicação dos heróis amarantinos na defesa da sua vila, tanto um livro como o outro realçam o valor do que viria a ser o primeiro conde de Amarante, o General Silveira. *"A heroica defesa da Ponte de Amarante"* de José Ruy, banda desenhada feita essencialmente para crianças mas que tem a particularidade de ter desenhado tanto o exterior como vários espaços interiores da Casa dos Macedos. No ano de 1809, uma tropa francesa invade o norte de Portugal. A defesa da ponte de Amarante foi um marco histórico pela vitória tática das tropas portuguesas. É referido nas monografias que por todas as casas senhoriais que foram passando, os franceses incendiaram, sendo a Casa dos Macedos a única que sobreviveu a esse massacre.

Da bibliografia consultada sobre Amarante realça-se os vários volumes que existem do Congresso Histórico de

1 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *"Memórias Ressuscitadas da Província de entre Douro e Mino, no ano de 1726"*, 1992, página 12

2 Ibidem, página 308

Amarante de 1998 e 2008, o volume de *“História Política Sociedade Economia”* que descreve detalhadamente a história do crescimento de Amarante e as elites amarantinas, desde os corregedores que existiram até aos juizes de fora. Pois aqui, a família Macedo destaca-se pela sua importância no seio político do Norte e Amarante Senhorial. *“Quem foram, então, as elites sociais e políticas amarantinas ao longo destes anos? Pelo longo percurso político exercido, que se traduz na citação para o desempenho de funções no processo eleitoral camarário, ou por ter recebido votos e sido eleito nos mesmos processos, ou ainda por ter sido nomeado para cargos de governança, desde logo ressaltam nomes como o de José de Macedo da Cunha Coutinho, classificado como ilustre e nobre, tanto ele como os seus antepassados. José de Macedo da Cunha Coutinho, viu o seu nome ser referenciado em diversos processos eleitorais, entre 1800 e 1814, tendo mesmo exercido o cargo de vareador em três ocasiões.”*³

Neste Congresso Histórico, o que mais está descrito é a importância amarantina e a sua valorização geográfica como ponto fulcral na economia do norte do país: *“...para compor o “puzzle da Sociedade Política “municipalizada” do Norte de Portugal neste período de apogeu e crise do Regime Absolutista, foi a de Amarante, uma câmara de juiz de fora, assente sobre uma vila que pela sua posição geográfica ganhou certa relevância económica com os intercâmbios mercantis, com significativa nobreza e fidalguia, mas também dotada de importantes institutos religiosos, que conferem à terra uma grande relevância social e política, historicamente reconhecida e acrescida pelo seu assento em Cortes”*⁴. O capítulo mais significativo: “A Nobreza Medieval Amarantina, segundo as Inquirições Gerais dos Séculos XIII e XIV” em que se denota a chegada de religiosos e grandes fidalgos à zona do Tâmega.

De relevância para a bibliografia sobre a cidade, destaca-se, *“História de Amarante”*, livro editado pela Câmara Municipal de Amarante, onde consta uma narrativa que envolve o crescimento da cidade de Amarante, desde quem foram os primeiros povos a habitar *Amarantus* até ao século XX. No livro a *“Pequena História de Amarante”* escrito por um membro da família Macedo, Luís Van Zeller Macedo, reescreve o que está dito no livro mencionado anteriormente, mas com a sua própria perspetiva sobre a evolução de Amarante até aos dias dele. Na obra *“Inventário dos Brasões de Amarante”* feito pela Câmara Municipal de Amarante aborda todos os brasões que existem, o que criou uma aproximação com o conhecimento da envolvente senhorial em que a casa de insere. Por fim o livro *“Os Magalhães: Sete séculos de aventura”* escrito por Manuel Villas Boas, é uma descrição da família Magalhães, uma família de relevo no Norte de Portugal que tinha diversas casas em Amarante, família próxima dos Cunha, Coutinhos e Macedos onde descreve na obra diversas vezes esse tema, realçando o valor em que as famílias nobres se inseriam, conseguindo assim que a nobreza permanecesse nas grandes famílias amarantinas.

Descrito variadas vezes nestas monografias, a Casa da família Macedo foi usada para quartel e hospital das tropas napoleónicas durante a invasão. Estes elementos bibliográficos recolhidos, permitiram efetuar um enquadramento especulativo da casa ao longo do tempo. Como já foi referido, a primeira planta de Amarante onde surge a casa, aparece em 1816, para um projeto de requalificação da cidade pós invasões chamada *“Planta para Reedificação da memorável Villa d’Amarante”* preservada pelo Arquivo Municipal.

Apesar de a casa ter perdido ao longo do tempo o seu anonimato, através do seu papel fundamental na defesa de

³ *“Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia”, 1998, página 69*

⁴ *Ibidem, página .39*

Amarante, descobriu-se que ao longo de toda a época moderna e até meados do século XX esta era apenas a casa principal da família em Amarante. Vasta em terras por toda a envolvente, contam-se 44 propriedades em freguesias como S. Gonçalo, Gatão, Telões, Vila Garcia, Freixo de Baixo, Fregim, Cepelos, Padronelo e Vila Chã que forneciam os múltiplos rendimentos das propriedades agrícolas, como cereais, azeite e vinho para a casa principal, armazenando tudo no rés do chão. Por esta razão ainda existem vestígios das tulhas e adega. As quintas pertencem à família desde da época do Dr. Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho, nascido no ano de 1835; após o seu falecimento foram partilhadas pelos seus sete filhos.⁵

*“Divididas em dois andares, o primeiro para residência do proprietário, o rés-do-chão para serviços de apoio à casa e propriedade agrícola, são indicadores da unidade sociológica que o solar constitui.”*⁶

Salientar a poetisa Maria Eulália Macedo, com as suas obras que caracterizam espaços e momentos vividos na Casa dos Macedos, última habitante permanente da casa. Os livros: *“As Moradas Terrenas”* e *“Histórias de Poucas Palavras”* têm pequenos excertos que nos situam no tempo e espaço.

Tendo em conta toda a análise documental recolhida, podemos desenvolver uma linha cronológica em dois tempos principais, o antes e o após invasões. No século XV, segundo a Divisão da Cultura e Património Cultural do Município de Amarante, teria sido o tempo provável da construção do núcleo inicial da Casa. Posteriormente, surge o primeiro documento escrito em 1621, com o casamento dos primeiros senhores da casa. A 18 de setembro de 1721 Manuel Leal, rei de armas do reino, faculta a carta de brasão a Luís de Macedo da Cunha à Casa dos Macedos. É neste tempo que consiste a primeira ligação documentada do aparecimento da família e da casa em conjunto.

[34]

A começar o segundo tempo, logo no início do século XIX, surge grande parte da documentação existente. A Invasão Francesa em Amarante torna este século um ponto de viragem no que toca aos elementos desenhados e escritos. Em 1809 a Casa dos Macedos torna-se um ponto histórico na cidade, ao ser a única casa da vila a não ser violentamente incendiada pelos franceses, como descrito no livro sobre a História de Amarante, *“naõ houve huma só caza desde a embo-cadura da rua no terreiro de S. Gonçallo, até a porta de Joze de Macedo da Cunha que naõ fosse sepultura de hum, dous, e mais Francezes: o que vinhaõ do campo da feira recuaraõ, e Patrik á fataes golpes da sua espada fez exalar á vida a naõ menos de 5; porem á quina das casas de Joze de Macedo metendosse muito ao fogo recebeo entre outras feridas huma na testa; e atando hum lenço na cabeça, virousse para os que o acampanhavaõ, e lhe disse “Naõ he nada, camaradas, sigamos o inimigo, que está vencido.”*⁷ Um pequeno incêndio que deflagrou a 18 de abril de 1809 fez com que grande parte dos documentos que a família possuía desaparecessem. Apesar desse incidente a casa não sofreu grandes danos. A casa desde então mantém a sua forma e estrutura, o que constitui um problema quanto aos documentos que possam comprovar as alterações que foram efetuadas na casa. Com isto, tudo o que aconteceu no pré invasões será apenas especulação do que se poderá ter desenvolvido nesses tempos.

Por último, dentro do segundo tempo, no século XX até aos dias de hoje, aparece a casa em documentação desenhada mais rigorosa que pertencem ao arquivo municipal de Amarante e à Câmara Municipal de Amarante. Documentos

5 Contributos Oraís

6 PEREIRA, José Fernandes, *“Arquitectura Barroca em Portugal”*, 1986, página 175

7 MAGALHÃES, Francisco de Azevedo Coelho, *“História de Amarante”*, 2008, página 210

como planos de pormenor da zona histórica de Amarante que ajudam na compreensão do desenvolvimento da cidade, e o documento vetorial recente, cedido pela Câmara Municipal de Amarante, foram ambos um mecanismo de compreensão de um território mais alargado.

Como acréscimo de todas as referências escritas e desenhadas descritas, que existem até à data no âmbito desta dissertação, cruzaram-se diferentes métodos de levantamento: o levantamento fotográfico e levantamento métrico original; o levantamento métrico foi realizado através do método da triangulação. Os elementos desenhados apresentam um contexto urbano enquadrados na densa malha urbana da cidade de Amarante. Este processo de análise torna-se no documento de maior destaque que este conjunto arquitetónico possui.

1482

século XV

-«A freguesia dos milagres deste glorioso santo precisou a se fazerem, não longe da sua hermda, duas estalagens para os passageiros se agasalharem (de que devia tornar-se para ser beetria esta terra...), destas estalagens se acha memoria nos livros da Collegiada desta villa, antigos e modernos; e, já no anno de 1482, achamos fazer-se prazo em pregaminho de humas casas de estalagem, na dita villa a Gonçalo Gonçalves, almocreve; e em outras verbas dos Livros de Recibos se acharão memorias destas estalagens, nas quaes se prestarão dous privilégios das Taboas Vermelhas, que hum possoe hoje Luís de Macedo da Cunha...»

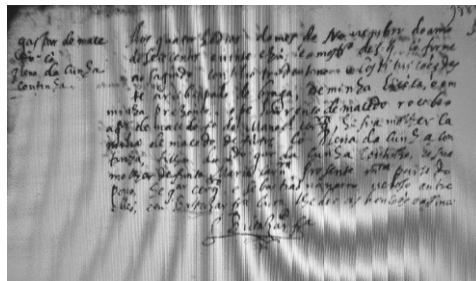
CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra (1992), *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho do ano 1726*, pág. 310

- Suposição do aparecimento da casa em meados do século XV

Divisão de Cultura e Património Cultural, Ficha de Bem Patrimonial, Câmara Municipal de Amarante

1621

século XVII



Transcrito:

Manuscrito pertencente ao arquivo da família Macedo:

«Aos quatro dias do mês de Novembro do ano seiscentos e vinte e um... no mosteiro de S.Gonçalo... do arcebispado de Braga, de minha licença e em minha presença e... de Macedo recebeu a Gaspar de Macedo... com Helena da Cunha Coutinho filha do Dr. Gaspar da Cunha Coutinho e de sua mulher defunta Maria Carneira, presente muito... Cerqueira... e Sebastião Navarro Veloso entre era Balthazar da Cunha...»

1721

século XVIII

Manuscrito pertencente ao arquivo da família Macedo:
Carta de Brasão da família Macedo, Cunha, Coutinho e Queirós.



Fig. 6 - Cronologia de Fontes

360 ac Surge o nome Amarante - (para cá do Marão)

NASCIMENTO DE CRISTO

1192 Aparecimento do primeiro núcleo urbano

1254 Princípio da Vila de Amarante

século XIX

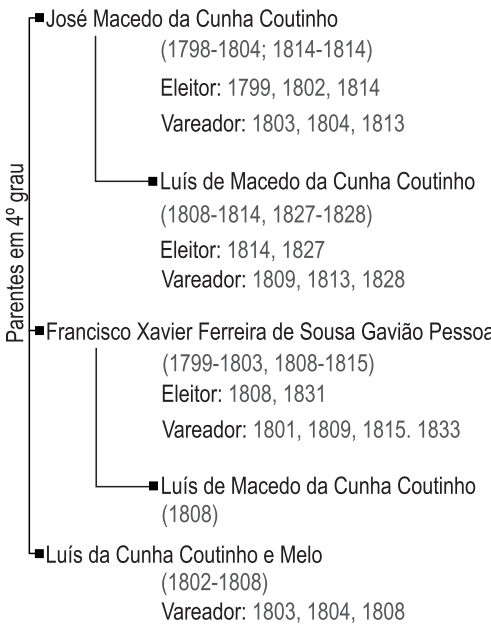
1808/ «Não houve huma só caza desde a embocadura da rua no terreiro de S. Gonçallo, até a porta de Joze de Macedo da Cunha que não fosse sepultura de hu,, dous, e mais francezes...»
História de Amarante, Câmara Municipal de Amarante, pág 210

1809/ Planta para a reedificação da vila de Amarante após as Invasões Francesas



“Encontramos, assim, 5 núcleos geográficos de origem dos vareadores da câmara de Amarante: Amarante; Gestaço; Celorico de Basto; Sta. Cruz e Gouveia (...) Joaquim António de Sousa Vasconcelos; José de Macedo da Cunha Coutinho; Luís Inácio de Sousa Vasconcelos; Luís da Cunha Coutinho e Melo; Francisco Xavier Ferreira de Sousa Gavião Pessoa, embora este em 1808 tenha residência no concelho de Gestaço, na Casa de Navios.

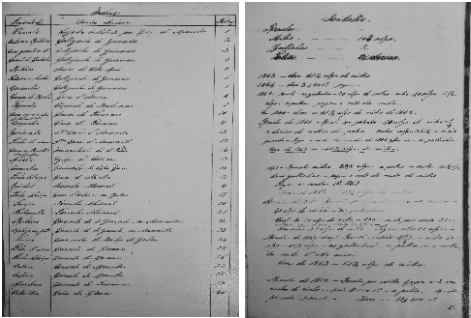
Núcleo Familiar II



História Política Sociedade Economia Volume 1 Tomo 1, Câmara Municipal de Amarante, pág 77

século XX

1863/ Fonte: Arquivo Privado da Família Rendas de todas as Propriedades

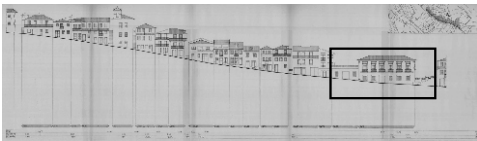


Arquivo Privado da Família
1949/1950: Quantidade de Vinho pelas Quintas

QUANTIDADE DE VINHO PELAS QUINTAS									
QUINTA	ANOS	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
1	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
2	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
3	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
4	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
5	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
6	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
7	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
8	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
9	1949	100	100	100	100	100	100	100	100
10	1949	100	100	100	100	100	100	100	100

[37]

1994/ Fonte: Arquivo Municipal de Amarante Perfil Norte pela Rua Miguel Pinto Martins



1994/ Fonte: Câmara Municipal de Amarante Evolução da Malha Urbana



Fig. 6 - Cronologia de Fontes





[40]



S/ Escala **N**

Fig. 8 - Planta de localização do Burgo de Amarante

_História do Lugar

“Amarante fundada pelos Turdetanos 360 annos antes da vinda de Christo he com toda averisimilhança á antiga “Araduca”, de que fallhaõ os antigos histhoriadores: hoje chamada Amarante por estar situada “Ante Maranum,” antes ou paracá do Maraõ: mudando aquelle primeiro nome de “Aracuda,” no segundo de “Amarante,” no tempo do Imperador Augusto, quando Seneciones General Romano tomou o prenome de “Amaranto,” por vencer os Lusitanos Ileramnenses nesta villa...”¹

_Aparecimento do núcleo urbano

A partir da fundação do Condado Portucalense em 1095 o burgo de Amarante começa a desenvolver-se, evolução que se torna maior com a chegada da Independência do Reino de Portugal em 1139. Este pequeno núcleo caracteriza-se por ser uma área com terras fortemente fertilizadas, através dos diversos caminhos de água que desaguam no Rio Tâmega. Em 1113, aparece descrito em documentos a existência de terrenos agrícolas e uma igreja dedicada a Santa Maria de Amarante, apesar de ainda não se detetar presença de um povo.² Atualmente, no local deste burgo existe ainda como testemunho da sua existência a igreja de S. Veríssimo que se situa a pouco menos de 1km do centro de Amarante. (fig.8)

Devido à sua proximidade com cidades relevantes a nível religioso, económico e político, como Vila Real, Lamego, Braga, Guimarães, Amarante torna-se a charneira entre terras do litoral e interior do reino. *“..e por ella entendemos hir a sexta Via Militar, que da cidade de Braga tomava para Villa Real; e querendo os romanos vadear aquelle caminho pelo Rio Tâmega...”³*. Construído em plena Época Romana, o eixo viário que a atravessa podia ter tornado um pólo urbano, mas devido às condições morfológicas que caracterizam estas zonas do norte do país, tornara-se impossível alguém habitar num local difícil. Como está descrito *“...nenhuma razão havia para existir um aglomerado urbano, neste espaço. Caracterizado por uma íngreme encosta, com um desnível muito acentuado, de margens altas, rochosas e apertadas, provocando o estrangulamento do leito do rio, o que contribui para o aumento da turbulência das águas, tornando a sua travessia, ainda mais complicada.”⁴* Com a existência de um eixo Romano, começaram a aparecer peregrinos nesta zona sinuosa a caminho de Santiago de Compostela, como consequência deste movimento surgiu em 1192 um documento que refere uma albergaria em Amarante, juntamente com uma igreja e padroado.

“...quando os Reis antigamente lançavão da terra aos mouros, en hestas paragens correntes de gente, alguns christãos carectativos fazião humas albergarias e alojamentos..., para se acomodarem os passageiros, cujos citios se povo-aão de sorte, que vinhão a ser lugares grandes...”⁵

No ano de 1220, surge a primeira documentação que comprova um núcleo urbano mínimo e compacto⁶, com duas paróquias descritas como Santa Maria Maior e S. Veríssimo. *“...Juíz de Santa Maria de Amarante e Pero Pires, capelão de S. Veríssimo affirmam que o rei não tem nenhum reguengo naquelas paróquias, que a Ordem do Hospital recebe 87 morabitinos*

1 MAGALHÃES, Francisco de Azevedo Coelho de, *“História de Amarante”*, 2008, pág.1

2 RIBEIRO, Daniel, *“Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização”*, 2011, página 94

3 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 250

4 RIBEIRO, Daniel, 2011, página 103

5 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 251

6 RIBEIRO, Daniel, 2011, página 94

[42]

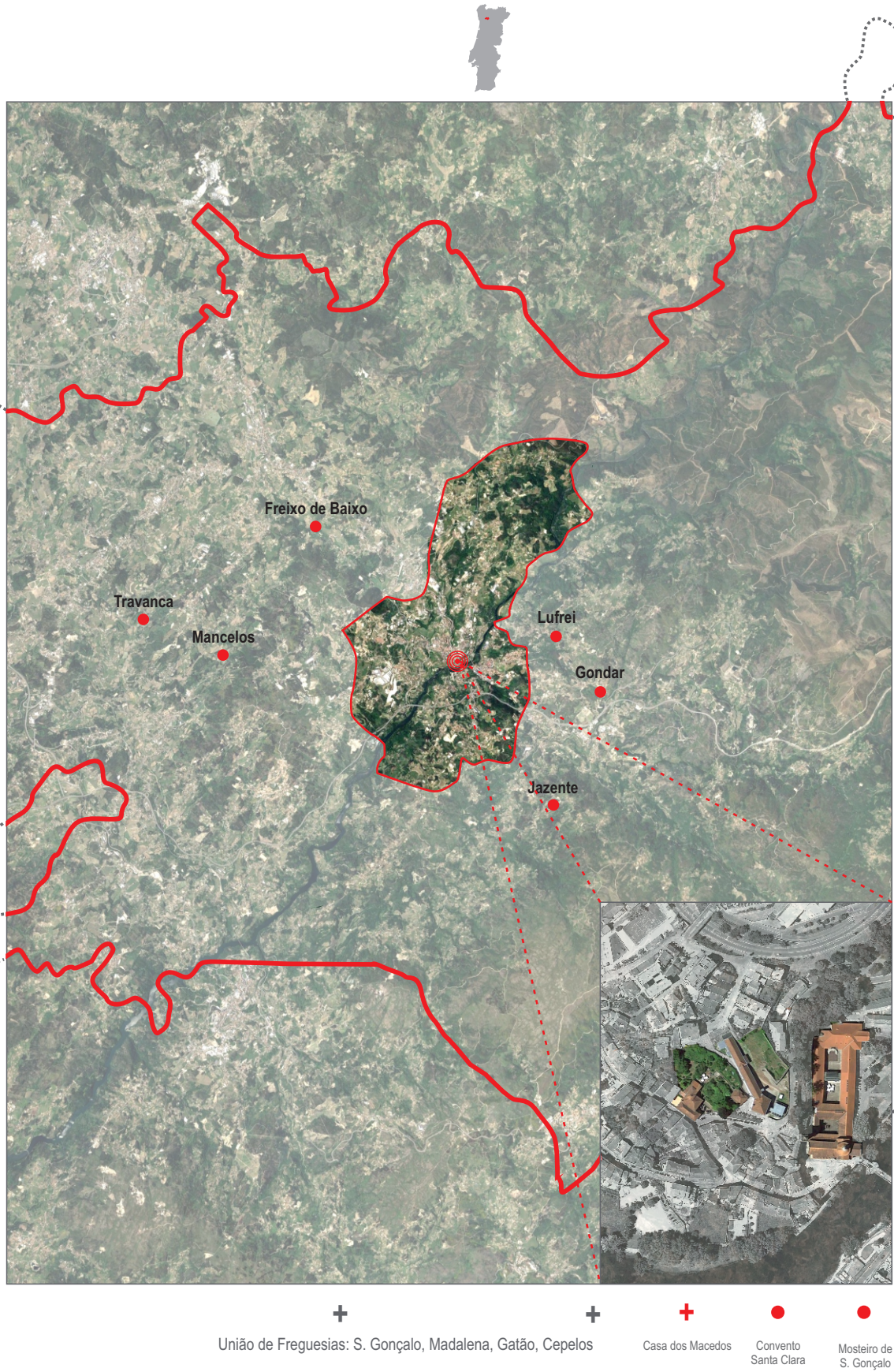


Fig. 9 - Planta de localização do centro de Amarante, Mosteiros

*de Santa Maria de Amarante e é detentora de metade da igreja e de uma quinta, com oito casais, em S. Veríssimo. Afirmam ainda, que a igreja de S. Veríssimo tem searas...”*⁷

Nas inquirições gerais feitas no século XIII e XIV, revelam que *“Com efeito, Amarante localizava-se no centro de várias terras fortemente senhoriais: a norte, as terras de Basto, claramente controladas pelos senhores de Sousa, ali desde cedo acompanhados pelos Guedões, e mais tarde, entre outras famílias, pelos Moreiras ou pelos Carvalhos; a oriente, também ou Sousões, juntamente com os Barbosas, ou os senhores de Riba Douro, e os Alcoforados; a sul, por fim, e a partir dos seus limites meridionais em direcção ao vale do Douro, de novo os senhores de Riba Douro, os senhores de Baião, ou os Portocarreiros.”*⁸, mais concretamente em 1343 já se constava com 164 casais, dos quais alguns pertenciam à Ordem do Hospital e aos Cavaleiros. Em meados do século XIV: *“...pertenceria ao Hospital e a parte mais afastada do rio, “acima” estaria sob a jurisdição do Cavaleiros. Como alguns dos inquiridos afirmam que as casas e as propriedades estivessem misturadas em algumas zonas da vila e noutras encontrarem-se devidamente separadas ou delimitadas, ou então desconheceriam, por completo, o sistema organizacional dos respectivos senhorios de Amarante.”*⁹

Durante o século XIII, Amarante não se encontrava muito ocupada, como está descrito no livro sobre a família Magalhães: *“A localização de Amarante não vocacionou esta vila para a residência de fidalguia nos primeiros séculos da nacionalidade portuguesa. Ultrapassada como centro senhorial por locais de maior interesse estratégico como Guimaraes, sede dos Braganças, Vila Real, onde se concentravam linhagens como as dos Sampaio e dos Teixeiras, e por Felgueiras, centro dos Coelhos, e encostada à antiga Terra de Basto; Amarante no século XIII era apenas uma pequena aglomeração de casas. Localizada numa região que em tempos arcaicos tinha pertencido ao grupo dos Sousões, mais tarde a um dos bastardos de D. Afonso III, e depois aos Braganças, reza a lenda que o nome da vila derivava do nome do governador romano Amarantus. O isolamento da região tornou-a propícia ao estabelecimento de eremitas e de pequenas comunidades religiosas; uma delas iria dar lugar à própria vila de Amarante, cujo desenvolvimento se acelerou a partir dos meados do século XIII, após o estabelecimento de uma modesta capela por São Gonçalo, a quem também se atribui a construção da antiga ponte românica sobre o Tâmega.”*¹⁰

[43]

Com o aumento dos peregrinos, no fim do século XIII deu-se a construção da Ponte de Amarante, tornando assim a travessia do rio facilitada, gerando uma nova conversão do caminho. Existem documentos que indicam que em pleno século VI já existiria uma ponte em Amarante *“...os limites da diocese de Braga iam desde o Douro, na foz do Corgo, subiam à Serra do Marão e daí até castro de Vila Chã e de lá, até à ponte do Tâmega e, pelo rio, até ao Odres”*¹¹, esta descrição vem confirmar a existência de uma ponte provavelmente romana coincidente com a implantação desta nova vila que viria a surgir. Esta ponte deixa de existir ao longo da história, sem data concreta.

“O mais antigo principio, que achamos, a esta villa (inda que sem o nome de villa, mas com o de povoação), he pelos anos de 1254, no reinado de el Rei D. Afonso 3, en que se começou a povoar, na frequencia da ermida do glorioso São

7 RIBEIRO, Daniel, 2011, página 95

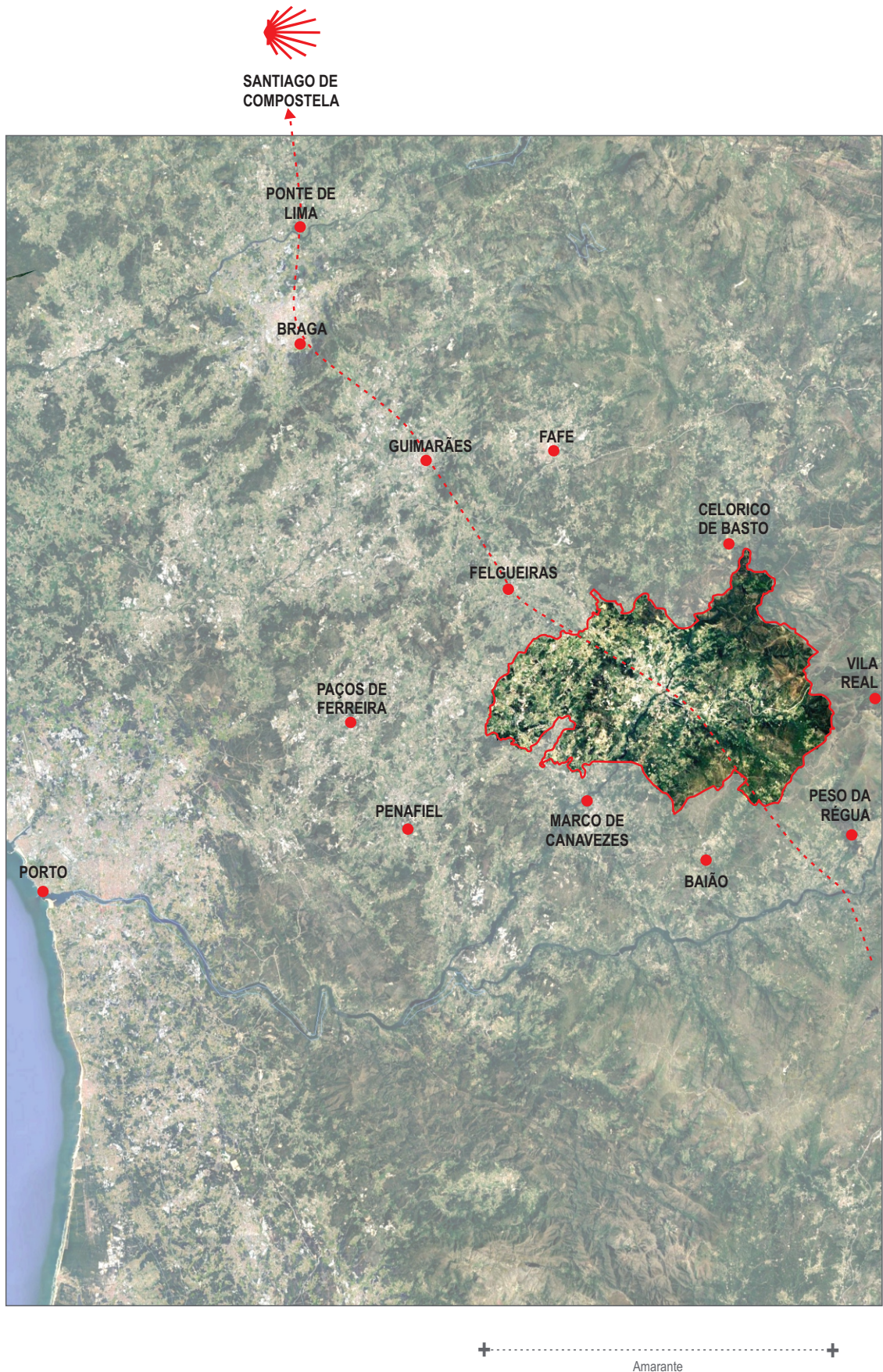
8 *“Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia”, 1998, página 614*

9 RIBEIRO, Daniel, 2011, página 96

10 VILLAS-BOAS, Manuel, *“Os Magalhães: sete séculos de aventura”*, 1998, página 501

11 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 252

[44]



S/ Escala N

Fig. 10 - Planta de localização de Amarante, Terras Senhoriais que a envolvem

*Gonçallo...*¹² Com a fama da chegada de Gonçalo a Amarante, em 1250, define esta zona para sua morada e recolhimento.¹³ Angaria dinheiro junto das famílias mais abonadas para construir uma ponte de granito sob o rio Tâmega, este feito tornou-o à vista do povo um santo,¹⁴ transformando esta zona de fácil acesso para a construção de um novo núcleo urbano. Em 1540, sob a ermida medieval e sepultura, durante o reinado de D. João III (1521-1557), este ordena a construção do mosteiro e igreja de adoração a S. Gonçalo, entregue à ordem de S. Domingos, concluído no fim do século XVI. A ponte de granito que S. Gonçalo mandou construir com ajuda de esmolas, alagou em pleno inverno de 1763, devido a uma cheia do Rio Tâmega. Em 1782 dá-se uma reconstrução da ponte, com o projeto de Carlos Amarante¹⁵ é o que ainda hoje conseguimos observar, um exemplo de arquitetura civil, com três arcos desiguais, um tabuleiro horizontal de cinquenta metros, assente em pilares reforçados por contrafortes, sendo os quatro varandins semi circulares o mais característico desta ponte. Após a invasão, colocaram dois obeliscos barrocos; um que retrata o episódio heroico da defesa da ponte e outro a sua construção. Em 1910 é classificada Monumento Nacional. Hoje, em conjunto com o Mosteiro de S. Gonçalo são o ícone da cidade.

Vários são os mosteiros que existem em Amarante, tanto da Ordem de S. Bento, como exemplo de S. Salvador de Travanca, Sto. André de Telões, Sta. Maria de Jazente, Sto. Salvador de Lufrei e Sta. Maria de Gondar e da Ordem de Santo Agostinho, Mosteiro de S. Salvador de Freixo e S. Martinho de Mancelos. (fig. 9) No século XIII surge um mosteiro mendicante feminino em Amarante da Ordem de Sta. Clara. Todas as fases pelo qual este passou, foram sempre com dificuldades, daí existirem registos e estudos que demonstram rendas mínimas e fome nas freiras que ali habitavam. “...alegando hum letreiro, que estava na parede da sua primeira igreja, que desia: Domina Mafalda me fecit. E da tradição do dito convento se conserva a memoria, de que a dita Rainha lhe lançara a primeira pedra, fizera a igreja e coro, onde havião 4 ou 5 cadeiras.”¹⁶, apesar de muitas contradições existirem sobre a influência da primeira rainha de Portugal na construção do Mosteiro de Sta. Clara, não existe um motivo explícito sobre o porquê do aparecimento de um convento neste local. Supõe-se que seria apenas para a criação de uma pequena ermida de adoração a um santo, visto que durante um longo período a área da cerca era tão estreita que nem um claustro possuía.

[45]

Ainda sobre a estrutura e função do convento, na dissertação de História sobre o Convento de Santa Clara, diz que: “O mosteiro de Santa Clara de Amarante dispunha ainda de um hospício para o capelão e confessor das religiosas... Esta dependência monástica, localizada fora de muros, terá sido edificada na Época Moderna, em data incerta. Fica voltada para o largo de Santa Clara e confronta, a Este, com a rua do Caminho Novo. O edificio em pedra granítica, actualmente na posse da família Van Zeller Macedo, é de planta retângular, possui 2 pisos e dispõe ainda de alguns terrenos anexos, delimitados por uns muros, em tudo semelhantes aos da cerca das religiosas.”¹⁷ Esta casa, atrás descrita na qual descrevem, seria as cavalariças da Casa Principal da família Macedo, a habitação do capelão localizava-se no andar superior da casa. Hoje esta habitação intitula-se de “Casa da Cerca”.

12 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 252

13 * Um local típico escolhido por eremitas, despovoados e perto de estruturas viárias importantes. O Beato Gonçalo, como era conhecido, ocupa uma ermida arruinada que existia dedicada a Nossa Senhora da Assunção, num local ermo, junto ao rio e com uma ponte devoluta, aí se instala e recupera o templo.

14 Disponível em: <https://www.cm-amarante.pt/pt/ponte-de-sao-goncalo> * A esta construção associa-se lendas e milagres de S. Gonçalo, como transportar enormes pedras com as mãos, fazer brotar água das pedras para matar a sede e convocar os peixes para servir de alimentação aos trabalhadores que construíam a ponte.

15 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_de_S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo

16 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 250

17 RIBEIRO, Daniel, 2011, página 163

[46]

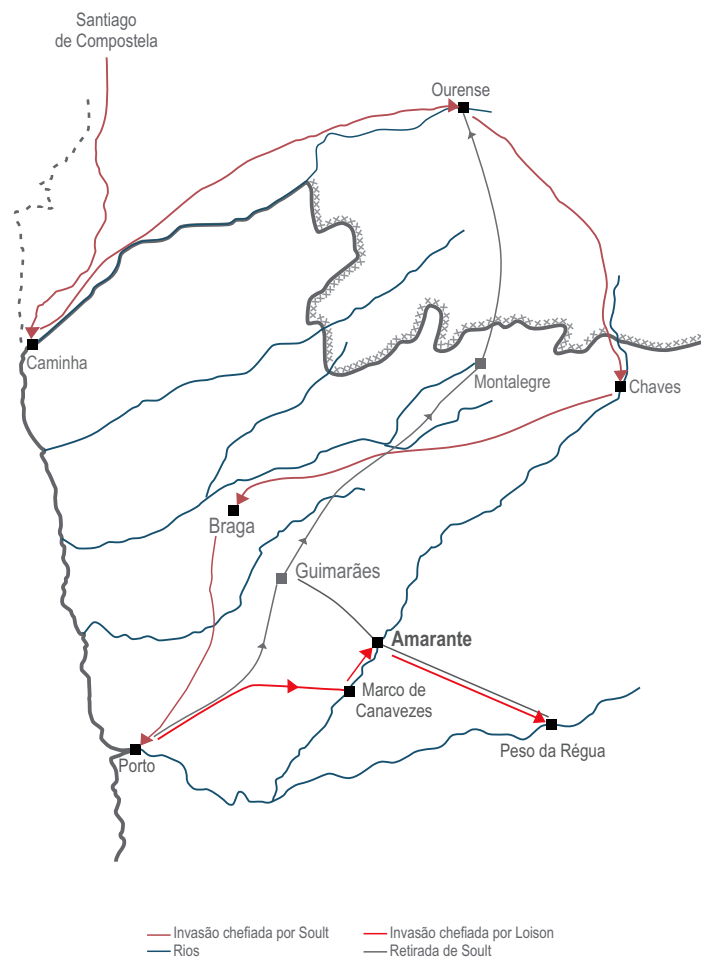


Fig. 11 - Planta Esquemática da II Invasão Francesa

No século XVII amplia-se o mosteiro, ocupando o espaço de uma vinha, estendendo-o. Em 1809, durante as Invasões Francesas o edifício ardeu na totalidade, como está descrito no livro sobre a História de Amarante: *“Tinha outro convento de Religiosas de Sancta Clara... que ardeu logo no primeiro dia que os francezes entraraõ na villa: tinha poucas freiras, as quaes se tinhaõ retirado alguns dias antes do que eles entrassem no Porto, estaõ no Monchique.”*¹⁸, Convento em Miragaia. Com tudo em ruína, foi impossível reerguer o mosteiro após as invasões, o que levou posteriormente a uma remodelação e adaptação para habitação familiar.¹⁹

As Invasões Francesas

Até 1800, Amarante evidenciava uma malha densa, muito concentrada e pouco habitada. O eixo romano continuava a ser a única rua principal, escura, sinuosa e íngreme com umas dezenas de casas senhoriais.

*“ todo o seu termo se compreende em hum terreno quasi circular de meio quarto de legoa de diâmetro na sua maior extensão; continha antes de ser encendiada 314 fogos; 62 meios fogos; 1376 almas: 566 do sexo masculino, e 810 do feminino: a continuação da rua, que entra pelo concelho de Gouvea, e vai acabar no de Gestaço teria pouco mais, ou menos entre fogos, e almas outros tantos habitantes como havia propriamente na villa, de modo, que antes de ser reduzida a cinzas pelos Francezes teria 628 fogos: 124 meios fogos 2752 almas: tinha dous conventos hum de Religiosos de S. Domingos, que a pezar de o estragarem muito os Francezes por dentro, como se não ateou o fogo que lhe lançaraõ na fugida...”*²⁰

Entre 1807 e 1810, Portugal enfrentou três invasões francesas. Na segunda Invasão, os franceses chegaram a Portugal em fevereiro de 1809. Após várias tentativas para entrar no Reino pelo Rio Minho em Caminha; foi através de Chaves que um exército chefiado por Soult, entraram em Portugal rumo ao Porto²¹. (fig. 11) No resto do país, encontravam-se outras forças portuguesas como em Braga chefiadas por Freire de Andrade e do lado esquerdo do Tâmega, em Trás-os-Montes, chefiada pelo Brigadeiro Silveira.

As forças napoleónicas dirigiam-se do Porto para o Marco de Canavezes e por fim Amarante. Precisavam de recuperar as ligações que tinham com Espanha e assim encontrar passagens ao longo do Rio Tâmega.²²

*“...pela parte de traz, e por onde ficava sempre o caminho livre para a gente poder depois de apertada passar á margem esquerda do rio, se houvesse tempo para esta disposição hir avante muito Francez havia de ficar reduzido a cinzas com o incendio da villa; mas quando estávamos apora de Joze de Macedo da Cunha á dar principio a esta manobra, e a mandar inutilizar este caminho que vai da rua pam o terreiro das Freiras, chegou hum homem com a noticia de que vira o inimigo chegar a villa-mea”*²³ Enquanto isto, em toda a Amarante fazia-se ouvir os sinos de alerta, para que no Largo de S. Gonçalo se juntassem forças para o que viria. Juntaram-se às pessoas importantes da terra e ao povo amarantino, forças dos concelhos vizinhos, Gestaço e Gouveia. Apesar de mal-armados e sem experiência, tinham a garra para enfrentar o exercício napoleónico. *“...cada pessoa do povo era hum soldado no valor, e cada hum dos Nobres Amarantinos era hum*

18 MAGALHÃES, Francisco de Azevedo Coelho de, 2008, página 35

19 A igreja continuou na sua função de culto e aberta ao povo até ao ano de 1962; devido ao alargamento da rua de Sta. Clara tiveram que anular uma parte da igreja. Atualmente, este edifício alberga a Biblioteca Albano Sardoeira e o Arquivo Municipal. A parte da igreja existente, ficou como marco histórico da passagem das invasões francesas por Amarante.

20 MAGALHÃES, Francisco de Azevedo Coelho de, 2008, página 35

21 Ibidem

22 Enquanto marchavam, Marechais Soult ouviu dizer que em Amarante se estaria a concentrar um exército, assim para estarem preparados para quando chegassem, enviou uma parte do seu exército comandada por Loison para o Vale do Tâmega.

23 MAGALHÃES, Francisco de Azevedo Coelho de, “História de Amarante”, 2008, página 156

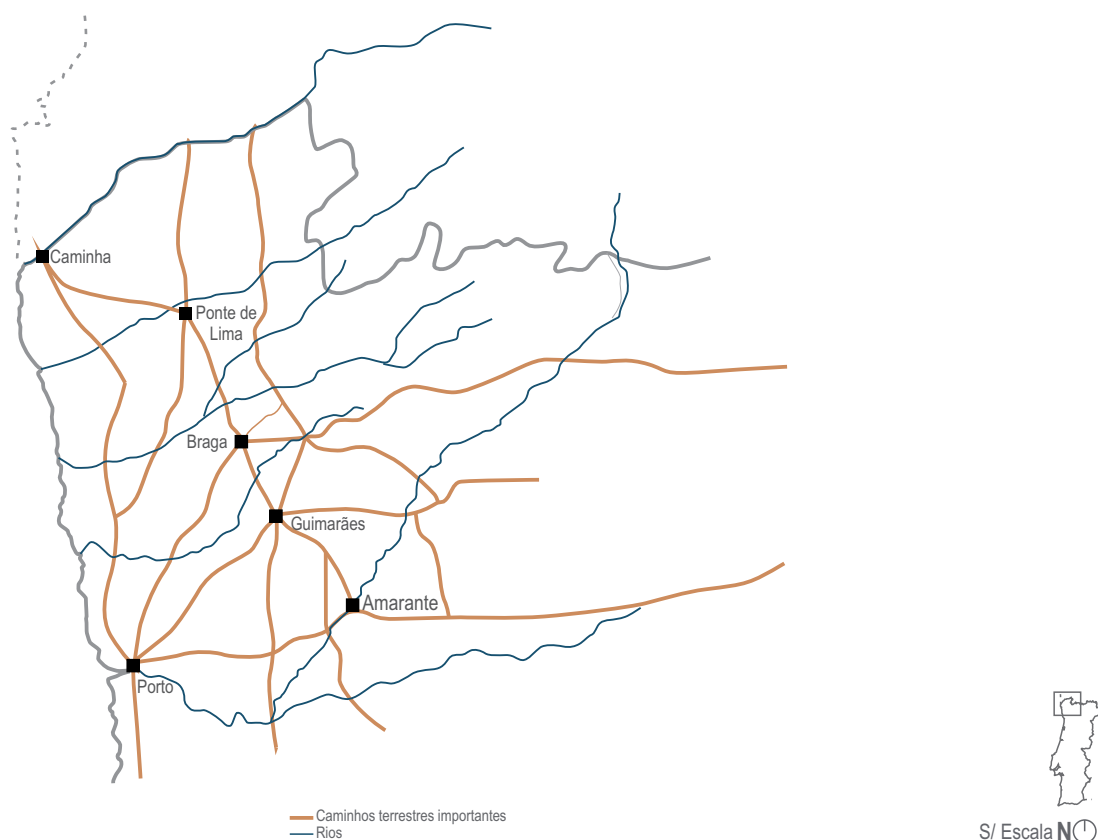


Fig. 12 - Planta Esquemática dos Caminhos Terrestres em Portugal

[48]

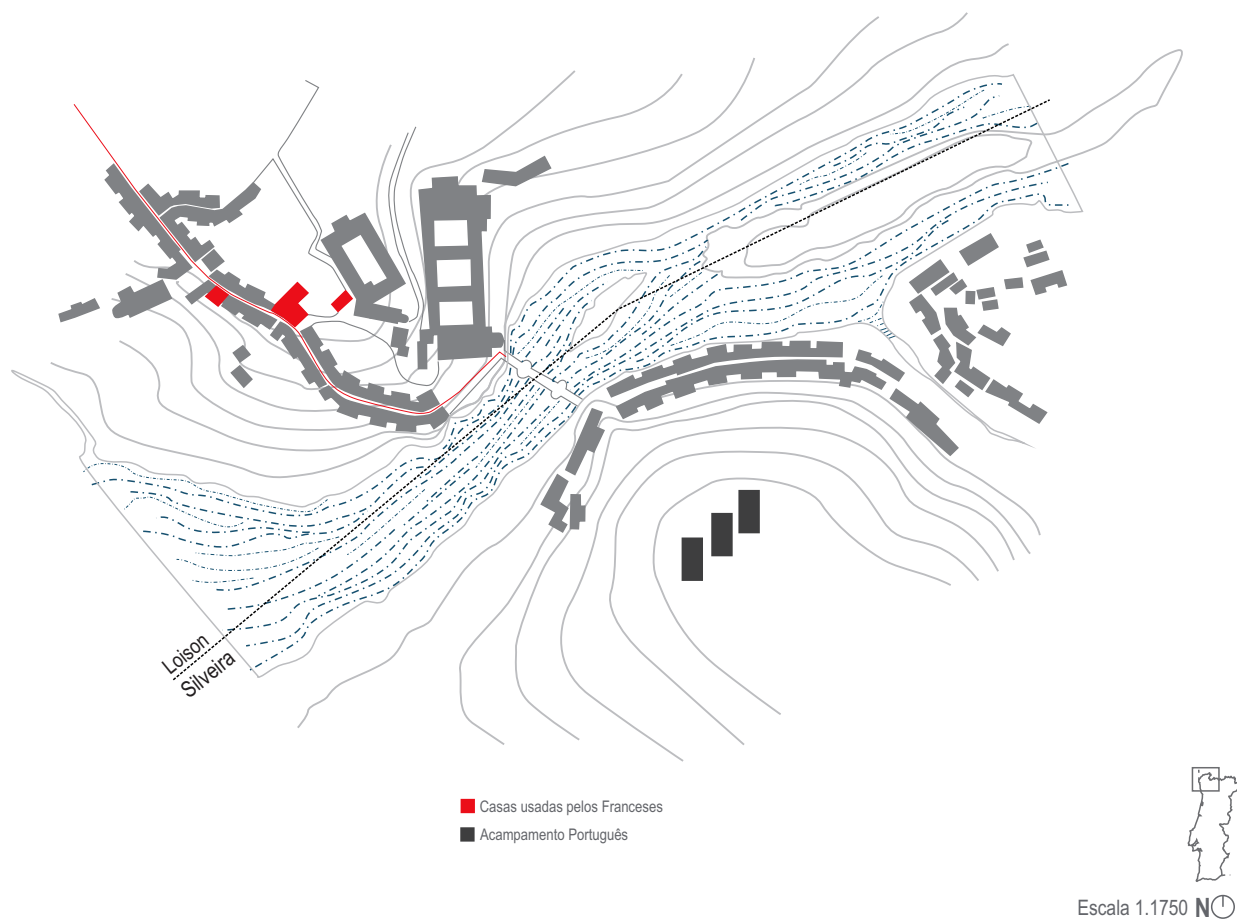


Fig. 13 - Planta Esquemática da Defesa da Ponte de Amarante

modelo de patriotismo..."²⁴

Durante todo o alvoroço que se sentia na villa, o Juíz de fora, Dr Teixeira Girão teria que pedir auxílio, mas por medo de Loison recusava-o a fazer, *"foraõ-lhe para isso mandados, elle repugnou fazello; lançou mão deles Luis de Macedo da Cunha, e partindo a casa do Ministro, lhe fez saber, que se não entrasse nos seus deveres por bem, seria compelido por força..."*²⁵, por fim acabou por pedir cooperação e juntaram-se perto de 10 mil homens para enfrentar o exército de Loison. A casa da família Macedo foi o ponto de encontro por diversas vezes, para organizarem a defesa amarantina, como está expresso no livro da história de Amarante, *"não era conveniente discutir em hum lugar tão público, correrão todos affeitos a casa do vareador Joze de Macedo da Cunha..."*²⁶.

Quando chegaram à vila de Amarante, incendiaram todas as casas da Rua Miguel Pinto Martins, deixando apenas para uso de hospital e quartel, duas casas, da família Vasconcelos e da família Macedo. (fig.13) Do ponto de vista estratégico, foi a melhor opção, ficavam resguardados e perto de um ponto alto para observar o que se passava do outro lado da margem.

*"Amarante foi o baluarte de todo o reino, attrahindo a si pela mais viva, e vigorosa resistência o grosso Exercito Francez, e impedio com seus fortes, e aturados ataques..."*²⁷ Apesar de os franceses terem conseguido passar a ponte, estes 14 dias²⁸ de tática portuguesa tornaram esta ocorrência na célebre: Heroica Defesa de Amarante. O brigadeiro Silveira (fig.16), conseguiu parar as tropas francesas no Alto Douro.

Com os grandes feitos que ocorreram em Amarante, Silveira ganhou o título de Conde de Amarante e General. A Vila de Amarante foi galardeada com a condecoração da Ordem da Torre e Espada, ainda hoje presente no brasão da cidade. (fig.15)

[49]

24 Ibidem, página 87

25 Ibidem, página 81

26 Ibidem, página 71

27 Ibidem, página 54

28 De 7 de abril a 2 de maio, os portugueses conseguiram impedir a passagem dos franceses, mas na madrugada do último dia, num nevoeiro serrado, junto ao entrincheiramento português que impedia a passagem da ponte, os franceses numa manobra de surpresa, colocaram barris de pólvora e desarmaram toda a barreira. Este acontecimento gerou o caos no meio das forças portuguesas e provocaram muitas baixas.

[50]



Fig. 14 - Planta para a Reedificação da Vila de Amarante, após Invasões Francesas com aproximação à Casa dos Macedos

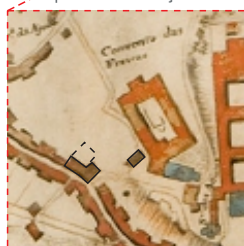


Fig. 15 - Pormenor da Planta para a reedificação da Vila de Amarante



Fig. 16 - General Silveira, Conde de Amarante

"De Vila Sinuosa a Princesa do Tâmega"

Após as invasões, os franceses deixaram Amarante em ruína, poucas foram as casas que sobreviveram ao massacre. No planeamento apresentado em 1816, aproveitou-se para reconstruir toda a vila, reerguendo-a tendo em conta as ricas paisagens que a envolvem.¹ (fig.14) Amarante apresentava um núcleo urbano apenas ao longo da sua rua principal (atual rua Miguel Pinto Martins), um desenho linear que atravessava as duas margens do Tâmega. Pelo delineamento da vila, a particularidade da existência de dois grandes volumes destaca-se no desenho; um junto à margem, Mosteiro de S.Gonçalo e outro num nível superior, o Convento de S.Clara, ambos do lado direito, que continham uma envolvente desocupada típica das cercas monásticas.

Na nova forma que a vila iria ganhar com o planeamento pós invasões, a rua Miguel Pinto Martins continuaria como sistema base na construção urbanística. Na análise a este documento, é a atual rua Cândido dos Reis que surge como novo elemento estrutural da vila; usando as condições morfológicas menos acentuadas estende-se ao longo da margem direita do rio. Neste novo desenho de Amarante pretendiam preservar a memória da ruína, o Solar dos Magalhães, foi um dos solares danificados com a Invasão Francesa. No lado esquerdo da margem a proposta é o alargamento da rua 31 de Outubro e a demolição de duas habitações e da velha igreja da Madalena. Deste lado do rio, localizavam-se os concelhos de Gestaço e Gouveia, separados por um ribeiro que em 1903, foi canalizado para o melhoramento do largo da margem esquerda, atualmente designado "*Largo do Arquinho*".

Através de uma leitura visual detalhada e permonorizada da planta da reedificação de Amarante, conclui-se que a imagem que corresponde à Casa dos Macedos e à sua envolvente não está definida e desenhada com rigor, devido à posição em que se encontra. O edificado desenhado em L não se encontra com a orientação exata da atualidade. (fig. 14)

Em 1855, extinguiram-se os municípios de Gouveia, Gestaço e Santa Cruz de Ribatâmega. Amarante aglomera algumas freguesias que pertenciam a Celorico de Basto. Amarante fica então formada pelas freguesias: S. Gonçalo de Amarante, Honra d'Ovelha, S. Maria de Bobadella, S. Pedro de Canadelo, Couto d'Aboim ou Codeçoço, S. André de Codeçoço, S. Pedro d'Aboim, Concelho de Celorico de Basto, S. Miguel de Freixo de Cima, Salvador de Freixo de Baixo, S. João de Gatão, S. Cipriano da Chapa, S. André de Telões, Salvador de Vila Garcia, Sta. Maria de Moreira do Castello, Sta. Maria de Rebordello.² Desde então, o concelho prolonga-se por uma área de 301,5 quilómetros quadrados, com 26 freguesias, conquistando assim, uma posição de destaque geográfica na região do Douro. (fig.17)

No fim do século XIX, dá-se o clímax cultural de Amarante, com o aparecimento do escritor Teixeira de Pascoaes, vizinho da família Macedo, nos primeiros anos da sua vida, e o pintor cubista e expressionista Amadeo de Sousa Cardozo que vivia em Vila Meã na casa de Manhufe. Estas celebridades eram presença assídua na Casa dos Macedos, onde se juntavam variadas vezes com outras pessoas que tinham mais poder e destaque cultural. De destacar que Amarante apresenta um elevado legado no que toca a personalidades ilustres a nível nacional, Agustina Bessa Luís, Alexandre Pinheiro Torres, António Carneiro, Acácio Lino, António Cândido e o Abade de Jazente.

"Amarante, no início do século XX, era uma Vila atravessada, em toda a sua extensão, por uma rua estreita, comprida e sinuosa. Desta mesma rua derivavam umas quantas outras, ainda mais estreitas e de difícil circulação. Autênticas

1 LEITE, Sara Mónica, "Arquitetura como um meio para a revitalização urbana: Projeto Estratégico para a Rua Teixeira de Vasconcelos, Amarante", 2017, página 33

2 MONTEIRO, António Adriano Monterroso, TEIXEIRA, Francisco, "Amarante passado e presente", 2016, página 19

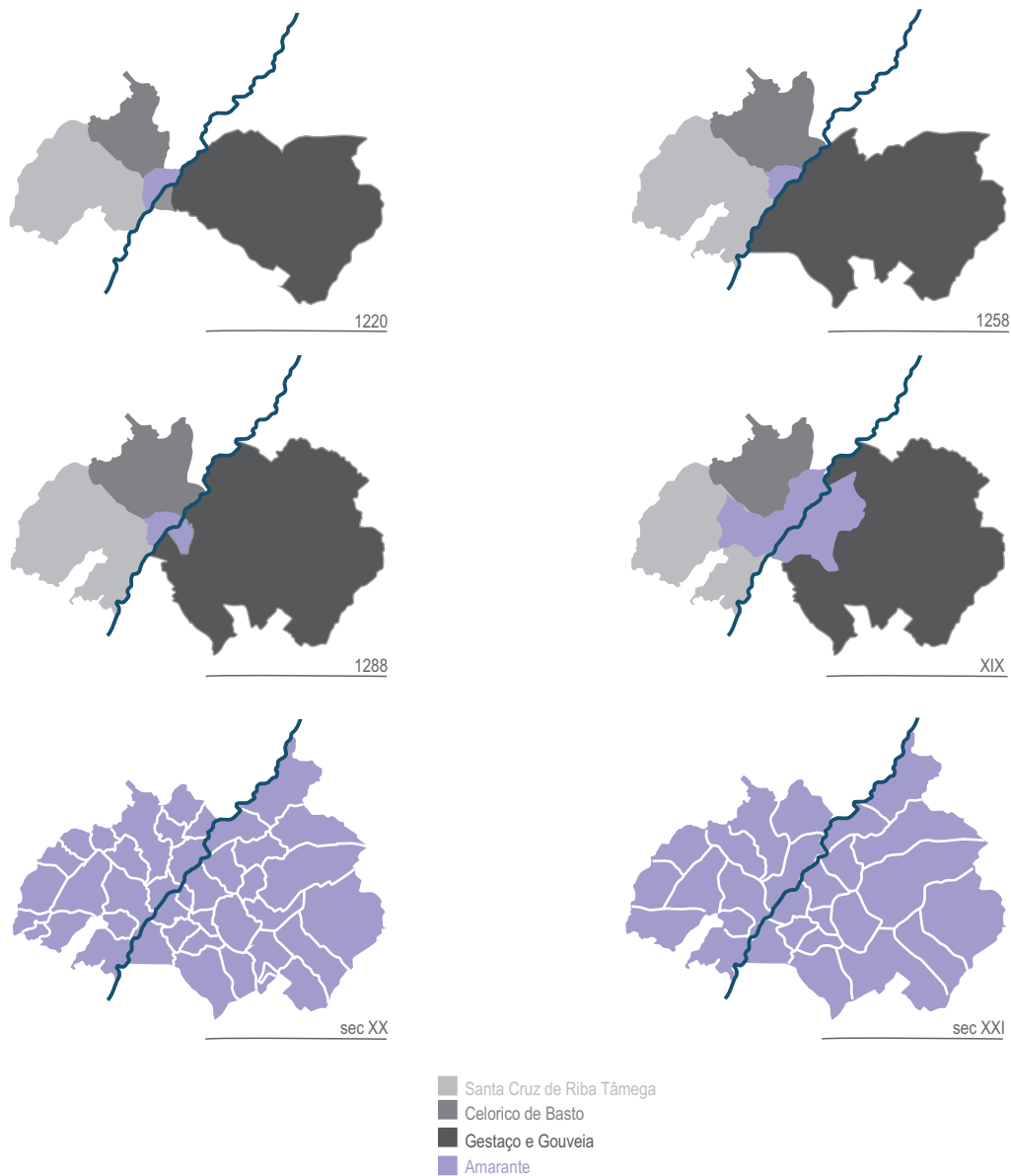


Fig. 17 - Plantas Esquemáticas da Expansão de Amarante ao longo dos séculos



Fig. 18- Estação dos Caminhos de Ferro de Amarante



Fig. 19- Fábrica Tabopan

quelhas e ruelas faziam a ligação entre si, ligando casas senhoriais a tascas e albergarias, a açougues e barracas, igrejas e capelas."³ Alguns anos depois, devido à integração dos caminhos de ferro (1909) originou-se um crescimento acelerado a nível industrial na vila. Estendeu-se o núcleo urbano até então construído para norte, com a criação de fábricas em zonas mais afastadas.⁴

*"Amarante era, então um espaço ambíguo, de contiguidades e sobreposições, que as reformas do Constitucionalismo, de algum modo, esclarecerão na ampliação da sua territorialidade."*⁵

Em dezembro de 1974, Amarante recebe no seu centro histórico, uma proteção como Imóvel de Interesse Público. Neste está incluído o conjunto arquitetónico da Casa dos Macedos. Amarante, adquire o estatuto de cidade a 8 de julho de 1985.

Amarante Senhorial

*"Esta freguesia he parochia de muitas pessoas nobres, algumas das quaes tem escudos de armas nas suas cazas e, ao presente, se achão doze casas"*⁶

Sob a aparente uniformidade que os planaltos e as altas montanhas que caracterizam esta zona do Tâmega e Sousa, descobre-se uma terra de profundos contrastes a nível geográfico e principalmente social. Grande parte do património religioso já se encontra estudado e documentado, como é exemplo a Igreja de S. Pedro, S. Domingos, Igreja da Misericórdia, Mosteiro de S. Gonçalo, Convento de Sta. Clara, a Ponte de S. Gonçalo, o Solar de Magalhães e a Casa Teixeira de Pascoaes que surge no livro de Carlos de Azevedo e Anne Stoop. Todos estes se encontram num pequeno raio de 2km, o que revela uma grande concentração de património no centro de Amarante.

*"A relação da família com a casa é importante."*⁷ Na história Amarantina, afirmam que os primeiros senhores nobres que ali chegaram foram os Sousa ou Sousões, mas através da sua posição geográfica, Amarante desenvolveu-se e albergou diversas pessoas nobres, desde militares importantes, religiosos e letrados. Originários das Terras de Basto, os Sousas tiveram grande impacto no Norte do país, em pleno século XI com D. Egas Gomes de Sousa, Senhor de Novelas e Felgueiras e comarca de Douro e Minho. Devido à proximidade geográfica, assentaram em Amarante. *"Aos olhos dos genealogistas de todas as épocas, a estirpe medieval dos Sousões ocupam, pelo seu poder e prestígio, um lugar ímpar no seio da nobreza portugalense"*⁸

*"...o que tudo isto fez com que se povoassem todos os contornos desta villa de muitas pessoas illustres."*⁹

A definição de família nobre está ligada ao conceito de casa nobre, ou solar. Esta designação é particularmente usada no norte de Portugal, onde estas famílias ostentavam a sua nobreza através das pedras de armas que decoravam de forma exuberante as suas fachadas ou portais. No centro de Amarante, mais propriamente na primeira via a ser construída nesta cidade, as casas situam-se à beira desta, aclamando assim o seu estatuto social e a sua fortuna aos olhos de toda a sociedade. A cidade de Amarante, é caracterizada por terrenos fortemente inclinados, com grande exposição solar, clima

3 *"Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia", 1998, página 614*

4 * Em 1929 fundada por um artesão nasce a maior fábrica de madeiras da zona, tomando Amarante num forte meio económico. A conhecida Tabopan tomou posse de uma grande parte de Amarante, atualmente continua a ainda a existir só que se mantém ao abandono desde os anos 90, também nesse ano, dá se o encerramento do troço entre Arco de Baúlhe e Amarante, desde 2011 que é utilizado o antigo canal da via férrea como Ecopista do Tâmega, um percurso de 51,3km.

5 *"Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia", 1998, página 614*

6 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 302

7 BINNEY, Marcus, 1978, página 6

8 Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/27949/4/3_As%20fam%C3%ADlias%20da%20funda%C3%A7%C3%A3o.pdf

9 *"Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia", 1998, página 614*

[54]



Fig. 20 - Rua Miguel Pinto Martins, século XX

quente e seco. Estes atributos são os traços principais da cultura da vinha. Esta característica, em pleno Norte do país fez com que ao longo do tempo mais famílias se concentrassem nestas terras. Esta cultura para além das transformações paisagísticas também trouxe uma conversão a nível social. A expansão da vinha fez com que as povoações também implementassem a criação de gado e cultivassem diversos cereais, essencialmente milho. Viviam do que a terra lhes fornecia. *“De um modo geral, esta gente tem bens de raiz e rendimentos da terra”*¹⁰ O vinho impôs transformações alterando a forma de povoamento. Várias são as casas dispersas pela costa vinhateira o que gerou maior mobilidade e como consequência mais estradas. O povo de Amarante e muita gente da zona dos Trás-os-Montes criaram um fluxo sazonal com o comércio do vinho, pelo facto da cidade do Porto ser o centro deste negócio. Amarante usufrui de todas as características típicas da vinha e encontra-se num ponto favorável geograficamente em relação ao Porto, o que gerou que grandes famílias investissem em terrenos nesta zona, e consequentemente crescesse de forma exponencial a partir do século XVII.

*“A verdade é que a casa nobre mais característica não é forçosamente o grande palácio, mas sim a casa desprestigiada da província, a casa simples e castiça, que até no seu carácter mais rude melhor revela as possibilidades e limitações dos nossos construtores e que também melhor define um estilo de vida português.”*¹¹

As famílias abonadas possuíam vários terrenos pela montanha e pelo vale, onde estes residiam no centro da vila, tendo a necessidade de recorrerem a troca de produtos entre as zonas. A zona da montanha era rica na produção agrícola e as suas casas eram maioritariamente mais pobres onde se refletia pelos efeitos climáticos. *“Na escala social e hierárquica do Antigo Regime, abaixo da nobreza titulada surgia imediatamente a nobreza de solar. Na ordem descendente, após os títulos menores (visconde e barão) atribuídos pelo monarca para vigorarem durante um período por ele determinado, situava-se a nobreza sem títulos: a velha nobreza rural e hereditária – a nobreza de solar. Ao contrário da nobreza titulada em geral, e da Grande Nobreza em particular – possuidora de várias quintas, comendas e cargos na corte, para além das rendas em géneros e em dinheiro provenientes desses domínios dispersos pelas províncias – a pequena nobreza rural vivia fundamentalmente do seu solar: da sua quinta e das rendas em géneros das terras anexas.”*¹²

[55]

Os caseiros destas casas, pagavam as suas rendas aos senhores da casa, através dos produtos que a terra produzia. Esta procura de terrenos em grandes vales, provocaram a criação de um povoamento aglomerado e com isso grandes rivalidades. Dessa consequência, o exemplo amarantino foi o antagonismo entre as duas famílias mais conceituadas da zona: *“cedo se estabeleceu uma nítida divisória entre as principais famílias, de um lado os Magalhães, do outro os Vasconcelos...”*¹³, no qual a família Macedo sempre se manteve neutra, embora se notasse uma clara proximidade à família Vasconcelos, analisando a árvore genológica. A família de Vasconcelos era vizinha da Casa dos Macedos, 20 metros os separam. Para além da família ter grande afinidade, também têm em comum terem sido ambas as casas que resistiram ao massacre das invasões francesas de Amarante. Pessoas de grande intelecto, com grandes cargos na corte amarantina e agricultores abastados, tinham vários aliados. Compareciam frequentemente à Casa dos Macedos, principalmente no final do século XIX com João Pereira Teixeira de Vasconcelos, mais conhecido como o pai do ilustre amarantino, Teixeira de Pascoaes.

Durante o Antigo Regime (XVI a XVIII), o governo municipal organizava-se a partir das elites locais. *“Os estratos*

10 MATTOSO, José, *“História de Portugal 3º volume, no Alvorecer da Modernidade 1480-1620”*, 1994, página 496

11 AZEVEDO, Carlos de, 1988, página 9

12 *“Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia”*, 1998, página 142

13 VILLAS-BOAS, Manuel, 1998, página 508

[56]



Fig. 21 - Rua Cândido dos Reis, Amarante com o transporte do Vinho para a Casa.

superiores da sociedade encontravam-se desde há muito delimitados. Um grupo que lhe é inferior ganha importância no decurso do século XVI: o da gente nobre da governança das terras. [...] Os mais honrados, os principais, os cidadãos que andavam na governança da terra, dispunham de um mando efectivo e acatado: guardas-mores da saúde, ocupando desde 1569 importantes postos militares nas ordenanças, controlando o processo de cobranças...”¹⁴ O Antigo Regime caracterizava-se por um predomínio da agricultura e pela expansão do capitalismo comercial. A sociedade era hierarquizada e organizada rigorosamente em três ordens: o clero, a nobreza e o povo. Na vila de Amarante essas divisórias eram notórias: “Havia um fosso profundo entre as casas: uma minoria de casas eram ricas ou abastadas; a maioria eram pobres ou remediadas; para além de existirem indivíduos sem casa, isto é, camponeses sem terra.”¹⁵

“Esta sociedade de violentos contrastes e conflitos já se encontrava, porém, legalmente estabilizada. Cada um sabia, à partida, o lugar que lhe estava reservado, pelo nascimento ou ocupação. Sociedade inscrita nos ideais e nos comportamentos dos que a regiam, a que a realidade se conformava.”¹⁶

Durante a época da dinastia Filipina, a atividade da corte reduziu por completo, o que levou muita gente da antiga nobreza da corte, tivesse que regressar à província e aos seus domínios. A família dos Magalhães, por exemplo, criou “Casamentos e batizados que proporcionavam oportunidades de encontro entre parentes que viviam em diferentes regiões; e tais visitas davam origem a outros tantos contactos com outras famílias nobres que, por sua vez, levavam ao arranjo de mais casamentos. A calça e a gestão de terras proporcionavam também oportunidades de convívio entre os homens da família e as cerimónias religiosas centradas nos mosteiros e igrejas, que eram padroados de famílias, ocasionavam encontros familiares mais vastos.”¹⁷

Em pleno reinado de D. João V (1706-1750), com o absolutismo iluminado “o chamado despotismo esclarecido surgiu em países da Europa, essencialmente agrícolas, como Portugal...”¹⁸, esta separação na hierarquia é enaltecida com o aumento dos juizes de fora nas zonas mais interiores do país, consequência desta era absolutista. “... a vila e concelho de Amarante aparece-nos rodeado de um território rural onde se encontra instalada uma vasta rede de casas e quintas, solares, morgados de primeira e segunda nobreza territorial, que acompanham de perto a gestão das suas casas e que para a afirmação social e política das suas famílias busca participar na vida política municipal.”¹⁹ Em Amarante também se consta este acréscimo na família Macedo, a partir do ano de 1700, as gerações iam pertencendo à elite municipal. Era típico passar de geração em geração para prevenir que pessoas nobres exteriores retomassem os cargos de poder: “Desde logo ressaltam nomes como o de José de Macedo da Cunha Coutinho, classificado como ilustre e nobre, tanto ele como os seus antepassados. José de Macedo da Cunha Coutinho, viu o seu nome ser referenciado em diversos processos eleitorais, entre 1800 e 1814, tendo mesmo exercido o cargo de vareador em três ocasiões.”²⁰

[57]

Freguesia de S. Gonçalo

Durante o século XVI e XVII, Amarante estava rodeada de terras com gente nobre devido à ocupação de gente importante de terras vizinhas. Várias são as casas nobres que se construíram adjacentes à via romana que a atravessa em toda a sua extensão.

14 MATTOSO, José, 1994, página 495

15 “Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia”, 1998, página 139

16 MATTOSO, José, 1994, página 581

17 VILLAS-BOAS, Manuel, 1998, página 520

18 Disponível em: <https://historianove.webnode.pt/news/o-absolutismo-iluminado>

19 “Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia”, 1998, página 61

20 Ibidem, página 69



Fig. 22 - Brasão da Freguesia de S. Gonçalo



Fig. 23 - Solar dos Magalhães



Fig. 24 - Casa na Rua do Seixedo



Fig. 25 - Casa da Misericórdia

Casa da Portela



Fig. 26 - Casa da Portela ainda em ruína



Fig. 27 - Casa da Portela 2020



Fig. 28 - Casa dos Vasconcelos
«Aqui Nasceu Teixeira de Pascoaes»

Armas dos Peixotos, Pintos, Pereiras
e Vasconcelos e timbre dos Peixotos.



Fig. 29 - Casa da Rua Miguel Pinto Martins
ainda em ruína



Fig. 30 - Casa da Rua Miguel Pinto Martins



Fig.31 - Armas dos Magalhães e Queirós com timbre
dos Magalhães.

Nos seguintes parágrafos será descrito as casas de elites distintas, que representavam Amarante no início do século XVIII, como também os seus brasões que decoram a rua. Esta caracterização será resumida, tendo em conta o que está escrito no livro *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*:

Na rua do Seixedo, início da rua principal de Amarante, o Solar dos Magalhães (atualmente em ruína), é uma casa senhorial da segunda metade do século XVI, que se destaca pela sua composição da fachada principal, com seis arcos no piso inferior e uma logia no andar nobre. Este edificado tornou-se símbolo da resistência dos amarantinos face à Invasão Francesa. De seguida, adossada a este solar, existe uma Casa Nobre, com o brasão de armas, das famílias Sosas Chichorros, Ferreiras e o timbre do leão dos Sosas. Imediatamente a seguir, surge a casa de Fernão Magalhães e Meneses, militar, administrador colonial e Chefe do Estado Maior do Porto. Desta família derivam várias ramificações de valor importante, com títulos como: Fidalgo da Casa do Rei, Familiar do Santo Ofício, Cavaleiro da Ordem de São Tiago e Capitão-mor das Vilas de Basto. No cunhal da casa insere-se o brasão: armas dos Magalhães, Coelho, quinas reais dos Sosas, Meneses e o timbre da donzela de Meneses. Fernão Magalhães e Meneses foi o último senhor dos vínculos e morgadios da família. Para além desta casa, foi proprietário do Paço dos Vilas Boas em Barcelos, a Casa de Alvelos e a Torre da Faia, ambas em Freixo de Baixo de Amarante, revelando um valor a nível nacional.

A Casa Nobre seguinte, pertence a Luís Cerqueira Mendes de Vasconcellos e o seu brasão compreende as armas dos Cerqueiras e Magalhães com timbre dos Cerqueiras. O seu herdeiro tornou-se Capitão-mor de Gestaço, o que revela um início de uma atividade de renome a nível municipal. Ali perto está a casa do Reverendo Manoel de Magalhães de Meneses, Reitor da igreja de St. André de Telões. No meio da sua fachada, está um brasão com as armas dos Magalhães e dos Cerqueiras com timbre dos Magalhães.

Na rua da Portela “*estão as casas grandes, que mandou fazer o Doutor Manuel Cerqueira, Mestre Escolla de Evora [...] entre as janelas da primeira sala, está hum escudo com as armas dos Cerqueiras e o seu timbre.*”²¹ Na Casa da Portela, casa de Gonçalo Peixoto de Vasconcelos, bisneto paterno do segundo senhor da Casa da Portela, revela que esta já existia devido ao seu casamento feito em Amarante em 1618²². Sobre a porta que dá acesso à rua principal de Amarante, está um escudo com as armas dos Peixotos, Pintos, Pereiras e Vasconcelos com timbre do Peixotos.

Na rua de S. Pedro, existem duas casas que pertenceram a Hyacyntho Teixeira de Magalhães, Fidalgo da Casa Real. Entre as janelas de uma das casas, está inserido um escudo com as armas dos Magalhães e Queirós com timbre dos Magalhães. Nesta mesma rua situa-se o objeto de estudo desta dissertação - A Casa dos Macedos, inserida neste contexto nobre.

Na rua da Retorta, estão umas casas que foram de Rui Borges, Abade de Jazente, que deixou de herança para a Santa Casa da Misericórdia (fig. 25), onde está inserido o brasão de armas dos Borges.

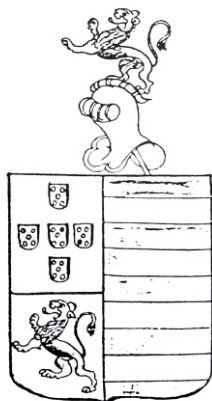
Na rua de S. Gonçalo está uma casa que pertencem ao ramo familiar dos Macedos. Esta habitação pertence a Luís da Cunha Coutinho, “*em as quaes está hum escudo ovado, no 1º e 4º as armas dos Carvalhos, no 2º dos Coutinhos e no 3º dos Cunhas e tem seu murrião sem timbre.*”²³ Ainda nesta rua, estão duas moradas das casas de Luís Cerqueira Mendes de Vasconcelos com armas dos Cerqueiras e “*ultimamente estão humas casas, no citio que chamão os Lodos, indo para São Pedro, junto ao açougue*”²⁴ e por fim “*ainda que as casas de Antonio Botelho de Queiroz Pimentel, citas no Terreiro das Freiras desta villa, ao presente não tenham escudo de armas, como são das principaes desta villa, será razão fazermos*

21 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 305

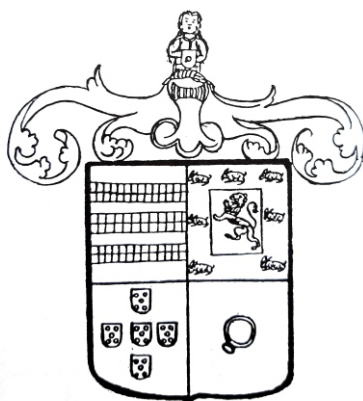
22 Disponível em: <https://gw.geneanet.org/laq?lang=es&n=pereira&oc=0&p=baltazar+peixoto>

23 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 311

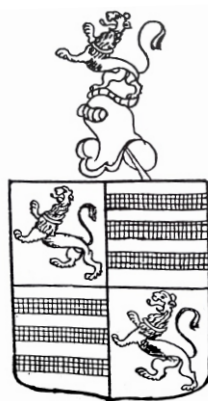
24 Ibidem, página 312



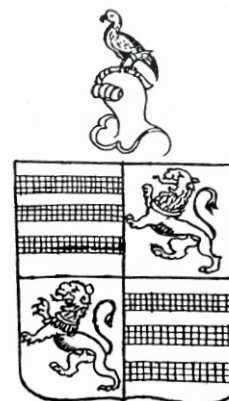
Brasão das famílias Sosas, Chichorros, Ferreiras e o timbre do leão dos Sosas.



Armas dos Magalhães, Coelho, Quinas reais dos Sosas e Meneses com o timbre da donzela de Meneses.



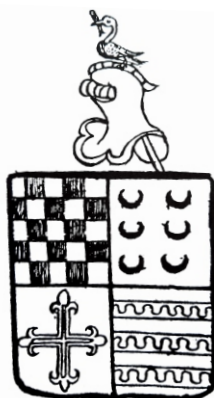
Armas dos Cerqueiras, Magalhães e timbre dos Cerqueiras.



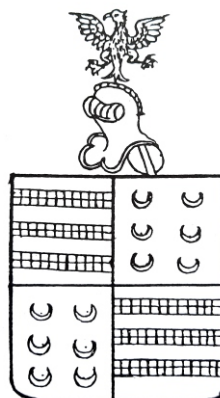
Armas dos Magalhães e Cerqueiras e timbre dos Magalhães.



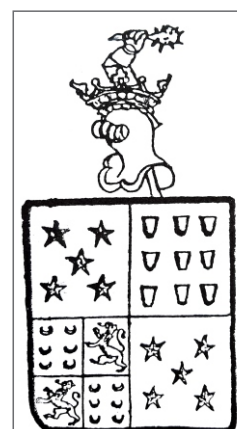
Armas e timbre dos Cerqueiras.



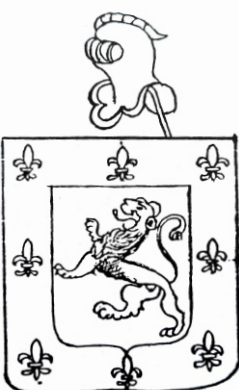
Armas dos Peixotos, Pintos, Pereiras e Vasconcelos e timbre dos Peixotos.



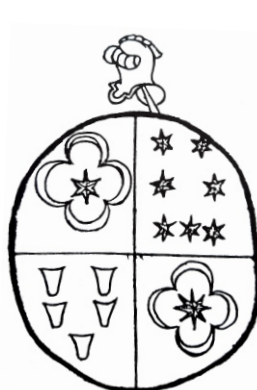
Armas dos Magalhães e Queirós com timbre dos Magalhães.



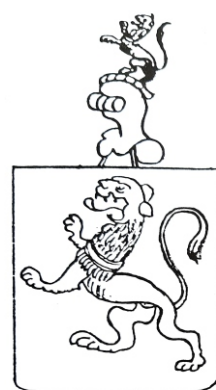
Armas dos Macedos, Cunhas, Queirós e Coutinhos com timbre dos Macedos.



Armas de Borges, sem timbre.



Armas dos Carvalhos, Coutinhos e Cunhas, sem timbre.



Armas dos Cerqueiras.

*também dellas memoria.”*²⁵

De forma geral, a freguesia de S. Gonçalo de Amarante, possuía gente importante da governança da terra e da nação, pessoas com cargos religiosos e militares. Deste meio, a família Macedo possuía grande parte de letrados, pessoas que tinham como principal vontade, a sua inclusão na cultura.

Macedos

A Família

Testemunhos relatam que a família Macedo terá tido a sua origem na Quinta da Aveleira em S. Clemente de Basto, Celorico de Basto. Luís Van-Zeller de Macedo em 2008, questionado sobre a descendência dos Macedos, diz: *“Se passaram ou não por S.Clemente e em particular pela vossa quinta da Avelheira é uma hipótese que não refuto.”*²⁶. Ainda no mesmo contexto, diz que *“O facto de um filho desta ter sido Alcaide mor de Celorico de Basto,e de este ter casado bem perto em S.Gonçalo de Amarante,em 14-11-1621,com Helena da Cunha Coutinho,descendente por sua vez de Maria da Cunha 3ª-Senhora de Basto,tudo aponta para uma ligação dos nossos Macedos a Basto e concretamente a Celorico.”*²⁷ e possivelmente à origem da sua edificação da Casa dos Macedos em Amarante.

Inserido nos documentos do arquivo privado da casa, o casamento de Helena da Cunha Coutinho nascida a 25 de março de 1596, natural de S. Gonçalo, filha de António de Vasconcelos (uma das grandes famílias da época em Amarante), casa-se a 1621 em S. Gonçalo com Gaspar de Macedo Cerqueira, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, Alcaide-mor de Celorico de Basto, filho de Manuel Cerqueira e da sua segunda mulher Camila de Macedo, filha de Gaspar de Macedo e de Brites Alvares de Macedo *“...dos verdadeiros Macedos da vila de Basto”*. Estes primeiros senhores da casa concebem 10 filhos, sendo o Doutor Gaspar de Macedo da Cunha e Cerqueira o 2ª senhor da Casa dos Macedos. Típico daquela altura para se manter a nobreza, casa-se com uma prima D. Francisca de Andrade. Este casamento durou pouco tempo e casa-se a 2ª vez com D. Grácia de Queirós e Vasconcelos em S. Gonçalo de Amarante. Após estas alianças concebeu-se o brasão de armas da casa: Macedos, Cunhas, Queirós e Coutinhos.

[61]

Ao longo dos anos, os descendentes da casa casavam-se com familiares, gente da família Vasconcelos ou gente importante dos arredores; o interesse seria preservar a hierarquia que passava de geração: *“As preocupações diárias centram-se na administração das terras e das casas dos seus domínios; porém, a longo prazo, a organização de casamentos adequados à continuação das grandes linhagens era outra das principais ocupações dos chefes de prósperas famílias da província...”*²⁸ Tal aconteceu, com o 2º Senhor da Casa que anos mais tarde, ano de 1867, no casamento do Dr. Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho com D. Amélia Guilhermina Mendes, sua prima de segundo grau que veio do Rio de Janeiro aos 16 anos de idade, para se casar.

No século XX, Luís de Macedo da Cunha Coutinho, herda metade da Casa Principal juntamente com a sua irmã mais velha, D. Amélia Margarida da Cunha Coutinho. Com a Casa, herda também diversas propriedades, entre elas: Cabanelas em Freixo de Baixo e as quintas do Outeiro e Quintã em Telões.

Na família Macedo existiram personalidades importantes tanto a nível local como da zona Norte do país. A um

²⁵ Ibidem, página 313

²⁶ Disponível em: <https://geneall.net/pt/forum/147433/macedos-s-clemente-de-basto/#a200959>

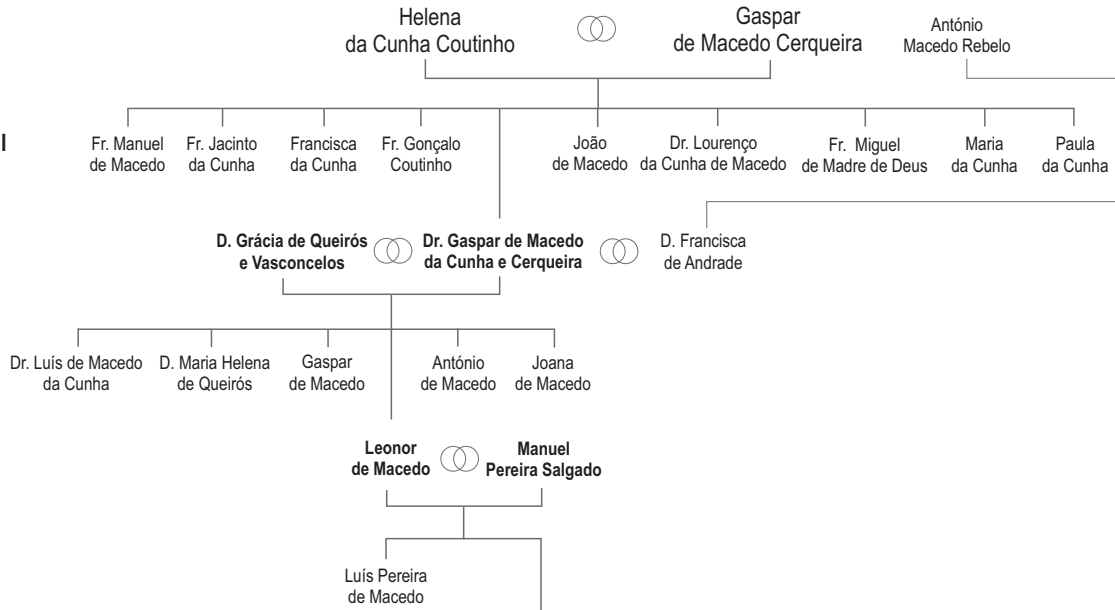
²⁷ CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 313

²⁸ VILLAS-BOAS, Manuel, 1998, página 520

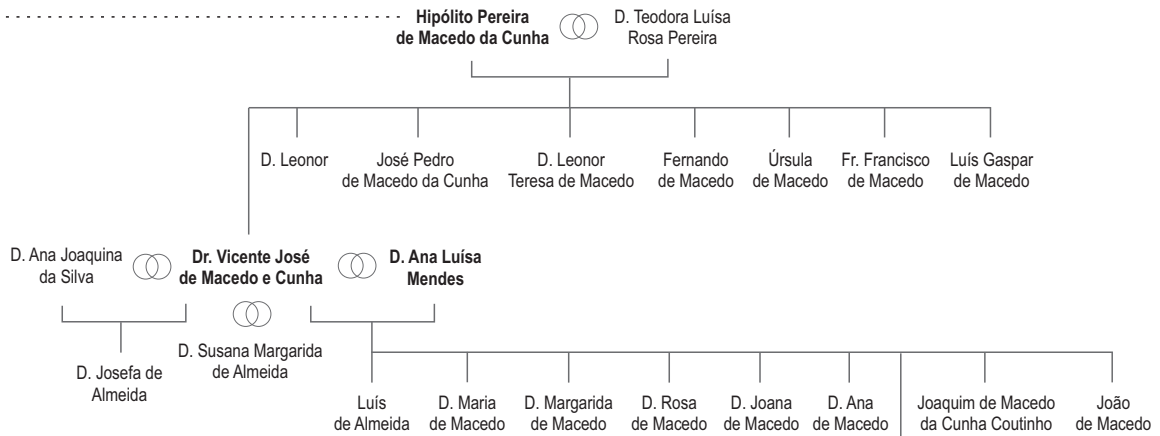
Amarante

Celorico de Basto

XVII

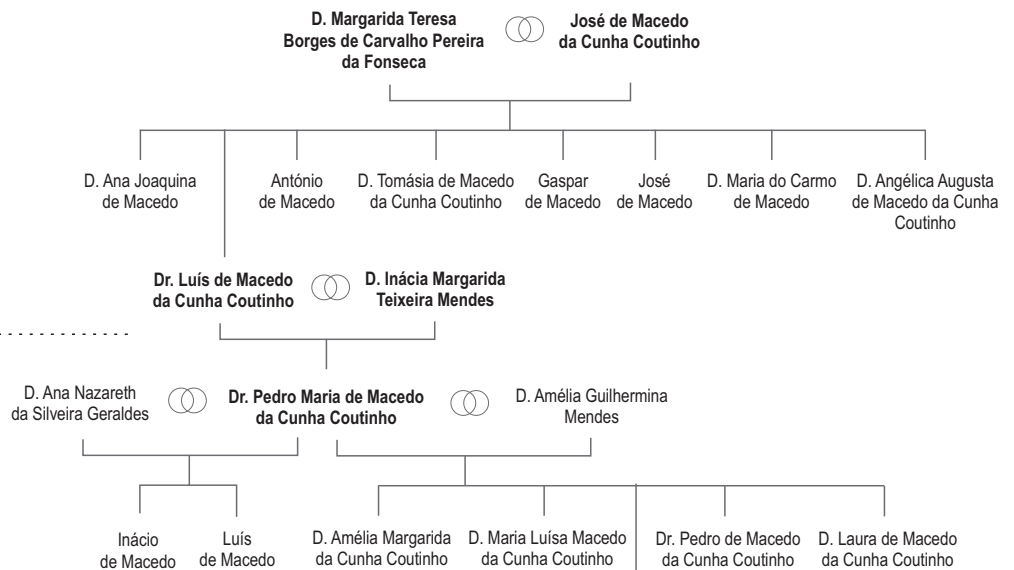


XVIII



[62]

XIX



XX

D. Maria Emília Van-Zeller

Luís de Macedo da Cunha Coutinho

nível mais abrangente: o 1º senhor da casa, Alcaide-mor de Celorico de Basto; o religioso “Frei Hyacintho da Cunha, bento, pregador geral e definidor e 31º Abade de Pombeiro”²⁹; o letrado “Doutor Gaspar de Macedo da Cunha natural desta vila, Juiz de Fora de Marvão e de Pinhel, Superintendente das decimas das comarcas de Lamego e Vila Real, Corregedor de Coimbra e Dezembargador do Porto, Aposentado”³⁰, nascido a dezembro de 1622; o Doutor Vicente José de Macedo da Cunha Coutinho nascido em 1727, Cavaleiro da Ordem da Cristo.

Na posição local, o Vareador Joze de Macedo que teve importância na defesa da ponte amarantina sob os franceses: “...assistirão com demonstraçoens de maior alegria, não deixando de dizer aquelle ao Vareador Joze de Macedo que se mostrava o mais intrépido, em particular, que cedo estava para ver a prova do seu corajoso valor; e logo depois de dissolvido como fica ditto aquelle ajuntamento, vieraõ todos para o terreiro de S.Gonçallo”³¹, o Doutor Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho, nascido em 1835 licenciado em medicina, possuidor de grandes quintas na zona de Amarante, que lhe davam estatuto de grande nobreza local. “Ora uma casa abastada compunha-se fundiariamente por mais de um casal ou unidade de exploração agrícola. Nem sempre, porém as terras duma casa estavam unidas. Em regiões minifundiárias era o inverso que acontecia: os campos duma casa dispersavam-se pelo espaço, por vezes por diferentes aldeias.”³². Por último, uma celebridade amarantina que foi a última viver de forma permanente na casa, D. Maria Eulália Van-Zeller da Cunha Coutinho, poetisa, escritora e professora. Uma das pessoas ilustres, com ramos familiares, é o Irmão de Maria Amélia Pinheiro Torres, Alexandre Maria Pinheiro Torres que é conhecido por ser um escritor, historiador da literatura, crítico literário português do movimento neo-realista.

A 7 de setembro de 1908, em Fânzeres junta-se à família de Luís de Macedo da Cunha Coutinho da família Van-Zeller, D. Maria Emília Família Clamouse Brown-Zeller, pessoa importante no ceio da cidade do Porto e Norte do país. Até aos dias de hoje, uma parte da família mantém os apelidos: Van Zeller de Macedo.³³ Nesse início do século XX, através da aliança do casamento do Engenheiro Técnico Manuel Van-Zeller de Macedo da Cunha Coutinho com Maria Amélia Pinheiro Torres, o ramo dos Pinheiro Torres une-se à família Macedos.

Os donos atuais da Casa dos Macedos, são os descendentes (oito filhos) do Eng. Manuel Van-Zeller de Macedo da Cunha Coutinho. A outra parte da propriedade ficou para os descendentes (três filhos) de Luis de Macedo da Cunha Coutinho.

[63]

29 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, 1992, página 318

30 Ibidem, página 320

31 MAGALHÃES, Francisco de Azevedo Coelho de, 2008, página 35

32 “Amarante Congresso Histórico 98, História Política Sociedade Economia”, 1998, página 140

33 * Esta família teve origem no século XII nas cidades flamengas de Mechelen e Nijmegen mas devido às guerras religiosas que assombravam a Europa (1524-1648) emigraram para Portugal. Em pleno século XVII tornaram-se na família com mais comerciantes do vinho do Douro e vinho do Porto, o que lhes reservou um nível na grande nobreza da cidade do Porto até ao tempo atual, conta-se 14 gerações consecutivas no comércio do vinho

[64]

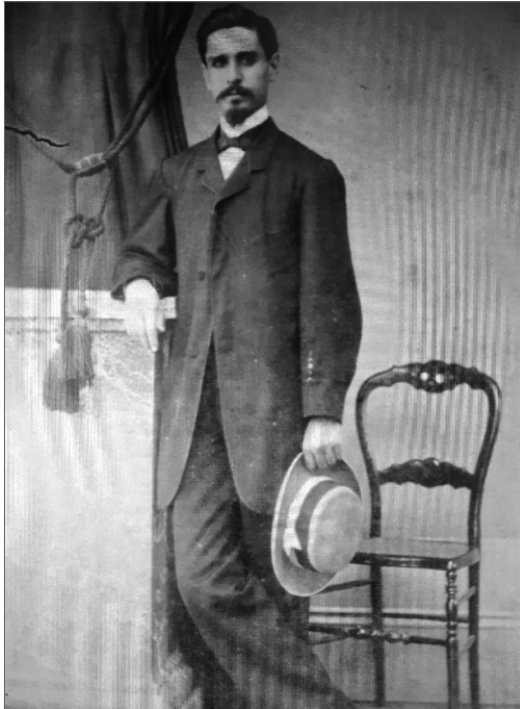


Fig. 33

**Dr. Pedro Maria de Macedo
da Cunha Coutinho**



Fig. 34

**D. Amélia Guilhermina
Mendes**



D. Amélia Guilhermina já viuva com os seus cinco filhos. (da esquerda para a direita): Luís de Macedo da Cunha Coutinho de pé, de seguida no colo, a mais nova Laura de Macedo da Cunha Coutinho, de pé a mais velha Amélia Margarida e Maria Luísa e sentado Pedro de Macedo da Cunha Coutinho



Fig. 35

Luís de Macedo da Cunha
Coutinho



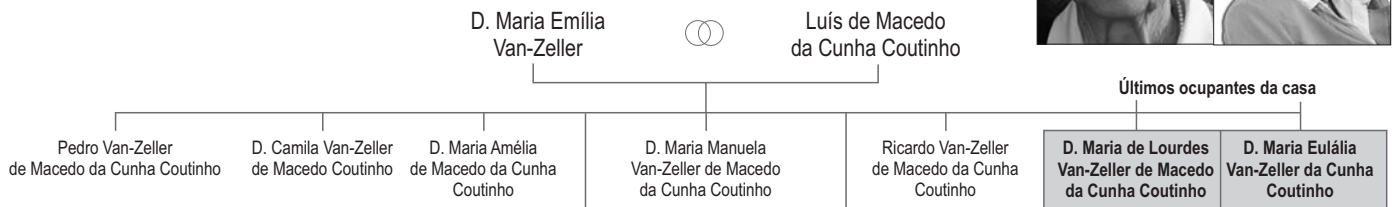
Fig. 36

D. Amélia Margarida

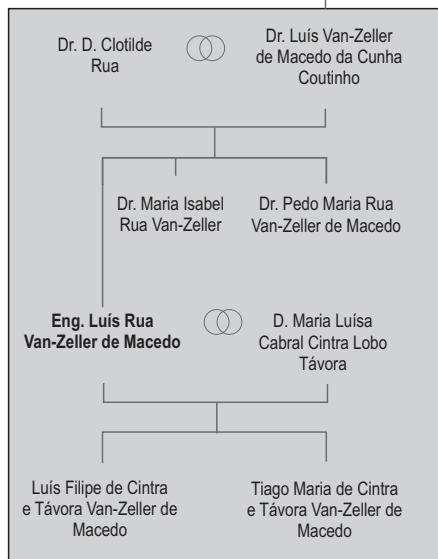
Filhos Herdeiros do Dr. Pedro Maria e D. Amélia Guilhermina

Fig. 37

Fig. 38



Sucessão da Família



Eng. Manuel Van-Zeller de Macedo da Cunha Coutinho

Maria Amélia Pinheiro Torres

Sucessão da Casa

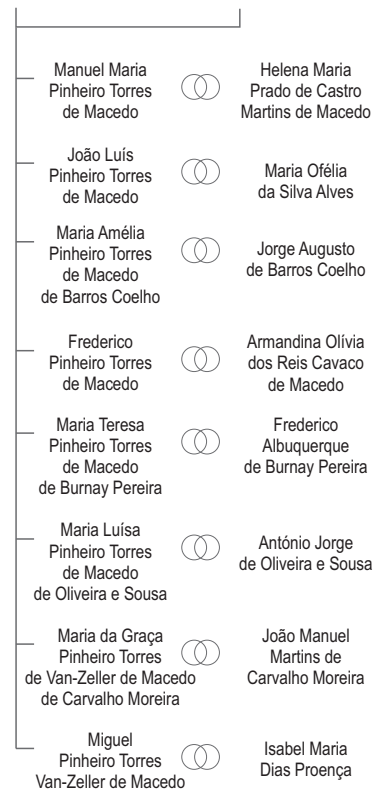
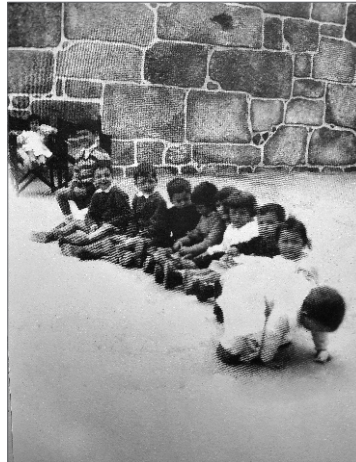


Fig. 39

"E eram assim os dias desta casa. Dias que decorriam simultaneamente lentos e breves. Dias que seguiam os ritmos secretos das quatro estações do ano. Dias de calores excessivos e de frios paralisantes. [...] Vivíamos na terra onde nada acontecia. E o viver tinha uma tranquila e transcendente importância."

MACEDO, Maria Eulália "Meninos"



[67]

Quintado Rangel *percepção*

casa de fêmeas

escadas

Espaço

Piso

Divisão

1 janela

3 portas

Nº de Vãos | Portas

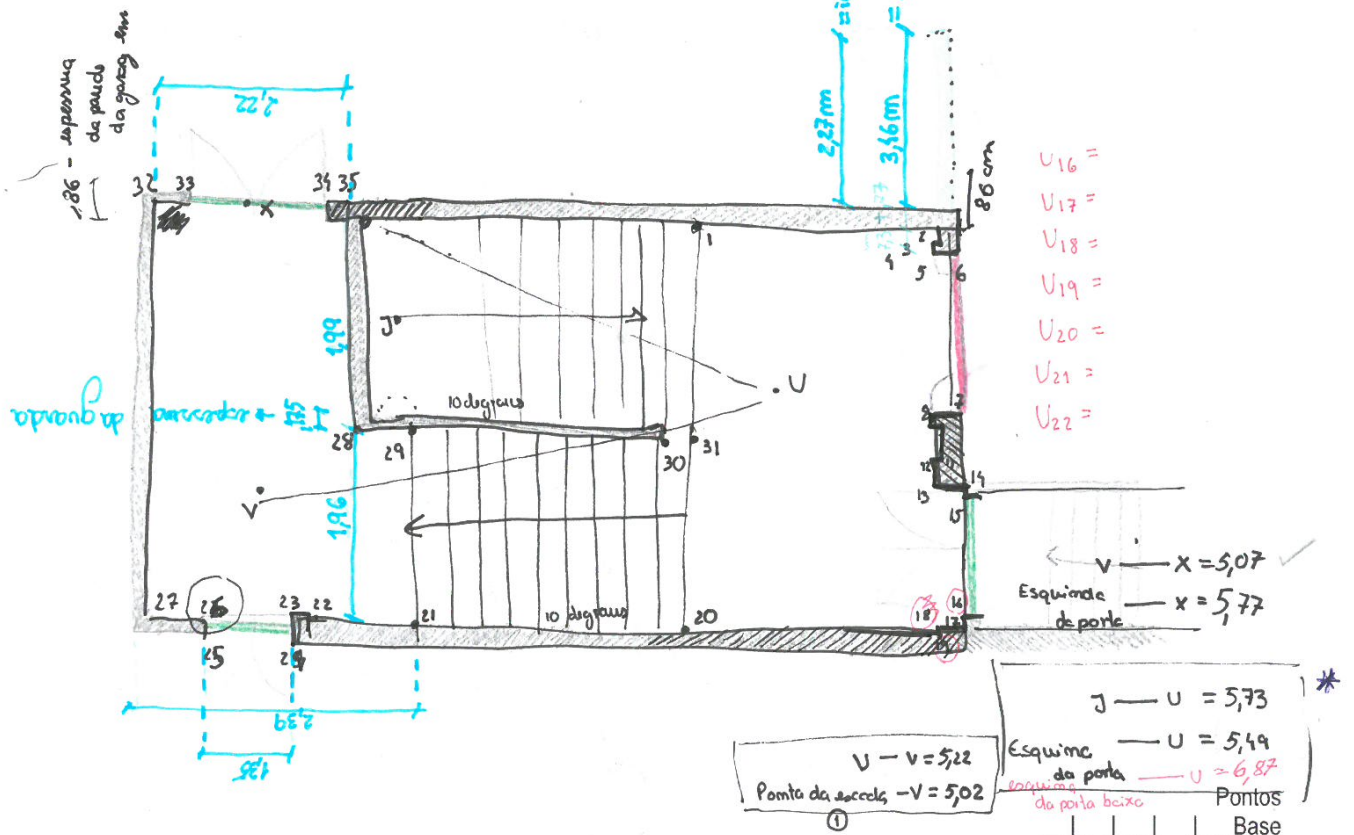
Nº de Janelas

Materiais - Parede
- Teto

26 mm x 40 data

Pé-direito : 3,85 mm cimo
3,50 mm baixo

Planta Píoo I



_O Objeto**Síntese do estado atual do Conjunto Arquitetónico**

Como já referido anteriormente, devido aos escassos documentos, não há registo nem provas das alterações feitas na casa, ao longo do tempo. Por conseguinte, recorre-se à análise visual do edificado, para que seja possível tirar mais conclusões. Para este objetivo, tanto o levantamento arquitetónico como o levantamento fotográfico, feitos originalmente para este trabalho de estudo, serviram como ponto de partida. O tempo dedicado a esta intensa fase, é fundamental para a investigação. Trata-se de um instrumento de desenho que serve para interiorizar e aproximar ao caso de estudo, de modo a esclarecer e descobrir muitas das suas particularidades que iam surgindo ao longo da análise.

Apesar de a casa não se encontrar em utilização permanente desde o ano 2011, ainda é usada para pequenas reuniões familiares, o que denota uma clara preocupação pela preservação, tanto do seu exterior como no interior, restaurando consecutivamente partes da casa.

A casa dispõe de 4 pisos (rés do chão, primeiro, segundo e terceiro andar), o levantamento planimétrico foi elaborado através de uma secção horizontal a 1,50 metros de altura de cada piso. Através da primeira análise geral ao objeto de estudo, foram realizadas folhas específicas para o levantamento arquitetónico, em cada folha estava inserida uma planta de localização, uma planta do espaço a levantar, um espaço pré-definido para colocar as medidas dos pontos principais.¹ Algumas das folhas contam ainda com desenhos pormenorizados dos vãos do espaço. Após desenhadas as plantas, definiram-se as secções para uma maior facilidade de trabalho no local. O último piso, devido à fraca qualidade dos materiais, é o único piso que se encontra abandonado e com materiais à vista, permitindo assim um levantamento mais rigoroso de elementos estruturais, até então escondidos com a preservação do local.

[69]

Para uma clara síntese do estado em que se encontra o objeto de estudo, optou-se por realizar uma explicação descritiva. Atribuíram-se designações aos dois volumes diferenciados, que correspondem exatamente às duas habitações existentes no conjunto edificado: a Casa das Tias e a Casa principal.

O conjunto arquitetónico tem a forma de L com aproximadamente 31 metros de comprimento e 24 metros de largura. Situa-se a partir do cruzamento de duas ruas, a Rua Frei José Amarante (antiga rua de Santa Clara) e a Rua Miguel Pinto Martins (rua de S. Pedro). Organiza-se a partir dum pequeno pátio de duas cotas, adossado à Rua Frei José Amarante, delimitado pelos seus vários constituintes, muros e gradeamento. A partir dele, é feita grande parte dos acessos às casas. A Casa Principal tem duas frentes de acesso importante; uma pela rua do pequeno pátio adossado à casa, onde existe uma pequena escadaria nobre e a outra na fachada da Rua Miguel Pinto Martins, com outro valor nobre, devido à sua simetria de seis vãos acentuada nas cornijas presentes em todo este alçado. O eixo da Quelha das Garridas (fig.42) enfatiza o valor simétrico desta parte do conjunto arquitetónico. Para além dessa parte do alçado, é também aqui que se insere a entrada da adega, onde antigamente se armazenava os cereais e o vinho que vinham das outras quintas da família e a tulha, ambas com dimensões consideráveis. Pelos contributos orais da parte da família, é na porta principal da fachada da rua de São Pedro (rua Miguel Pinto Martins) que entravam as carruagens para irem buscar os senhores da casa, que era típico dessa altura, como descrito no livro *A arquitetura Barroca em Portugal*: "É uma construção urbana e por isso a ordenação geral é

[70]



Fig. 42 - Quelha das Garridas

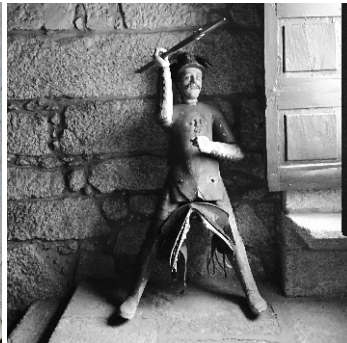


Fig. 43 - Estátua de S. Jorge - Casa dos Macedos



Fig. 44 - S. Jorge no cavalo

dispar em relação aos solares rurais. Desaparece a tradicional escadaria e a entrada nobre dá acesso a um pátio interior, que servia o trânsito de carruagens.”² As mulheres nobres em pleno século XIX recusavam-se a apanhar sol, porque serem branquíssimas era sinal de nobreza.

“Divididas em dois andares, o primeiro para residência do proprietário, o rés-do-chão para serviços de apoio à casa e propriedade agrícola, são indicadores da unidade sociológica que o solar constitui.”³

As funções dos espaços foram mantendo-se ao longo do tempo, através da forma como estes se encontram no seu interior que se dá a compreensão das prioridades sociais da época construtiva, que foram mudando de geração em geração.

A Casa dos Macedos, seria o centro de armazenamento de bens agrícolas recolhidos pelos vassallos que trabalhavam nas quarenta e quatro quintas da família. No recolhimento dos relatos orais, foi dito que as ruas do centro de Amarante enchiam-se de carros de bois para aí serem deixados os alimentos que posteriormente serviam como método de pagamento das rendas. (fig.21) Com a evolução e o crescimento das terras de família, na casa, alguns espaços surgiram e outros foram usados para novas funções, como as adegas, a tulha, etc. O rés do chão é ligado a estes serviços derivados da terra e com ligações diretas à rua para melhor destreza de serviço. Atualmente, apesar de ainda possuírem algumas quintas, estas já têm as suas próprias adegas e celeiros; por conseguinte esta zona da casa encontra-se vazia e sem utilização, mas denota-se ainda vestígios do que outrora fora.

O rés do chão pertence à Casa Principal. Nos anos 1970 foi adaptado para ser utilizado como laboratório e análises do Doutor João Macedo, um dos atuais donos. Atualmente nota-se a passagem de um laboratório que se encontra sem utilização, tal como a adega e a tulha. Hoje em dia são pequenos salões a serem reaproveitados. O salão principal deste andar, é um salão de entrada e contém um banco de pedra a envolver a divisão, e ainda um cadeirão de dimensões consideráveis em madeira gravado com o brasão da família Macedo. Os seis vãos que encaixam nestas divisões são apetrechadas com quatro namoradeiras de pedra que permanecem intactas, as outras duas apesar de estarem em perfeitas condições encontram-se camufladas com mobiliário de apoio ao laboratório de análises. Aqui agregam-se as escadas em pedra que dão acesso tanto à outra entrada principal vinda do pátio, como também, para as duas entradas das casas: lado esquerdo a Casa Principal e do outro para a Casa das Tias. Neste percurso de escadaria, no patamar intermédio existe uma namoradeira e uma estátua do S. Jorge com aplicação para ser transportada num cavalo.(fig.43) Esta estátua de madeira era usada nas procissões das festas em honra de S. Gonçalo em Amarante. (fig.44)

[71]

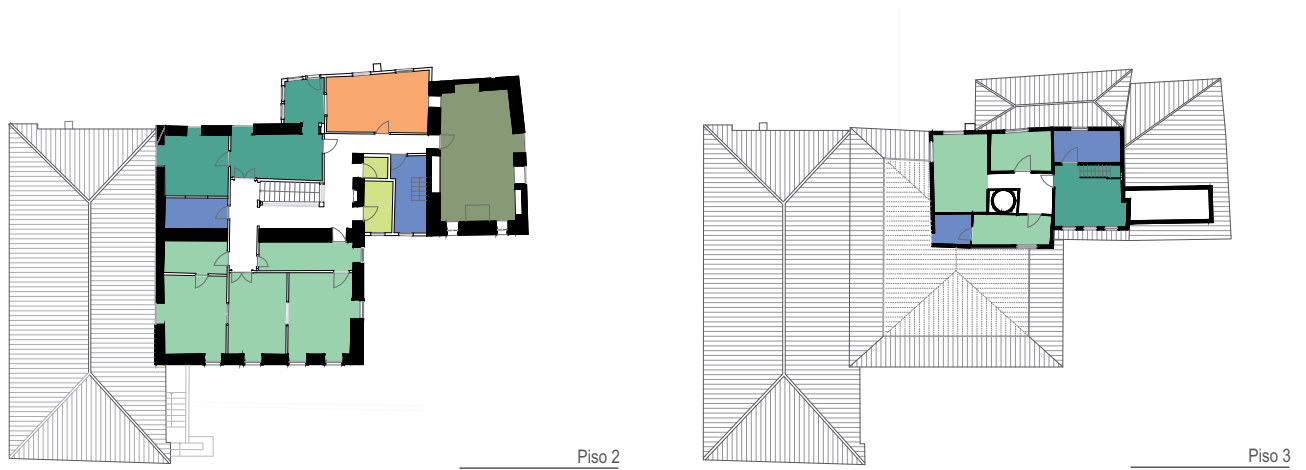
Do lado esquerdo, a Casa Principal é caracterizada por ter divisões muito pequenas. Do lado sul da casa são os quatro quartos, depois sala de estar, sala de estar e jantar, uma casa de banho. Tanto a sala dos pequenos almoços como a cozinha têm contacto direto com o pátio noroeste da casa. Do lado da cozinha insere-se ainda um pequeno quarto e casa de banho e uma despensa com ligação à Casa das Tias. O pátio é revestido a tijoleira laranja é delimitado por uns bancos e floreiras de pedra e pela parede da casa vizinha (pertence à família Pinheiro Torres de Macedo). Este pátio acaba por ser o local mais utilizado pela família, por ser uma extensão clara do interior para o exterior da casa.

2 PEREIRA, José Fernandes, “Arquitectura Barroca em Portugal”, página 173

3 Ibidem, página 175



[72]



● Salas de Refeição
 ● Salas de Estar
 ● Laboratório
 ● Armazenamento
 ● Quartos
 ● Cozinha
 ● WC

1.500

Fig. 45 - Planta Esquemática de funções da Casa

Voltando ao pátio interior de hall de entrada para as duas casas, na Casa das Tias, existe um pequeno corredor que integra a estátua da “Tia” Poeta Eulália e dois quartos com ligação interior entre eles. Estes dois quartos têm a particularidade de um pé direito de 2.70 metros e um deles com um revestimento de papel de parede, típico dos anos 60. Ainda neste corredor, na primeira porta do lado esquerdo, é a despensa da Casa Principal, ao fundo tem a porta de acesso ao pátio do portal e ainda a porta de acesso ao piso superior. Após o primeiro lanço de escadas surge uma porta de acesso a um espaço sem uso e com o chão em terra. Neste pequeno espaço insere-se uma janela marcada pelo fogo que outrora nas invasões francesas a casa sofreu, embora tenha sido um incêndio de reduzidas dimensões. Ao longo do segundo lanço de escadas, uma claraboia com cerca 5 metros de altura que projeta a luz natural para o interior da casa.

Característico do andar nobre da Casa Principal, são as diversas divisões, com dimensões reduzidas. Este andar da Casa das Tias, também carece dessa mesma particularidade. Neste piso existem cinco quartos, duas despensas, tendo uma delas de acesso ao piso superior, duas casas de banho, três salas de estar, uma sala de jantar e a grande cozinha de pedra à vista. Esta tem acesso ao grande pátio e jardim exterior do lado este da casa. Com acesso ao exterior, as duas salas de estar também se complementam com um pequeno pátio situado a noroeste da casa que se interliga com o Jardim das Tias. Tanto o jardim principal como o jardim das Tias, são rodeados por grandes muros de sustentação de terras; os dois socacos seguintes até à rua da cerca pertencem à família Pinheiro Torres de Macedo. Aqui, nesta área dos terrenos da família Macedo, está também implantado uma zona para animais de pequeno porte; bem como uma pequena estrutura para os pássaros e ainda um armazenamento para plantas. Estas três pequenas estruturas encontram-se sem uso atual. A única estrutura que continua a ser utilizada e em bom estado de conservação é o grande tanque do pátio, não para lavagem da roupa como antigamente servia mas simplesmente para adorno do espaço. Inserida no jardim principal da casa, está implantada a casa dos Van-Zeller Macedo. Tanto esta casa como a casa principal até ao ano de 2011 pertenciam a Maria Eulália Macedo. Esta não tendo gerado filhos, após o seu falecimento, as casas foram separadas e entregues a diferentes partes da família; seus sobrinhos.

[73]

No último piso da casa, existem cinco espaços sem utilização e um salão de jogos. Este encontra-se pouco utilizado, por revelar uma grande degradação de materiais. Apresenta a estrutura do telhado à vista e a queda de algumas telhas, que se têm vindo a piorar a situação deste piso.

Feita uma primeira análise, aos desenhos resultantes do levantamento métrico, percebe-se que a estrutura principal de todo o objeto é executada em pedra, também usada nos muros de suporte dos socacos envolventes da casa. O estudo métrico das plantas, revelou diferentes fases construtivas. Apresenta diferentes tipos de espessuras de paredes; os três pisos principais têm espessura média de 80 centímetros, enquanto o último piso não revela uma estrutura principal de pedra, apresentado uma estrutura de tabique de 17 centímetros, que dá um total de 21 centímetros de camada de materiais. No piso rés do chão, as paredes são todas em pedra à vista. Uma das divisões nos anos 70, careceu de uma remodelação e foi estruturada para um laboratório médico. Aí existem materiais diferenciados como tijoleira no chão e madeira na divisão de espaços. No resto da habitação, as paredes não estruturais são de armação de madeira revestida a estuque e pintadas de branco.

O levantamento fotográfico revela pormenores importantes que não são nítidos em desenho de duas dimensões; como em plantas, cortes e alçados. A fotografia dá uma percepção clara da realidade, em que a casa se envolve e uma análise

[74]



Fig. 46 - Casa dos Macedos vista do Jardim da Casa

mais concreta das marcas que caracterizam o edifício.

Com imagens da envolvente, pretende-se mostrar o meio que envolve a casa: A densa malha urbana, de uma cidade que ali cresceu e do outro lado, o lazer exterior da casa, com os jardins de diferentes árvores de fruto e as diversas leiras de terreno que ali existem. Num pequeno livro escrito por Maria Eulália Macedo, esta explica a vivência do exterior: *“A casa viu-se menina a fugir às visitas e escondida no banco de pedra do “jardim pequeno” ler tudo o que era livro, revistas antigas, a ilustração francesa, os romances de Victor Hugo e Mauriac.... A água do tanque, as escadas de granito escuro, as árvores que já não existem, figueiras e nespereiras de folhas que pareciam estar ali para serem cenário do telúrico e do eterno. A casa tomou parte nesta grande aventura. Só ela sabe, realmente, quem somos.”*⁴

Por fim, este conjunto arquitetónico é caracterizado pela diversidade de vãos existentes das diferentes épocas em que a casa foi construída: Os seis vãos da fachada principal do piso superior, mais os dois da fachada sudeste são os únicos que revelam uma regra geométrica. No piso inferior, a simetria é quebrada por um vão diferente, onde apresenta uma porta de acessibilidade ao interior da casa, e cinco janelas.

[75]



NO

Planta de Localização

Escala 1.1000

1 - Rua Miguel Pinto Martins (antiga rua da cadeia e rua de S.Pedro) | 2 - Rua Frei José Amarante | 3 - Largo de Santa Clara | 4 - Rua de Santa Clara | 5 - Rua da Cerca | 6 - Rua Cândido dos Reis |
7 - Rua 5 de Outubro (antiga S.Gonçalo)

Fig. 47



A



B



C



D



E



F



G



H



I

[78]



Fig. 49



1 - A/ Anexos agrícolas



1 - B/ Anexos agrícolas



1 - C/ Limite



1 - D/ Vista da casa do socalco



2- E/ Jardim das Tias



2- F/ Lago dos Jardins das Tias



2- G/ Jardim das Tias



2- H/ Jardim das Tias



2- I/ Jardim das Tias



3 - J/ Pátio



3 - K/ Pátio



3 - L/ Pátio



4 - M/ Pátio das traseiras - Banco



4 - N/ Armazenamento de Pássaros



4 - O/ Tanque



4 - P/ Estátuas do Tanque



5 -Q/ Escadas de acesso ao pátio das traseiras



5 -R/ Entrada



5 -S/ Entrada



5 -T/ Entrada



4 -U/ Entrada no Jardim Principal



4 -V/ Estrutura Metálica



6 -W/ Armazenamento de plantas



6 -X/ Estrutura de Metálica



6 -Y/ Jardim

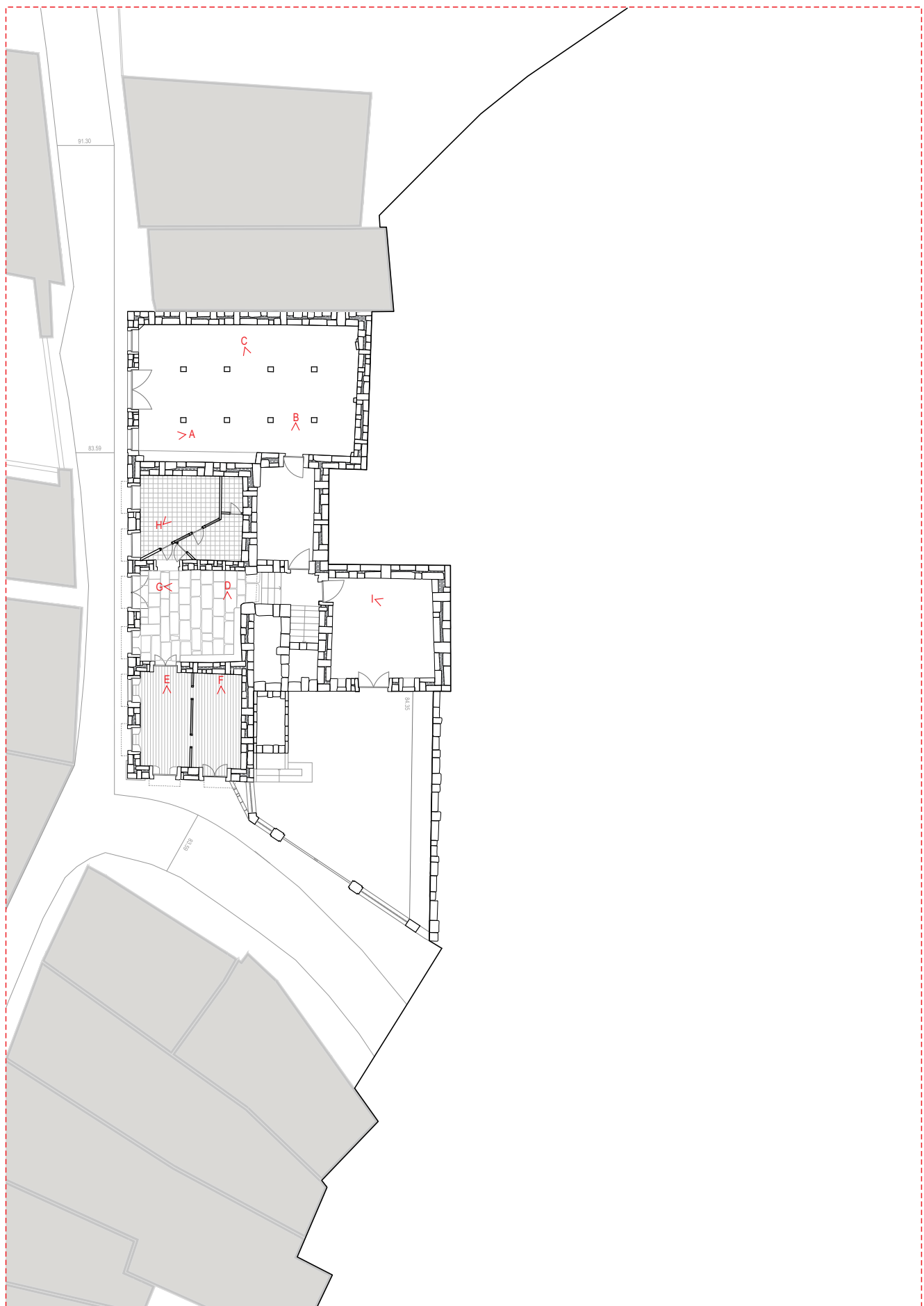


6 -Z/ Jardim



7 -ZZ/ Casa da Cerca

[82]



NO

Planta Rés do Chão

Escala 1.350

Fig. 51



A



B



C



D



E



F



G

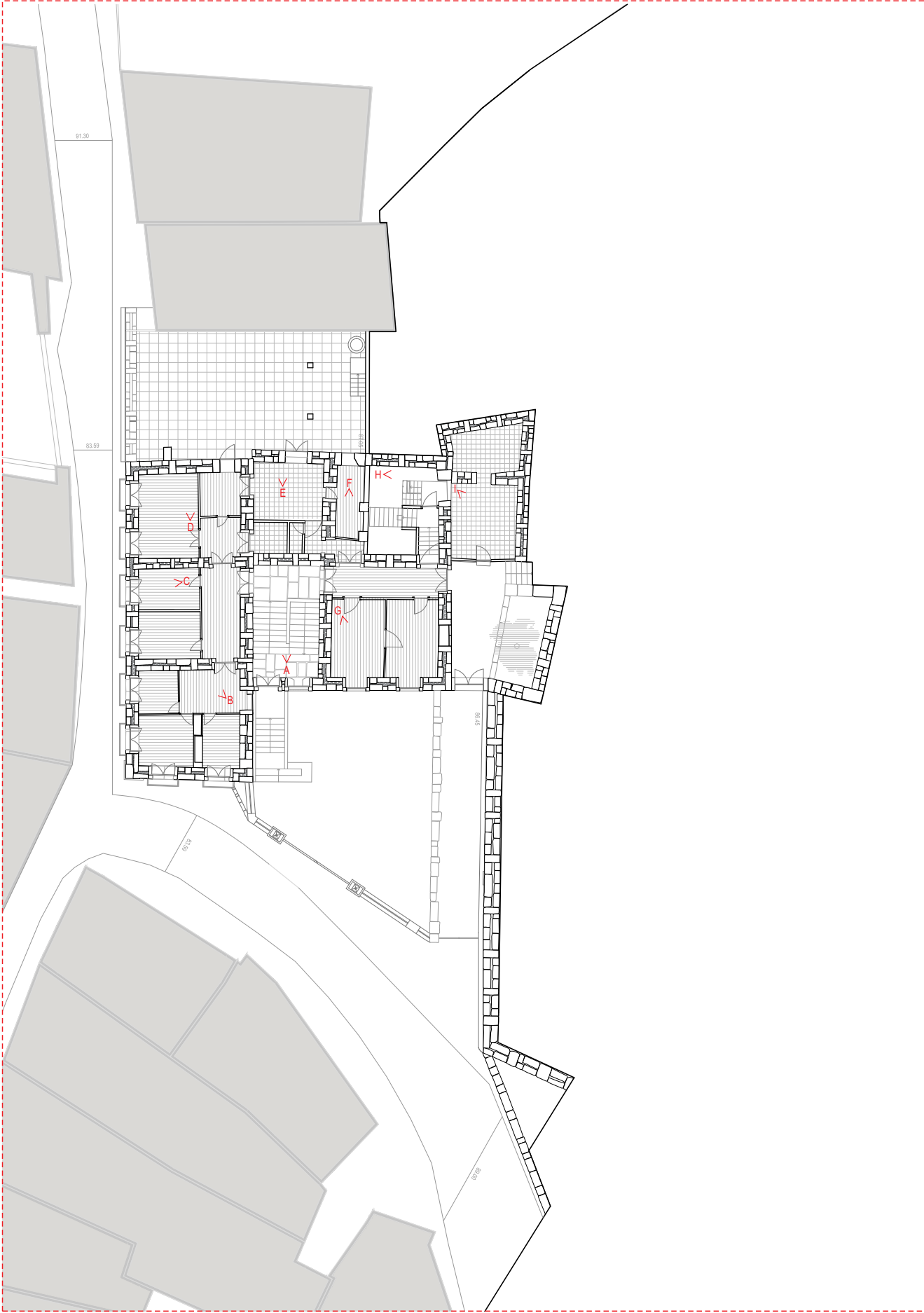


H



I

[84]



NO

Planta Piso 1
Escala 1.350

Fig. 53



A



B



C



D



E



F



G

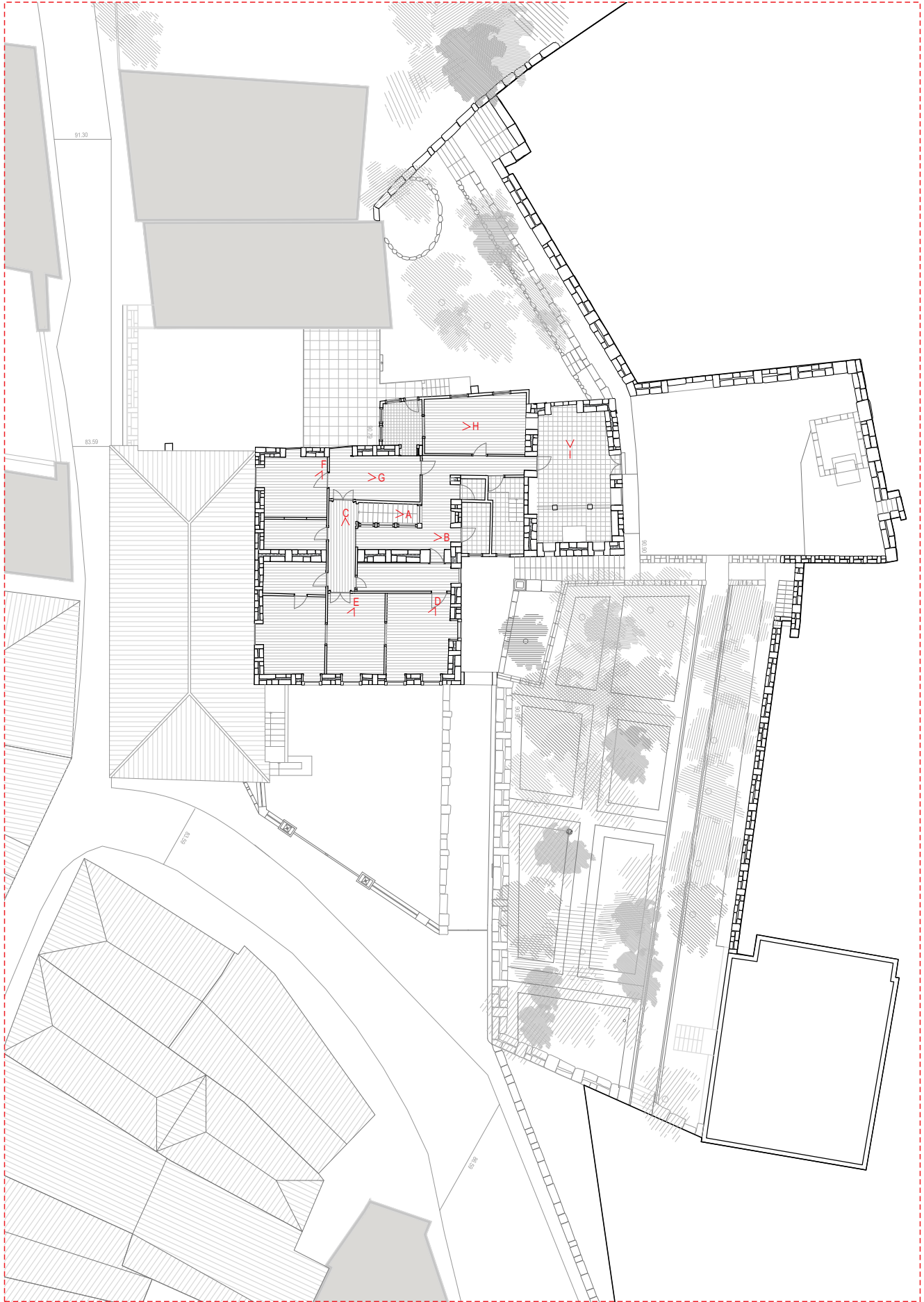


H



I

[86]



NO

Planta Piso 2

Escala 1.350

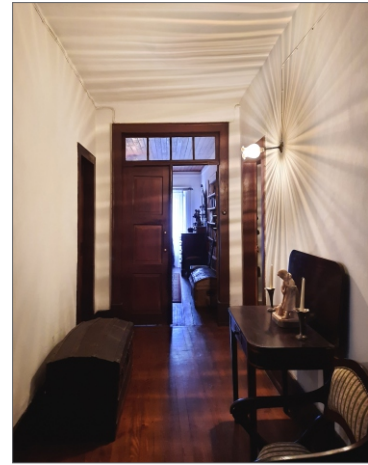
Fig. 55



A



B



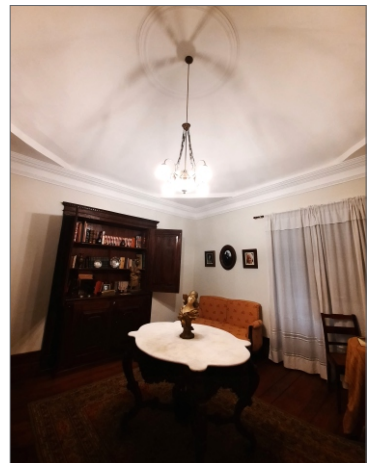
C



D



E



F



G

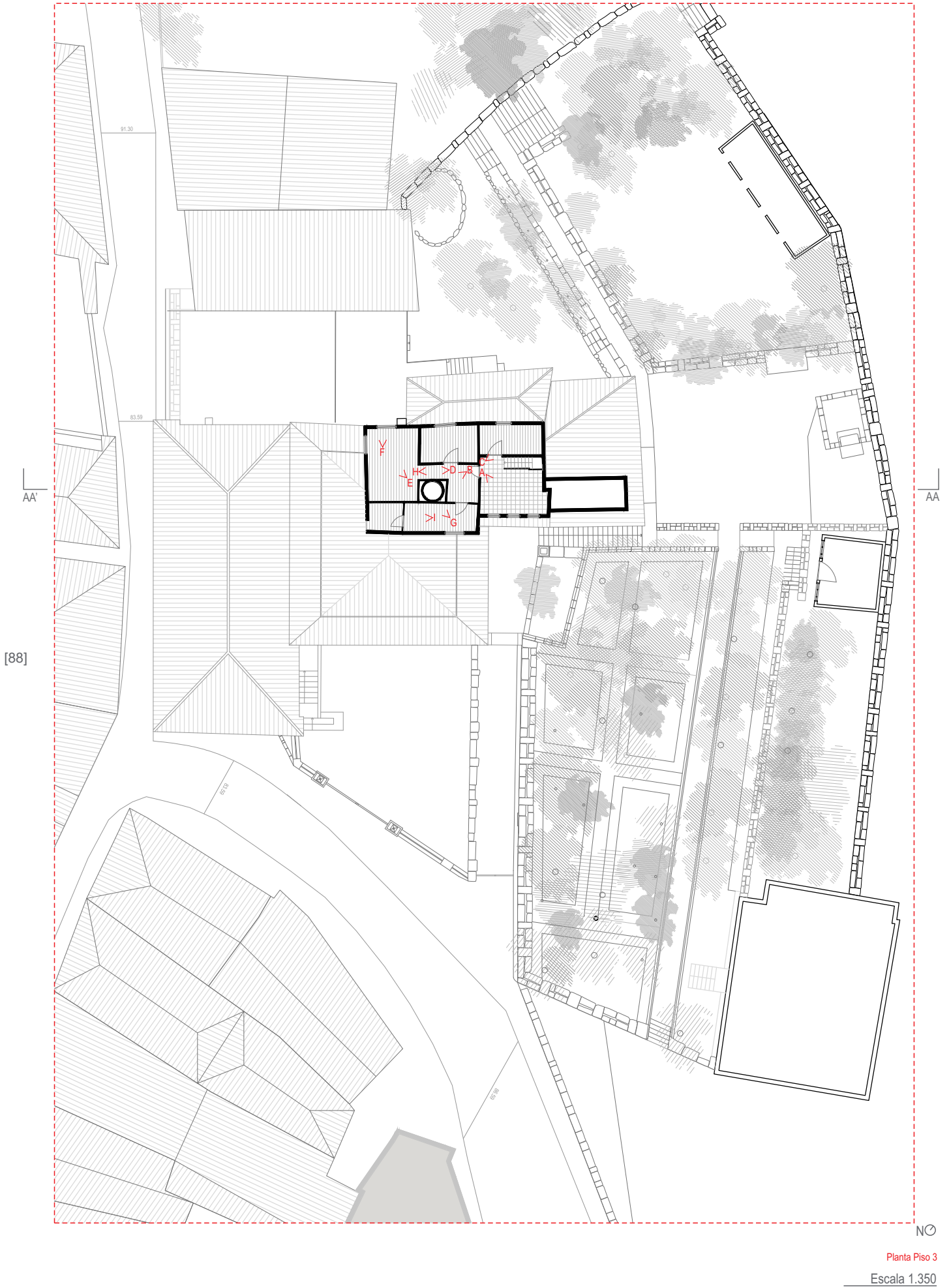


H



I

[87]



NO

Pianta Piso 3
Escala 1.350

Fig. 57



A



B



C



D



E



F



G



H

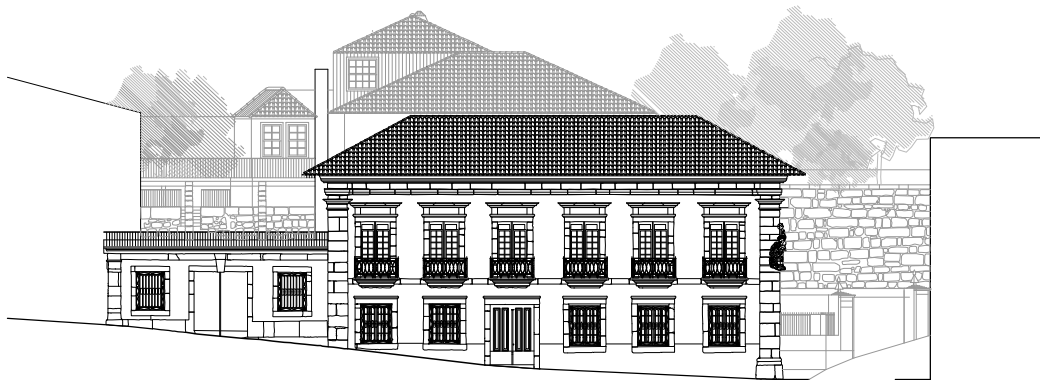


I

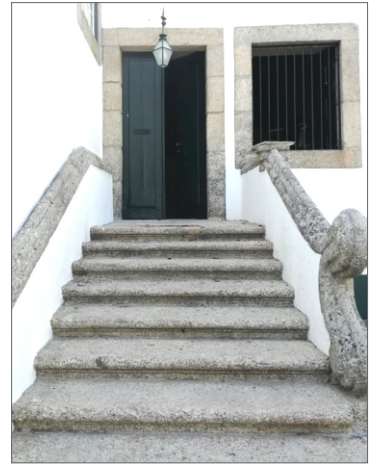


Alçado Sudeste
Escala 1.350

[90]



Alçado Sudoeste / Alçado Principal
Escala 1.350



[91]





Alçado Nordeste
Escala 1.350



Corte
Escala 1.350



Alçado Nordeste
Escala 1.350



[93]



2

Parte 2

DA RETROSPETIVA DO PROCESSO EVOLUTIVO

2.1 Método Interpretativo

2.2 Fase 1

_Enquadramento Séculos XV-XVI

_Observação

_Comparação e Interpretação

2.3 Fase 2

_Enquadramento Séculos XVII-XVIII

_Observação

_Comparação e Interpretação

2.4 Fase 3

_Enquadramento Séculos XIX-XXI

_Observação e Interpretação

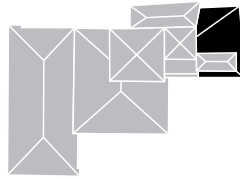
2.5 Síntese Cronológica



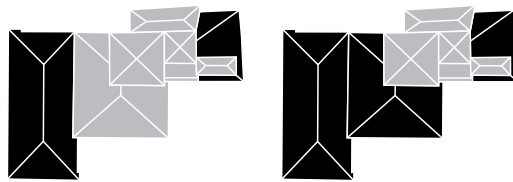
Fig. 63 - Alçado Nordeste da Casa dos Macedos

“...Uma manhã de vento, varrida e limpa. A casa com portas a bater e crisântemos amarelos na jarra da sala, tudo muito antigo [...] Um cheiro a pão torrado vem da cozinha e no terreiro andam pombas rentes ao muro por causa do vento. Há uma luz desolada, um quadro de arte moderna em tons de cinzento e branco. As pedras dos muros são claras e sem história.”

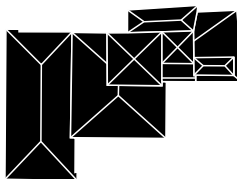
MACEDO, Maria Eulália “As Moradas Terrenas”, 1994, página 62



Fase 1
Século XV-XVI



Fase 2
Século XVI-XVIII



Fase 3
Século XIX-XXI

_Método Interpretativo

Concluída a primeira fase desta dissertação, importa agora na segunda fase expor um trabalho evolutivo, uma profunda interpretação, análise e especulação do objeto em estudo, para produzir uma narrativa histórica. Este trabalho tem por base o cruzamento e observação de todos os elementos recolhidos, como também uma análise ao contexto histórico-político português e amarantino, para ser possível um enquadramento de cada fase do edificado. Sentiu-se necessidade de integrar a especulação do que terá acontecido, podendo assim ampliar o conhecimento das diversas fases, visto não haver nenhum registo de transformações nestes séculos. Para complementar foi adicionada, a comparação com outros casos existentes para perceber características tipológicas e morfológicas de cada época, para ser construída uma linha cronológica fundamentada. Assim, o material em que cada fase se sustenta assenta em: o **Enquadramento**, a **Observação**, a **Comparação** e a **Interpretação**.

Os documentos no qual estes quatro pontos assentam, foram abordados no capítulo anterior. Serão aqui cruzados com elementos visuais, para apoio de cenários especulativos. Documentação histórica sobre a família e Amarante, como também relatos orais que neste trabalho de pesquisa, tiveram um papel fundamental. O **Enquadramento** na história geral e arquitetura portuguesa, indicam o período histórico no qual as fases da casa estão abrangidas, assim considera-se pertinente que os acontecimentos construtivos da casa estejam ligados à história do país e do mundo. Quanto à **Observação**, visa analisar profundamente o objeto, tanto nos desenhos resultantes do levantamento arquitetónico como fotográfico, a análise a emendas, sobreposições ou pormenores, assumem aqui um ponto fulcral, como prova das intervenções que o edifício foi sofrendo. Através da volumetria, tipos de paredes, processos e técnicas construtivas, formam uma decomposição do conjunto edificado, que contam assim com uma maior facilidade de compreensão. A **Comparação** com outras casas nobres, tanto a nível construtivo como cronológico, pretende compreender os momentos históricos pelos quais a casa passou. O facto de não haver registos das transformações da casa torna este ponto de comparação um material válido de pesquisa de outros edificados já estudados. Pretende-se através de imagens, desenhos arquitetónicos ou linhas cronológicas, criar esquemas ou teorias que sustentem fases temporais. Por fim, a **Interpretação** vai ter como base os três pontos anteriormente registados, e visa criar uma síntese reconstrutiva da casa, justificando ao pormenor todas as fases evolutivas.

[97]

Com este método pretende-se enquadrar a forma como este objeto se apresenta nos dias de hoje, através da sobreposição, acumulação ou subtração de elementos estruturais e construtivos. Assim, também como objetivo deste trabalho consegue-se uma consciencialização, um contributo, com um estudo original, dum instrumento de trabalho para futuras pesquisas. Este género de pesquisa de análises históricas, foi realizado por vários arquitetos na hora de intervir em edifícios, como é o caso de Fernando Távora na obra da Pousada de Santa Marinha da Costa.

A análise feita no local ao objeto em estudo, juntamente com as marcas que marcam tempos e transformações, resultaram numa linha cronológica, do qual será feita uma abordagem à história da Casa dos Macedos, na segunda parte desta dissertação. Após o estudo do faseamento histórico da Casa dos Macedos, considerou-se três tempos na linha temporal construtiva:

A primeira, no **século XV-XVI**, com a formação da casa vernacular; a segunda no **século XVII-XVIII** com a implantação da Casa dos Macedos e por fim, no **século XIX ao XXI**, onde surgem pequenas ampliações apenas para a criação

de mais espaço e conforto interior. Nesta última fase não foi necessário recorrer ao método da comparação, por se tratar apenas de pequenas alterações. Em cada parte deste estudo, usa-se a especulação baseada na observação e comparação de outros casos, procurando assim criar possibilidades fundamentadas, do que poderá ter sido cada transformação que a casa foi sendo submetida.



Fig. 65

_Enquadramento, Século XV-XVI

“Quatro estados cristãos – Portugal – Castela - Aragão e Navarra - e um muçulmano – Granada- ocupavam a península ibérica no início do século XV. Cada um deles prosseguia interesses políticos próprios e estabelecera a sua ordem socioeconómica e cultural.”¹

Durante o período que antecede a fundação do Condado Portucalense em 1095, Amarante já era atravessada por um eixo viário do Império Romano. Influenciada pelo mundo cristão, Amarante teve como origem da sua fundação os caminhos de percursos dos peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela. *“... o isolamento dos grupos humanos era em regra enorme, separados nos pontos afastados da costa, ou onde porventura não houvesse cursos de água navegáveis para pequenas embarcações, pela cerração de brejos espontâneos e por uma fauna selvagem que pululava com abundância; onde aqui e ali irrompia uma picada ou um caminho ou, eventualmente, onde mais desafogadamente se pudessem aproveitar as antigas estradas romanas. Esta dispersão relativa inevitável era quebrada aqui e ali pela implantação dum mosteiro com as suas granjas próprias e os camponeses dispersos pelos pardieiros e modestas casas debruçados sobre as leiras e campos descontínuos que laboravam.”²*

O número de peregrinos foi crescendo consideravelmente durante o século X. Consequentemente a população europeia começou a criar ligações religiosas como pontos de devoção cristã. Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela, foram os destinos mais procurados pelos novos cristãos. Na Península Ibérica, os monarcas de Navarra e Castela geraram pontos de acesso, que facilitassem a peregrinação, com a criação de pontes, edificação de albergarias e hospitais. Que favoreceram as localidades por onde os caminhos passavam fomentando o povoamento. Amarante aparece como ponto de dormida dos peregrinos. Já em 1220³ surgia a primeira documentação de uma albergaria. Assim, viu as suas terras crescerem com uma ponte ser restaurada facilitando a travessia do Tâmega rumo a Santiago de Compostela.

[101]

O século XIV ficou marcado por vários acontecimentos que contribuíram para um ambiente de crise. A Peste Negra, as Guerras Fernandinas e a morte de D. Fernando I trouxeram a Portugal um período de tensão política e social. *“... mas as suas consequências económicas sentiram-se aqui como lá fora: os salários subiram, a mortandade verificada sobretudo nas cidades foi colmatada por levas de gente que abandonou os campos, os preços e os fretes marítimos subiram muito, a moeda envileceu, o valor das rendas desceu com o valor da moeda, o comercio e as relações a prazo foram afectados.”⁴* No princípio do século XV, a sociedade portuguesa era caracterizada por uma forte estratificação social. A divisão clara das hierarquias, gerava uma acentuada desigualdade social. *“Houve indubitavelmente uma crise das estruturas sociais de produção causada pelo enfraquecimento da maior parte da classe senhorial, do ascenso da burguesia rural e urbana e dum conjunto de conquistas das classes populares subordinadas e dependentes”⁵* Os nobres geralmente gozavam de cargos políticos importantes e estavam ligados às funções militares (fidalgos e cavaleiros). O povo continuava a sofrer com a escassez de cereais, *“a actividade agrícola e pecária devido à sua importância fundamentalmente no conjunto da produção e à estreita dependência em que se encontrava face aos condicionalismos naturais – por virtude precisamente de causas físicas ou*

1 COSTA, Manuel Fernandes, *“As navegações atlânticas no séc. XV”*, 1979, página 9

2 CASTRO, Armando, *“História Económica de Portugal II Volume”*, 1978, página 48

3 RIBEIRO, Daniel José Soares, 2011, página 95

4 SARAIVA, José Hermano, *“História de Portugal 1245-1640”*, 1983, página 71

5 CASTRO, Armando, 1978, página 320

*biológicas exteriores aos mecanismos económico-sociais: maus anos agrícolas por razões climáticas, excesso ou falta de chuvas, terremotos, epidemias; podiam ainda ser consequência de causas sociais catastróficas como guerras e pilhagens.”*⁶ e ansiavam um melhor estilo de vida. Neste tempo a vida quotidiana de um agricultor, era uma vida dura, de trabalho ao sol e o que produziam era pagamento da renda aos senhorios. A base da alimentação consistia em cereais, legumes e vinho. Habitavam em pequenas casas de madeira ou pedra (materiais típicos de cada zona), com chão de terra batida e telhados de colmo; geralmente, estas habitações tinham uma única divisão. Antes da expansão marítima, as principais atividades económicas do reino, eram a agricultura e a exportação do vinho e do sal. Desta forma, embora tenham ocorrido importantes transformações sociais e económicas em Portugal, durante os séculos XV e XVI, a nobreza continuou a ocupar o lugar mais importante na hierarquia social.

Durante o período do renascimento, Portugal passou por uma época de mudança também cultural, com a redescoberta dos modelos clássicos, surgiu a construção de grandes palácios e paços urbanos do rei. Neste período, o Norte do país começa a sentir essa mudança, apesar de que em Amarante a arquitetura vernacular se manteve. Em terrenos rurais nas casas que viviam apenas da agricultura, a arquitetura não usufruía ainda de grandes ostentações. Amarante foi impermeável a este período de redescoberta clássica, continuando aí a ser contruídos alçados simples, vernaculares, que não ostentavam grande nobreza. A riqueza contava-se pela quantidade de quintas e caseiros que estes possuíam.

*“O panorama histórico da Europa no século XVI apresenta-se profundamente convulso. Após uma época em que as nações marítimas desviam toda a sua atenção para a descoberta do mundo”*⁷. José Mattoso descreve que *“Os estratos superiores da sociedade encontravam-se desde há muito delimitados. Um grupo que lhe é inferior ganha importância no decurso do século XVI: o da gente nobre da governança das terras.”*⁸ O século XVI foi caracterizado pelo aumento da gente da governança, estes eram *“Os mais honrados, os principais, os cidadãos que andavam na governança da terra, dispunham de um mando efectivo e acatado: guardas-mores da saúde, ocupando desde 1569 importantes postos militares nas ordenanças, controlando o processo de cobranças de sisas, fintas e outros tributos, decidindo das taxas dos oficiais”* mostravam grandeza através da quantidade de caseiros, animais e terras que tinham porque *“De um modo geral, esta gente tem bens de raiz e rendimentos da terra”*.⁹

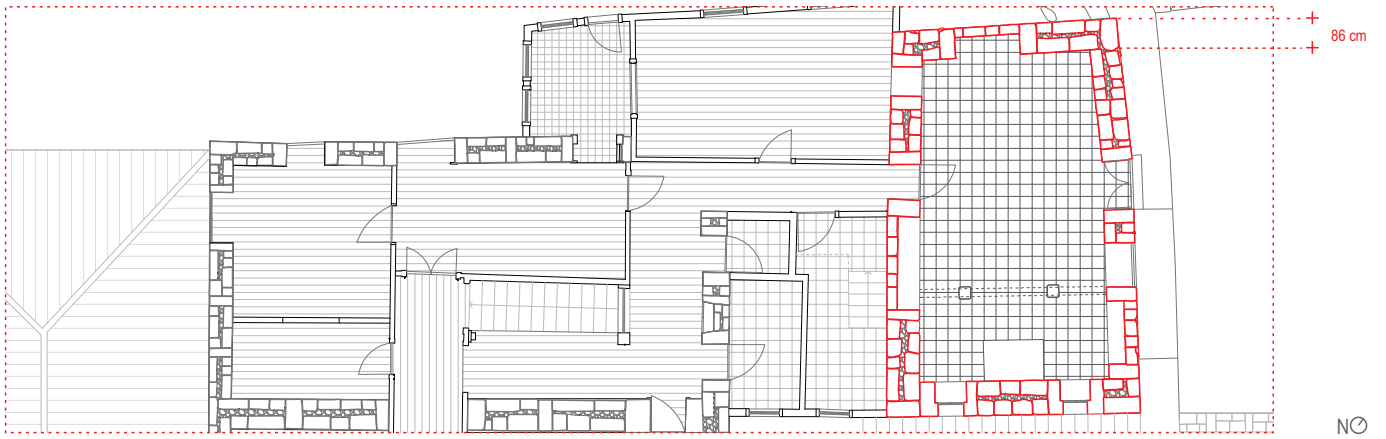
[103]

6 Ibidem, página 317

7 SILVA, Jorge Henrique Pais, *“Estudos Sobre o Maneirismo”*, 1996, página 140

8 MATTOSO, José, 1994, página 495

9 Ibidem, página 496

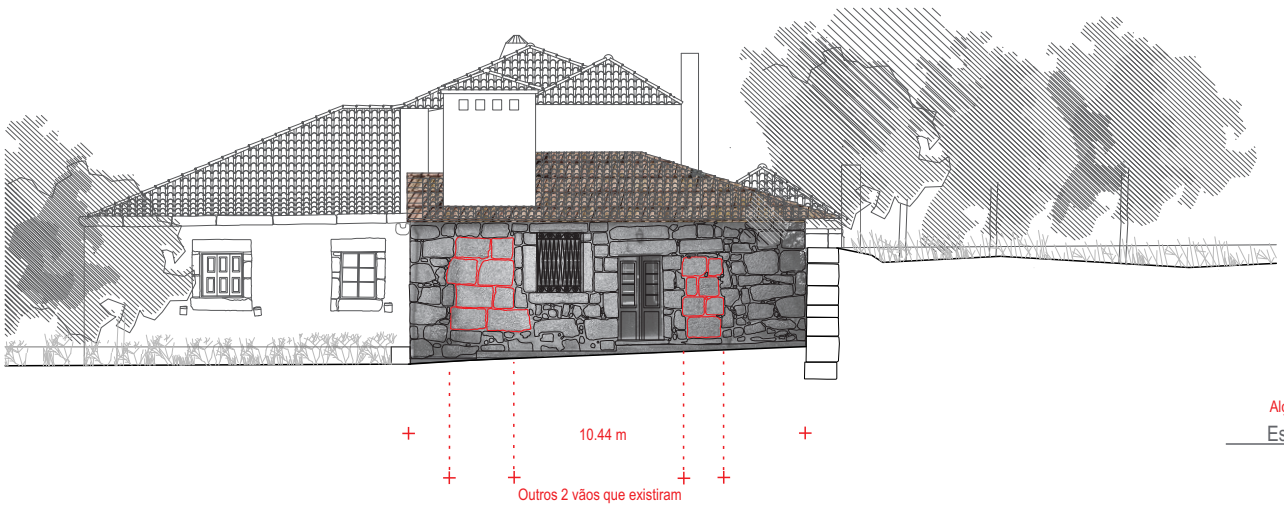


Autonomia Estrutural

Escala 1.200

Fig. 66.1

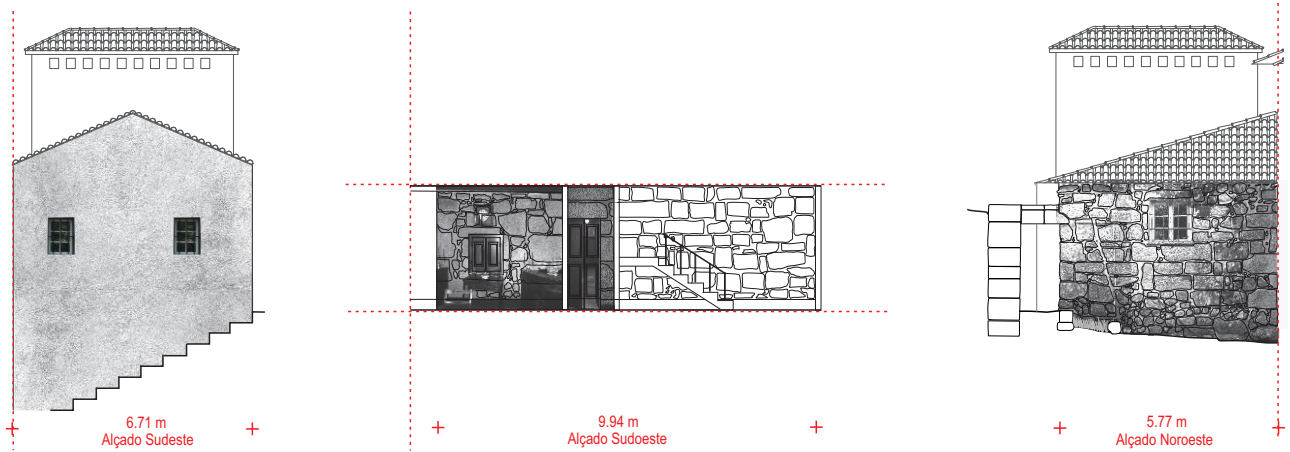
[104]



Alçado Nordeste

Escala 1.200

Fig. 66.2



Escala 1.200

Fig. 66.3

Observação

A partir da observação do conjunto edificado *in-situ* e do levantamento métrico, consegue-se perceber a autonomia construtiva e formal do objeto em relação ao resto do conjunto. Este objeto tem um formato retangular com medidas de 6,71 metros por 10,44m pelo exterior e 4,97m por 8,48m pelo interior, criando um espaço útil de 40,99 m². Em planta percebe-se a distinção de volumetria entre o corpo principal da casa e o da cozinha, apesar de terem relação interior estreita. Também em planta a nível estrutural, nota-se que a espessura de parede é mais incorporada que no resto do conjunto, dando a ideia que este objeto mostra mais robustez construtiva, com 86 cm de espessura que representa uma fase construtiva única neste edificado. Não existe uma composição modelada neste objeto, o que se denota uma falta de pensamento sobre ele, típico destes objetos medievais vernaculares. Para além da autonomia estrutural entre volumes, a estereotomia de pedra irregular que se denota no alçado Noroeste e Nordeste, cria uma desconexão com o restante conjunto arquitetónico. No alçado Nordeste nota-se que o objeto sofreu várias alterações ao longo do tempo, apesar de manter sempre a função principal de cozinha.

Típico desta zona do Norte do país, mais concretamente do Douro, os terrenos desenvolvem-se em socalcos. Este objeto arquitetónico insere-se no meio do terreno no socalco de acesso à zona da “Casa da Cerca” e do Antigo Convento de Santa Clara. (fig.68.1) Pela observação, apercebe-se que onde hoje existem 2 vãos, uma janela e uma porta, outrora existiram mais 2 vãos; a clara diferença de estereotomia mostra essa desconexão no alçado. (fi.66.2) Assim, este volume seria caracterizado por 2 janelas e 2 portas; neste alçado interior não se nota essas mudanças de vãos porque fizeram reaproveitamento para embutir armários.

No alçado interior noroeste, é perceptível uma reentrância na parede que revela ser de raiz, devido aos cunhais existentes. Analisando o alçado Noroeste do lado exterior nota-se que um vão está tapado devido à diferente estereotomia de pedra que surge naquele espaço do alçado. O vão atual, uma pequena janela rodeada de cimento (fig.67.5), parece ser mais recente, devido à inexistência do travamento de pedra.

Apesar da fachada Sudeste estar rebocada, nota-se que outrora este objeto já teve um telhado de duas águas, hoje em dia é de três águas. Quanto ao alçado interior, dá para analisar que os vãos são de raiz desta construção. A chaminé existente é de outra fase, mas a parte interior do alçado sudeste revela que outrora aquele volume foi de duas águas, apesar de metade dele estar rebocado.

O volume da cozinha insere-se no meio do terreno pertencente à família Macedo, numa cota superior, a 4,40m da cota da Casa das Tias.



Fig. 67.1 Visualização da chaminé; Telhado de duas águas rebocado com pormenor da pedra à vista



Fig. 67.2 Realce do pormenor de pedra à vista em relação com o volume da chaminé



Fig. 67.3 Alçado sudeste com demonstração do telhado em duas águas



Fig. 67.4 / Fig. 67.5 Vão do Alçado Noroeste/ Exterior

Fig. 67.6 Reentrância no Alçado Noroeste/ Interior

Fig. 67.7 C | Armários Encastrados



Fig. 67.8 C



Fig. 67.9 B | Vão do Alçado Sudoeste/ Interior

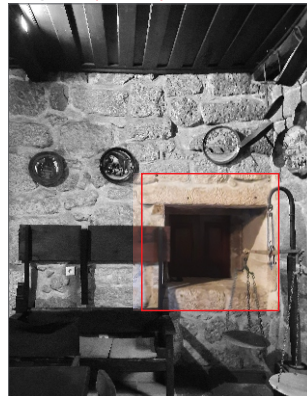
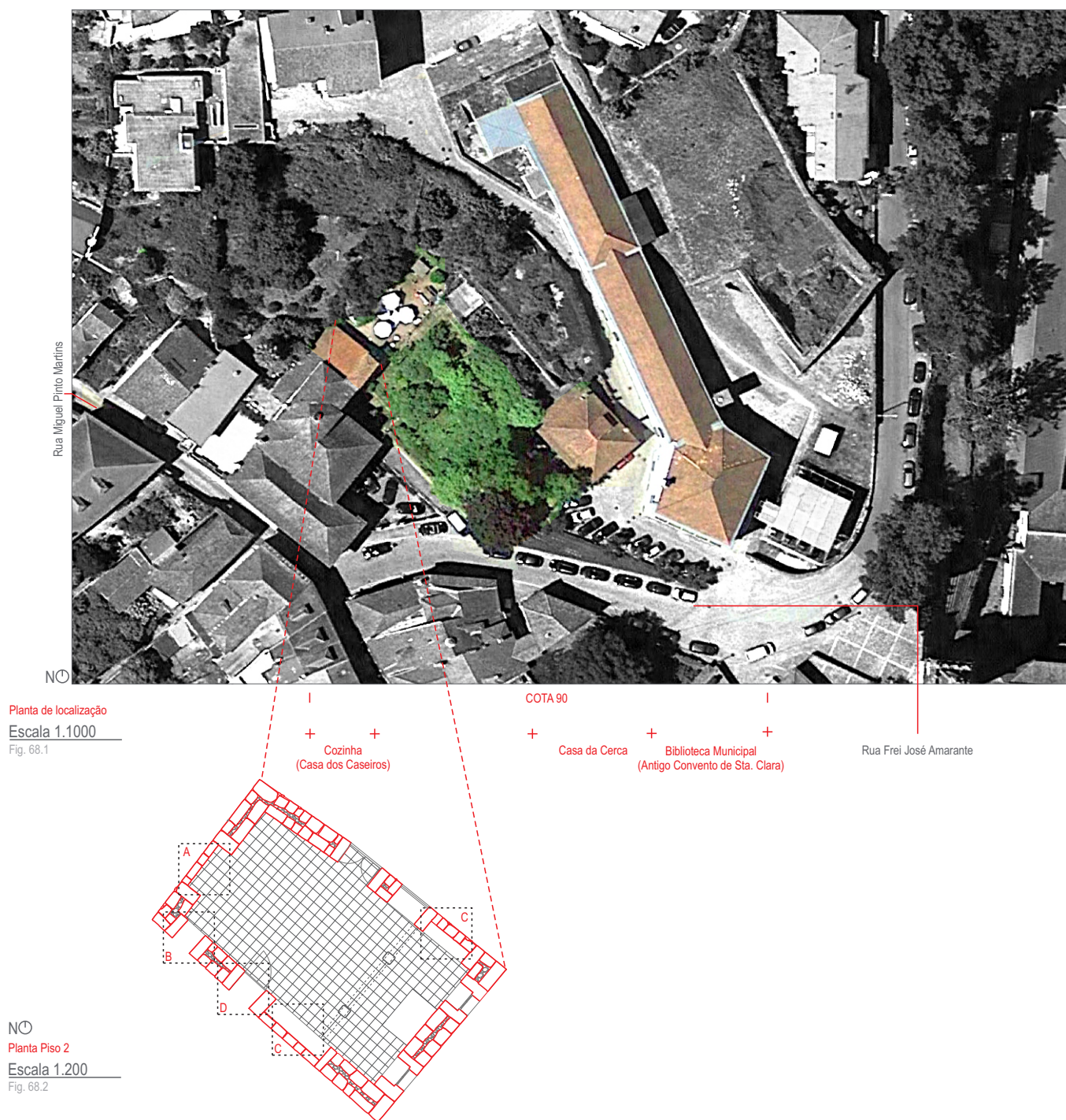


Fig. 67.10 B





[107]

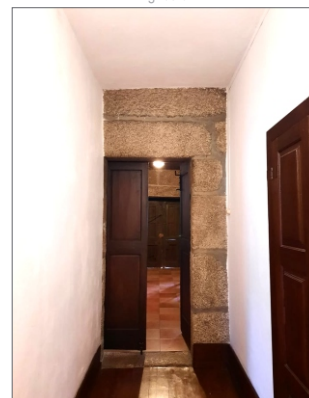




Fig. 69 - Casa Ferreira, Freguesia de S. Miguel de Gondufe, Ponte de Lima/ Localização da Casa dos Caseiros



Fig. 70 - Casa dos Caseiros da Casa da Taipa, Cabeceiras de Basto

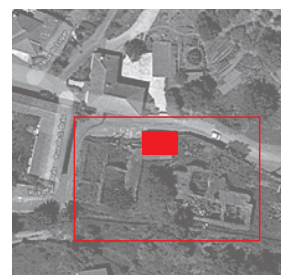


Fig.71 - Casa de São Brás, Cabeceiras de Basto



Fig. 72 - Casa Tipo

_Comparação e Interpretação

A comparação nesta fase, tem um papel fundamental para conseguir enquadrar este objeto numa cronologia narrativa. A partir da conexão desses pontos e juntando à observação da casa atual, encontram-se assim componentes físicos que apoiam uma interpretação do objeto. Com este objetivo, e devido à escassa variedade de casos que tenham perdurado no tempo sem grandes transformações, e que estejam documentadas, os casos escolhidos são: A Casa da Taipa e a Casa de São Brás em Cabeceiras de Basto, a Casa de Ferreira em São Miguel de Gandufe e ainda a casa vernacular tipo. Os casos escolhidos estão inseridos num contexto rural, embora a Casa dos Macedos apesar de hoje estar num contexto urbano, outrora estava inserida num contexto rural.

Como não existem documentos que comprovem a existência de um objeto construído neste tempo, foram tidos em conta tanto os relatos dos familiares, como o levantamento feito pela Divisão de Cultura e Património Cultural do Município de Amarante e, mais importante, a análise e observação atenta realizada ao objeto. Como já referido a premissa que sustenta a ideia de ter existido algo no século XV-XVII é o papel do casamento dos primeiros senhores da casa em 1621, ou seja, já anteriormente teria que ter existido algo neste local.

A Casa de Ferreira (fig. 69) insere-se numa propriedade que pertence à família Ferreira desde o século XVI, situada na freguesia de São Miguel de Gondufe, em Ponte de Lima¹. Esta quinta tem quatro elementos de destaque: a “Casa Grande” datada do século XX; a “Casa Velha” com a Capela dedicada a Nossa Senhora do Livramento do século XVII e por último e de maior destaque para esta fase, a chamada “Casa da Eira”, uma antiga habitação de caseiros acompanhada com espigueiros centenários. Adossada ao volume da Casa Velha, a Casa dos caseiros assume uma orientação perpendicular a esta. Visto esta casa pertencer à família ainda no século XVI e a Casa Velha ser datada do século seguinte, provavelmente a primeira construção a aparecer seria a Casa da Eira, típica casa de caseiro de quintas com terrenos de área considerável, que serviam tanto para tratar o terreno como para produzirem bens essenciais para os senhorios, que viveriam nas ditas “casas mãe” das quintas que a família possuiria. É um volume retangular, de dois pisos e com telhado em duas águas.²

[109]

A Casa da Taipa (fig.70) em Cabeceiras de Basto, é uma quinta quatrocentista e setecentista, inserida num meio rural constituída por a Casa Principal e a Casa dos Caseiros, ambas dispostas em torno de um pátio. Possui também um espigueiro numa zona mais afastada da casa. Apesar de já existirem referências à Quinta da Taipa em 1250, foi só em 1525 que surge o nome do primeiro Senhor da Casa, D. António Pereira Marramaque. Neste mesmo ano, põe ao dispor homens de armas e cavalos como equipamento de guerra. Este pormenor histórico revela o poder que este Senhor já tinha perante várias gentes que trabalhavam para ele. Adossado ao volume principal da quinta, a casa do caseiro assume um papel de destaque que não era típico, ao estar integrada com a fachada principal voltada para o terreiro que dá também acesso à casa principal. Uma casa de planta retangular e de alçado horizontal, revela uma fachada de alvenaria de granito à vista rematadas por beiral. Apesar de ser uma habitação de 2 pisos, enquadra-se na tipologia que está presente na Casa dos Macedos, adossada à Casa Principal.³

Também situada em Cabeceiras de Basto, a Casa de São Brás dispõe desde a sua fundação uma Casa de Ca-

1 Disponível em: <https://casadeferreira.com/>

2 Disponível em: <https://www.visitepontedelima.pt/pt/turismo/casa-de-ferreira/>

3 Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8774

Tipo A



Fig. 73 - Desenhos do modelo tipológico A
Adptadas. OLIVEIRA, Ernesto Veiga, *Portugal de Perto: Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2003, página 63

[110]

Tipo B

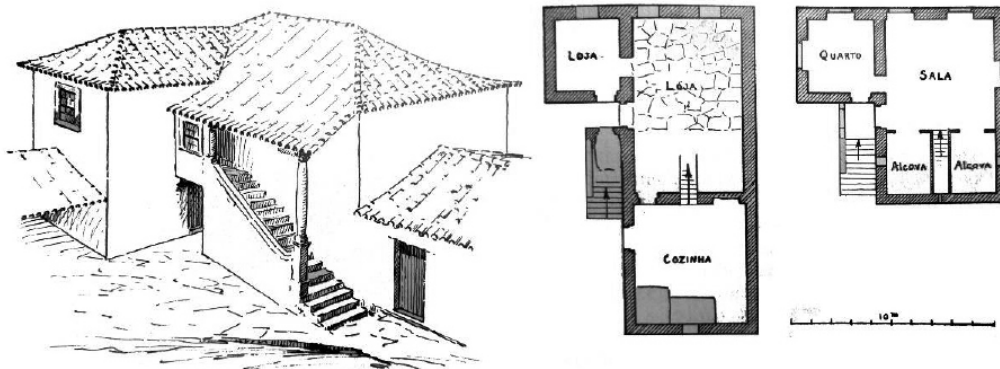


Fig. 74 - Desenhos do modelo tipológico B
Adptadas. OLIVEIRA, Ernesto Veiga, *Portugal de Perto: Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2003, página 66

seiros. É composta pela Casa Principal do século XVII, virada para um pátio interior. Como inserida num meio rural, dispõe ainda de alguns anexos agrícolas e os típicos sequeiros de uma envolvente verde. A Casa dos Caseiros é um objeto de um piso com pedra irregular com telhado de duas águas e de pequenas dimensões, que se insere a poucos metros da Casa Principal numa cota superior, como acontece na Casa dos Macedos. A Casa principal apesar de devoluta, manteve os anexos, provavelmente devido às dimensões reduzidas.⁴

Por fim, uma tipologia da casa portuguesa vernacular, apesar deste estudo ser do século XX, contém muitas das evidências de casas que foram sobrevivendo ao tempo. Assim, no estudo de *Etnografias Portuguesas 1870-1970, Cultura Popular e Identidade Nacional*, João Leal aborda os diferentes tipos de casas portuguesas que foram existindo, de norte a sul do país. Um dos tipos principais e mais usados é a casa de dois pisos em que o andar inferior serve de apoio às atividades agrícolas e para guardar os animais. O piso superior destina-se à vida doméstica dos caseiros, normalmente com uma escada adossada ao alçado frontal de acesso ao piso da habitação. Apesar deste ser o mais utilizado principalmente no Norte do país, existe também a versão mais modesta, uma casa de reduzidas dimensões, de um só piso, com poucos vãos e de telhado de duas águas, como é descrito no livro: “...a ausência de chaminé, a escassez de aberturas, a própria natureza do trabalho agrícola da região, que obriga toda a gente da casa a trabalho permanente no campo... os conceitos gerais da economia doméstica que dominam as populações nortenhas são causa da característica escuridão e desalinho destas cozinhas; elas são geralmente negras de fuligem, e mostram uma ausência total de preocupações estéticas ou decorativas.”⁵ Para além deste pormenor mais modesto, também se afirma como casa mais serrana, devido à sua proximidade com o Marão e por se implantar num terreno de socacos, “estas casas conferem às aldeias serranas uma expressão rude e antiga, que se acentua pela sujeição que o terreno impõe ao conjunto do casario. Aparecem casas encostadas a enormes afloramentos de pedra, que formam parte das suas paredes; outras erguidas sobre qualquer fraguado mais elevado, emergindo como torres, acima dos telhados das vizinhas; e, outras ainda procurando soluções primárias, que nos reportam aos tempos dos primeiros ocupantes dessas áreas, preservadas nas suas formas primitivas pela força arcaizante do seu isolamento”.⁶

[111]

No livro de Ernesto Veiga de Oliveira “*Arquitetura Tradicional portuguesa*” aborda vários tipos de casa portuguesa típicas de cada zona do país. Em relação às casas típicas da zona norte, descreve dois tipos de casa “Casas do tipo A, são estas as mais simples e modestas. Exteriormente apresentam-se como casas de planta rectangular com telhado de três águas”⁷ são pequenas casas de um piso situadas em meio rural, são “As mais singelas dentro elas têm o corpo principal dividido apenas em cozinha e sala, comunicando entre si, e cada divisão com porta para o exterior”⁸ A tipologia B são “casas de rés do chão e andar, com dois corpos [...] o corpo principal é coberto por um telhado de quatro águas [...] encostada ao lado interno do primeiro, sobe uma escada de pedra com patamar no alto; o rés do chão é ocupado apenas por lojas”⁹ Comparando as duas tipologias, considera-se que a Casa dos Caseiros do conjunto arquitetónico da Casa dos Macedos poderá corresponder à tipologia A. (fig.73)

4 Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=8777

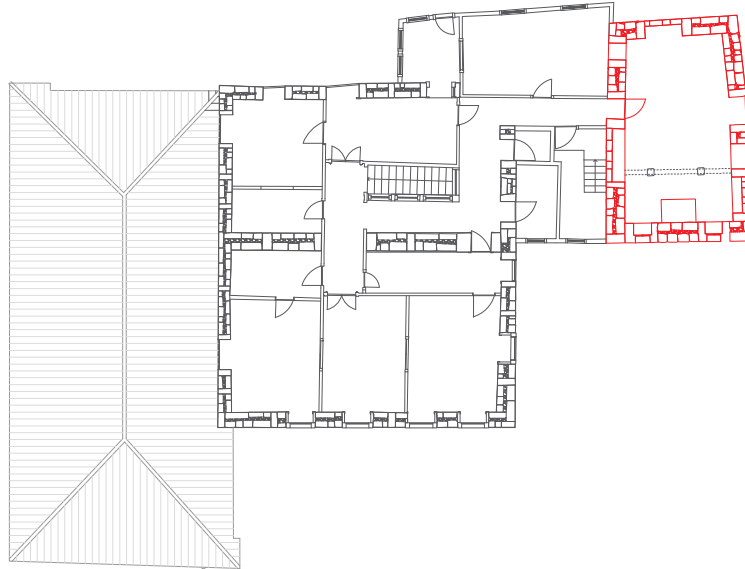
5 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando “*Arquitetura Tradicional Portuguesa*”, 1992, página 115

6 Ibidem, página 63

7 Ibidem, página 66

8 Ibidem, página 31

9 Ibidem, página 66



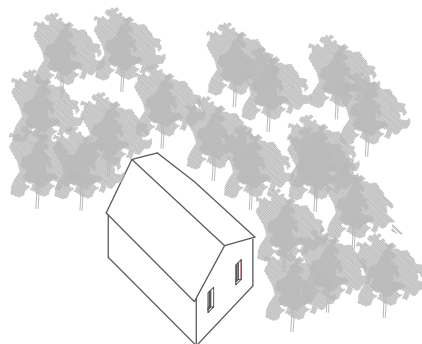
NO
Piso 3
Escala 1.350



Alçado Sudeste
Escala 1.350



Alçado Nordeste
Escala 1.350



Axonometria da Interpretação
Escala 1.350

Após a análise dos casos escolhidos e como anteriormente referido, no caso de ser um só volume de um piso , teriam muitas vezes outros anexos de apoio de menor qualidade construtiva, provavelmente seria assim o caso do objeto da Casa dos Macedos. Os exemplos escolhidos têm em comum uma autonomia construtiva, ou seja, não se encastravam nem apoiavam em muros de suporte ou noutras construções. Também em comum com a Casa dos Macedos, inserem-se de forma solta na paisagem. Este tipo de construção modesta, revela então o poder económico que os donos tinham, ao terem recursos para mandarem construir pequenas casas de apoio, nas várias quintas que tinham. Normalmente eram os próprios caseiros que construíam as suas pequenas casas, com material proveniente da quinta e da terra.

Originalmente, o volume da cozinha (Casa dos Caseiros) da Casa dos Macedos, teria sido composto por um único volume de um piso. Provavelmente teria tido outro anexo, mais tosco, de apoio às atividades agrícolas, mas que não sobreviveu ao tempo. *“Na região do Norte existe uma grande variedade de construções não diretamente ligada à função da habitação, mas sim orientadas para a execução de um certo número de tarefas de produção. Tal como é o caso dos espigueiros, sequeiros, eiras, abrigos de barcos, moinhos, azenhas, etc...”*¹⁰

Similar à Casa Ferreira e à Casa da Taipa, os elementos que inicialmente estavam isolados, com o tempo foram adossados à Casa Principal. A casa dos caseiros não foi posta de parte e integra atualmente o conjunto arquitetónico. Típico do fim do século XV e início do século XVI, estas pequenas estruturas de pedra granítica não se destacam na envolvente, adaptando-se ao terreno. A cobertura do edifício seria distinta do que hoje está apresentado, onde o volume teria uma inclinação de duas águas, típico destas casas. No alçado sudeste do interior, nota-se que este volume já teve duas águas, mas não é possível precisar ao certo em que fase foi. Nesse mesmo alçado interior existe a marca das duas águas, encontrando-se rebocado com cerca de 3 centímetros de espessura em relação à pedra. É possível que o reboco esteja a encobrir a existência da pedra com a forma de duas águas, ainda que no alçado Nordeste não dê para tirar conclusões.

[113]

Os materiais da casa consistiam, essencialmente, em pedra, madeira e telha, isto é, a casa seria feita em alvenaria de pedra, com o aparelho à vista, sendo assim possível identificar o tipo de sistema construtivo utilizado. A estrutura da cobertura seria de madeira, pois o material mais acessível e cómodo para a altura. Por fim, a cobertura seria revestida por lousa, típico destas aldeias do Marão. Como se trata de uma casa mais modesta poderia também ser coberta por colmo.

[114]



Fig. 76

_Enquadramento, Século XVII-XVIII

Cronologicamente, esta fase enquadra-se a partir do início do século XVII até ao fim do século XVIII. Apesar de não existir documentação onde se aborde a existência física da casa, há um documento de 1621 do casamento dos primeiros senhores da Casa dos Macedos, que pressupõe que uma habitação já existiria em Amarante para estes senhores viverem. Com a ausência de mais informação ligada à família deste período, este documento será o suporte principal para esta fase construtiva.

*“Esta sociedade de violentos contrastes e conflitos já se encontrava, porém, legalmente estabilizada. Cada um sabia, à partida, o lugar que lhe estava reservado, pelo nascimento ou ocupação. Sociedade inscrita nos ideais e nos comportamentos dos que a regiam, a que a realidade se conformava.”*¹

Portugal passaria a ser governada por Filipe I, o rei de Espanha, em 1581, criando a dinastia filipina de uma união ibérica que durou até 1640.² *“De 1580 a 1640 foi Portugal governado pelos reis de Espanha, dentro do princípio da monarquia dualista, que reconhecia a existência de duas coroas nas mãos do mesmo soberano.”*³ Durante este período, Portugal e Espanha governavam parte do novo mundo. A nível da arquitetura nacional, foi no decorrer destes anos que o Renascimento evoluiu de forma lenta para o Maneirismo, uma corrente artística que se suporta na revisão dos valores clássicos e naturalistas prestigiados pelo renascimento.⁴ O ambiente que deu origem a esta fase arquitetónica foi marcado por mudanças a nível económico, político, cultural e principalmente religioso. *“O caso dos países peninsulares nesta situação artística dos meados da segunda metade do século XVI é diferente do que se processa no resto da Europa. Em Espanha e Portugal pode dizer-se que é o Maneirismo a corrente que vem desalojar os góticos finais nacionalizados.”*⁵ Neste período a arquitetura portuguesa adaptou-se a um modelo exportável, flexível e barato que viria a ser fácil de ser reproduzido em todo o reino. Arquitetura de estrutura forte, com pouca ornamentação e faces lisas com influências militares contrastando com um interior decorado. Em Portugal este novo movimento, teve mais incidência no Norte do país. Por via do maneirismo surge a vertente chã uma fase que valoriza a originalidade e interpretação pessoal, criando dinamismo e complexidade nas obras.

*“A nossa arquitectura maneirista divide-se em várias correntes actuando simultaneidade, frequentemente dependentes da entidade (rei, nobre, burguês ou ordem religiosa) que encomendava.”*⁶

Em virtude da centralização da corte em Madrid no domínio espanhol no tempo de Filipe I de Portugal, II de Espanha, a nobreza deixou a cidade e voltou aos meios rurais gerando grande parte do aparecimento dos paços rurais. *“No interior do reino, a realeza de Filipe II (e ainda mais a de Filipe III), pelo seu afastamento de Portugal, deixou mais à vontade os privilegiados, contribuindo para acelerar um processo de aristocratização social, de neo-senhorialismo. Agravado ainda por um esforço de neomunicipalismo fortemente aristocratizante.”*⁷ O regresso da nobreza ao meio rural, pode explicar o rampante surgimento de diversas casas senhoriais na zona de Amarante incluindo a Casa dos Macedos.

1 MATTOSO, José, 1994, página 581

2 O processo de restauração de 1640, durou vinte e oito anos com grandes sacrifícios humanos e materiais impostos pelo Reino. Apesar das duras condições de vida, todo o país colaborou para que o país se reerguesse. Só no reinado de D. João IV é que existiu um equilíbrio a nível governamental, e em 1668 no Tratado de Madrid foi reconhecido de vez a Restauração da Independência portuguesa.

3 SARAIVA, José Hermano, 1983, página 561

4 Esta vertente surge na Europa a meados do século XVI, designada por Giorgio Vasari “maneira” termo italiano que significa leveza e sofisticação

5 SILVA, Jorge Henrique Pais, 1996, página 130

6 SARAIVA, José Hermano, 1983, página 708

7 MATTOSO, José, 1994, página 568

De 1640 até ao surgimento do Barroco já no século XVIII, Portugal esteve estagnado a nível cultural, com muitas dificuldades económicas e militares devido à dificuldade do reconhecimento da autonomia face ao reino espanhol.

No reinado de D. João V (1706- 1750) deu-se início a um período de estabilidade política, e para alguns, de desafogo económico, tendo mesmo constituído um dos mais longos reinados na história portuguesa. D. João V teve um papel importante no enriquecimento cultural do país, devido à liberdade financeira que o ouro e os diamantes provenientes do Brasil geraram. A nobreza foi a classe que mais beneficiou desta nova economia que chegava a todo o reino, proveniente das colónias. Toda esta conjuntura proporcionou a inserção de novas técnicas e linguagens na cultura arquitetónica portuguesa, incitadas pela importação e encomendas a artistas estrangeiros. Introduzido de forma gradual o barroco surge, como movimento principal caracterizador deste século. Uma arte que simbolizava poder e ostentação caracterizada por dinamismo, jogos de claro-escuro, curvas e teatralidade viria integrar-se em Portugal. Na obra sobre os estudos do maneirismo, definem o novo movimento como:

“O programa arquitetónico do barroco, nele cabia lugar predominante a uma dimensão de ordem subjetiva - a “emocionalidade” - e pretendia-se obter efeitos sensacionalistas, buscava-se a ilusão do ilimitado. Joga-se com proporções inesperadas e o factor bipolar claro-escuro, de tanto importância por acentuar o sentido de profundidade, é conseguido através de saliências e reentrâncias que conduzem a luz por onde o arquitecto pretende, avolumando os esbatendo superfícies. Os ângulos são adoçados, a planta adquire formas leves e sinuosas, a fachada e também por vezes os alçados laterais aparecem ondulantes, os limites dos pórticos e das janelas perdem a rigidez e a frieza das molduras rectangulares. O que predomina é a linha curva aberta e a ideia de dinâmica e flexibilidade”⁸

[116]

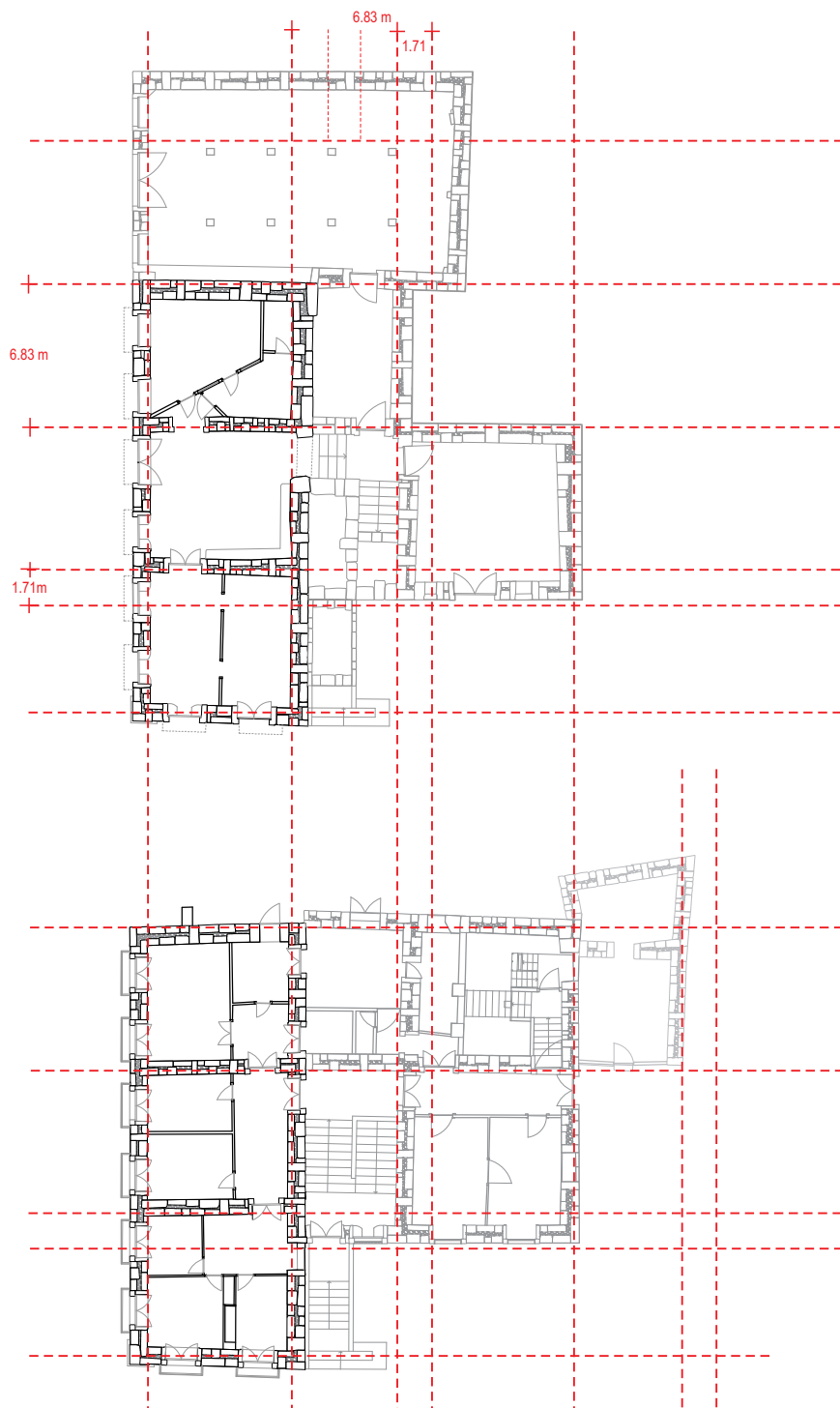
Na arquitetura civil no norte do país, este movimento arquitetónico é perceptível nos frontões quebrados com cartelas e duplos. As novas proporções criadas à medida do homem, principalmente com uma procura clara da fantasia e movimento, que quebra a simetria e estaticidade. Nesta fase arquitetónica, nasce também o “jardim à francesa”, caracterizado por um diálogo com a natureza gera uma nova vontade: criar jardins arquiteturais, com um estilo cenográfico e uma arquitetura geométrica, mesmo com o propósito final de produzir uma imagem com estímulo dos sentidos.

A arquitetura barroca em Portugal é muito particular devido ao tempo que ocorreu em comparação com o resto da Europa. Condicionada por diversos fatores políticos, artísticos e económicos que originaram várias fases e diferentes tipos de influências exteriores, resultando numa mistura original devido à colocação do barroco “em cima” dos movimentos anteriores. Durante este processo, nas igrejas transformavam a partir da talha dourada, espaços áridos em aparatosos cenários decorativos, enquanto no exterior adaptavam a decoração ao gosto da época e do local, tornando assim mais prático e económico. Por último, esta fase insere-se num período de transição, onde o arquiteto começa a ter uma posição reconhecida e a ter princípios e vontades pessoas sem se cingir por regras que vinham a ser típicos dos movimentos anteriores. O barroco, caracterizado por uma: *“Dimensão subjetiva “emocionalidade” introduz-se no seu vocabulário como elemento predominante. Procura-se o efeito sensacional, hipnótico, tenta-se a ilusão do ilimitado...construtivamente pretende-se também o efeito dramático.”⁹* Em Amarante e no Norte do país, observava-se a nível da arquitetura civil, a integração deste estilo em casas que

8 SILVA, Jorge Henrique Pais, 1996, página 146

9 Ibidem, página 128

já vinham de outras fases construtivas. Começavam a ser notáveis nas novas capelas que a casa nobre procurava integrar, e nos portais de entrada onde muitas vezes albergavam o brasão de armas.



NO
Piso rés-do-chão
Escala 1.350

NO
Piso 1
Escala 1.350

[118]



Fig. 77

Observação

É durante esta fase construtiva que o objeto se aproxima mais do que se encontra nos dias de hoje. Apesar de ser uma incógnita, quais os elementos que apareceram primeiro, esta fase possui uma grande variedade de volumes e acrescentos que foram realizados ao longo do tempo. Nesta fase construíram-se os dois principais volumes da casa, para melhor compreensão nomeia-se o primeiro volume como V1 (Casa Principal) e o segundo como V2 (Casa das Tias). Durante este período, terá sido feito o volume próximo da atual rua Miguel Pinto Martins, através da criação de um corpo longitudinal que acompanha o declive acentuado da rua. Posteriormente adicionaram um novo objeto retangular, que se insere entre este novo volume e o vernacular da cozinha. Sobre este objeto intermédio, as certezas são poucas, mas através da observação *in-situ* criou-se uma suposição que este foi feito durante longos anos, para assim justificar as incoerências que se notam tanto no alçado como na planta. No cunhal da casa, cruzamento da rua Miguel Pinto Martins com a rua Frei José Amarante, exibe-se o brasão dos Cunhas, Coutinhos, Queirós e Macedos na esquina.

No alçado principal da casa, o alçado sudoeste, pode ler-se um desenho simétrico e regular das janelas do piso superior, com seis vãos perfeitamente alinhados. No piso inferior é contrariada a simetria com uma porta de entrada, embora os outros cinco vãos cumpram os alinhamentos entre si, enquadradas com o piso superior. A fachada principal possui linhas horizontais e alinhamentos verticais com as pilastras de cunhal. As seis varandas traçam um friso horizontal que divide de forma clara os dois estratos do edifício, identificando o andar nobre. A casa no alçado sul e sudeste é rebocada e pintada de branco, emoldurada com cunhais e pilastras de cantaria de granito, sendo rematada com friso e cornija também de granito possui telhado de quatro águas. O alçado noroeste, tem um tratamento diferenciado por se tratar das traseiras da casa, não se encontra rebocado, mantendo a pedra estrutural à vista. Esta diferença de linguagem arquitetónica denota-se através da falta de cuidado nos vãos e pela descontinuação do uso da cornija ao longo desse alçado. Típico deste tempo de ostentação, era vulgar que o alçado virado para o público exibisse maior cuidado, com um carácter mais senhorial, ocultando muitas vezes o lado vernacular das traseiras.

[119]

No interior da casa, existem três grandes salões, separados entre si com duas paredes estruturais, cada um com 6.69 m por 6.40m. O salão do meio, de acesso à rua Miguel Pinto Martins, é ladeado por um banco de pedra e o chão é de pedra. Os três salões estão rebocados e pintados de branco; o salão do lado sul tem um chão de madeira e o do norte foi alterado em 1970 para um laboratório de análises e por essa razão encontra-se com materiais diferentes. Os cinco vãos que se encontram na fachada principal, são organizados no interior por namoradeiras de pedra à vista. Nos dois vãos que se encontram no espaço que foi outrora laboratório, foram tapadas pelos móveis. Tanto no nível inferior como superior, as aberturas de acesso entre salões cumprem um eixo horizontal definido.

Durante esta fase, adossado a este volume é construído o objeto central do conjunto edificado, com ligação pela rua Frei José Amarante, encontra-se seis metros recuado em relação ao V1. A sua entrada é cercada por um muro de pequenas dimensões que cria um pequeno pátio. Este volume tem 12,2m por 14,5m de área útil, possuindo um telhado de quatro águas. A fachada principal do V2, apesar de ser caracterizada por grande simplicidade, possui um volume superior ao V1, revelando a vontade de continuar a mostrar ostentação, próprio do período de tempo pelo qual a casa estava a passar. Neste alçado destaca-se a escadaria de granito de acesso ao 1º piso de ambos os volumes, apesar de se encontrar encostada a um canto do alçado, mostra um valor nobre desta fachada. Uma das principais diferenças entre o alçado do V2 e o V1, é o desaparecimento do friso e da simetria. O edificado não cumpre a métrica do V1, mas a parede estrutural do meio segue o alinhamento da parede estrutural do meio do V1 revelando um cuidado em obra de seguir as tendências arquitetónicas, que

RÉS DO CHÃO

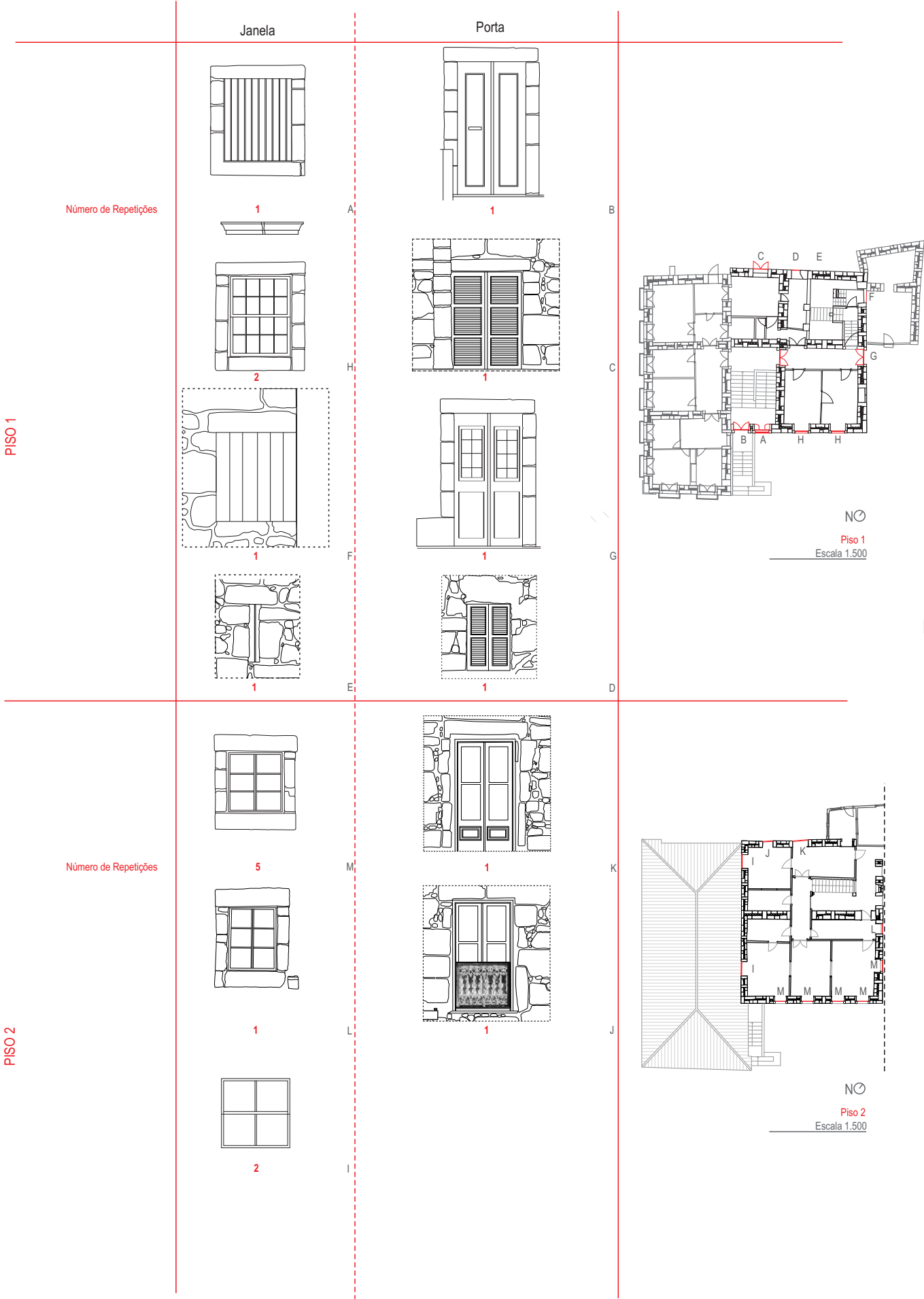
PISO 1

[120]



Fig. 78

VOLUME 2
Escala 1.100



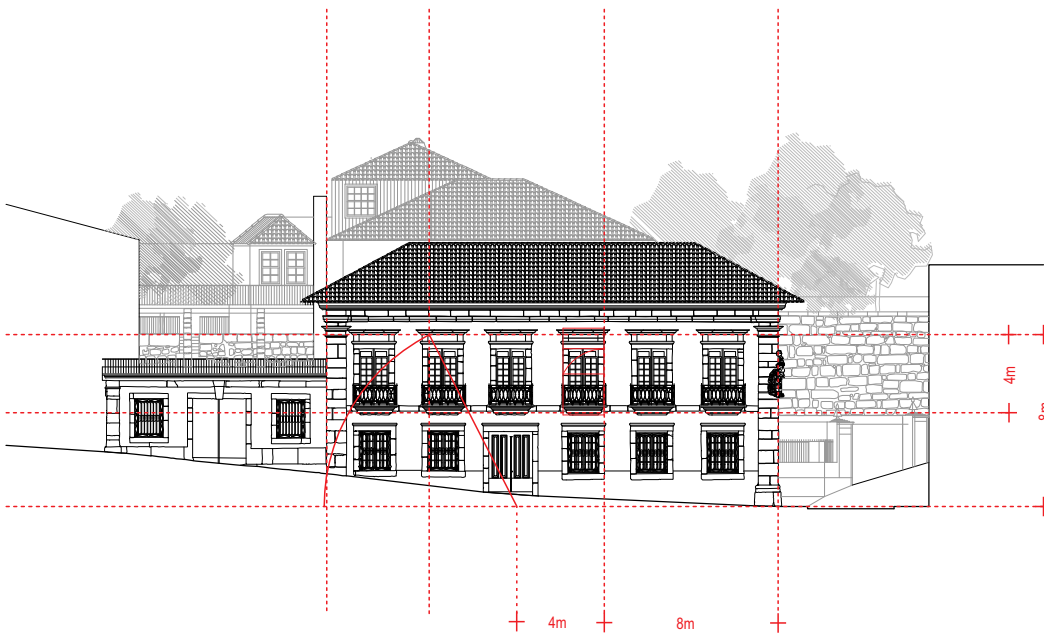
[121]

Fig. 78

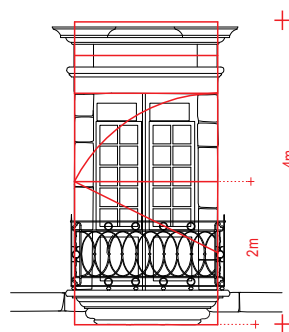


Alinhamento de Cornijas
Alçado Sudoeste
Escala 1.350

[122]



Geometria Alçado Principal
Alçado Sudoeste
Escala 1.350



Geometria Vão Tipo /
Alçado Principal
Escala 1.100

se tinham estabelecido no suposto primeiro volume.

No piso do rés do chão existe agora uma entrada com escadas de acesso ao “pátio” interior. Todo este espaço tem pedra à vista e realça-se que as pedras, são de topo em relação ao edifício V1. Ambos os espaços interiores foram espaços de armazenamento dos bens que vinham das quintas que pertenciam à família. Neste tempo, estes espaços seriam nos fundos do edificado para facilitar a destreza de serviço. Como estavam semi enterrados, possuíam uma boa condição térmica para armazenamento. No espaço intitulado de tulha, a leitura de paramentos revela outro tipo de cuidado em comparação com o lugar nobre das escadas de acesso ao piso superior, caracterizado com pedras de vários tamanhos e sem ordem.

Neste volume os vãos manifestam tratamentos diferenciados, que podem indicar tempos diferentes de abertura. O piso inferior inclui quatro portas e apenas duas contém as mesmas medidas de 1,22m por 1.8m. Apesar de serem as duas de madeira, uma revela maior cuidado que a outra. Quanto aos restantes vãos poderão ter sido abertos aleatoriamente para facilidade de serviço de armazenamento. O piso superior engloba três portas e cinco janelas. Também neste piso, só duas janelas é que têm semelhanças entre si. Com alinhamento horizontal em alçado e com as mesmas medidas, ambas são emolduradas com granito e contêm uma cornija em cada, descentradas com as janelas, podendo revelar uma vontade que não foi colocada em prática. Estas duas cornijas, que parecem encontrarem-se perdidas neste alçado, não têm a mesma medida que as do V1, embora cumpram o alinhamento horizontal. Os três vãos do alçado nordeste são todos diferentes, para além de não terem o mesmo formato, também não têm as mesmas medidas e parece terem sido abertos de forma aleatória, conforme a necessidade do interior. Relatos orais da família Macedo dizem que o vão de madeira do alçado nordeste regista um período de tempo em que existiu um incêndio, no tempo das invasões francesas. De geração em geração, o testemunho foi passado no sentido de dar continuidade à história; afirma-se que sem a existência desse vão, com uma grossura de madeira considerável, a casa teria desaparecido nas chamas. Não há documentos que comprovem esta afirmação. A única porta do alçado Este parece ser de raiz, cumpre um claro alinhamento com as portas interiores o que aponta uma vontade inicial de um eixo a atravessar o volume.

[123]

O terceiro piso do V2 é o espaço que levanta ainda mais questões numa fase de observação. Revela no alçado principal quatro vãos iguais, mas que não se encontram enquadrados com o restante alçado. A sua medida pode variar 2 centímetros, mas em média são de 1m por 1 metro, emoldurados por granito. No alçado nordeste, existe um vão com as mesmas características dos anteriores, o que evidencia o mesmo faseamento. Ainda nessa mesma fachada, o outro vão existente dispõe da mesma direção ao nível superior que o outro, mas apresenta mais 7 centímetros de comprimento. Nas traseiras do volume, no alçado noroeste existem dois vãos iguais com 1m por 2,13 metros e segue o alinhamento superior dos outros vãos anteriormente referidos, com 72,5 centímetros desde o beiral até à abertura. Por fim, no alçado sudoeste, com cimento a revestir a pedra, mais dois vãos completamente diferentes dos anteriores e entre si, não revelando nenhuma característica parecida. Aqui assinala uma fase de indiferença na construção dos novos vãos em relação ao contexto do restante edificado, provavelmente foram vãos abertos posteriormente.

Por fim, no alinhamento da fachada do V2 existe um portal encimado por uma almofada rebocada sobrepujada por uma cruz, com um frontão quebrado, dá acesso a um pequeno pátio onde se situa as escadas de pedra que cria a ligação ao pátio superior e ao jardim típico “à francesa” em pequena escala, a uma cota de diferença de 5,1 metros.



Fig.80 - Casa dos Mores



Fig.81 - Casa dos Mores, Fachada sul escadaria



Fig.82 - Casa dos Mores, Pórtico de entrada



Fig.83 - Casa dos Mores, Lamego / Cunhal da casa

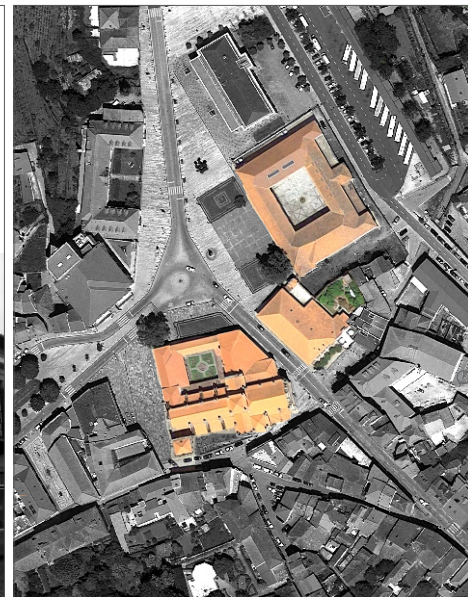


Fig. 84 - Localização da Casa dos Mores, Lamego / Envolve Eclesiástica, N

Paço Episcopal

Casa dos Mores

Sé de Lamego



Fig. 85 - Casa dos Macedos / Cunhal da casa



Fig. 86 - Localização da Casa dos Macedos / Envolve Eclesiástica, N

Igreja de S. Pedro

Convento Sta.Clara
(atual Biblioteca Municipal)

Casa dos Macedos

Mosteiro S. Gonçalo

Igreja de S. Domingos

_Comparação e Interpretação

A segunda fase proposta, segue uma cronologia do século XVII ao século XVIII e é durante esta que há o maior investimento na construção deste conjunto arquitetónico. Para esta fase, continua a não haver documentos desenhados de transformações que a casa foi sofrendo, apenas três factos cronológicos que são tidos em conta no início desta lógica narrativa. São eles: o documento do casamento de 1621 dos primeiros senhores da casa, Helena da Cunha Coutinho com Gaspar de Macedo, a carta de brasão de 1721 a Luís da Cunha Coutinho, e por fim, o acontecimento das invasões francesas de 1809 onde já existe documentação desenhada que comprova que a casa está nessa época semelhante ao que conhecemos atualmente.

A segunda fase construtiva, é a que desperta mais questões e consequentemente a mais difícil de analisar e tirar conclusões. A inexistência de documentação e as poucas obras documentadas que tenham características de comparação com a Casa dos Macedos, torna esta fase fortemente baseada na análise morfológica e construtiva do conjunto arquitetónico com comparações com os modelos da época, procurando neles o que parece de mais provável ter acontecido a esta casa. Os exemplos escolhidos têm em comum a implantação em contexto urbano e existência de algum elemento semelhante com a Casa dos Macedos: A Casa dos Mores e a Casa Espírito Santo de Lamego, a Casa do Morgado dos Almeidas em Guimarães, o edifício da rua das Flores e rua da Vitória no Porto e por fim duas casas nobres que se situam na mesma rua que a Casa dos Macedos, que carecem de algumas características comuns.

Pensa-se que o V1, terá sido o primeiro volume a ser construído devido a vários fatores que serão agora abordados e comparados. Por relatos orais de várias pessoas de Amarante até à família Macedo, esta casa é designada por “*Aqui nasceu Amarante*”. A verdade, é que esta casa brasonada, será a mais antiga da rua e a que mais transformações sofreu. No documento que a Divisão da Cultura de Amarante tem sobre este imóvel, diz que a casa-mãe se situa em Celorico de Basto, ramo esse dos verdadeiros e principais Macedos. Uma família que vinha de um Alcaide-mor e com muita importância a nível regional, faria sentido que ao chegarem a Amarante quisessem mostrar a grandeza típica desta fase construtiva. Assim, o volume com mais decoração seria o primeiro a ser implantado, principalmente perto da única rua que Amarante possuía na altura, a dita “*rua sinuosa*”.

[125]

Com um corpo horizontal e do século XVII, a Casa dos Mores¹⁰ insere-se num contexto urbano, mesmo atrás da Sé da Catedral de Lamego, num lugar privilegiado e com uma forte ligação à igreja, uma vez que se encontra envolvida por dois edifícios eclesiásticos. (fig.84) A Casa dos Macedos à semelhança da Casa dos Mores, encontra-se num contexto eclesiástico: Igreja de S. Pedro, Igreja de S. Domingos, Convento de Sta. Clara e Mosteiro de S. Gonçalo. (fig.86) Para além do contexto em que se implanta, também se situa em gaveto em relação a duas ruas, o que gera um brasão de armas no cunhal do edificado. (fig. 83) É um edifício do século XVII, de planta retangular que se articula em dois pisos, com um volume anexado à casa principal onde se situa hoje a cozinha, identificável pela chaminé. A partir de um pátio que se insere em espaço público, o acesso à casa faz-se pelo pórtico que está adossado à fachada norte. Quanto à fachada sul, uma pequena escadaria dá acesso ao piso nobre, para aos espaços privados da casa. Com a fachada principal voltada para poente, esta tem um desenvolvimento horizontal delimitado por pilastras, com dois pisos que se separam por um friso. A fachada principal



Fig. 87 - Casa na Rua das Flores no Porto/ Piso inferior quebra a simetria com porta de entrada

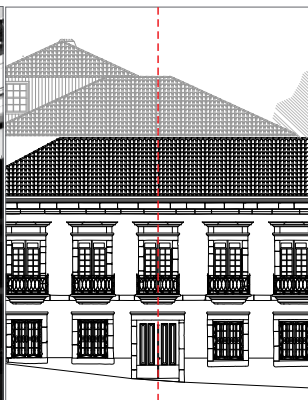


Fig. 88 - Alçado Principal da Casa dos Macedos/ Piso inferior quebra a simetria com a porta de entrada



Fig. 89 - Alçado Principal da Casa dos Macedos



Fig. 90 - Casa na Rua das Flores no Porto/ Cunhal/ Declive acentuado/ Contexto urbano



Fig. 91 - Casa dos Macedos/ Declive acentuado/ Contexto urbano



Fig. 92 - Casa dos Macedos/ Declive acentuado



Fig. 93- Casa na Rua da Vitória, Porto/ Declive acentuado/ Contexto urbano



Fig. 94- Casa dos Macedos/ Declive acentuado



Fig. 95- Casa dos Macedos/ Declive acentuado/ Contexto urbano



Fig. 96- Casa do Morgado dos Almeidas, Guimarães/ Escada de acesso ao andar Nobre



Fig. 97 - Casa Espírito Santo, Lamego/ Escada em L de acesso ao andar Nobre



Fig. 98 - Casa dos Macedos/ Escada Nobre



Fig. 99 - Casa do Morgado dos Almeida, Guimarães/ Alçado Principal



Fig. 100 - Casa do Morgado dos Almeida, Guimarães/ Escada Nobre



Fig. 101 - Casa do Morgado dos Almeida, Guimarães/ Portal do pátio com vista para as escadas nobres



Fig. 102 - Casa Espírito Santo, Lamego / Alçado Principal



Fig. 103 - Casa Espírito Santo, Lamego/ Muro que ladeia as escadas nobres



Fig. 104 - Casa Espírito Santo, Lamego/ Cunhal

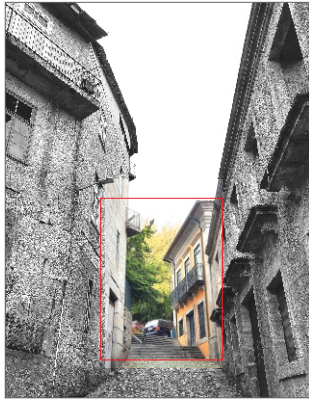


Fig. 105 - Casa Brasonada na Rua do Seixedo



Fig. 106 - Casa Brasonada na Rua do Seixedo



Fig. 107 - Casa Brasonada na Rua do Seixedo- Volmetria



Fig. 108 - Casa Brasonada na Miguel Pinto Martins, Nº3



Fig. 109 - Casa Brasonada na Miguel Pinto Martins, Nº3



Fig. 110 - Brasão de Armas da Casa Brasonada na Miguel Pinto Martins, Nº3



Fig. 111 - Jardim Principal da Casa dos Macedos, século XX, Arquivo Privado da Família



Fig. 112 - Jardim Principal da Casa dos Macedos, século XX, Arquivo Privado da Família



Fig. 113 - Jardim Principal da Casa dos Macedos, 2020



Fig. 114 - Jardim Principal da Casa dos Macedos, 2019

tem nove vãos com uma cornija no remate superior e todos eles têm acesso a janelas de sacada. Quanto à articulação dos espaços internos, também existem semelhanças com a Casa dos Macedos: *“No remate superior desta escadaria, encontram-se dois acessos que faziam a distribuição entre os espaços social e privado da casa. O primeiro estava voltado para a fachada principal, onde se encontravam os salões enquanto o segundo estava voltado para a ala posterior da casa”*.¹¹

Com uma fachada principal orientada a sul, encaixada entre pilastras e rematada por cornija saliente, fortemente ritmada com seis vãos, emoldurados a granito com sacada de verga reta, encimadas por lintel saliente de vários frisos. No piso inferior cinco janelas enquadradas com a do piso superior, com simetria quebrada com um portal principal, portal esse que é a entrada nobre para o edifício horizontal. A casa da rua das Flores no Porto (fig.87) é um exemplo com a fachada de seis vãos superiores que vão ao encontro do alçado principal da Casa dos Macedos. O piso térreo também é rasgado com janelas quadrangulares que quebra a simetria num portal principal, implantada igualmente num gaveto. (fig.90) Todo o rigor, simetria e sobriedade da construção é saliente apenas neste V1.

Durante este século, através da hierarquização social, a casa nobre começa a ter mais escala e complexidade arquitetónica e funcional. Nesta fase, existe uma vontade de crescer e de unificar tanto o valor exterior da casa como a definição e organização de espaços. Nota-se também que houve uma vontade de ampliação para o aumento da comodidade, tornando assim a casa volumetricamente complexa, como é o caso da ampliação da casa para o V2. A adaptação da casa para uma criação de planta em L parece ter sido o gesto mais natural a cumprir para aquele tempo, visto ser o natural nas outras construções que se faziam na época em Portugal. O novo volume viria a ter uma fachada principal, voltada para a rua que daria acesso ao Convento de Santa Clara, a atual rua Frei José Amarante. Assim o conjunto arquitetónico teria agora duas fachadas de importante valor, onde seria provável que a vontade de continuar a mostrar grandeza se ilustrasse no novo volume.

[129]

Com a planta agora em L, formou-se um pátio junto ao V2 *“modelo de planta em L que, herdada dos finais da Idade Média, vemos reaparecer de forma mais ou menos sistemática, tanto em paços urbanos como rurais.”* A implantação de plantas em L, parece ser uma solução bastante usada no território nacional, mas com diferentes funções no norte e no sul do país. No norte faziam pátios interiores e encerrados no centro da casa, enquanto no sul era usado como um local de receção das pessoas e de distribuição de programa. Devido provavelmente à morfologia do terreno, na Casa dos Macedos teriam optado por um pátio exterior, criando assim este modelo urbano singular nesta zona do país. Neste V2 os dois vãos de cornija saliente que se encontram no alçado mostram que talvez a vontade de criar um novo volume regido por regras, fosse a ideia geral. Não existe explicação ao porquê deste alçado parecer desproporcional e com diferentes fases à vista. A cornija apesar de diferente segue o alinhamento da cornija do V1, o que pressupõe que alguma regra eles iriam começar a seguir.

Várias são as casas com planta em L. Existe uma casa nobre construída no século XVII, no Porto na Rua da Vitória que tem este modelo e se insere num declive acentuado como a Casa dos Macedos. (fig.93) Também num gaveto de duas ruas, este edifício através do tempo viu a sua escala a ser comprometida com as construções de vários pisos que foram construindo na sua envolvente. Esta casa tem dois pisos separados por um friso saliente. No eixo da fachada destaca-se o portal de verga reta entre pilastras encimado por brasão de armas. No piso superior, o andar nobre tem janelas todas iguais de sacada, com grade e moldura de granito.¹²

11 Disponível em: https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

12 Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5532



Fig.115 - Casa dos Macedos/ Vão do Piso superior/ Cornija do Volume 1

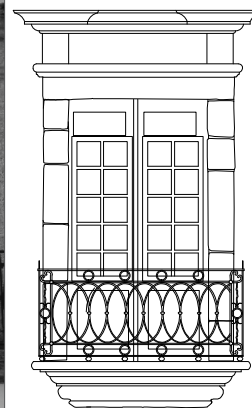


Fig.116 - Casa dos Macedos/ Vão do Piso superior/ Cornija saliente
Escala 1.75

Fig.117 - Casa no Gaveto da Avenida Joaquim Leite de Carvalho com a rua do Seixedo



Fig.118 - Casa na Rua Miguel Pinto Martins Nº3



Fig.119 - Casa dos Macedos/ Cornija do Volume 2

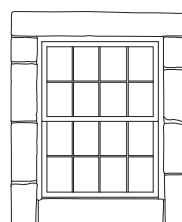


Fig.120 - Casa dos Macedos/ Cornija do Volume 2
Escala 1.75

Apesar de assumir que o V2 seria para manter o mesmo gosto que o V1, a cornija que está na parte superior da janela, não tem a mesma forma que a do V1, embora siga o mesmo alinhamento. Este tipo de vão, emoldurado de granito com esta cornija existe em diversos exemplos, entre as quais uma situada na proximidade da Casa dos Macedos, que pode mostrar que aquele volume viria desde o princípio a ter um alçado mais simples. O objeto intitulado de Casa na Rua Miguel Pinto Martins Nº3¹³, é uma casa nobre sem qualquer documentação sobre ela, só do brasão de armas. Este volume arquitetónico tem uma planta quadrangular e um alçado frontal com quatro vãos de janela de sacada emoldurados por granito e com uma cornija saliente igual ao que o V2 da Casa dos Macedos apresenta. (fig.118) Outra casa mais a norte da *rua sinuosa*, intitulada de Casa no gaveto da Avenida Joaquim Leite de Carvalho com a Rua do Seixedo¹⁴, também exibe esta mesma característica comum. (fig.117) Este objeto expõe no alçado com mais carga decorativa, apenas três vãos com cornija saliente e na outra fachada nota-se que a casa iria continuar com o mesmo formato decorativo, mas que sem se conhecer as razões, foi interrompido. Este facto, nota-se pelo friso superior ser interrompido a dois metros do cunhal. Nesta rua, a Casa dos Macedos e esta casa, são as únicas em gaveto e com o brasão de armas exposto no cunhal e que seguem o formato da casa em L.

Ainda neste alçado e adossado ao V1, aparecem as escadas de acesso ao piso nobre. Este tipo de escadaria era usado em meados do século XVII, quando a entrada do piso para ser efetuada com a ajuda de uma cota mais elevada. No alçado nordeste existe um acesso a esse piso, mas como não se situa na fachada principal, o uso da escadaria nobre teve que ser usado. Não cumpre nenhuma simetria de alçado, servindo simplesmente a função do interior e por isso é localizada num canto. A escada era usada maioritariamente em contexto rural, servia para que depois de entrarem no portal das quintas, a escada realçaria um valor de grandeza. No contexto urbano, este tipo de escada surge em pátios semi públicos, ou seja as escadas serviam simplesmente o propósito de acesso. À data, o V2 da Casa dos Macedos, não era ladeado pelo gradeamento que hoje existe, assim a escada estava aberta para a rua dando um valor mais rural do que era suposto. A Casa do Morgado dos Almeidas em Guimarães (fig.96) e a Casa Espírito Santo em Lamego (fig.97) são exemplos de casas urbanas em que utilizam a escada encastrada em pátios.

[131]

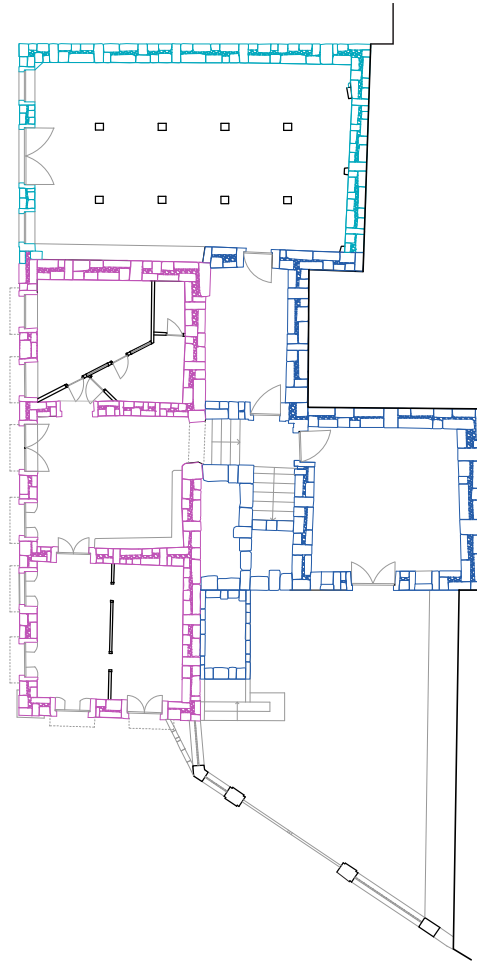
A Casa do Morgado dos Almeidas, situada no centro histórico de Guimarães, é uma casa nobre seiscentista com uma fachada horizontal articulada em dois pisos separados por friso, o térreo e o andar nobre. (fig.99) A fachada principal é caracterizada por se encontrar rebocada e pintada de branco no andar nobre e granito aparente no piso térreo. A fachada principal terminada em friso e cornija com cunhais apilastrados, seis vãos de moldura simples encimados por cornija abrem-se no andar nobre como janelas de sacada. Adossado e alinhado a este alçado, abre-se um portal encimado por frontão contracurvado e decorado por aconcheados no exterior dos umbrais, que dá acesso a um pátio que articula uma escadaria em pedra para o piso nobre.

A Casa Espírito Santo em Lamego¹⁵ apresenta uma estrutura típica do século XVII, de planta retangular conciliada com uma simetria da planta e fachada. (fig.102) O alçado articula-se com o volume que através de uma escadaria externa, dá o acesso ao piso nobre. Adossada à escada em L, encontra-se um portal de acesso a um pátio. Analisando a planta e as

13 Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=23417

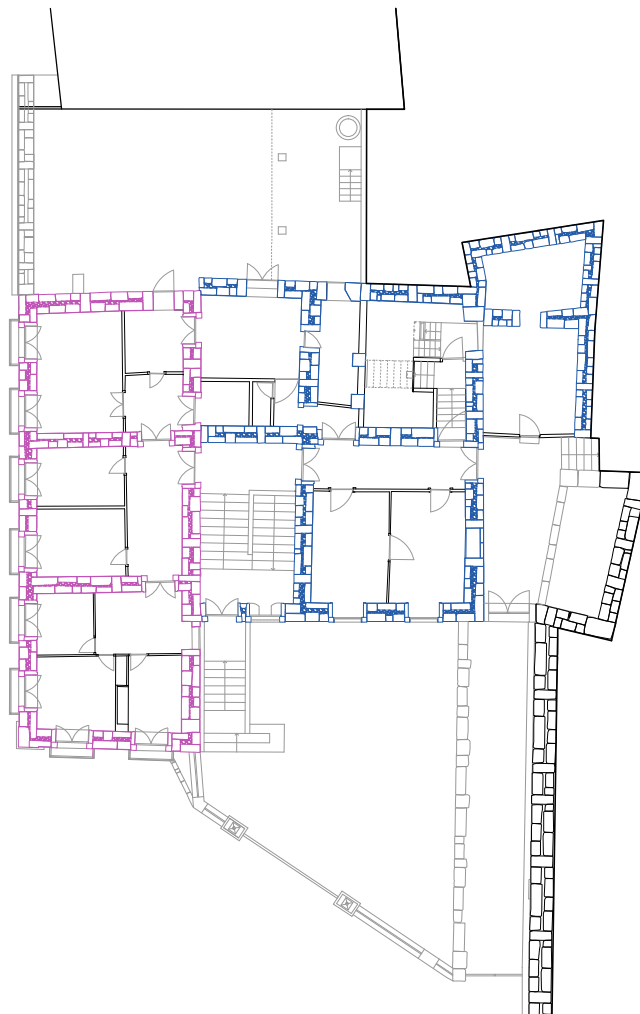
14 Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=23400

15 Disponível em: https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook



NO
Piso rés-do-chão
Escala 1.350

[132]



FASE 2 { Fase 2.1
Fase 2.2
Fase 2.3

NO
Piso 1
Escala 1.350

Fig. 121

imagens, é provável que este portal tenha sido construído após as escadas (fig.103), o que assim vem fundamentar o uso da escada em contexto urbano, não pela ostentação de grandeza mas sim pelo uso funcional. Comparando a Casa Espírito Santo com a Casa dos Macedos, a escada não cumpre regras de simetria. Para além deste pormenor em comum, a fachada principal está voltada a sudoeste e tem um desenvolvimento horizontal com dois pisos separados por friso. Delimitado por pilastras, o corpo da fachada apresenta uma correspondência entre os vãos do piso térreo e os do piso superior, no cunhal deste conjunto, no lado noroeste e sudoeste envergam o brasão de armas. Do lado da fachada noroeste, adossado ao corpo da fachada, insere-se o acesso ao piso nobre. Esta escadaria enquadra-se na típica escada nobre do contexto urbano. A nível interno, esta casa apresenta um conjunto de escadas internas, com composição semelhante à Casa dos Macedos, à Casa dos Mores e à Casa na Rua das Flores no Porto, que faz a ligação entre pisos.

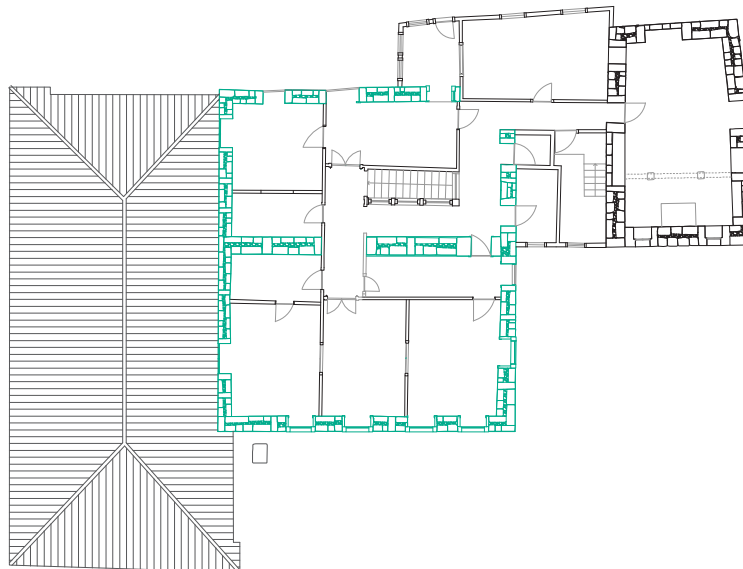
Ainda neste mesmo século, foi construído uma entrada no alçado principal do V1. O acesso ao interior da casa que servia tanto para a chegada de bens agrícolas, para armazenar na tulha ou na adega que se situa no rés do chão, ou mesmo como ponto para entrada dos senhores da casa nas carruagens. Esta entrada, apesar de ser posterior ao V1, tentou seguir a regra de vãos do alçado V1 mas com diferença de medidas.

Na fachada sudeste do conjunto arquitetónico, adossado ao muro de suporte do jardim, nasce um portal encimado por uma almofada rebocada, com um frontão interrompido típico do barroco. O facto de ser sobrepujada com uma cruz leva muitas vezes a família a afirmar, que ali seria a entrada para uma capela. Neste período, as casas nobres já começavam a adossar a capela ao alçado principal, ostentando grandeza e valor dramático. Mas este não seria um tipo de portal adquado para uma capela deste estilo arquitetónico.

Ainda no século XVIII, a arquitetura civil sofreu transformações, uma vez que direcionou a sua atenção para o interior, passando a existir maior ligação com a natureza e isso verificou-se através do uso dos jardins. Desta forma, deixou-se de constatar uma maior atenção de arquitetura de fachadas, mas de decoração e de conforto interior. Assim, numa cota superior ergue-se o jardim da Casa dos Macedos. Com um eixo horizontal ao centro, corrido por diversas camélias que marcam este jardim, do lado direito com efeitos quadrangulares erguem-se mais algumas plantas, que hoje são cobertas pela enorme quantidade de flores de camélias, que se deixam ali ficar. Ladeado pelas duas partes, existe uma estrutura metálica que outrora agregou uma trepadeira. Este lado da casa que dá acesso à Casa da Cerca torna-se o ponto central verde que une estas duas casas.

2.3 Fase 2

- FASE 2
- Fase 2.1
 - Fase 2.2
 - Fase 2.3
 - Fase 2.4

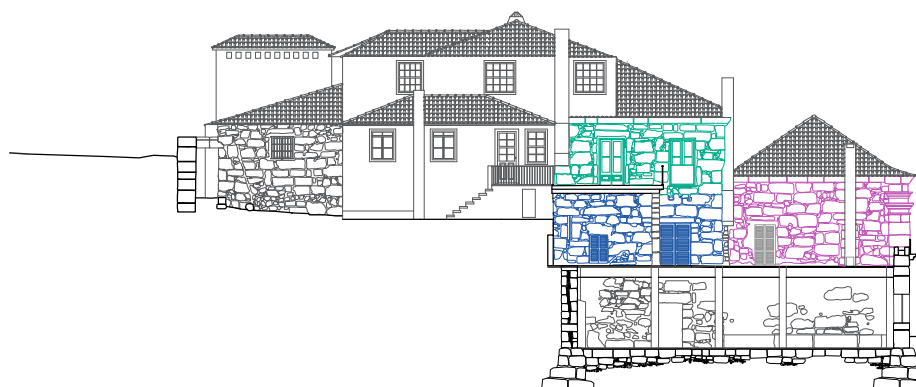


NO
Piso 3
Escala 1.350



Alçado Sudeste
Escala 1.350

[134]



Corte
Escala 1.350



Alçado Sudoeste
Escala 1.350

Fig. 122

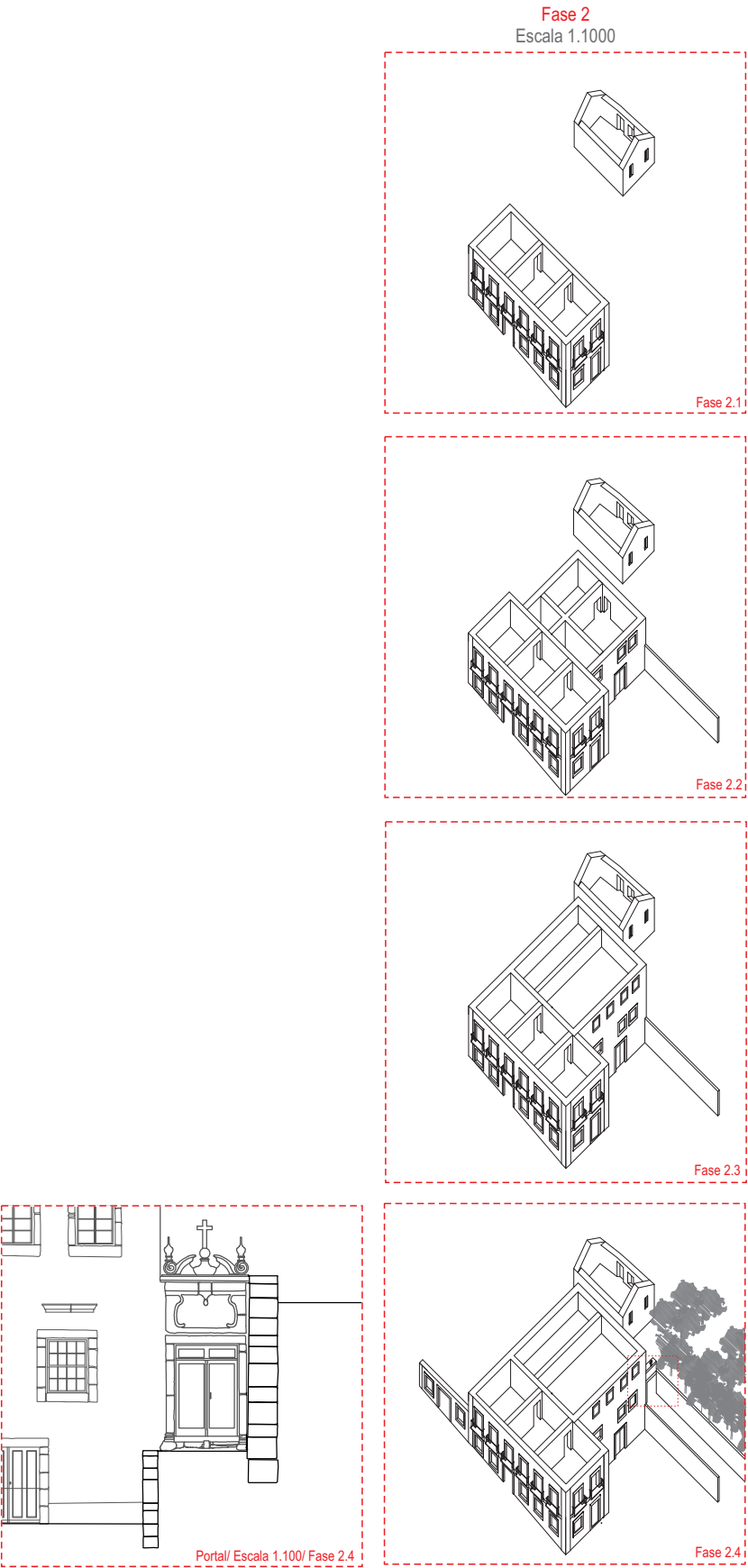
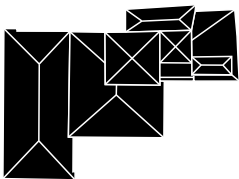


Fig. 123

[136]



Fase 3
Século XIX-XXI

_Enquadramento Século XIX-XXI

O final do século XVIII e início do século XIX ficou marcado pela perseguição sistemática aos simpatizantes da revolução e aos princípios de liberdade e igualdade. Na primeira metade do século XIX, Portugal era um país com uma sociedade de Antigo Regime, tradicionalista e conservadora. Atravessado por uma série de acontecimentos: invasões francesas, domínio inglês, revolução de 1820, revoltas e contra-revoltas de 1834 a 1851, Portugal ansiava por uma nova atividade ideológica essencialmente política, ao permitir o acesso da burguesia aos cargos políticos.¹⁶

O processo revolucionário iniciado em 1789, marcou uma nova era na história de França e, consequentemente em toda a Europa, com a chamada Era Napoleónica¹⁷. Desde esse acontecimento e durante o século XIX existiram profundas mudanças de paradigmas. O conjunto de revoluções de cariz liberal, que tiveram lugar no Novo Continente e na Europa, vieram alterar e modificar de forma profunda a ordem política económica e social em vigor no Antigo Regime. As inspirações nas ideias iluministas contribuíram de forma determinante para o percurso histórico em toda a Europa, sendo uma dessas ideias iluministas a Revolução Francesa¹⁸. Este impulso revolucionário que percorreu todo o século teve o radicalismo como principal premissa. Em Portugal, a constitucionalização de 1822 tinha como objetivo pôr fim ao absolutismo e inaugurar uma monarquia constitucional que consagrava uma reorganização social: a nobreza e o clero continuavam a ter muitas terras mas perderam regalias; a burguesia tornou-se o grupo social mais importante deste período aumentando a sua riqueza. Por fim, o povo passou a ter, perante a lei, os mesmos direitos e deveres que os outros grupos sociais.

Até meados de 1850, Portugal permanecia um país pouco desenvolvido. A agricultura tradicional continuava a ser a principal fonte de rendimento do povo. Com todo este desastre económico, também houve uma grande instabilidade política ao ser abalado diversas vezes pelas três invasões francesas, impedindo assim que Portugal se desenvolvesse. Após a vitória dos liberais em 1834, no final do reinado de D. Maria, iniciou-se um período de renovação das atividades económicas, através da modernização agricultura, indústria, exploração mineira, aumento do comércio e o aparecimento dos transportes e comunicações. Neste contexto, Amarante cresceu de forma exponencial. Situada num eixo importante que faz ligação da zona litoral a Trás-os-Montes aqui, a alta burguesia começou a apostar em terrenos agrícolas, com a implantação grandes vinhas para a produção de vinho verde¹⁹. Durante este século foi a fase em que a família Macedo mais angariou bens imóveis contribuindo para a sua riqueza. No tempo do Doutor Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho nascido a 1835²⁰, por relatos orais da família que este era possuidor de 44 quintas em várias freguesias de Amarante, o que lhe dava um estatuto importante. Esta vontade de engrandecer à custa do que a terra lhes fornecia, fez com que fossem melhorando a casa aos poucos e tivessem que acrescentar mais um piso ao conjunto. A necessidade de ter empregadas diariamente, típico dos afazeres da alta nobreza no século XIX gerou aumento de património. Para além do novo piso, construíram-se anexos para o armazenamento de animais, criaram-se pátios para lazer e, por fim, começou-se a investir em novas construções para

[137]

16 SANTOS, M. de Lourdes Lima, *"Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX"*, 1983, página 69

17 Napoleão Bonaparte acabou por impor o seu governo e em 1804 afirmou-se Imperador dos Franceses, começando com uma política expansionista.

18 Que não só representou um marco importante na história internacional como representou o fim da sociedade de ordens que deu início à época contemporânea. XIX ficou essencialmente entendido por um século atravessado por distintos processos políticos que iam ao longo do tempo renovando controvérsias que deram forma à história da revolução francesa e das décadas posteriores numa grande parte da Europa.

19 MACEDO, Luís Van Zeller *"Pequena História de Amarante"*, 1993, página 35

20 Arquivo Privado da Família, Anexo 1

[138]

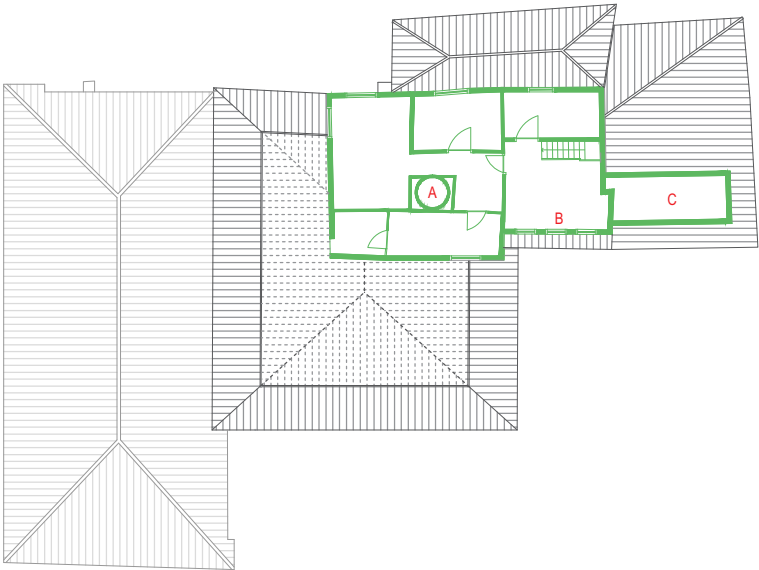


Fig.125 - Planta da Reedificação da Vila de Amarante em 1816

arrendar apartamentos à nova burguesia.

Foi também notável, na zona amarantina, a cultura da vinha ter aumentado significativamente, tendo gerado novos ricos e pessoas importantes e nível regional. No caso da família Macedo, veio ainda engrandecer mais a sua posição económica, devido à quantidade e qualidade de vinho que produziam em todas as quintas que possuíam.

[140]



N

Planta Piso 3

Escala 1.350



Fig.126.1 - Claraboia

A



Fig.126.2 - Claraboia

A



Fig.126.3 - Volume da Fase 3

B

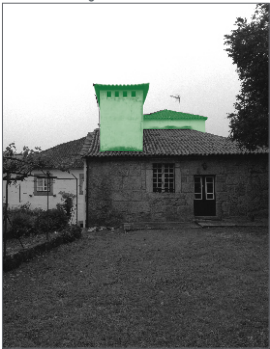


Fig.126.4 - Chaminé

C

_Observação e Interpretação

Após os volumes principais da casa serem construídos, o conjunto arquitetónico ficou durante algum tempo sem transformações e ampliações. Nesta fase, a transformação é de maior perceção, principalmente devido aos materiais utilizados que originam espessuras de parede muito diferentes das até então construídas. As obras levadas a cabo neste período, não trouxeram alterações de grande escala como nos séculos anteriores, tratando-se apenas de pequenas intervenções e de ampliações que ajudaram a ter maior conforto no interior. O maior exemplo, é a união do V2 ao edifício da cozinha, integrando tudo num único objeto arquitetónico, evitando o uso do exterior para acesso à cozinha.

No Piso 1, existe um espaço que é de difícil compreensão. Durante esta última fase, foi fechado e atualmente é um espaço de armazém revestido a tijoleira e com um alçado de dois pequenos vãos em janela, com grade e uma porta ao centro. Com este elemento fechado, nasce um piso superior que proporciona a este espaço maior transformação a este volume, que é o acesso à cozinha. Os beirais do V2 surgem pelo interior da casa, onde se demonstra a vontade de mostrar as marcas históricas pelas quais o edifício passou. Aqui surgem duas pequenas salas que mais tarde tornaram-se, em duas casas de banho, uma sala de jantar e uma pequena sala intitulada de “solário”, por ser rodeada de janelas e fornecer bastante luz natural ao interior da casa. Uma destas pequenas salas dá acesso ao último piso. Este foi também totalmente construído durante esta fase.

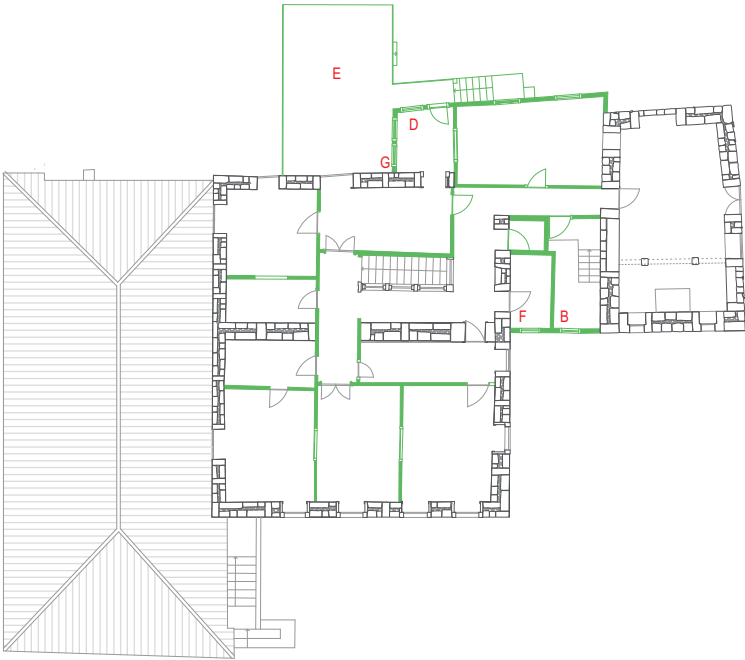
Os espaços da casa de uma forma geral foram sofrendo grandes alterações neste século. Começaram por ser mais separados, de acordo com uma hierarquia. A vivência entre os senhores e os criados era feita em comunidade, mas ao mesmo tempo desenvolvia-se uma noção de intimidade, ao surgir o aparecimento dos quartos mais isolados em relação às áreas sociais da casa: o piso dos empregados. Com a família a aumentar, a necessidade de criados tornou-se maior, vinte e quatro horas por dia. Assim, com materiais mais fracos construiu-se o piso, que hoje em dia é o que tem mais problemas e se apresenta num maior estado de degradação. Muito fragmentado e dividido com paredes de tabique de 13,5 centímetros descritas como: *“Esta estrutura de barrotes era preenchida por um duplo tabuado, formado por tábuas com cerca de 2,0 cm de espessura, colocadas na vertical e na diagonal, sobre o qual era pregado um fasquiado pelo interior”*²¹. Este andar tem várias salas de reduzidas dimensões, que seriam os vários quartos, cinco divisões pequenas e todas com janelas. Ainda neste mesmo piso existe um espaço de maior área e com mais luz natural que atualmente é uma pequena sala de jogos.

Com a colocação de um novo piso no conjunto arquitetónico, surge uma claraboia que dá luz natural necessária ao interior do V2 no segundo piso. As claraboias são exemplos arquitetónicos dos edifícios do século XIX e inícios do século XX. Este elemento com cinco metros de altura, gera no último piso uma pequena divisão que a sustenta estruturalmente. Este facto só é visto porque os materiais se degradaram, sendo perceptível toda a estrutura da claraboia. As paredes são constituídas por uma estrutura de barrotes de secção quadrangular e é apoiada nas estruturas do telhado e nas paredes que a ladeiam. Pelo exterior, está revestida com uma chapa zincada para garantir uma boa impermeabilização e maior durabilidade. Este tipo de chapa, também era escolhido por ser isento de manutenção e permitir formas curvas típico destas claraboias

[141]

21 SANTOS, Ricardo Abraços, “Caracterização de revestimentos de tectos antigos com base em gesso Contributo para a sua conservação”, 2017, página 23

[142]



NO

Planta Piso 2

Escala 1.350

Fig.127.1 - Volume da Fase 3



B

Fig.127.2 - Pátio



D

Fig.127.3 - Volume da Fase 3



D

Fig.127.4 - Pátio



E



F



F



F



F



G



G

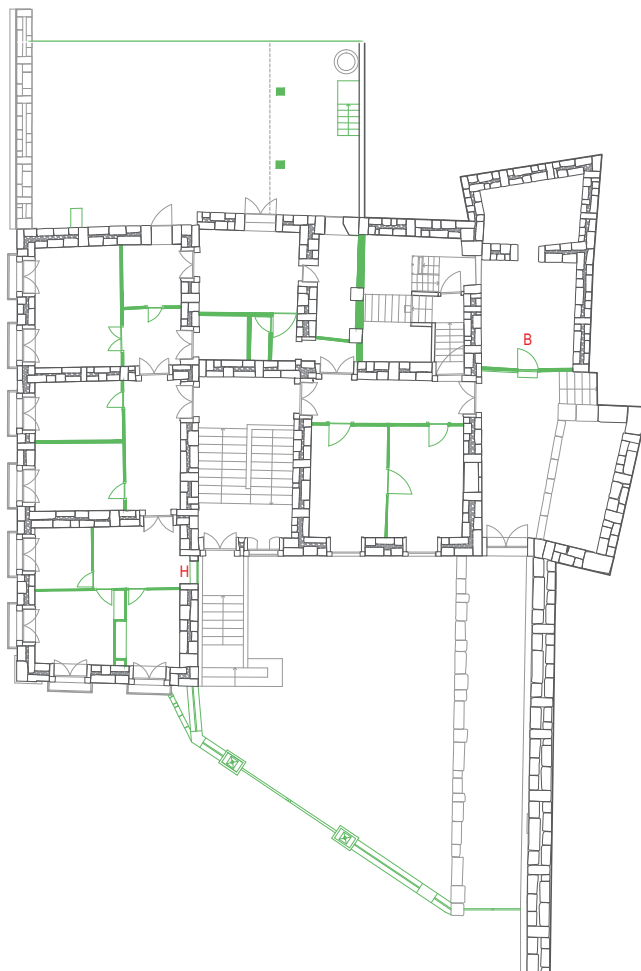
[143]



B



H



NO

Planta Piso 1

Escala 1.350

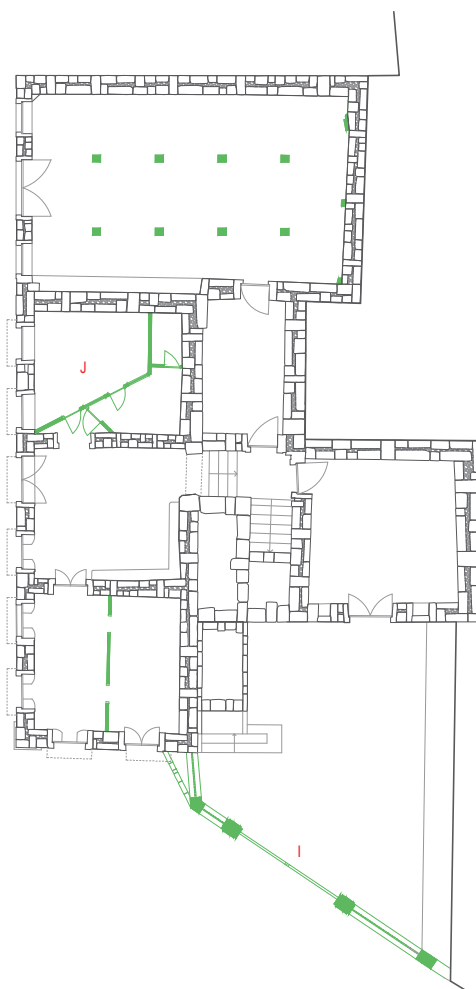
[144]



I



J



NO

Planta Rés do Chão

Escala 1.350

Fig. 129

circulares. Este tipo de claraboia usada na Casa dos Macedos insere-se na: claraboia simples estrutural por gomos.²² *“O local de implantação da claraboia é definido por cadeias ao nível do vigamento do tecto. Para a configuração da sua forma eram colocadas sub cadeias em forma de cambotas de menor grandeza, nos cantos entre as cadeias e as varas.”*²³

Nesse tempo, é perceptível ver em várias habitações a colocação de mais um piso. Este tipo de estrutura é caracterizado por tabique misto, apoiado nas paredes estruturais da fachada, devido ao seu piso e de construção rápida e mais barata: *“A sua estrutura é composta por barrotes quadrangulares com secções entre os 7,0 e os 10,0 cm de lado, colocadas em prumos, frechais, travessanhos e escoras, preenchida com pedra miúda e tijolos adequados, tornando-as em paredes resistentes.”* Na Casa dos Macedos, estas paredes são apoiadas na fachada noroeste e na parede estrutural que se insere pelo meio do V2.

Outra transformação que aconteceu durante este período foi a criação de pátios na zona noroeste do conjunto arquitetónico, fornecendo assim mais espaços de lazer para a casa. Com uma estrutura de betão armado com 37 centímetros de lagem, nascem três novos espaços: O espaço da arrecadação no rés do chão com 122,8 m², o grande pátio na cota no piso 1 com 124 m² de área e, por fim, um pequeno pátio na cota do piso 2 com 39,71 m². Com esta nova intervenção, formou-se um outro pequeno pátio intitulado de “jardins da tia” com camélias, algumas plantas e um pequeno lago. Este espaço ajardinado foi dos últimos espaços a surgir, devido à articulação de novas construções e à aplicação da estrutura dos pátios.

A integração de uma chaminé na cozinha, de dimensões consideráveis no lado sudeste do objeto, foi também uma transformação que se sucedeu durante esta fase. No século XVIII e XIX as *“chaminés são realizadas em tijolo maciço apresentando formas simples, apenas rebocadas e pintadas, sem qualquer motivo decorativo. Nesta época, as cozinhas situavam-se em geral nas caves, com a zona do fogão junto da parede da fachada de tardoz.”*²⁴ De formato retangular com 2m por 5 metros e uma altura de 3,5 metros, esta chaminé situa-se no lado sul da cozinha, na parte superior da lareira já lá construída.

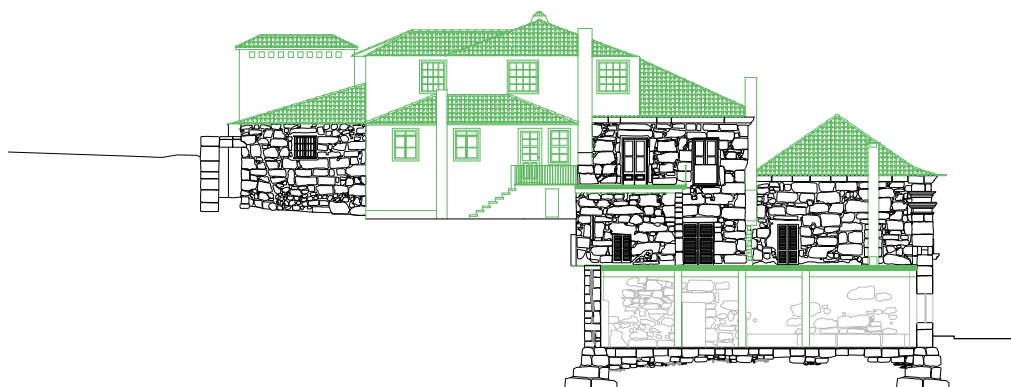
[145]

Por fim, na década de 1960, a casa dividiu-se em duas habitações distintas: a Casa das Tias, onde moravam as irmãs, Maria Eulália Van-Zeller da Cunha Coutinho e Maria de Lourdes de Macedo da Cunha Coutinho. Na casa principal vivia o irmão Engenheiro Manuel Van-Zeller de Macedo da Cunha Coutinho, que se casa com Maria Amélia Pinheiro Torres. Desta união nascem nove filhos. Com este aumento significativo de pessoas, transformaram a casa como se encontra atualmente: dos três salões do V1 do piso superior, transformam então numa habitação fragmentada, com 4 quartos, 3 salas e uma cozinha que já integra parte do V2 divididas por tabique simples de 8 centímetros. Também no V2, por necessidade de adaptação foram fragmentando as salas, tornando tudo em pequenos compartimentos para quartos. Em 1977 houve uma substituição de todos os telhados do conjunto arquitetónico e em 1991 existiram obras de recuperação e de requalificação da casa ao nível de casas de banho e tetos.

22 Ibidem, página 60

23 Ibidem, página 23

24 OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, 1992, página 115



Alçado Nordeste
Escala 1.350



Alçado Sudoeste
Escala 1.350

[146]



Alçado Sudeste
Escala 1.350



Corte
Escala 1.350

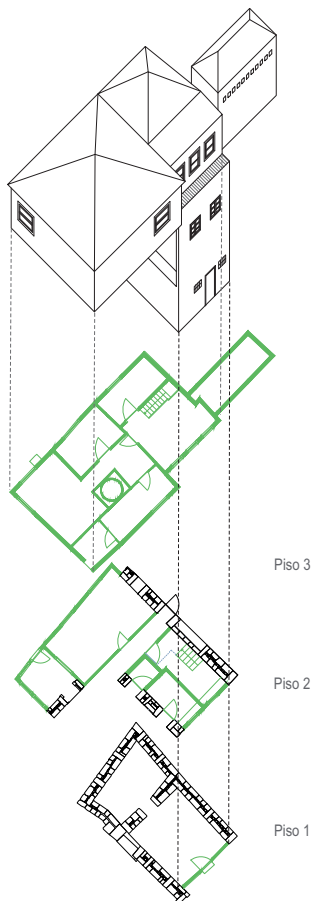


Fig.131 - Axonometria do Novo Volume que une todo o conjunto arquitetônico | Escala 1.500

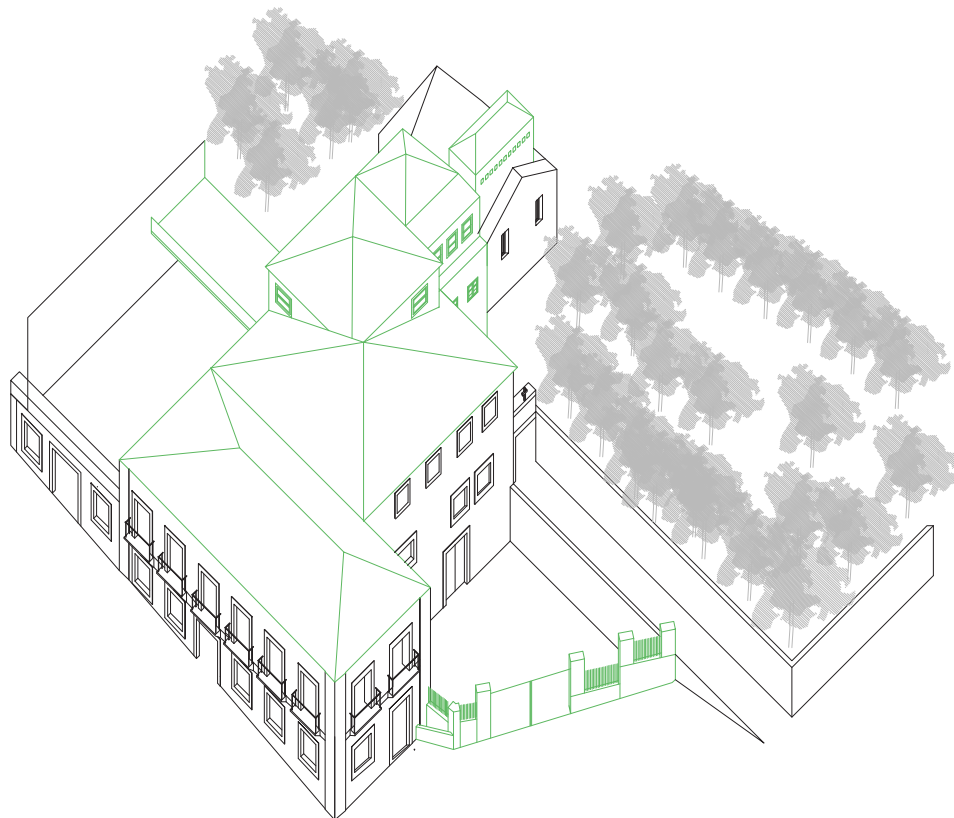


Fig.132- Axonometria do Conjunto Arquitetônico | Escala 1.500

1

Casa dos Caseiros
Anexos Agrícolas?

2

Construção do Volume 1, junto à única
estrada de Amarante (Eixo Romano)

Início da construção do Volume 2

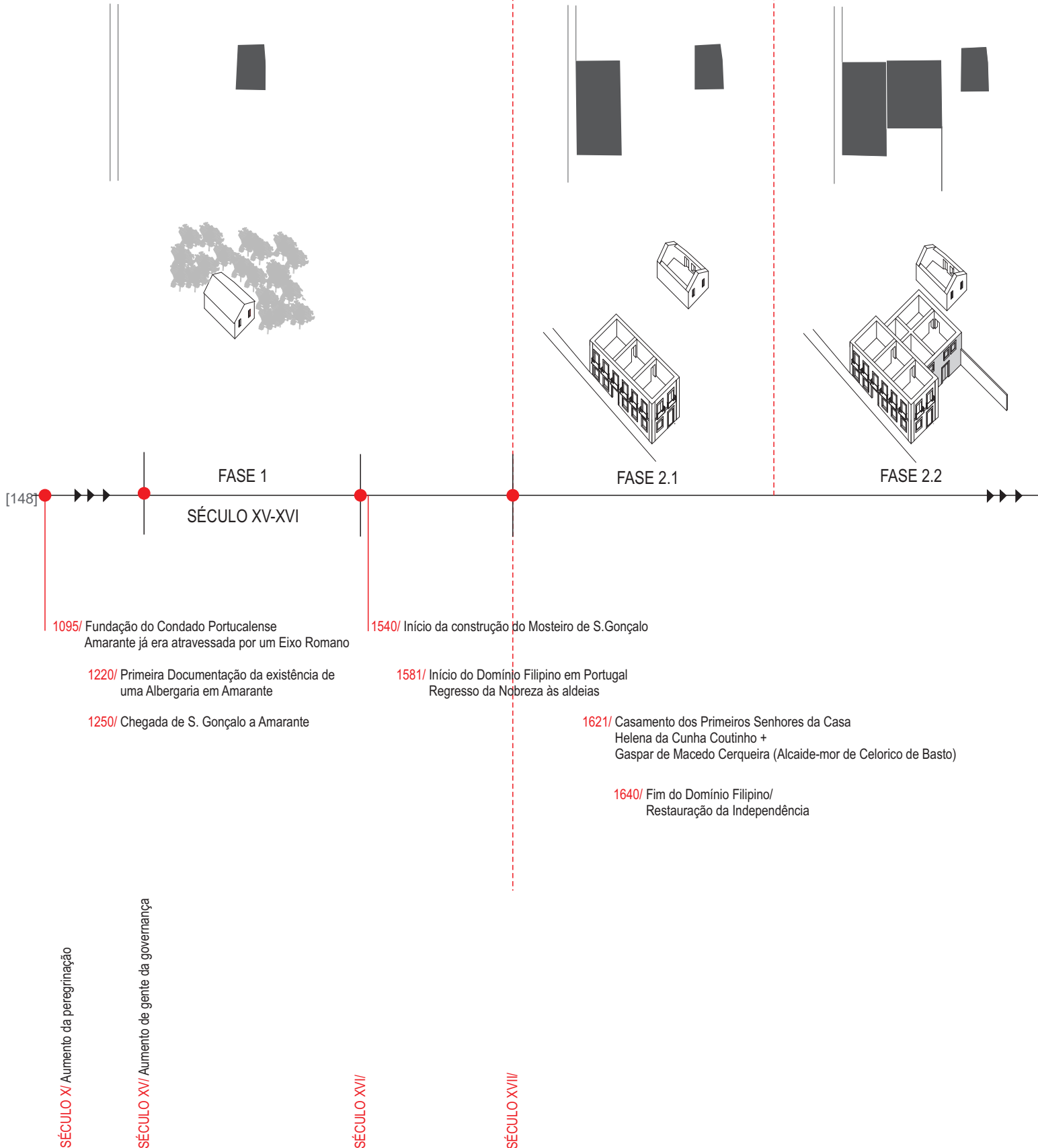


Fig. 133

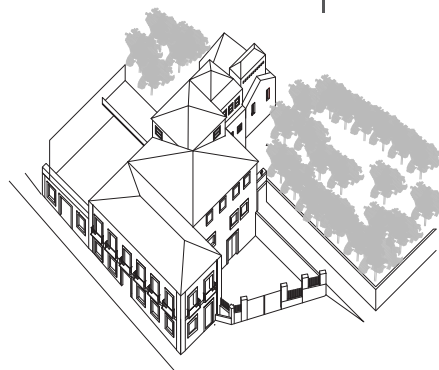
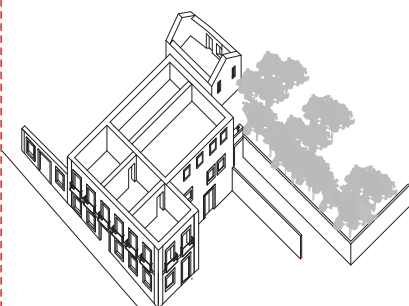
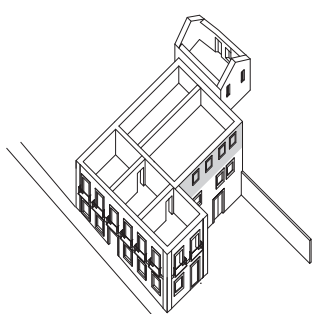
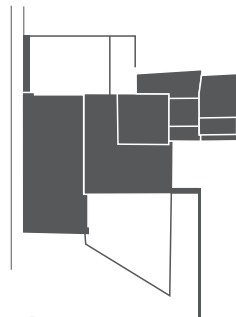
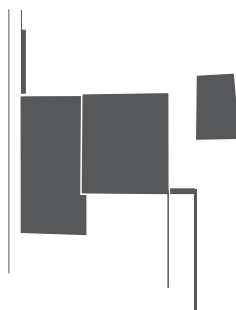
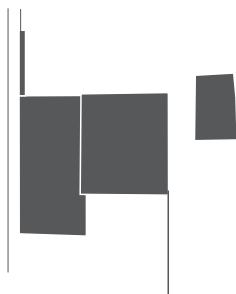
2

3

Conclusão do Volume 2
Construção do 3º Piso

Portal + Muro de Suporte + Entrada das
carruagens

Volume que junta o V2 com a Casa dos
Caseiros + Pátios + Encerramento do Pátio
de Entrada



FASE 2.3

FASE 2.4

FASE 3

SÉCULO XIX-XXI

[149]

1706/ Início do Reinado de D. João V
Período de estabilidade económica em Portugal

1721/ Carta de Brasão da Família
Queirós, Cunha, Coutinho e Macedos



1800/ Amarante caracterizada por uma malha densa e
pouco habitada

1809/ II Invasão Francesa

1810/ Criação de uma Planta de reedificação
da Vila de Amarante

1933/ Início do Estado Novo

1960/ Adaptação a duas casas
de habitação: Casa das Tias
Casa Principal

1970/ Adaptação de algumas salas
do rés do chão a laboratório

1974/ Fim do Estado Novo

1977/ Substituição dos telhados

1991/ Obras de recuperação e
requalificação da casa ao nível
de casas de banho e tetos

SÉCULO XVIII/

SÉCULO XIX/

SÉCULO XXI/

3

Parte 3

DA COMPREENSÃO DO PATRIMÓNIO AO VALOR DA CASA DOS MACEDOS

3.1 Para uma compreensão do Património

3.2 Património em Portugal

3.3 O Património da Casa dos Macedos



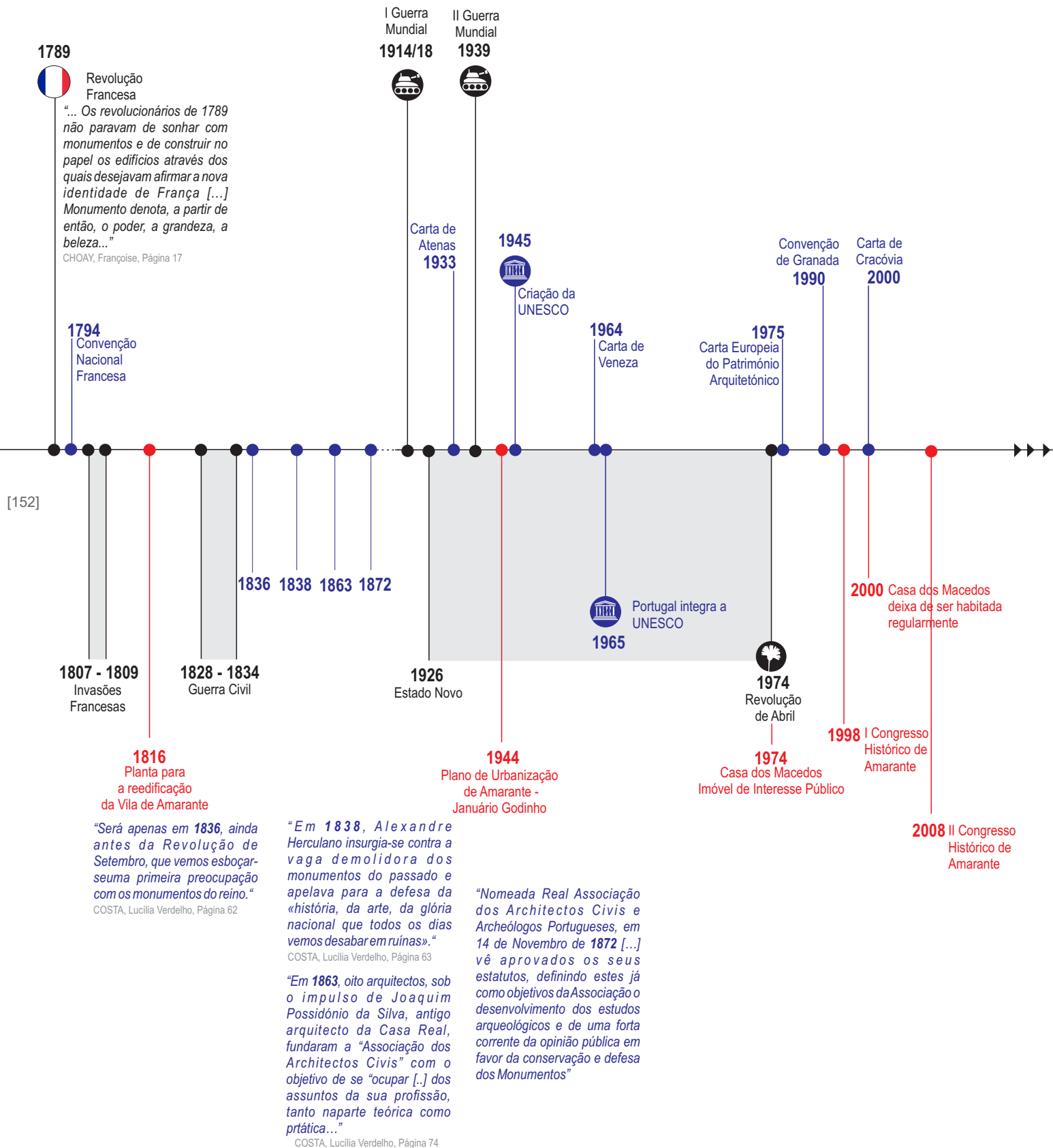
Fig. 134 - Fotografia de pormenor do Portal da Casa dos Macedos

"Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo."

CHOAY, Françoise *"A Alegoria do Património"*, 1992, pág.11

História Património Acontecimentos em Amarante

NO MUNDO



EM PORTUGAL

_Para uma Compreensão do Património

O homem teve, desde sempre, vontade de fazer perdurar no tempo todos os objetos que fossem úteis às suas necessidades, reparando aquilo que tivesse alguma função específica. Originalmente, o edifício não era compreendido como um bem que possui valor histórico e cultural, mas sim como um bem útil ao dia-a-dia da sociedade nessa época. Assim sendo, esta necessidade de preservar, salvaguardar e recuperar o património, não é uma prática recente, nem uma vontade da sociedade atual, mas sim, uma determinação que tem vindo a ser discutida e posta em prática desde o século XIX. Ao longo da história, o conceito de Património Construído tem vindo a variar, pelo que está intrinsecamente ligado ao enquadramento temporal, uma vez que a história do desenvolvimento do património está ligada a estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade, num determinado espaço e tempo, tendo em conta essencialmente objetivos naturais, históricos, culturais e sociais. Trata-se de um conceito amplo que poderá vir a ser alterado de acordo com o desenvolvimento do pensamento na sociedade futura.

Françoise Choay define Património Histórico como: *“Um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada das dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas de belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, “património histórico” tonou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade.”*²⁵

Os conceitos de monumento histórico e os instrumentos para a sua preservação são elaborados em 1790, no âmbito da conservação dos monumentos, durante a Revolução Francesa²⁶, levaram a que os conflitos armados impulsionassem a necessidade de preocupação do património devido à degradação sucessiva de edifícios, bem como a sua total destruição. Em 1794, na Convenção Nacional Francesa, é divulgada uma discussão da necessidade de proteger os monumentos, iniciando assim o debate sobre a metodologia de conservação e restauro. Estes acontecimentos, levaram a que, em toda a Europa no século XIX, se sentisse a necessidade de começar a pensar no restauro de monumentos. Este tema impulsionou os pensadores e daí surgem duas formas diferentes de ver este processo. Viollet-le-Duc admitia a destruição de todos os acrescentos de épocas anteriores em edifícios, reconstituindo assim o objeto ao seu estado mais puro, enquanto o Ruskin manifestava ideias opostas. John Ruskin impulsionou o movimento que considerava que, as obras do passado devem-se manter intactas. Passado uns anos acaba por afirmar, que defende a constante conservação de modo a evitar um futuro restauro. Ruskin entendia a necessidade de um restauro, mas defendia que só a nível estrutural²⁷. Françoise Choay resume assim: *“Esquemáticamente, opõem-se duas doutrinas: uma intervencionista, predomina no conjunto dos países europeus; a outra, anti-intervencionista, é sobretudo característica de Inglaterra. O seu antagonismo pode ser simbolizado pelo dos dois homens que respectivamente as defenderam com mais convicção e talento: Viollet-le-Duc e Ruskin.”*²⁸

Em meados do século XIX, surge a reação da parte italiana. Camillo Boito opôs-se às integrações de modo a acabar a obra de Viollet-le-Duc, propondo, pelo contrário, respeitar todas as partes do monumento., defendendo que os acres-

25 CHOYA, Françoise, 1992, página 9

26 MOLNAR, Thomas, “A Contra-Revolução”, 1969, página 25

27 MIRANDA, Joaquim Francisco Trigueiro, “Arquitetura, Património e Autenticidade: Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico”, 2015, página 48

28 CHOYA, Françoise, 1992, página 129

centos de épocas posteriores testemunham a história, pela qual o edifício passou. Concordando com Ruskin, Boito defende a manutenção do edifício ao longo do tempo, evitando assim o restauro com outros acrescentos, mas sem deixá-lo cair na ruína. Boito defende que quando necessário intervir, deverá ser bem diferenciada a obra antiga da moderna, afirmando-se contra os restauros estilísticos que falsificavam os monumentos. *“Confrontado com essas duas doutrinas antagônicas, Boito recolhe o melhor de cada uma para formular, nos seus escritos, uma síntese subtil que, de resto, nem sempre aplicará nos seus próprios restauros.”*²⁹ Esta nova forma de ver o restauro levou a que muitos arquitetos aderissem a esta nova forma de pensar mais equilibrada: *“Condenando-a pelas fantasiosas invenções que implicava e pela manipulação e falsificação dos conteúdos históricos, estes autores alinharam pela teoria de Boito, também conhecida por restauro moderno... As transformações que se revelassem imprescindíveis deviam apresentar-se devidamente assinaladas e documentadas.”*³⁰ Boito dá prioridade ao presente sobre o passado, aceitando a legitimidade do restauro, se todos os fatores da conservação falharem. *“O confronto das ideologias de restauro e de conservação, contemporâneo da intervenção em monumentos desde a sua consagração como património histórico e artístico no século XIX, apresentava-se, no entanto, como uma falsa bipolarização, uma vez que os dois conceitos raramente eram aplicados na íntegra, afirmando a prática uma constante revisão e cruzamento de teorias, que se contrariavam frequentemente. Se o mítico confronto entre as atitudes restauradores e reintegradoras de Viollet-le-Duc e as conservadores de Ruskin se completou na síntese de Boito, a ambiguidade e utopia que todas encerravam proporcionaram a riqueza de interpretações que as inúmeras intervenções em monumentos foram confirmando.”*³¹

Cesare Brandi, conhecido por fundamentar o “restauro crítico” nos anos 40, apresenta no seu livro da *“Teoría de la Restauración”*, uma análise comparativa das várias interpretações teóricas existentes e iniciadas por vários teóricos e pensadores, como: Viollet-le-Duc, John Ruskin, William Morris, Camilo Boito e Gustavo Giovannoni. Todos estes pensadores interpretam o ato de restaurar, de uma forma distinta entre eles, mas também com algumas semelhanças nas suas interpretações.

Com o início do século XX e com o fim da **1ª Guerra Mundial** (1914-1918), que as preocupações ao nível da conservação se tornam ponto fulcral de discussão entre os profissionais. Recorreu-se a instrumentos e entidades de gestão a cartas e convenções internacionais que visavam criar princípios básicos de ação para a preservação e restauro dos edifícios, sítios e monumentos. Como consequência de uma Conferência surgiu o primeiro documento sobre o património histórico, resultante do IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizado em Atenas em 1931: um manifesto que se intitula de Carta de Atenas. Apesar do tema principal do congresso ser a cidade, os delegados italianos procuraram integrar o tema do Património Histórico. Assim, com o título de *“Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos”*, criou-se o primeiro documento que estabeleceu os princípios a ter em conta da conservação do património, abordando os temas: Administração e legislação dos Monumentos Históricos, a valorização dos monumentos, os materiais do restauro, as degradações dos monumentos, as técnicas a ter na hora da conservação, e por fim a colaboração internacional na conservação dos monumentos. Este documento rege o princípio geral do restauro como: *“Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época. A Conferência recomenda que se mantenha a*

29 CHOYA, Françoise, 1992, página 136

30 TOMÉ, Miguel, *“Património e restauro em Portugal 1920-1995”*, 2002, página 129

31 Ibidem, página 128

ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os, contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.”³²

“Num âmbito internacional, as teorias de restauro de mais ampla difusão, como as de Viollet-le-Duc e de Camillo Boito, defendiam a necessidade de utilizar correctamente as novas tecnologias, princípio sancionado por vários técnicos e incluído na Carta de Atenas de 1931, onde se apontava, no entanto, para a necessidade de dissimulação dos novos materiais e tecnologias para não alterar visualmente o carácter do monumento.”³³

A 2ª Guerra Mundial (1939-1945) deixou um rasto de destruição em toda a Europa, que marcou profundamente a nível arquitetónico este século. Cidades inteiras viram os seus monumentos históricos a ficarem destruídos, com este cenário de guerra. Foi necessário ampliar e reescrever os princípios básicos da Carta de Atenas, que tinham contribuído para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional. Em 1964, no II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, surge Carta Internacional sobre Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios, designada a Carta de Veneza. *“Artigo 1: A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às “grandes” criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.”³⁴*

A ONU (Organização das Nações Unidas) criou em 1945 em Londres, como sequência para a educação e cultura, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). As 44 delegações presentes pretendiam criar uma organização da cultura da paz *“a nova organização deverá estabelecer a “solidariedade intelectual e moral da humanidade” e, ao fazê-lo, evitar uma nova guerra mundial.”³⁵* Portugal entra pela primeira vez nesta organização em 1965, tendo regressado posteriormente a 11 de setembro de 1974.³⁶ Em 1972 a UNESCO adotou a Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural, que tem como objetivo proteger o património provido de um valor universal. Foram definidos novos critérios para a análise e proteção do património mundial, bem como os direitos e deveres dos estados-membros na salvaguarda e proteção no reconhecimento do seu património. *“Constatando que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que as agrava através e fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes”* Portugal, em 1979, enviou o seu inventário dos bens do património cultural nacional ao Fundo do Património Mundial. Atualmente constam cinco objetos arquitetónicos do Norte do país.

Em 1975 em Amsterdão, a “Carta Europeia do Património Arquitetónico”, realça o valor do contexto em que se insere o património ao redigir: *“O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído. (...) Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes sem ter em conta o seu enquadramento”³⁷*

32 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

33 TOMÉ, Miguel, 2002, página 81

34 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

35 Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>

36 Disponível em: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/portugal-na-unesco>

37 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>

*“A primeira Conferência Internacional para a conservação dos monumentos históricos, realizada em Atenas em 1931, reuniu apenas europeus. Na segunda, realizada em Veneza em 1964, participaram três países não europeus: A Tunísia, o México e o Perú. Quinze anos mais tarde, oitenta países pertencendo aos cinco continentes tinham assinado a Convenção do Património Mundial.”*³⁸

Por fim, surge a Carta de Cracóvia em 2000, como consequência da Conferência Internacional sobre Conservação, com o título *“O Património Cultural como fundamento do desenvolvimento da Civilização”* onde integram a sociedade e na educação este propósito *“Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns.”*³⁹

Outros conceitos a ter em atenção no tema do património são: a Conservação, *“Conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.”*⁴⁰ a Preservação, a Valorização, a Classificação e a Comunicação. A gestão destes parâmetros e articulação com entidades nacionais e internacionais, tornam o património uma mais valia dos nossos descendentes, permitindo às gerações futuras o conhecimento da sua própria história.

_Património em Portugal

[156]

*“A cronologia do século XIX em Portugal, quando comparada com dos países europeus, em domínios como o restauro dos monumentos e o desenvolvimento da ciência histórica e arqueológica, de que aquele movimento fora causa e efeito, é, só por si, elucidativa do seu isolamento em relação à cultura artística da época.”*⁴¹

Em Portugal *“desde os finais do século XVIII, foram sobretudo os estrangeiros que se interessaram pelo estudo dos nossos monumentos.”*⁴² Foi no decreto de 1919⁴³ que se encontrou uma repartição dedicada a edifícios e monumentos nacionais, a DGEMN. A Direção Geral de Edifícios Monumentos Nacionais, foi criada por António Salazar no Estado Novo, aquando da importância que este dava à Pátria Portuguesa. Apesar de controversa, esta organização, salvou muitos dos monumentos nacionais. Esta direção pertencia ao Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, que visava promover a qualidade da conservação do património, através da revisão do cumprimento da salvaguarda de valores das técnicas e dos materiais de construção, tendo sido extinta em 2007. Em Portugal, nos inícios do século XX, os primeiros restauros seguiram as ideias e métodos de Viollet-le-Duc, como é o caso da conhecida intervenção de reconstrução de Rogério de Azevedo no Paço dos Duques em Guimarães nos anos de 1937 a 1959.⁴⁴

Portugal estava alheio a toda a reconstrução do pós guerra no resto da Europa, e mantinha-se isolado cultural-

38 CHOYA, Françoise, 1992, página 14

39 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

40 Ibidem

41 COSTA, Lucília Verdelho, “Ernesto Korrodi: 1889-1944 Arquitectura, ensino e restauro do património”, 1997, página 59

42 Ibidem, página 60

43 Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/11523>

44 Disponível em: <https://www.culturantonorte.gov.pt/patrimonio/paco-dos-duques-de-braganca/>

mente do movimento moderno. No final dos anos 40, Portugal viu-se envolvido numa estranha situação de pós-guerra e teve que criar um compromisso com a realidade social e cultural, no qual a sociedade tinha que estar integrada. A classe dos arquitetos vivia um período de incertezas e censuras das opções que iam tomando nos projetos, acentuando assim a dicotomia entre a arquitetura de raiz e a intervenção no património. *“Mais tarde, Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo também assumiram os dois conceitos de forma ambígua. Adotando critérios restauradores, na linha da intervenção maximalista de Viollet-de-Duc”*⁴⁵ Em Portugal, em 1948 nos congressos nacionais de arquitetura e de engenharia mantinha-se o foco na construção nova: *“assumindo a via da modernização no campo da habitação e do urbanismo, bebida da Carta de Atenas de Le Corbusier.”*⁴⁶ Procurando superar o isolamento provocado pelo Estado Novo, os arquitetos começaram a valorizar mais os debates teóricos. Esta nova dinâmica refletiu-se no seio da DGEMN e mais especificamente no serviço de Monumentos Nacionais. Estiveram presentes arquitetos portugueses no Congresso Internacional de Veneza onde se consciencializou a necessidade de acompanhar os debates internacionais e de integrar novos conceitos e novas práticas, do que se passava fora do contexto nacional.

Nos anos 1980, o arquiteto Fernando Távora torna-se um exemplo no que toca a obras de reabilitação e valorização de património, com três obras que lhe valeram reconhecimento nesta área: a Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa, a Casa na Rua Nova e a Quinta da Cavada, em Guimarães. Na primeira obra mencionada, o Fernando Távora diz que se inspirou *“na arquitetura popular minhota, pois procurar uma imitação do barroco ou do românico não teria qualquer sentido”*⁴⁷. Com a sua fundação no século IX, este mosteiro foi reabilitado no século XX (1972-1985) recebendo o prémio nacional de arquitetura de 1987. Fernando Távora afirma que neste projeto *“Pretendeu-se aqui um diálogo, afirmando mais as semelhanças e a continuidade que cultivar a diferença e a ruptura.”*⁴⁸ O projeto da Casa na Rua Nova (1985 - 1987) garantiu-lhe o prémio *Europa Nostra* em 1985 na categoria de conservação. Este edifício do século XIV foi restaurado mantendo todo o seu interior e organização o mais possível do original, sendo que preservou também as dimensões e a materialidade. Este projeto torna-o um prestigiado arquiteto restaurador do património e *“A União Europeia reconheceu a qualidade da actuação levada a cabo na Casa da Rua Nova e sublinhou os critérios de restauro adoptados no edifício.”*⁴⁹ Na obra da Quinta da Cavada (1989-1990), Távora elabora um projeto de reabilitação que manteve a identidade e a memória da pré-existência. Inserida numa típica casa solarenga do Minho do século XVII, a Casa dos Caseiros sobreviveu ao tempo e tornou-se no século XX uma casa de férias.⁵⁰ O projeto desta casa, tem como premissa a revitalização, reabilitação, reaproveitamento e o restauro. *“Restaurar, recuperar ou reutilizar é, assim e sempre, para Távora.”*⁵¹

[157]

Atualmente em Portugal, a responsabilidade do património está ao cargo da DGPC (Direção Geral do Património Cultural). Esta tem como objetivo tratar da salvaguarda, da conservação, da valorização, da divulgação, da investigação do património existente, assegurando também o inventário. *“A Direção Regional de Cultura do Norte entende os bens imóveis como componentes inseparáveis do contexto envolvente, cuja boa gestão potencia a valorização ambiental e paisagística, incrementa a qualidade de vida e contribui para um desenvolvimento harmonioso.”*⁵².

45 Ibidem, página 123

46 Ibidem, página 125

47 ALVES, Tânia Raquel Carvalhais, *“Memória como oportunidade. O processo de reinterpretação da Casa da Quinta da Cavada de Fernando Távora”*, 2019, página 88

48 TÁVORA, Fernando, *“Trabalhos de Conservação e Adopção”*, in Boletim da DGEMN, Pousada de Santa Marinha, 1985, página 77

49 Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/02/25/jornal/casa-recuperada-por-tavora-esta-ha-mais-de-dois-anos-abandonada-em-guimaraes-18872671>

50 ALVES, Tânia Raquel Carvalhais, 2019, página 162

51 ALVES COSTA, Alexandre, *“Quando o Património é a Casa do Vilão, Casa da Cavada, Briteiros”*, 1989, página 81

52 Disponível em: <https://www.culturanorte.gov.pt/drcn/apresentacao/>



Planta de Localização
Escala 1.500

Fig. 136

No Diário da Republica de 8 de setembro de 2001, o artigo 1 define: “A presente lei estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”⁵³; no artigo 3 realça que, “Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular”⁵⁴. De forma geral o património é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante, devem ser objetos de especial atenção, proteção e principalmente valorização. A legislação portuguesa divide o universo do **património cultural em três grupos: O Património Imaterial, o Património Móvel e o Património Imóvel**. Assim que integradas num destes grupos, estes edificados passam a pertencer a um legado e a um estatuto de suporte de memória e identidade: “estes objetos passam a constituir uma herança que a comunidade protege e transmite às gerações vindouras como fator de enriquecimento e coesão, justificando que a Lei 107/2001 de 8 de setembro se refira ao património cultural como esteio da independência e da identidade nacional”⁵⁵. O **Património Cultural e Imaterial**, abrange de forma geral manifestações culturais tradicionais, que sejam particularmente ricas de conhecimento e dinâmicas. O **Património Cultural Móvel ou Material**, como diz na Secção IV no artigo 55 : “Consideram-se bens culturais móveis integrantes do património cultural... constituam obra de autor português ou sejam atribuídos a autor português, hajam sido criados ou produzidos em território nacional, provenham do desmembramento de bens imóveis aí situados, tenham sido encomendados ou distribuídos por entidades nacionais ou hajam sido propriedade sua, representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes a que tenham sido agregados elementos naturais da realidade cultural portuguesa, se encontrem em território português há mais de 50 anos ou que, por motivo diferente dos referidos, apresentem especial interesse para o estudo e compreensão da civilização e cultura portuguesas.”⁵⁶ No universo do **Património Cultural Imóvel**, existem ainda três categorias: o monumento, o conjunto e o sítio. A região norte, é a região com maior número de monumentos nacionais (270) e de imóveis de interesse público (1000) e consta ainda com cinco elementos pertencentes à Lista do Património Mundial.

[159]

Dentro dos imóveis que pertencem ao Património Cultural Imóvel, podem ser classificados como: Interesse Nacional, Interesse Público ou de Interesse Municipal. Um objeto arquitetónico considera-se de valor de interesse nacional quando a respetiva proteção representa um valor significativo para a nação, intitulando-se de: Monumento Nacional. Um imóvel de interesse público, representa: “a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado”⁵⁷. Por fim, de interesse municipal quando o valor cultural seja predominantemente no município.⁵⁸ Estas classificações são procedimentos realizados pela DGPC em articulação com as direções regionais de cultura que seguem as categorias definidas internacionalmente. Na Convenção de Granada de 1990, no artigo 9, criaram sanções que: “As Partes comprometem-se, no âmbito dos respectivos poderes, a garantir que as infracções à legislação de protecção do património arquitectónico sejam objecto das medidas adequadas e suficientes por parte da autoridade competente. Tais medidas podem implicar, se neces-

53 Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/629790>

54 Ibidem

55 Ibidem

56 Disponível em: https://www.culturannorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/lei_107_2001_de_8_de_setembro/lei_de_bases_da_politica_e_do_regime_de_protecao_e_valorizacao_do_patrimonio_cultural.pdf?x58978

57 Ibidem

58 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/>



1 - Casas Verticais



1 - Casas Horizontais e Verticais



1 - Casa Horizontais



2 - Casa dos Caseiros



3 - Volume 1



3 - Volume 1



3 - Volume 2



3 - Escadas Exteriores



3 - Escadas Exteriores

sário, a obrigação de os autores demolirem um edifício novo, construído de modo irregular, ou de reporem o bem protegido no seu estado anterior.”⁵⁹

_O Património da Casa dos Macedos

A Casa dos Macedos insere-se no contexto histórico de Amarante, abrangida pela área de património cultural. Este conjunto arquitetónico encontra-se “protegido e incluído no conjunto definido por diversos arruamentos, bem como os espaços livres públicos que os mesmos ligam, classificado como Imóvel de Interesse Público Decreto nº 735/74, DG, 1ª série, nº297 de 21 de Dezembro de 1974”

A preservação do património não passa só pela preservação dos edifícios, mas sim pelo conhecimento aprofundado da sua história e da sua envolvente. A Casa dos Macedos é sinónimo de herança porém, como acontece noutras casas particulares, obriga a uma exigente manutenção por parte da família, muitas vezes de difícil gestão devido à quantidade de pessoas intervenientes. Ao longo da sua vida secular, a Casa ainda se mantém na família, sendo esta a responsável pela sua conservação. Este conjunto arquitetónico tem um valor importante tanto a nível nacional como municipal, que interessa manter preservado para a herança futura. A sua preservação tem garantido, até agora, a sua habitabilidade, embora não sendo permanente. Contudo, nos anos de 2019 e 2020 (durante a realização desta dissertação) foi alvo de uma intervenção de conservação. O último piso, devido à falta de meios financeiros para o reabilitar, continua à espera de ser alvo de uma intervenção profunda. Portanto, é necessário desenvolver um conjunto de indicações, sustentado nesta dissertação, que revele o valor artístico-patrimonial das diferentes características arquitetónicas, que este conjunto arquitetónico possui.

A narrativa histórica que envolve tanto Amarante como a Casa dos Macedos é particular, como já foi referido ao longo desta dissertação. A Casa dos Macedos, é uma prova física da sua história, ao incorporar todo um conjunto de marcas que evidenciam a sua existência ao longo destes séculos, como também por marcar uma fase de relevo importante no contexto nacional. Trata-se de um edifício com interesse histórico, cultural e social e que demonstra diferentes estilos.

[161]

1 - Envolvente em que se insere: O modo como todo o conjunto arquitetónico, se insere e se implanta no contexto histórico de Amarante, com o seu sentido unitário e pelo seu núcleo urbano de uma estrutura urbanística essencialmente linear, composta por ruas estreitas e com traçado irregular, fez com que a 21 de dezembro de 1974 no Decreto nº 735/74 o “*Concelho de Amarante: Conjunto definido pelos arruamentos a seguir mencionados, bem como os espaços livres públicos que os mesmos ligam, em Amarante: 1.º Ruas do Dr. Miguel Pinto Martins e Teixeira de Vasconcelos e a parte nascente da Rua de 5 de Outubro.*”⁶⁰ este conjunto, como património de interesse público. Como está descrito na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, que se realizou a 3 de outubro de 1985, aprovada em 1990 onde Portugal esteve presente, descrito no Artigo 1, Alínea 3: “*Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.*”⁶¹ Este núcleo é compreendido com uma fachada urbana essencialmente de dois tipos: A Casa Vertical estreita e alta, que geralmente contém

59 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

60 Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/468036/details/maximized?filterEnd=1974-12-31&filterStart=1974-01-01&q=1974&print_preview=print-preview&fq=1974&perPage=100

61 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>



3 - Escadas Interiores



3 - Escadas Interiores



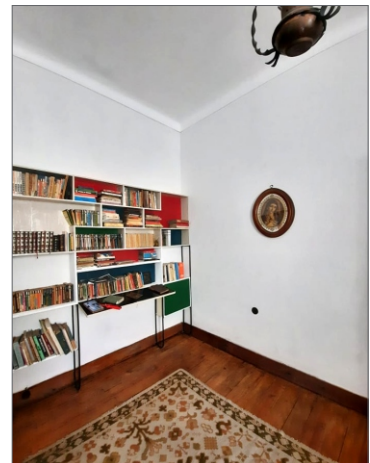
3 - Portal



3 - Portal



3 - Portal pelo Interior



3 - Teto



3 - Telhado/ Estrutura do Teto



3 - Telhado/ Estrutura do Teto



3 - Telhado/ Estrutura do Teto

3 ou mais pisos. Este tipo de casa é caracterizadora do contexto tradicional da arquitetura urbana. A Casa Horizontal, com rés do chão e andar nobre, frequentemente brasonada. Estas casas são de estrutura de pedra, com janelas de sacada que geralmente têm gradeamentos de ferro de diferentes feitios. Estas casas baixas mas compridas, correspondem à maior herança destes arruamentos por serem possuidoras de diferentes fases arquitetónicas, que realçam um valor patrimonial acrescido. A Casa dos Macedos e a Casa dos Teixeira de Vasconcelos são as únicas habitações que não sucumbiram nos incêndios dos franceses em 1809, tendo mesmo sido utilizadas por eles, como quartel e hospital respetivamente.

2 – “Casa dos Caseiros”: Este volume caracteriza a fase que se pensa ser a mais antiga da narrativa histórica da Casa dos Macedos, típico da arquitetura vernacular do Norte do país, mais precisamente da zona do Marão. Este volume é uma prova física das modificações que um pequeno objeto pode sofrer. A Arquitetura Vernacular é caracterizada pelo uso de materiais e conhecimentos locais, geralmente realizados pelo homem sem qualquer princípio básico, apenas para servir a sua função, caracterizados por serem simples e práticos. A estreita e profunda relação com o meio envolvente definiu a arquitetura vernacular, como um dos mais significativos e marcantes aspetos da intervenção humana na paisagem. A diferenciação regional destas construções, manifesta-se pela necessidade de adaptação às especificidades climáticas, à atividade económica e aos costumes das comunidades envolventes. *“A casa popular é um dos mais significativos e relevantes aspectos da humanização da paisagem, em que, na sua grande diversidade de tipos, afloram, com particular evidência, numerosos condicionalismos fundamentais- geográfico, sociais, históricos e culturais- das respectivas áreas e dos grupos humanos que a constroem e habitam. É evidente que ela pode considerar-se um produto imediato das relações do Homem com o meio natural que o rodeia; e, como tal, traduz este último na sua diferenciação regional, já directamente, pela utilização de materiais locais.”*⁶² A arquitetura tradicional da região do Norte de Portugal é caracterizada pelo uso da madeira e da pedra e pelo recurso a soluções construtivas que gerem as temperaturas rigorosas tanto do Inverno como de Verão. Dada a escassez de meios, a simplicidade unia-se à racionalidade resultando uma imagem arquitetónica reconhecível.

[163]

Assim, este volume pertencente ao conjunto arquitetónico da Casa dos Macedos merece lugar de destaque por se ter mantido ao longo dos séculos, integrando este elemento na casa forneceu uma única função na habitação que se foi mantendo de geração em geração. *“Entende-se, nesta perspetiva, que a perda de função provoca um sentido de destruição pelo esvaziamento do carácter social e cultural do objeto.”*⁶³ Apesar de ter sido várias vezes modificado, mantém uma esteiotomia que se denota a pedra irregular típica dos tempos vernaculares do século XV ou XVI.

3 – Volume 1 e Volume 2: O corpo horizontal paralelo à rua Miguel Pinto Martins é o elemento de maior destaque deste conjunto arquitetónico, devido à fachada nobre (Alçado Sudoeste) que dá a imagem arquitetónica à Casa dos Macedos. É no cunhal deste edificado que surge o brasão da família. O desenho e composição do alçado são uma referência quanto à representação de um período artístico-arquitetónico pelo seu desenho e composição maneirista. A arquitetura civil portuguesa do século XVII encontra-se pouco documentada, devido essencialmente ao tempo em que as casas senhoriais cresceram de forma exponencial e foram sempre mantidas na sua maioria em anonimato: *“Isto significará também que a metodologia de abordagem das obras da arquitectura em Portugal nos séculos XVI e XVII parte do pressuposto de que num campo até há pouco quase virgem e ainda hoje mesmo em fase de descobertas quotidianas não se podem usar métodos*

62 OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO, Fernando, 1992, página 13

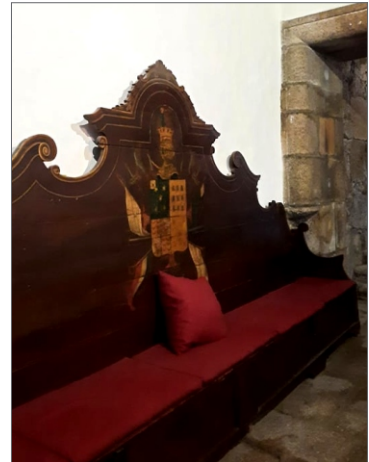
63 TOMÉ, Miguel, 2002, página 71



3 - Volume 1/ Teto de Madeira



3 - Volume 2/ Teto Maceira



3 - Imobiliário (Brasão de Armas pintado)



3 - Ambiente Mantido



3 -Estátua S. Jorge



3 - Volume 2 - Teto trabalhado



3 - Jardim



3 - Jardim



3 - Jardim

*universais, mas tão-só ensaios metodológicos, plurais e, portanto, complexos*⁶⁴ Ou seja, divulgar mais um estudo desta fase arquitetónica do século XVII, revela que se trata de mais um conjunto saído do anonimato e realçando o seu valor patrimonial, no contexto municipal e nacional. O corpo retangular que surge adjacente ao Volume 1 e perto da “Casa do Caseiros” tem a sua fachada principal voltada para a rua Frei José Amarante. Com esta fachada virada para uma rua de acesso importante ao antigo Convento de Sta. Clara, dá a entender que o objetivo inicial era de aumentar a casa, com um gesto ambicioso de manter o mesmo gosto arquitetónico que o V1. Mesmo que o projeto não fosse concretizado, ficaram as marcas à vista de uma vontade, com as cornijas salientes da fachada sudeste.

- **As escadas Nobres** (Exterior e Interior): As escadas nobres são uma importante componente do alçado do volume 2, articula as duas cotas dando acesso ao hall de entrada das duas habitações, existentes na Casa dos Macedos. Este tipo de escadas exteriores surge normalmente associada a uma simetria, com valor simbólico de grandeza, associado às Casas Senhoriais rurais. A Casa dos Macedos, apesar de inserida num contexto urbano, tem no seu conjunto a escada nobre que serve o propósito de acesso ao interior e não de realçar o alçado no qual se insere. No século XIX, com a criação de todo o gradeamento, surgiu um pátio exterior, tornando estas escadas um espaço privado que outrora não o era. Durante o século XVII, começa-se a utilizar na arquitetura senhorial, uma caixa de escadas, devido à necessidade de interação do piso do rés-do-chão com o piso nobre. Passa assim a haver duplos pés direitos, que acabam por engrandecer o espaço, criando uma maior amplitude que não existia anteriormente. O mesmo acontece na Casa dos Macedos, na caixa de escadas de granito que dá acesso às duas habitações do conjunto arquitetónico. Este tipo de escadas, tanto no interior como no exterior, são um exemplo da arquitetura civil do século XVII e por isso devem-se manter num bom estado de conservação.

- **O Portal:** Uma vez que o estilo dominante é o barroco do século XVIII, é inevitável usar como base de sustentação desta análise, as características avançadas deste estilo arquitetónico. Carlos de Azevedo, na sua obra “*Solares Portugueses*”, afirma que as casas nobres rurais portuguesas são de pequenas dimensões⁶⁵ e simples. A decoração exuberante típica do barroco não surgiu nesta zona Amarantina, por isso o carácter conservador e simples da arquitetura solarenga do norte, está posto em prática neste objeto de estudo. Neste tempo, o barroco surgia nesta arquitetura com a construção de capelas ou com a criação de portais de entrada que albergavam os brasões de armas. Típico deste período artístico, a teatralidade e exuberância faziam parte do vocabulário deste movimento. O portal da Casa dos Macedos tem algumas questões que merecem ser abordadas. Sobrepujado com uma cruz, é natural que afirmem que ali existiu uma capela. É de salientar que para além de não existirem provas físicas desse suposto volume, também não seria este o típico alçado de uma capela do tempo barroco. Neste contexto urbano, não seria necessário a colocação de um portal para tal efeito, visto que o brasão já se encontraria colocado no local de maior prestígio do edificado, o cunhal da casa. Como conclusão, este portal foi construído unicamente para existir uma entrada direta para os jardins da casa.

- **Os Espaços Interiores:** Em todos os pisos deste conjunto arquitetónico, os espaços interiores foram-se adaptando a mudanças funcionais. No piso superior do Volume 1, durante a fase 3 em que tornaram os três salões em espaços de habitação, os tetos de maceira desapareceram. Durante esta investigação, relatos orais afirmaram que ainda existe nesse sótão esse tipo de estrutura. Depois de observada, apercebeu-se que os tetos se deterioraram com o tempo, não permanecendo nenhum exemplo do mesmo. No piso 3 no Volume 2, existe uma sala com um teto em maceira, ainda intacto. O interior deste conjunto arquitetónico é possuidor de valor material que se mantém em bom estado de conservação e que permite manter o ambiente outrora vivido. Descrito na Carta de Cracóvia, “*O objectivo da conservação dos monumentos e*

64 SILVA, Jorge Henriques Pais, 1996, página 73

65 AZEVEDO, Carlos de, 1988, página 9

[166]



Casa dos Macedos 2018

dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original..”⁶⁶

- **O Jardim:** No século XVIII, os jardins tinham uma grande importância, por estimularem a relação interior-exterior criando uma ligação direta com a natureza. Através do uso dos jardins arquitetónicos, sendo uma extensão da própria casa para o exterior, este jardim assume-se na paisagem, através de um muro de suporte de 5 m. Nos anos em que foi realizado estaria numa cota em que usufruía de uma paisagem única para a cidade e para o Tâmega. Com o aumento da densidade da malha urbana, este jardim viu a sua escala ser comprometida. Atualmente, encontra-se pouco trabalhado e com várias trepadeiras a omitir o seu valor arquitetónico.

A Casa dos Macedos ainda não se encontra totalmente conservada. A última fase construtiva da narrativa histórica abordada nesta dissertação, piso 3, é o elemento que necessita de um profundo restauro. Apesar de se tratar de um elemento com pouca história, a sua degradação pode comprometer o resto do conjunto arquitetónico. Esta fase deve ser preservada por mostrar um período de tempo pelo qual a Casa passou. Como John Ruskin defendia, é necessário deixar as marcas pelo qual o edifício foi alvo, *“As marcas que o tempo imprimiu sobre elas fazem parte da sua essência.”*⁶⁷. O modo de encarar o património arquitetónico está em constante evolução e esse facto poderá influenciar as possíveis obras de restauro que este piso poderá vir a sofrer. O tema de restauro desde 1931 está em constante mudança. Resumidamente, o mais importante e que se vai mantendo sempre como premissa principal, é a de conservar os estratos arquitetónicos dos diferentes tempos que o conjunto arquitetónico possui. Neste caso: Vernacular (cozinha), Maneirista (volume 1 e 2), Barroco e Moderno (fase 3), mantendo assim o valor do mesmo.

Este conjunto arquitetónico nunca esteve ao abandono, tendo a família Macedo ao longo das gerações mantido a casa conservada e habitada até ao ano de 2015. Desde então encontra-se desabitada de forma permanente, dado que os proprietários não tencionam usar a casa regularmente; também não equacionam a disponibilizar como turismo de habitação. A preservação serve apenas para que a casa um encontro da família e perpetuar a sua herança como o seu valor histórico. Ao longo do tempo, as funções dos espaços foram mudando e adaptando-se às novas formas de viver, mas a história pela qual o conjunto arquitetónico guarda, nunca foi escondida. Quanto ao último piso do edificado, será urgente sofrer uma intervenção. O importante é manter as heranças do passado, preservando o valor patrimonial do conjunto e conseguir criar uma boa comunicação entre o “novo” e a história. Esta relação do novo com os edifícios do passado, tem-se tornado cada vez mais presente na discussão, entre os arquitetos contemporâneos. Uma boa intervenção é garantir o uso do edificado adaptada ao momento atual, mantendo essencialmente a história e preservando o valor patrimonial.

[167]

66 Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

67 CHOYA, Françoise, 1999, página 130

[168]



Casa dos Macedos 2018



Casa dos Macedos 2018

[169]

[170]



Casa dos Macedos 2018



[171]

Casa dos Macedos 2018

[172]



Casa dos Macedos 2019



[173]

Casa dos Macedos 2019

Conclusão



“Fim - o que resta é sempre o princípio feliz de alguma coisa.”

BESSA-LUÍS, Agustina

A presente investigação teve como premissa alargar a compreensão sobre o objeto arquitetónico em questão, a partir da investigação, da análise e da interpretação de todos os componentes reunidos, através de uma análise cronológica, morfológica e comparativa. No decorrer desta dissertação foram abordados temas que levam a concluir que na Casa dos Macedos estão espelhados vários gostos e vontades de variadas épocas (talvez desde o início do século XV), que a levam a determinar como um objeto com valor patrimonial. Principalmente, a casa espelha o seu valor na forma como se relaciona com a sua envolvente.

Seguindo a metodologia apresentada na introdução desta dissertação, a primeira deste estudo (Da Herança Histórica à Atual), teve como objetivo a recolha de fontes (escritas, visuais e orais), levantamento fotográfico e o levantamento arquitetónico, afim de realizar uma narrativa cronológica. O levantamento arquitetónico realizado no início desta investigação permitiu uma aproximação ao objeto de estudo determinante ao longo da dissertação. Este constitui o elemento mais rigoroso e atual que a Casa dos Macedos possui. Numa segunda fase (Da Retrospectiva do Processo Evolutivo), com os instrumentos recolhidos na fase anterior, permitiu-se a realização de uma análise da contextualização histórica-artística, uma observação atenta do conjunto arquitetónico e a comparação com casos que sustentem a interpretação da reconstituição das três fases apresentadas.

A primeira fase da narrativa construtiva (provavelmente século XV-XVI) corresponde à fundação de um volume vernacular intitulado de Casa dos Caseiros, inserido a poucos metros da cerca do Convento de Santa Clara de Amarante. A segunda fase (século XVII-XVIII), diz respeito à fundação parcial de todo o conjunto arquitetónico. Apesar de estar tudo inserido na mesma fase de construção, foi realizado um estudo da suposição dos volumes que surgiram cronologicamente. Por fim, a última fase, é alusiva a pequenas transformações e ampliações ocorridas durante o século XIX até aos dias de hoje. Esta fase uniu as duas anteriores (casa dos caseiros + Volume 1 e 2), formando um único conjunto arquitetónico.

Na última parte desta investigação, intitulada “Da compreensão do Património ao Valor da Casa dos Macedos” foi realizada uma reflexão do início da preocupação pelo património no mundo e em Portugal até aos dias de hoje. Identificou-se, assim, todos os elementos que conferem um valor patrimonial à Casa dos Macedos.

Para além de alertar para uma salvaguarda da Casa dos Macedos, este documento detalhado é um contributo monográfico em relação à casa, bem como um repositório de conhecimento de estudos relacionados com a história de Amarante. Será, também mais um estudo arquitetónico de interesse, relacionado com a arquitetura senhorial (um exemplo retirado do anonimato), poderá vir a servir também como base para uma futura intervenção consciente e informada.

“A casa é um documento autêntico da vida do homem- documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social.”¹

Índice de Imagens



“As pessoas são loucas! Correm atrás da Lua sem darem conta de que têm os bolsos cheios de estrelas.”

MACEDO, Maria Eulália “As Moradas Terrenas” pág.137

Parte 0 | Preâmbulo

Figura 1 – Desenho do Convento de S. Gonçalo, elaborado pela autora

Figura 2 – Fotografia de Gatão, zona de Amarante Vinhateira

Figura 3 – Esquema da organização da dissertação

Figura 4 – Fotografia do Cunhal da Casa dos Macedos

Parte 1 | Da Herança Histórica à Atual

Figura 5 – Fotografia de Amarante com envolvente do Mosteiro de S. Gonçalo, a ponte e o Rio Tâmega

Figura 6 – Cronologia de Fontes

6.1 – Manuscrito do Casamento de Helena da Cunha Coutinho com Gaspar da Cunha Coutinho, Arquivo Privado da Casa, 1621

6.2 – Capa do manuscrito do Brasão de Armas da Família Macedos, Arquivo Privado da Família, 1721

6.3 – Parte do manuscrito do Brasão de Armas da Família Macedos, Arquivo Privado da Família, 1721

6.4 – Planta para a Reedificação da Vila de Amarante; Arquivo Municipal de Amarante, 1816

6.5 – Retirado de um livro sobre as rendas das Quintas pertencentes à família Macedo, Arquivo Privado da Casa, Século XX

6.6 - Retirado de um livro sobre a quantidade de vinho das Quintas pertencentes à família Macedo, Arquivo Privado da Família, Século XX

6.7 – Desenho arquitetónico dos Alçados das casas da Rua Miguel Pinto Martins, Arquivo Municipal de Amarante, 1994

6.8 – Planta da Evolução da Malha Urbana, Câmara Municipal de Amarante, 1994

Figura 7 – Ortofotomapa da Cidade de Amarante com localização da Casa dos Macedos

Figura 8 – Ortofotomapa da planta de localização do Burgo de Amarante com a localização da Casa dos Macedos

Figura 9 – Ortofotomapa da planta de localização da Freguesia de S. Gonçalo na envolvente

Figura 10 – Ortofotomapa da planta de localização de Amarante com as terras senhoriais que a envolvem

Figura 11 – Planta esquemática da II Invasão Francesa

Figura 12 – Planta Esquemática dos caminhos terrestres do norte de Portugal na Idade Média, RIBEIRO, Daniel; *“Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História Património e Musealização”*; Dissertação de Mestrado em História e Especialização em Museologia; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Página 35

Figura 13 – Planta esquemática da defesa da ponte de Amarante

Figura 14 – Planta para a reedificação da Vila de Amarante, Arquivo Municipal de Amarante, 1816

Figura 15 – Pormenor da Planta da reedificação da Vila de Amarante, Arquivo Municipal de Amarante, 1816

Figura 16 – General Silveira 1º Conde de Amarante, https://www.google.com/search?q=conde+silveira+de+amante&tbm=isch&ved=2ahUKE-witrPV7LvsAhUMcxoKHQGaDFsQ2-cCegQIABAA&oeq=conde&gs_lcp=CgNpbWcQARgAMgQIlxAnMgQIlxAnMgUIABCxAzICCAAYAggAMgIADICCAAYAggAMgQIABDDMgIADoICAAQsQMqgWFQpPEBWNb2AWCzgAJJoAHAAeACAAZIBiAHVBjIBAZEuNjgBAKABAaoBC2d3cy13aXotaW1nwAEB&s-client=img&ei=LAGLX63oDlZmaYG0stgF&bih=937&biw=1920#imgsrc=LcCqgLxZjOI3HM

Figura 17 – Planta Esquemática da Expansão de Amarante ao longo dos Séculos, Amarante Congresso Histórico de 1998, *“História Política Sociedade e Economia”*, Volume 1 Tomo 1, Página 620

Figura 18 – Fotografia dos Caminhos de Ferro de Amarante, https://www.pinterest.pt/pin/811562795321670844/?nic_v2=1a5K7kcFA

Figura 19 – Fábrica da Tabopan, https://www.google.com/search?q=fabrica+da+tabopan&tbm=isch&ved=2ahUKEwj9ucm89bvsAhVBzBQKHU-XRDv8Q2-cCegQIABAA&oeq=fabrica+da+tabopan&gs_lcp=CgNpbWcWcQAzoECCMQJzoECAAQzQzofCAAQsQM6AggAOgQIABAEogQIABAYUL7yC1jtiAx-gsIoMaAJwAHgAgAF-iAGTD5IBBDEyLjiYAQCgAQGqAQnd3Mtd2l6LWltZ8ABAQ&scient=img&ei=aAqLX_3lI8GYU8Wiu_gP&bih=937&biw=1920#imgrc=h0qNmH74vQjIIM&imgdii=PHhkPOM_PDaGTM

Figura 20 – Rua do Seixedo em Amarante

Figura 21 – Rua Cândido dos Reis com os carros de bois a transportar o vinho das Quintas para a Casa dos Macedos, Arquivo Privado da Família, Século XX

Figura 22 – Brasão da Freguesia de S. Gonçalo, <https://www.heraldrywiki.com/arms/websites/Portugal/www.fisicohomepage.hpg.ig.com.br/amt-sgoncalo.htm>

Figura 23 – Solar dos Magalhães, <https://amarantetourism.com/cat-poi/monumentos/>

Figura 24 – Casa na Rua do Seixedo, http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=23400

Figura 25 – Casa da Misericórdia, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6137

Figura 26 – Casa da Portela em ruína, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6137

Figura 27 – Casa da Portela 2020

Figura 28 – Casa dos Vasconcelos, designação da Casa onde nasceu Teixeira de Pascoaes

Figura 29 – Casa na Rua Miguel Pinto Martins em ruína, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6137

Figura 30 – Casa na Rua Miguel Pinto Martins 2020

Figura 31 – Armas dos Magalhães e Queirós

Figura 32 – Armas das Famílias de Amarante, CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, “*Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*”, edições Carvalhos de Basto Lda, Ponte de Lima, 1992

Figura 33 – Fotografia de Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho, Arquivo Privado da Família

Figura 34 – Fotografia de Amélia Guilhermina Mendes, Arquivo Privado da família

Figura 35 – Fotografia de Luís de Macedo da Cunha Coutinho, Arquivo Privado da Família

Figura 36 – Fotograda de Amélia Margarida de Macedo da Cunha Coutinho, Arquivo Privado da Família

Figura 37 – Fotografia de Maria de Lourdes Van-Zeller de Macedo da Cunha Coutinho, <https://geneall.net/pt/nome/370486/maria-de-lourdes-van-zeller-de-macedo-da-cunha-coutinho/>

Figura 38 – Fotografia de Maria Eulália Van-Zeller da Cunha Coutinho, Arquivo Privado da Família

Figura 39 – Família Macedo século XXI, Arquivo Privado da Família

Figura 40 – Fotos Antigas da Família, MACEDO, Maria Eulália, “*Meninos*”

Figura 41 – Processo do levantamento arquitetónico

Figura 42 – Fotografia da Quelha das Garridas

Figura 43 – Fotografia da estátua de S. Jorge na Casa dos Macedos

Figura 44 – Fotografia da estátua de S. Jorge inserida no Cavalo, Arquivo Privado da Família

Figura 45 – Planta Esquemática das funções da casa

Figura 46 – Casa dos Macedos vista do jardim da casa

Figura 47 – Ortofotomapa da planta de Localização da Casa dos Macedos

Figura 48 – Fotografias da envolvente em que se insere a Casa, Levantamento Fotográfico

Figura 49 – Planta de Localização da Casa dos Macedos, Levantamento Arquitetónico

Figura 50 – Fotografias da envolvente em que a casa se insere, Levantamento Fotográfico

50.1 – Fotografias da envolvente em que a casa se insere, Levantamento Fotográfico

50.2 – Fotografias da envolvente em que a casa se insere, Levantamento Fotográfico

Figura 51 – Planta do rés do chão da Casa dos Macedos, Levantamento Arquitetónico

Figura 52 – Fotografias do rés do chão, Levantamento Fotográfico

Figura 53 – Planta do 1º piso da Casa dos Macedos, Levantamento Arquitetónico

Figura 54 – Fotografias do 1º piso, Levantamento Fotográfico

Figura 55 – Planta do 2º piso da Casa dos Macedos, Levantamento Arquitetónico

Figura 56 – Fotografias do 2º piso, Levantamento Fotográfico

Figura 57 – Planta do 3º piso da Casa dos Macedos, Levantamento Arquitetónico

Figura 58 – Fotografias do 3º piso, Levantamento Fotográfico

Figura 59 – Alçado sudeste e alçado sudoeste da Casa dos Macedos, Levantamento Arquitetónico

Figura 60 – Fotografias dos alçados sudeste e sudoeste, Levantamento Fotográfico

Figura 61 – Alçado nordeste, corte e alçado noroeste, Levantamento Arquitetónico

Figura 62 – Fotografias do alçado Nordeste, noroeste e dos elementos em corte, Levantamento Fotográfico

Parte 2 | Da Retrospectiva do Processo Evolutivo

Figura 63 – Fotografia do alçado nordeste da Casa dos Macedos

Figura 64 – Plantas esquemáticas do processo evolutivo da Casa dos Macedos

Figura 65 – Planta esquemática da fase 1 do processo evolutivo

Figura 66 – Observação da Casa dos Macedos para a fase 1

66.1 - Planta do 2º piso de aproximação ao volume vernacular da 1ª fase

66.2 – Alçado Nordeste com fotografia

66.3 – Alçado Sudeste

66.4 – Alçado Sudoeste

66.5 – Alçado Nordeste

Figura 67 - Observação da Casa dos Macedos para a fase 1

67.1 - Fotografia da visualização da chaminé com o telhado de duas águas

67.2 - Fotografia do pormenor de pedra à vista em relação ao volume da chaminé

67.3 - Fotografia do alçado sudeste com demonstração do telhado de duas águas

67.4 - Fotografia do vão do alçado noroeste pelo exterior (aproximada)

67.5 - Fotografia do vão do alçado noroeste pelo exterior

67.6 - Fotografia do vão do alçado noroeste pelo interior

67.7 - Fotografia dos armários embutidos

67.8 - Fotografia dos armários embutidos

67.9 - Fotografia do alçado sudeste exterior

67.10 - Fotografia do alçado sudeste interior

Figura 68 - Observação da Casa dos Macedos para a fase 1

68.1 - Ortofotomapa de planta de localização do volume da casa dos caseiros em relação à envolvente

68.2 - Planta do volume da fase 1

68.3 - Fotografia do alçado principal da fase 1

68.4 - Fotografia do contexto em que o volume da fase 1 se enquadra

68.5 - Fotografia do contexto em que o volume da fase 1 se enquadra

68.6 - Fotografia do vão sudoeste, vão de entrada para o volume

Figura 69 - Casa Ferreira, Freguesia de S. Miguel de Gondufe, Ponte de Lima, <https://casaderferreira.com/>

Figura 70 – Casa da Taipa, Cabeceiras de Basto, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8774

70.1 – Casa da Taipa, Casa do Caseiro

70.2 – Pátio da Casa da Taipa

70.3 – Escada de acesso ao piso nobre da Casa da Taipa

Figura 71 – Casa de São Brás, Cabeceiras de Basto

71.1 – Casa de São Brás, Anexo Vernacular, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8774

71.2 – Casa de São Brás, Anexo Vernacular, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8774

71.3 – Ortofotomapa da envolvente da Casa de São Brás

Figura 72 – Casas tipo, <https://books.openedition.org/etnograficapress/2598>

72.1 – Fotografia do Inquérito à Habitação Rural, Habitação Modesta

72.2 - Fotografia do Inquérito à Habitação Rural, Habitação Modesta

72.3 - Fotografia do exemplo de espigueiros existentes no Norte de Portugal, tipicamente acompanhava as Casas dos Caseiros nas Quintas

Figura 73 – Desenhos do modelo tipológico A, Adaptadas: OLIVEIRA, Ernesto Veiga, *Portugal de Perto: Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2003, página 63

Figura 74 – Desenhos do modelo tipológico B, Adaptadas: OLIVEIRA, Ernesto Veiga, *Portugal de Perto: Arquitetura Tradicional Portuguesa*, 2003, página 66

Figura 75 – Elementos de Interpretação da fase 1

75.1 – Planta do piso 3

75.2 – Alçado Sudeste

75.3 – Alçado Nordeste

75.4 – Axonometria

Figura 76 – Planta esquemática da fase 2 do processo evolutivo

Figura 77 – Elementos de Observação da fase 2

77.1 – Planta piso Rés do Chão com Geometria

77.2 – Planta 1º piso com Geometria

77.3 – Fotografia do Alçado Nordeste

77.4 – Fotografia da Namoradeira Tipo existente na Casa dos Macedos

77.5 - Fotografia de uma das duas namoradeiras escondidas através dos móveis do século XX

77.6 – Fotografia que retrata o Volume 2 recuado em relação ao Volume 1

Figura 78– Tabela de vãos do Volume 1 e 2

Figura 79 – Alçados com estudo da geometria

79.1 – Alçado Sudeste com alinhamento de cornijas

79.2 – Alçado Sudoeste com estudo de geometria

79.3 – Pormenor de Vão com estudo de geometria

Figura 80 – Fotografia antiga da Casa dos Mores, Lamego, https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

Figura 81 – Fotografia da fachada sul da Casa dos Mores, Lamego, https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

Figura 82 – Fotografia do pórtic de entrada da Casa dos Mores, Lamego, https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

Figura 83 – Fotografia Casa dos Mores em Lamego, https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

Figura 84 – Ortofotomapa com a localização da Casa dos Mores na envolvente eclesiástica

Figura 85 – Fotografia da Casa dos Macedos

Figura 86 – Ortofotomapa com a localização da Casa dos Macedos na envolvente eclesiástica

Figura 87 – Fotografia do Alçado da Casa na Rua das Flores no Porto, Casa da Companhia, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20032

Figura 88 – Alçado Principal da Casa dos Macedos com eixo da Porta de Entrada

Figura 89 – Fotografia do Alçado Principal da Casa dos Macedos do eixo da Porta de Entrada

Figura 90 – Fotografia do Cunhal da Casa na Rua das Flores no Porto, Casa da Companhia, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20032

Figura 91 – Fotografia da Casa dos Macedos, declive acentuado

Figura 92 – Fotografia da Casa dos Macedos, declive acentuado

Figura 93 – Fotografia do alçado principal da Casa na Rua da Vitória, Casa dos Leite Pereira, Porto, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5532

Figura 94 – Fotografia do alçado principal da Casa dos Macedos, declive acentuado

Figura 95 – Fotografia da Rua Miguel Pinto Martins, lado direito Casa dos Macedos, lado esquerdo contexto urbano, declive acentuado

Figura 96 – Fotografia da escada nobre da Casa do Morgado dos Almeida, Guimarães, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32267

Figura 97 – Fotografia da escada nobre da Casa do Espírito Santo, Lamego, https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

Figura 98 – Fotografia da escada nobre da Casa dos Macedos

Figura 99 – Fotografia do alçado da Casa do Morgado dos Almeida, Guimarães, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32267

Figura 100 – Fotografia da escada nobre da Casa do Morgado dos Almeida, Guimarães, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32267

Figura 101 – Fotografia do portal de entrada para o pátio da Casa do Morgado dos Almeida, Guimarães, http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32267

Figura 102 – Fotografia do alçado principal da Casa Espírito Santo, Lamego, https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

Figura 103 – Fotografia do portal de entrada da Casa Espírito Santo, Lamego, Imagem retirada do Google Maps

Figura 104 – Fotografia do cunhal da Casa Espírito Santo, Lamego, Imagem retirado do Google Maps

Figura 105 – Fotografia da rua do Seixedo, com pormenor da casa brasonada

Figura 106 – Fotografia do alçado da casa brasonado que se situa na rua do Seixedo em Amarante, <http://www.monumentos.gov>

pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=23400

Figura 107 – Planta de localização da casa do Seixedo, Imagem retirada do Google Maps

Figura 108 – Fotografia da Casa Brasonada da rua Miguel Pinto Martins

Figura 109 - Fotografia da Casa Brasonada da rua Miguel Pinto Martins mais aproximada

Figura 108 – Fotografia do Brasão de Armas da Casa na rua Miguel Pinto Martins

Figura 109 – Fotografia do jardim da Casa dos Macedos no século XX, MACEDO, Maria Eulália, Meninos

Figura 113 - Fotografia do jardim da Casa dos Macedos no século XX, MACEDO, Maria Eulália, Meninos

Figura 114 – Fotografia do jardim da Casa dos Macedos atualmente

Figura 115 – Fotografia do jardim da Casa dos Macedos, eixo de camélias atualmente

Figura 116 – Fotografia do vão tipo do Volume 1 da Casa dos Macedos

Figura 117 – Desenho do vão tipo do volume 1 da Casa dos Macedos

Figura 118 - Fotografia do alçado da casa brasonado que se situa na rua do Seixedo em Amarante, [http://www.monumentos.gov](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=23400).

pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=23400

Figura 119 – Fotografia da Casa Brasonada da rua Miguel Pinto Martins

Figura 120 - Fotografia do vão com cornija do alçado sudeste da Casa dos Macedos

Figura 121 – Desenho do vão com cornija do alçado sudeste da Casa dos Macedos

Figura 122 – Planta do rés do chão Fase 2

122.1 – Planta piso 1, Fase2

122.2 – Planta Piso 2, Fase 2

122.3 - Alçado sudeste, Fase 2

122.4 – Corte, Fase 2

122.5 – Alçado sudoeste, Fase 2

Figura 123 - Axonometrias da Fase 2

Figura 124 - Planta esquemática da fase 3 do processo evolutivo

Figura 125 - Planta para a reedificação da Vila de Amarante, Arquivo Municipal de Amarante, 1816

Figura 126 – Planta piso 3, Fase 3

126.1- Fotografia da claraboia no piso 3

126.2- Fotografia aproximada da claraboia no piso 3

126.3- Fotografia do Volume da Fase 3

126.4- Fotografia do alçado da cozinha com pormenor da Fase 3

Figura 127 – Planta Piso 2, Fase 3

127.1- Volume Fase 3

127.2- Pátio

127.3- Volume da Fase 3

127.4- Pátio

Figura 128- Fotografias dos Beirais do Volume 2, Fase 3

Figura 129– Imagem da observação da Fase 3

129.1- Planta piso 1, Fase 3

129.2 - Volume da Fase 3

129.3-Fotografia do século XX, Arquivo Privado da Família

129.4 - Planta rés do chão, Fase 3

129.5- Fotografia do século XX, Arquivo Privado da Família

129.6 - Fotografia do laboratório

Figura 130 – Imagem da observação da Fase 3

130.1- Alçado nordeste, Fase 3

130.2- Alçado sudoeste, Fase 3

130.3- Alçado sudeste, Fase 3

130.4- Corte, Fase 3

Figura 131 – Axonometria do novo volume que une todo o conjunto arquitetónico

Figura 132 – Axonometria do conjunto arquitetónico

Figura 133 – Síntese cronológica do processo evolutivo da Casa dos Macedos

Parte 3 | Da compreensão do Património ao Valor da Casa dos Macedos

Figura 134 – Fotografia de pormenor do portal da Casa dos Macedos

Figura 135 – Cronologia da Parte 3

Figura 136 - Planta de Localização da Casa dos Macedos

Figura 137 - Elementos de Valor Patrimonial

137.1 - Fotografia Envolvente que se insere: Casas Verticais

137.2 - Fotografia Envolvente em que se insere: Casas Horizontais

137.3 - Fotografia Envolvente em que se insere: Casas Verticais e Horizontais

137.4 - Fotografia: Casa dos Caseiros

137.5 - Fotografia Volume 1

137.6 - Fotografia Volume 1

137.7 - Fotografia Volume 2

137.8 - Fotografia escadas exteriores

137.9 - Fotografia escadas exteriores

Figura 138 - Elementos de Valor Patrimonial

138.1- Fotografia escadas interiores

138.2- Fotografia escadas interiores

138.3- Fotografia Portal

138.4- Fotografia Portal

138.5- Fotografia Portal Interior

138.6- Fotografia Teto

138.7- Fotografia Telhado/ Teto

138.8- Fotografia Telhado/ Teto

138.9- Fotografia Telhado/ Teto

Figura 139 - Elementos de Valor Patrimonial

139.1 - Fotografia Teto Volume 1

- 139.2-** Fotografia do Teto do Volume 2
- 139.3-** Fotografia do imobiliário
- 139.4-** Fotografia do Salão do rés do chão
- 139.5-** Fotografia S. Jorge
- 139.6-** Fotografia teto volume 2
- 139.7-** Fotografia do Jardim
- 139.8-** Fotografia do Jardim
- 139.9-** Fotografia do Jardim

Figura 140- Fotografia Volume 1 Casa dos Macedos, 2018

Figura 141 - Fotografia Volume 1 Casa dos Macedos, 2018

Figura 142 - Fotografia Volume 1 Casa dos Macedos, 2018

Figura 143 - Fotografia Volume 1 Casa dos Macedos, 2018

Figura 144- Fotografia Volume 1 Casa dos Macedos, 2018

Figura 145- Fotografia das escadas, 2019

Figura 146 - Fotografia Volume 1 e 2 Casa dos Macedos 2019

Bibliografia



*“Que temos nós mais que o nascer
do vento e o aparecer da Lua? Que
temos nós, civilizados, além do can-
saço das palavras e das coisas?”*

MACEDO, Maria Eulália “As Moradas Terrenas” pág.77

Monografias/ Estudos

- ALVES COSTA, Alexandre, “*Quando o Património é a Casa do Vilão, Casa da Cavada, Briteiros*”, 1989
- AZEREDO, Brigadeiro Carlos, “*As populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*”, Imprensa Portuguesa, 1983
- AZEVEDO, Carlos, “*Solares Portugueses: Introdução ao Estudo da Casa Nobre*”, Livros Horizonte, Lisboa, 2ª edição, 1988
- BANDEIRINHA, José António, “*Fernando Távora: Modernidade permanente*”, Associação Casa da Arquitetura, Guimarães, 2012, ISBN: 978-989-20-3393-8
- BEÇA, Adriano, “*O General Silveira – A sua acção militar na Guerra da Península*”, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 2009
- BINNEY, Marcus, SAPIEHA, Nicolas, “*Casas Nobres de Portugal*”, Lisboa, Difel, 1987, Depósito Legal: 15 897/87
- CABRITA, Hélder, “*A Casa Senhorial em Portugal: Modelos, Tipologias, Programas Interiores e Equipamento*”, 1ª edição, LEYA S.A., Lisboa, 2015
- CASTRO, Armando, “*História Económica de Portugal II Volume*”, Editorial Caminho, Lisboa, 1978
- CHOAY, Françoise, “*A Alegoria do Património*”, Arte e Comunicação, Edições 70, Lisboa, 1992 Depósito Legal nº 15407/00 ISBN 972-44-1037-4
- CORREIA, José Eduardo Horta, “*Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*”, Editorial Presença, Lisboa, 1991, Depósito legal nº 1780801/02
- COSTA, Lucília Verdelho, “*Ernesto Korrodi 1889-1944 Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*”, Editorial Estampa 1997 depósito legal nº 117082/97
- COSTA, Manuel Fernandes, “*As navegações Atlânticas no século XV*”, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Amadora, 1979
- CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, “*Memórias Ressuscitadas da Província de entre Douro e Minho, no ano de 1726*”, Volume II, Edições Carvalhos de Basto, Ponte de Lima, 1992
- GUSMÃO, Adriano “*Solares Barrocos da Região de Basto*”, Congrès International d'Histoire de l'Art, volume II, Lisboa, 1954
- MACEDO, Maria Eulália, “*As Moradas Terrenas*”, Edição do Autor, Amarante, 1994, Depósito Legal nº 74859/94
- MACEDO, Maria Eulália, “*Histórias de Poucas Palavras*”, Câmara Municipal de Amarante, 2009, Depósito Legal nº 187845/ 02
- MACEDO, Maria Eulália, “*Meninos*”
- MACEDO, Luís Van Zeller, “*Pequena História de Amarante*” 2ª Edição, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 1993
- MAGALHÃES, Francisco de Azevedo Coelho de, “*História de Amarante*” 2ª Edição, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 2008
- MOLNAR, Thomas, *A Contra Revolução*, Pensadores Delraux, Lisboa, 1980
- MACHADO, José de Sousa “*Últimas Gerações de Entre Douro e Minho. Apostilas às Árvores de Costados das Famílias Nobres*”, Braga, Editorial do Autor, Volume1, 1931, Volume 2, 1932
- MATTOSO, José, “*História de Portugal*”, 3º volume, no *Alvorecer da Modernidade 1480-1620*”, Editorial Estampa,

1994 nº 72968/96

MONTEIRO, António Adriano Monterroso Gomes, TEIXEIRA, Francisco, *“Amarante Passado e Presente”*, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 2016, Depósito Legal nº417236/16

PEREIRA, José Fernandes, *“Arquitectura Barroca em Portugal”*, Biblioteca Breve, Volume 103, 1ª edição, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa- Ministério da Educação e Cultura, Lisboa, 1986

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando, *“Arquitetura Tradicional Portuguesa”*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1992, Depósito legal Nº146508/00

PINTO, Pedro Varejão Alves, *“Diário Oficial do General Silveira. Invasões Francesas em 1809 em Amarante”*, Círculo Largo Cerqueira, Amarante, 2010

SANTOS, M. de Lourdes Lima, *“Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX”*, Editora Presença, Lisboa, 1983

SARAIVA, José Hermano, *“História de Portugal 1245-1640”*, Publicações Alfa S.A, Lisboa, 1983, Depósito Legal nº TO – 333 – 1989 (II)

SARDOEIRA, Albano, *“O General Silveira e a reedificação de Amarante”*, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 2008

STOOP, Anne *“Palácios e Casas Senhoriais do Minho”*, Companhia Editora do Minho, Editora Civilização, Novembro 1993, ISBN: 9789722611367

SILVA, Jorge Henriques Pais, *“Estudos Sobre o Maneirismo”*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996, Depósito Legal 96691/96 ISBN 972-33-1164-X

[188]

SILVA, Manuel de Souza da, *“Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho”*, Volume I e II, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2000

TÁVORA, Fernando, *“Trabalhos de Conservação e Adopção”*, in Boletim da DGMEN, Pousada de Santa Marinha, Guimarães, nº130, Guimarães, 1985, página 77

TOMÉ, Miguel, *“Património e restauro em Portugal 1920-1995”*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002, Depósito legal nº 189025/02

VILLAS-BOAS, Manuel, *“Os Magalhães: sete séculos de aventura”*, Editorial Estampa, Lisboa, 1998
“II Congresso Histórico de Amarante, Património, Arte e Arqueologia ACTAS”, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 2008, Depósito legal nº 302372/09

“Amarante Congresso Historico 98, Património, Arte e Arqueologia actas volume III”, Câmara Municipal de Amarante, Amarante, 1998, Depósito legal nº 157746/00

Publicações Académicas

ALVES, Tânia Raquel Carvalhais, *“Memória como oportunidade. O processo de reinterpretação da Casa da Quinta da Cavada de Fernando Távora”*, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, janeiro 2019

ASSUNÇÃO, Vera Cristina Teixeira, *“A Residência Senhorial no Vale do Ave: Estudo da Casa de Diniz”*, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Outubro 2017

FERNANDES, Mário Jorge Gonçalves, *“O Solar de Vila Garcia: Redescoberta da sua Fábrica”*, Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Outubro 2014

GARCÊS, Patrícia Maria Rocha, *“A Honra de Barbosa: Para uma retrospeção construtiva do seu Solar”*, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Junho 2016

LEITE, Sara Mónica Seixas Gomes, *“Arquitetura como um meio para a revitalização urbana: Projeto Estratégico para a Rua Teixeira de Vasconcelos, Amarante”*, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017

MIRANDA, Joaquim Francisco Trigueiro, *“Arquitetura, Património e Autenticidade: Autenticidade na Reabilitação do Património Histórico”*, Tese de Doutoramento em Arquitetura Conservação e Reabilitação, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Novembro de 2015

MOREIRA, Márcia Andreia de Paiva, *“A Casa da Tulha do Burgo: Retrospectiva morfológica e construtiva”*, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Janeiro de 2018

PIRES, Juliana Sofia Lopes, *“Metodologia da Reabilitação de claraboias antigas no centro histórico do Porto”*, Dissertação Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Fevereiro 2009

RAMÔA, Ana Isabel Braz Sepúlveda, *“Revisitando a Arquitetura Senhorial em Guimarães: Análise histórico-formal da Casa de São Miguel”*, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Janeiro 2020

RAMOS, Maria Manuel Branco, *“Casa da Torre de Lanhelas- Análise espacial retrospectiva e estudo tipo-morfológico”*, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Outubro 2017

RIBEIRO, Daniel José Soares, *“Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização”*, Dissertação de Mestrado em História, Especialização em Museologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011

ROCHA, Joana Mafalda Faria, *“A Casa N. S. da Aurora, Ponte de Lima. Análise Histórico-Formal”*, Escola de Arquitetura da Universidade do Minho

SANTOS, Ricardo Abraços, *“Caracterização de revestimentos de tectos antigos com base em gesso. Contributo para a sua conservação”*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Civil - Reabilitação de Edifícios, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2017

[189]

Bibliografia eletrónica

<https://www.cm-amarante.pt/>

<http://www.monumentos.gov.pt/>

<https://www.culturanorte.gov.pt/>

https://issuu.com/066239/docs/estudocasanobrecidadelamego_ebook

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Amarante_\(Portugal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Amarante_(Portugal))

Anexos

- 1-** Documento Casamento, Arquivo Privado da Família
- 2-** Carta de Brasão, Arquivo Privado da Família
- 3-** Árvore Geneológica, Arquivo Privado da Família
- 4-** Manuscritos das Rendas das Quintas, Arquivo Privado da Família
- 5-** Planta da reestruturação da Vila de Amarante, Câmara Municipal de Amarante
- 6-** Documentos desenhados sobre Amarante, Câmara Municipal de Amarante
- 7-** Exemplos das folhas de Levantamento
- 8-** Levantamento Arquitetónico
- 9 -** Fotografias da maquete

[192]



PORTUGAL REY



As Armas principal, nestes Reynos
de Portugal, do muyto alto & pode-
roso Rey D. João o V. nollo senhor p.
graça de Deos Rey de Portugal, &
dos Algarues, da quem & dalem, mar em Afri:

ca, senhor de Guine, & da conquista, navega-
ção, do comercio da Ethiopia, Arabia, Percia
& India. &c. Faco saber, aquantos esta minha
Carta & certidão de Braço de Armas, fidalgui-
a, & nobreza, digna de fé & creença virem, que
por parte de Luis de Macedo da Cunha, cavalei-
ro do abito de Christo, fãmalliar do santo officio,
morador na Villa de Amarante, me foi feita peti-
ção, dizendo, que pella sentença junta que ofe-
recia passada em nome de sua Mag. & pella
Chancellaria da corte, pello doutor Manoel.
Aluerces Pereira, do seu desembargo & seu De-
zembargador em esta sua Corte, & ciza da sup-
plicação Corregedor com alcada dos feitos &
cauzas fideis em ella, constava ser o supplica-
te descendente das nobres, & illustres famili-
as dos Macedos, Cunchas, Queiros, & Couti-
nhos, que neste Reyno são fidalgos antigos de
Cota de Armas, por ser filho legitimo do doutor
Gaspar de Macedo da Cunha, Dezembargador
que foi na Relação do Porto, & de sua mulher D.
Gracia de Queiros & Ualconcelos, Neto pe-
la parte paterna, de Gaspar de Macedo Cerquei-
ra, cavalleiro fidalgo da caza de sua Mag. &
Alcide mor que foi na Villa de Sollorico de Ba-
sto, & de sua molher Ellena da Cunha Couti-
nho. Bisneto de Manoel Cerqueira, & de sua
molher Camilia de Macedo, aqual era filha le-
gitima de Aires, digo, de Gaspar de Macedo,

neta legitima de Aires Goncalves de Macedo, & pella parte da dita Elena da Cunha Coutinho, bisneto de Gaspar da Cunha Coutinho, & de sua mulher Maria Carneira, & pella parte paterna, di: & pella parte materna, neto de Manoel Teixeira da Cunha Coutinho, & de sua mulher Gracia de Queiros de Vasconcelos, filha legitima de Martin Mendes de Vasconcelos senhor do morgado de Fontêlas, & de sua mulher Ignes de Siqueira de Queiros, & bisneto de Aires Teixeira de Carvalho, os quais todos eram das nobres famillias dos Macedos, Cunhas, Queiros & Coutinhos, dos melhores deste Reyno, & como tais foraõ sempre tidos & avidos por pessoas das mais nobres da dita Uilla & Provincia.

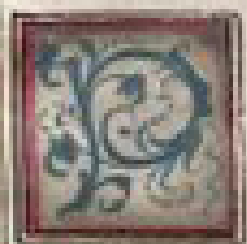
D Os quys todos descendia elle supplicante; & que sempre se tratara aley da nobreza, com cavallos, & criados sem que nelle ouvece raça de judeo, mouro, ou mulato, ou de outra infecta nação, & por tal lhe estua julgado na dita sentença, & por senão perder a memoria de sua antiga fidalguia, & nobreza de seus progenitores, queria elle para conseruação della hum Brazaõ de Armas, pertencentes as ditas famillias dos Macedos, Cunhas, Queiros & Coutinhos. Pello que mepedia, lhe mandasse passar carta de Brazaõ de Armas em forma; assim como elle

as avia detrazer, & dellas uzar; Eoista aditta sua
pettição, & sentença, & mais documentos nella
incertos, que ficião no Cartorio da nobreza, &
por ella consta estar o supplicante julgado por
legítimo descendente das dittas famílias, pel
lo aver assim prouado, & justificado largamē
te na ditta sentença, da qual achei deduzido tu
do o contheudo na ditta pettição, em vertude
da qual provei o liuro da fidalguia, & nobreza
do Reyno, que em meu poder tenho, & nelle
achei registadas as Armas que as dittas linha
gens pertencem, que são as que nella lhedou de
vizadas & illuminadas; Aláber.

[196] **H** Um escudo polto ao balam, esquar
tellado, no primeiro quartel as Ar
mas dos Macedos, que são; em cam
po azul cinco estrelas de ouro de seis
pontas postas em fautor; no segundo quartel,
as Armas dos Cuihas, que são; em campo de
ouro nove cuihas azuis com as pontas para
cima, postas em tres pallas; no terceiro quartel
as Armas dos Queiros, que são; escudo esquar
tellado, no primeiro quartel, em campo de
ouro seis crecentes de lãa vermelhas, com as
pontas para cima postas em duas pallas; no se
gundo quartel, em campo de prata, hum leão
vermelho rompente, & assim os contrarios;
no quarto quartel, as Armas dos Coutinhos,

que são, em campo de ouro cinco estrellas ver-
melhas de cinco pontas, postas em fautor. El-
mo de prata aberto, guarnecido de ouro. Pa-
quise dos metais & cores das armas. Timbre
o dos Mucedos, que he hum braco vestido de
azul, sahindo de huma coroa com humma massa
na mão com ocalo de ouro, & o ferro com pon-
tas, & por differença humma brica de prata cō
humma merleta preta, (& de claro que senão
fás aqui menção do abito de Christo, que apa-
rece por baixo do escudo, por não pertencer
as armas, & so se fás d'elle menção, por ser ca-
valleiro professo da ditta Ordem.) E por q̃ estas
são as armas, que as dittas lignilagens pertencem,
eu Manoel Leal Rey de Armas Portuga-
l, & principal, com o poder do meu muy-
to nobre, & Real officio, lhas dou, & assigno,
assim como vao no ditto escudo, as quais armas
podera uzar como acto & prerrogativa de
sua nobreza, & fidalguia, & com ellas gazar
de todas as graças merces, honras, & privile-
gios, que pellos senhores Reys deste Reyno
forão concedidos a os fidalgos & nobres del-
le, & com ellas podera entrar em batalhas,
justas, & torneos, & em todos & quais
quer actos, assim da paz, como da guerra,
& em tudo que licito & onesto for, & as po-
dera trazer em suas baixellas, resposseiros,
anceis, & senetes, & nos portais de suas ca-

zas, & quintas, & deixallas lobre sua propria
sepultura, & finalmente seruidoce & hon-
randoce dellas, como a sua nobreza, & fi-
dalguia conueni, & como fazem os mais
fidalgos, & nobres deste Reyno.



Ello que requieiro a todos os De-
zenbargadores, Corregedores,
Ouvidores, Juizes, & mais Justi-
cas de sua Mag. da parte do dit-
to senhor, & da minha por bem do officio
que tenho, & em especial mando aos offi-
ciais da nobreza, como Juiz que sou della,
Reys de Armas, Arautos, & Passavantes,
a cumpraõ, & façaõ inteiramente com-
prir & guardar, a fim como por mim he
determinado, & julgado, & por firme-
za de tudo, vai por mim alinada, com o
sinal publico, do nome do meu officio.

Dada nesta Corte, & Cidade de Lis-
boa Occidental, em dezoito de Setembro
do Anno do Nascimento de nosso sen-
hor Jezu Christo de mil & setecentos
& vinte hum.

Frei Jozeph da Cruz Paulino, Relle-
giozo da Obediencia da Ordem de São
Paulo, primeiro Eremita, afes por Si:

maõ da Silua Lambertto, escriptaõ da nobreza, nestes Reynos, & senhórios de Portugal. *Por Breve e Inquadrada*

*Meyor de Ray e de Chada e de
de Ray e de Chada e de
de Ray e de Chada e de
de Ray e de Chada e de
de Ray e de Chada e de*



Fica Registrado este Brazão no Livro Setimo do
Registro dos Brazões da Nobreza de Portugal,
d.º 17. Lisboa Occidental Em dezandue de
Setembro de 1721.

Simão de Sá, Mestre
de
Escritura



§ - 97.º

MACEDOS DA CUNHA COUTINHO, de S. Gonçalo de Amarante (*)



D. HELENA DA CUNHA COUTINHO, b. a 25-3-1596, em S. Gonçalo de Amarante, onde fal. a 12-11-1652, dona v.^a, com test.^o, e por escritura de 5-5-1631, no Tab. da mesma vila, Antnio de Vasconcelos, foi dotada por seu pai com o casal do Cabo, f.^a do Lic. Gaspar da Cunha Coutinho e de sua 1.^a mr. Maria Carneiro, no §-95.^o, n.^o XI.

C., a 14-11-1621, na mesma freg.^a de S. Gonçalo, c. o Lic. GASPARD DE MACEDO CERQUEIRA (ir. de sua madrasta), Cav. Fid. da C.R., Alc.-mor de Celorico de Basto, f.^o de Manuel Cerqueira e de sua 2.^a mr. Camila de Macedo (fal. a 1-7-1606, em S. Gonçalo, com test.^o a seus f.^{os}); neto pat. de Antnio Aires Cerqueira ⁽⁵⁹⁾ e de sua mr. Francisca Reis; e mat. de Gaspar de Macedo e de sua mr. e prima Brites lvares de Macedo.

Filhos:

- 1(XIII) — O Dr. GASPARD DE MACEDO DA CUNHA E CERQUEIRA, que segue.
- 2(XIII) — Fr. MANUEL DE MACEDO, b. a 10-1-1624, em S. Gonçalo de Amarante, Fr. Domínico; s.m.n.

(*) Por Francisco Maia e Castro.

⁽⁵⁹⁾ Gayo, tit. Cerqueira, § - 37, n.^o 13 e ss.

- 3(XIII) — Fr. JACINTO DA CUNHA, Mon. de S. Bento e Ab. do Most. de Pombeiro; s.m.n.
 4(XIII) — FRANCISCA DA CUNHA; s.g.
 5(XIII) — Fr. GONÇALO COUTINHO, b. a 20-11-1627, ib., Domínico; s.m.n.
 6(XIII) — MARIA DA CUNHA, b. a 13-3-1629, ib., s.m.n.
 7(XIII) — JOÃO DE MACEDO, gémeo do anterior; s.m.n.
 8(XIII) — O Dr. LOURENÇO DA CUNHA DE MACEDO, b. a 15-8-1631, ib., Juiz de Fora em Lamego e na Ilha da Madeira; s.g.
 9(XIII) — Fr. MIGUEL DA MADRE DE DEUS, b. a 23-10-1632, ib., Franciscano, Guardiã do Conv. de Vila do Conde; s.m.n.
 10(XIII) — PAULA DA CUNHA, b. a 13-2-1634, sendo seu pai já fal.; s.m.n.

XIII

O Dr. GASPAR DE MACEDO DA CUNHA E CERQUEIRA, n. a 8-12-1622, em S. Gonçalo de Amarante, onde fal. a 12-3-1713, com test.^o a seu f.^o Luís e a sua f.^a D. Maria Helena, Dor. da Relação e Casa do Porto, Alc.-Mor de Basto, onde foi Ouvidor e mor. em Cabeceiras de Basto.

C., a 1.^a vez, c. sua prima D. FRANCISCA DE ANDRADE, f.^a de António Macedo Rebelo e de sua mr. Maria de Faria; s.g.

C., a 2.^a vez, a 15-11-1663, em S. Gonçalo de Amarante, c. D. GRÁCIA DE QUEIRÓS E VASCONCELOS, fal. a 29-11-1698, em S. Gonçalo de Amarante, tendo feito doação dos seus bens a seu f.^o Luís, — f.^a de Manuel Teixeira de Carvalho ou de Cunha Coutinho e de sua mr. D. Grácia de Queirós Vieira ou Vasconcelos; no §-10.^o, n.^o XII; c.g.

Filhos do 2.^o cas.:

1(XIV) — O Dr. LUÍS DE MACEDO DA CUNHA, b. a 18-11-1663, em S. Gonçalo de Amarante, F.C.A. por C. de 18-9-1721 (doc. n.^o XXXII), Dor. da Relação e Casa do Porto, Juiz de Fora em Marvão e Pinhel, Cav. da O.C. e F.S.O. por C. de 19-2-1698 ⁽⁶⁰⁾, c., cerca de 1704 ⁽⁶¹⁾, em Guimarães, c. D. MARIA PEREIRA DE SÁ, fal. a 29-7-1718, em S. Gonçalo que, por escr. de 17-7-1738, instit. uma capela, — f.^a de Francisco Peixoto Pereira, Sr. do Morg. da Olaria, em Ribeira de Pena, e de sua mr. D. Catarina Leite Pereira; neta pat. de António Peixoto Pereira e de sua mr. D. Francisca Guimarães Peixoto; e mat. de Álvaro Sodrê e de sua mr. D. Isabel Leite Pereira, da quinta do Rebentão, em Cerva (Ribeira de Pena); s.g.

2(XIV) — D. MARIA HELENA DE QUEIRÓS, b. a 29-3-1665, ib., onde c., a 14-9-1699, c. JACINTO TEIXEIRA DE MAGALHÃES E VASCONCELOS, f.^o de João Teixeira de Vasconcelos e de sua mr. D. Clara Moreira de Carvalho, da casa de Pascoais, em Gatão (Amarante), no Cap.^o I, §-16.^o, e ele da casa de Soutelo, em Freixo de Baixo (ib.), ref. no §-47.^o.

⁽⁶⁰⁾ A.N.T.T., *Proc. do Santo Ofício*, m. 7, dil. 178.

⁽⁶¹⁾ Vid. nota anterior.

- 3(XIV) — GASPAR DE MACEDO, b. a 16-5-1666, ib.; s.m.n.
 4(XIV) — B — LEONOR DE MACEDO, que segue.
 5(XIV) — B — ANTÓNIO, b. a 12-4-1650, ib.; s.m.n.
 6(XIV) — B — JOANA DE MACEDO, b. a 21-11-1655, ib., hav. em MARIA PESSOA, solt.^a, f.^a de Francisco Campelo e de sua mr. Ana Pessoa, e c. c. PEDRO DE OLIVEIRA, n. em Fregim (Amarante).
 Filhos:
 1(XV) — LUÍS DE MACEDO, c.c.g. na Rua do Souto (Braga).
 2(XV) — MANUEL, b. a 27-7-1674, em S. Gonçalo de Amarante; s.m.n.
 3(XV) — HELENA, b. a 13-4-1676, ib.; s.m.n.
 4(XV) — ANTÓNIO, b. a 14-11-1678, ib.; s.m.n.
 5(XV) — GONÇALO, b. a 16-1-1684, ib.; s.m.n.

XIV

LEONOR DE MACEDO, b. em S. Gonçalo de Amarante, hav. em Maria Pessoa, ref. em 6(XIV), acima, suc. na casa de seu pai por fal. de seus ir. pat.

C., a 19-4-1678, em S. Gonçalo de Amarante, c. MANUEL PEREIRA SALGADO, b. a 2-12-1657, ib., f.^o de André Salgado e de sua mr. Maria Pereira.

Filhos:

- 1(XV) — O Lic. HIPÓLITO PEREIRA DE MACEDO DA CUNHA, que segue.
 2(XV) — LUÍS PEREIRA DE MACEDO, b. a 1-1-1679, em S. Gonçalo de Amarante; s.m.n.

XV

O Lic. HIPÓLITO PEREIRA DE MACEDO DA CUNHA, fal. a 25-7-1750, em S. Gonçalo de Amarante, Méd. no Porto, suc. na casa de seus pais.

C., no Porto, c. D. TEODORA LUÍSA ROSA PEREIRA, n. ib., f.^a de Pantaleão dos Reis Pereira e de sua mr. Joana dos Reis.

Filhos:

- 1(XVI) — O Dr. VICENTE JOSÉ DE MACEDO E CUNHA, que segue.
 2(XVI) — D. LEONOR, n. a 12-2-1729, na freg.^a da Vitória (Porto), e fal. solt.^a a 2-9-1807, em S. Gonçalo de Amarante.
 3(XVI) — JOSÉ PEDRO DE MACEDO DA CUNHA, n. a 1-10-1730, na Vitória (Porto), e fal. a 4-2-1804, em S. Gonçalo (Amarante), tendo c., a 11-9-1758, na igr.^a da Sé (Porto), contra a vontade de seus pais, c. JOSEFA MARIA DE SANTA ROSA DE AZEVEDO (v.^a de Jacinto Moutinho), fal. a 27-8-1802, em S. Gonçalo (Amarante), f.^a de Paulo Francisco Braga, n. ib., e de sua mr. Joana de Azevedo; neta pat. de António Francisco e de sua mr. Angélica Duarte, de S. Martinho de Dume (Braga); e mat. de João Rodrigues e de sua mr. Leonor de Azevedo, de S. Gonçalo de Amarante.

Filha:

- (XVII) — D. LEONOR TERESA DE MACEDO, fal. a 25-2-1842, com test.^o, em S. Gonçalo de Amarante, tendo c., a 9-10-

03]

-1799, ib., c. BERNARDO JOSÉ MARQUES, n. em Guilhofrei, f.º de João Marques e de sua mr. Ana Francisca; s.m.n.

4(XVI) — FERNANDO DE MACEDO, n. a 19-3-1732, ib., e emigrou para o Brasil; s.m.n.

5(XVI) — D. ÚRSULA DE MACEDO, n. a 25-4-1733, ib., e fal. solt.ª.

6(XVI) — Fr. FRANCISCO DE MACEDO, n. a 10-10-1734, ib., Domínico; s.m.n.

7(XVI) — LUÍS GASPAS DE MACEDO, que fugiu para Castela por crime de armas e resistência à justiça; s.m.n.

XVI

O Dr. VICENTE JOSÉ DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 9-1-1727, em Cedofeita (Porto), Cav. prof. na O.C., herd. do vínc. que instit. seus tios-avós.

C., a 1.ª vez, a 21-3-1745, no Porto, c. D. ANA JOAQUINA DA SILVA (ir. do Dr. Gervásio de Almeida, Juiz de Fora em Ponte de Lima, em 1771, Auditor da Gente de Guerra, em Elvas, e grande letrado), f.ª de Bartolomeu da Silva Pereira e de sua mr. Benta de Almeida; c.g.

C., a 2.ª vez, c. D. SUSANA MARGARIDA DE ALMEIDA, nat. de Mariana (Brasil), f.ª de António de Almeida Pais e de sua mr. Brites de Almeida; s.g.

C., a 3.ª vez, a 13-7-1752, em Creixomil (Guimarães), c. D. ANA LUÍSA MENDES, fal. a 17-4-1800, em S. Gonçalo (Amarante), de apoplexia, com test.º, f.ª de Manuel Mendes Paraíso, negoc. em Guimarães, e de sua mr. Maria Francisca; c.g.

Filha do 1.º cas.:

1(XVII) — D. JOSEFA DE ALMEIDA; s.m.n.

Filhos do 3.º cas.:

2(XVII) — LUÍS DE ALMEIDA, n. a 7-8-1752, em Sampaio (Guimarães); s.m.n.

3(XVII) — D. MARIA DE MACEDO, n. a 8-12-1754, ib.; s.m.n.

4(XVII) — D. MARGARIDA DE MACEDO, n. a 7-6-1756, ib., e fal. sem test.º a 26-1-1795, em S. Gonçalo de Amarante.

5(XVII) — D. ROSA DE MACEDO, n. a 13-5-1759, ib., e fal. solt.ª a 11-10-1819, em S. Gonçalo de Amarante.

6(XVII) — D. JOANA DE MACEDO, n. a 10-1-1761, em S. Gonçalo de Amarante, onde fal. sem test.º a 29-10-1810.

7(XVII) — D. ANA DE MACEDO, fal. sem test.º a 9-2-1806, ib.

8(XVII) — JOSÉ DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, que segue.

9(XVII) — JOAQUIM DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 29-7-1764, ib. (pad. — D. Lourenço de Amorim da Gama Lôbo, da cidade do Porto); s.m.n.

10(XVII) — JOÃO DE MACEDO, n. a 23-10-1765, ib.; s.m.n.

I JOSÉ DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 9-6-1762, em S. Gonçalo de Amarante (sendo pad. o Marquês de Angeja D. Pedro José de Noronha), onde fal. sem test.^o a 29-7-1822.

C., a 28-7-1782, em Telões (Amarante), c. D. MARGARIDA TERESA BORGES DE CARVALHO PEREIRA DA FONSECA, n. a 13-4-1750, ib., f.^a de Álvaro Cactano de Carvalho, Sr. da quinta do Outeiro, em Telões, e de sua mr. D. Manuela Jacinta Machado de Carvalho, Sr.^a da quinta de Cabanelas, em Freixo de Baixo, no §-9.^o, n.^o XIV ⁽⁶²⁾.

Filhos:

- 1(XVIII) — D. ANA JOAQUINA DE MACEDO, n. a 11-5-1783, em Freixo de Baixo (Amarante), mad. em Vizela em 1835, solt.^a.
- 2(XVIII) — O Dr. LUÍS DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, que segue.
- 3(XVIII) — ANTÓNIO DE MACEDO, n. a 1-1-1786; s.m.n.
- 4(XVIII) — D. TOMÁSIA DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, fal. solt.^a sem test.^o a 25-6-1861, em S. Gonçalo de Amarante.
- 5(XVIII) — GASPAS DE MACEDO, n. a 16-1-1788, ib.; s.m.n.
- 6(XVIII) — JOSÉ DE MACEDO, n. a 4-7-1789, ib., onde fal. solt.^o e sem test.^o a 5-11-1806.
- 7(XVIII) — D. MARIA DO CARMO DE MACEDO, n. a 30-9-1790, ib., onde fal. solt.^a a 19-8-1874.
- 8(XVIII) — D. ANGÉLICA AUGUSTA DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 15-9-1792, ib., e fal. a 28-8-1861, no Bonfim (Porto), tendo c., a 2-3-1839, em S. Gonçalo de Amarante, c. JOAQUIM DA ROCHA SOUSA E VASCONCELOS; s.m.n.

III O Dr. LUÍS DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 11-10-1784, em Freixo de Baixo (Amarante), e fal. a 6-6-1863, em S. Gonçalo de Amarante, Bach. em Matemáticas pela U.C. em 1800.

C., a 18-9-1851, em Gatão (Amarante), c. D. INÁCIA MARGARIDA TEIXEIRA MENDES, n. a 19-6-1811, em S. Gonçalo (Amarante), onde fal. a 8-12-1881, f.^a de José Luís Teixeira de Macedo e de sua mr. D. Joaquina Rosa, proprs.

Filho conh.:

(XIX) — O Dr. PEDRO MARIA DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, que segue.

IX * O Dr. PEDRO MARIA DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 26-9-1835, em S. Miguel de Vizela (Guimarães), Lic. em Medicina.

C., a 1.^a vez, na Carvalhosa (Marco de Canavezes), c. D. ANA NAZARETH DA SILVEIRA GERALDES, fal. na Carvalhosa (ib.), f.^a de António

(62) Neste §, vem ref. o §-98.^o por §-97.^o.

Geraldes de Queirós Azevedo e Vasconcelos e de sua mr. D. Francisca do Nascimento Teixeira da Silveira Geraldes, ref. no *Cap.º II*, §-5.º, n.º XVI; c.g.

C., a 2.ª vez, a 28-12-1867, em S. Gonçalo de Amarante, com dispensa de 2.º grau de consanguinidade, c. D. AMÉLIA GUILHERMINA MENDES, de 16 anos de idade, n. e b. em N.ª Sr.ª da Candelária (Rio de Janeiro), f.ª de José Luís Teixeira Macedo Mendes e de sua mr. D. Ana Maria Souto ⁽⁶³⁾; c.g. Filhos do 1.º cas.:

1(XX) — IGNÁCIO DE MACEDO, n. a 17-11-1863, em S. Gonçalo de Amarante; s.m.n.

2(XX) — LUÍS DE MACEDO, n. a 1-11-1864, ib.; s.m.n.

Filhos do 2.ª cas.:

3(XX) — D. AMÉLIA MARGARIDA DA CUNHA COUTINHO, n. a 31-12-1869, em S. Gonçalo de Amarante, e fal. a 29-3-1949, em Arganil (Coimbra), tendo c., a 26-7-1890, em S. Gonçalo de Amarante, c. o Dr. JOSÉ ALBANO DA COSTA VENTURA MATTOSO DA CÂMARA, de 25 anos, solt.º, Lic. em Direito pela U.C., nat. de S. Gens de Arganil (Coimbra), f.º do Dr. José Gonçalves da Costa Ventura, nat. de Folques, Arganil (Coimbra), Juiz de Direito em Amarante, e de sua mr. D. Isabel Maria Mattoso da Câmara; s.g.

4(XX) — D. MARIA LUÍSA MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 19-3-1871, ib., e fal. solt.ª; s.m.n.

5(XX) — LUÍS DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, que segue.

6(XX) — O Dr. PEDRO DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, c.c.g. no §-97.º/b = **Cunhas Coutinhos (Ramo)**.

7(XX) — D. LAURA DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 2-10-1874, ib., onde fal. solt.ª a 30-3-1901.

XX

LUÍS DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 14-6-1872, em S. Gonçalo (Amarante), onde fal. a 14-6-1939.

C., a 7-9-1908, em Fânzeres (Gondomar), c. D. MARIA EMÍLIA VAN-ZELLER, n. a 31-3-1881, na Foz do Douro (Porto), e fal. a 26-8-1933, em S. Gonçalo (Amarante), f.ª de Manuel Clamouse Brown-Zeller e de sua 1.ª mr. D. Camila Ernestina de Araújo Rangel Pamplona ⁽⁶⁴⁾; neta pat. de Frederico van-Zeller e de sua mr. D. Eulália de Clamouse; e mat. de Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro, Sr. da casa de S. Bernardo, em Barqueiros (Mesão Frio), e da de Montezelo, em Fânzeres (Gondomar), F.C.R., convencionado de Évora-Monte, Coron. agregado do Reg. de Milícias da Maia, e de sua mr. D. Emília Leite Pereira de Melo e Alvim ⁽⁶⁵⁾.

⁽⁶³⁾ Esta c., a 2.ª vez, ib., a 24-5-1880, com dispensa de 1.º e 2.º grau de consanguinidade, c. JOÃO TEIXEIRA MENDES, nat. de S. Gonçalo de Amarante, f.ª de José Luís Teixeira de Macedo e de sua mr. D. Ana Maria Souto Mendes.

⁽⁶⁴⁾ D. Camila Ernestina era ir. de Joaquim Heliodoro de Araújo Rangel, já cit. no §

⁽⁶⁵⁾ Fernando de Castro da Silva Canedo, *Descendência Portuguesa de D. João II*, p. 344.

Filhos:

- 1(XXI) — PEDRO VAN-ZELLER DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 27-3-1909, em S. Gonçalo (Amarante), onde fal. a 10-1-1928.
- 2(XXI) — D. CAMILA VAN-ZELLER DE MACEDO COUTINHO, n. a 8-9-1910, ib., onde fal. solt.^a a 8-1-1929.
- 3(XXI) — D. MARIA AMÉLIA DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 24-2-1912, ib., onde fal. solt.^a a 24-12-1944.
- 4(XXI) — O Dr. LUÍS VAN-ZELLER DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, que segue.
- 5(XXI) — D. MARIA MANUELA VAN-ZELLER DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 4-9-1915, ib., Fr.^a Carmelita.
- 6(XXI) — O Eng. Técn. MANUEL VAN-ZELLER DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, c.c.g. no §-97.^o/a = **Pinheiro Torres de Macedo**.
- 7(XXI) — RICARDO VAN-ZELLER DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 12-12-1917, ib., onde m.m. a 23-8-1918.
- 8(XXI) — D. MARIA DE LOURDES VAN-ZELLER DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 9-8-1919, ib.; s.m.n.
- 9(XXI) — D. MARIA EULÁLIA VAN-ZELLER DA CUNHA COUTINHO, n. a 21-8-1921, ib.; s.m.n.

XXI

O Dr. LUÍS VAN-ZELLER DE MACEDO DA CUNHA COUTINHO, n. a 18-9-1913, em S. Gonçalo (Amarante), Lic. em Medicina e Deleg. de Saúde.

C., a 3-10-1945, no Santuário do Bom Jesus do Monte (Braga), c. a Dr.^a D. CLOTILDE RUA, n. a 28-7-1920, em Calvão (Chaves), Lic. em Ciências Biológicas e Prof. do Ensino Secund., f.^a de Abílio Rua, propr., e de sua mr. D. Maria Isabel Fernandes; neta pat. de António Rua, propr., e de sua mr. D. Ana Maria Polónio Gonçalves; e mat. de André Fernandes e de sua mr. D. Hermínia Cândida Alves.

Filhos:

- 1(XXII) — O Eng. LUÍS RUA VAN-ZELLER DE MACEDO, que segue.
- 2(XXII) — O Dr. PEDRO MARIA RUA VAN-ZELLER DE MACEDO, n. a 28-6-1949, em S. Gonçalo (Amarante), Lic. em Medicina e Médico Especialista em Oftalmologia, c., a 26-1-1974, em S. Pedro (Sintra), c. D. MARIA MARGARIDA CABRAL CINTRA LOBO E TÁVORA, n. a 21-11-1949, em Nova Lisboa (Angola), Decoradora, f.^a do Eng. Agrónomo Luís Filipe Lobo de Miranda Malheiro e Távora e da sua mr. D. Maria Emília Cabral Vaz Cintra; neta pat. do Dr. Joaquim Lobo Miranda, Visc. de Miranda, Doutor em Agronomia e Cônsul Honorário no Brasil, e de sua mr. D. Maria Augusta Malheiro de Távora de Abreu de Lima (f.^a dos Condes da Carreira); e mat. do Eng. José de Sousa Marreiros Vaz Cintra e de sua mr. D. Maria José Leote Júdice Biker Romero Cabral.

Filhos:

1(XXIII) — D. RITA MARGARIDA CINTRA E TÁVORA VAN-ZELLER DE MACEDO, n. a 9-5-1975, em Lisboa.

2(XXIII) — D. MARIA INÊS CINTRA E TÁVORA VAN-ZELLER DE MACEDO, n. a 9-5-1975, em Lisboa.

3(XXII) — A Dr.^a MARIA ISABEL RUA VAN-ZELLER, n. a 5-7-1952, ib., Lic. em Medicina, c., a 21-7-1979, em S. Gonçalo (Amarante), c. o Dr. ANTÓNIO JORGE BASTO GONÇALVES, n. a 9-7-1954, Lic. em Direito, Adv., f.º de Henrique Gonçalves da Silva Pássaro e de sua mr. D. Maria Emília Sousa Basto; neto pat. de José Gonçalves e de sua mr. D. Maria Josefina da Silva Pássaro; e mat. de Agostinho Ribeiro Gonçalves Basto e de sua mr. D. Amélia da Conceição Lopes de Sousa.

Filhos:

1(XXIII) — MARIA ISABEL VAN-ZELLER MACEDO BASTO GONÇALVES, n. a 30-10-1981, em Sto. Ildefonso (Porto).

2(XXIII) — ANA MAFALDA VAN-ZELLER DE MACEDO BASTO GONÇALVES, n. a 28-12-1983, ib.

XXII

O Eng. LUÍS RUA VAN-ZELLER DE MACEDO, n. a 27-6-1946, em S. Gonçalo (Amarante), Eng. Agrónomo.

C., a 19-2-1972, em Queluz (Lisboa), c. D. MARIA LUÍSA CABRAL CINTRA LOBO TÁVORA, n. a 9-2-1948, em Nova Lisboa (Angola), Educadora de Infância, ir. de sua cunh. no n.º 2(XXIII), acima.

Filhos:

1(XXIII) — LUÍS FILIPE DE CINTRA E TÁVORA VAN-ZELLER DE MACEDO, n. a 22-10-1972, em S. Domingos de Benfica (Lisboa).

2(XXIII) — TIAGO MARIA DE CINTRA E TÁVORA VAN-ZELLER DE MACEDO, n. a 3-4-1976, ib.



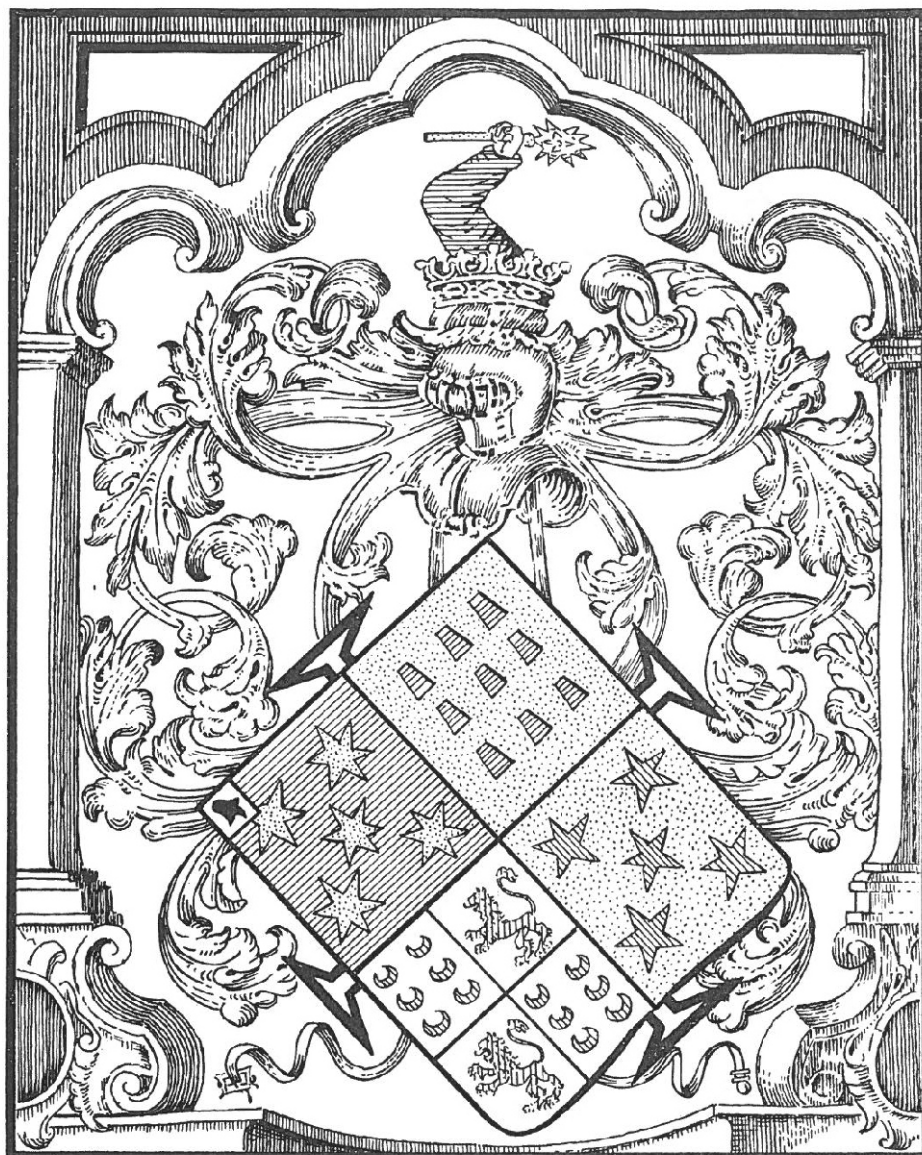
Doc. n.º XXXII

1721, Set., 18 — A *Luís de Macedo da Cunha*, ref. no § 97.º, n.º 1(XIV), f.º do Dr. Gaspar de Macedo da Cunha e da sua 2.ª mr. D. Grácia de Queirós e Vasconcelos, é passada C. B. A. para Macedos, Cunhas, Queirós e Coutinhos, tendo por diferença uma brica de prata com uma muleta preta.

— A. P. da casa dos Macedos (Amarante), em que se conserva o orig. desta carta de armas, registada no Liv. 7, fls. 17, do *Reg. dos Brasões de Nobreza de Portugal*.

Portugal Rey de Armas principal, nestes Reynos de Portugal, do muyto alto & poderioso Rey D. João o V. nosso Senhor por graça de Deos Rey de Portugal, & dos Algarves, da quem & dalem mar em Africa, Senhor de Guine, & da conquista, navegação, do comercio da Ethiopia, Arabia, Percia, & India. & etc. Faço saber, a quantos esta minha Carta & certidão de Braço de Armas, fidalguia, & nobreza, digna de fê & crença virem, que por parte de *Luís de Macedo da Cunha*, cavaleiro do abito de Christo, familiar do santo officio, morador na Villa de Amarante, me foi feita petição; dizendo, que pella sentença junta que oferecia passada em nome de sua Magestade & pella Chancellaria da corte, pello doutor Manoel Alveres Pereira, do seu dezembargo & seu Dezembargador em esta sua Corte, & caza da supplicação, Corregedor com alçada dos feitos & cauzas siveis em ella, constava ser o supplicante descendente das nobres, & illustres familias dos Macedos, Cunhas, Queiros, & Coutinhos, que neste Reyno são fidalgos antigos de Cota de Armas, por ser filho legitimo do doutor Gaspar de Macedo da Cunha, Dezembargador que foi na Rellação do Porto, & de sua mulher D. Gracia de Queiros & Vasconcelos. Neto pela parte paterna, de Gaspar de Macedo Cerqueira, cavalleiro fidalgo da caza de sua Mag. & Alcaide mor que foi na Villa de Sollorico de Basto, & de sua molher Ellena da Cunha Coutinho. Bisneto de Manoel Cerqueira, & de sua molher Camilia de Macedo a qual era filha legitima de Aires, digo, de Gaspar de Macedo, neta legitima de Aires Gonçalves de Macedo, & pella parte da dita Elena da Cunha Coutinho, bisneto de Gaspar da Cunha Coutinho, & de sua mulher Maria Carneira; & pella parte paterna, digo, & pella parte materna, neto de Manoel Teixeira da Cunha Coutinho, & de sua mulher Gracia de Queiros de Vasconcelos, filha legitima de Martim de Vasconcelos, senhor do morgado de Fontêlas, & de sua mulher Ignes de Siqueira de Queiros, & bisneto de Aires Teixeira de Carvalho, os quais todos eram das nobres famillias dos Macedos, Cunhas, Queiros & Coutinhos, dos milhores deste Reyno, & como tais forão sempre tidos & avidos, por pessoas das mais nobres da dita Villa & Provincia. Dos quais todos descendia elle supplicante; & que sempre se tratara a ley da nobreza, com cavallos, & criados, sem que nelle ouvece raça de judeo, mouro, ou mullato, ou de outra infecta nação, & por tal lhe estava julgado na ditta sentença, & por senão perder a memoria de sua antiga fidalguia, & nobreza de seus progenitores, queria elle para conçervação della hum Braço de Armas, pertencentes as dittas famillias dos Macedos, Cunhas, Queiros & Coutinhos, pello que me pedia lhe mandasse passar carta de Braço de Armas em forma; assim como elle as avia de trazer, & dellas uzar. E vista a ditta sua petição, & sentença, & mais documentos nella incertos, que ficaõ no Cartorio da nobreza, & por ella consta estar o supplicante julgado por legitimo descendente das dittas famillias, pello aver assim provado, & justificado largamête na ditta sentença, da qual achei deduzido tudo o contheudo na ditta petição, em vertude da qual provi o livro da fidalguia, & nobreza do Reyno, que em meu poder tenho, & nelle achei registadas as Armas que as dittas linhagens pertencem, que são as que nesta lhe dou devizadas & illuminadas, a saber: Hum escudo posto ao balam, esquartellado; no primeiro quartel as Armas dos

39]



Macedos, que são em campo azul cinco estrelas de ouro de seis pontas postas em sautor; no segundo quartel, as Armas dos Cunhas, que são em campo de ouro nove cunhas azuis com as pontas para cima, postas em tres pallas; no terceiro quartel, as Armas dos Queiros, que são escudo esbartellado, no primeiro quartel, em campo de ouro seis crecentes de lua vermelhas, com as pontas para cima postas em duas pallas; no segundo quartel, em campo de prata, hum leão vermelho rompente, & assim os contrarios; no quarto quartel, as Armas dos Coutinhos, que são, em campo de ouro cinco estrellas vermelhas de cinco pontas, postas em sautor. Elmo de prata aberto, guarnecido de ouro. Paquife dos metais & cores das armas. Timbre, o dos Macedos, que he hum braço vestido de azul, sahindo de huma coroa, com huma massa na mão com

o cabo de ouro, & ferro com pontas, & por diferença, huma brica de prata cõ hum merleta preta (& declaro que se não fas aqui menção do abito de Christo, que apparece por baixo do escudo, por não pertencer as armas, & so se fas delle menção, por ser cavalleiro proffeo da ditta Ordem). E por q̃ estas são as armas, que as dittas lignhagens pertencem, eu Manoel Leal Rey de Armas Portugal, & principal, com o poder do meu muynto nobre, & Real officio, lhas dou, & asino, asim como vão no ditto escudo, as quais armas podera uzar, como acto & prerrogativa de sua nobreza, & fidalguia, & com ellas gozar de todas as graças merces, honras, & previllegios, que pellos senhores Reys deste Reyno foraõ concedidos aos fidalgos & nobres delle, & com ellas podera entrar em batalhas, justas, & torneos, & em todos & quais quer actos, assim da paz, como da guerra, & em tudo que licito & onesto for, & as podera trazer em suas baixellas, resposteiros, aneis, & senetes, & nos portais de suas cazas, & quintas, & deixallas sobre sua propria sepultura, & finalmente servindoçe & honrandoçe dellas, como à sua nobreza, & fidalguia convem, & como fazem os mais fidalgos, & nobres deste Reyno. Pello que requeiro a todos os Dezem-bargadores, Corregedores, Ouvidores, Juizes, & mais Justiças de sua Magestade, da parte do ditto senhor, & da minha por bem do officio que tenho, & em especial mando aos officiais da nobreza, como Juiz que sou della, Reys de Armas, Arautos, & Passavantes, a cumpraõ, & façaõ inteiramente cumprir & guardar, asim como por mim he detriminado, & por firmeza de tudo, vai por mim asinada, com o sinal publico, do nome do meu officio. Dada nesta Corte, & Cidade de Lisboa Occidental, em dezoito de Setembro, do Anno do Nascimento de nosso senhor Jezu Christo de mil & seteçentos & e vinte hum. Frei Jozeph da Cruz Paulino, Rellegiozo da Od, digo, da Ordem de São Paulo, primeiro Eremita, a fes por Simão da Silva Lamberto, escriptaõ na nobreza, nestes Reynos, & senhorios de Portugal. Vay escripto em quatro meyas folhas em que entra esta, excepto a do titullo e todas vão por my rubricadas. Eu Simão da Silva Lamberto o escrevy. Portugal Rey de Armas.

Fica registado este Brazão no Liuro sétimo do Registo dos Brazões da Nobreza de Portugal, a fls. 17. Lisboa Ocidental em dezanove de Setembro de 1721. Simão da Sylva Lamberto.

11]

COMENTÁRIO HERÁLDICO (*)

O documento transcrito é uma Carta de Brasão de Nobreza por Certidão do período barroco.

Sobre o desenvolvimento do texto é regular, excepto na apresentação simultânea ao requerimento, dum instrumento de justificação de nobreza, já sentenciado favoravelmente ao requerente. Normalmente este instrumento de justificação de nobreza era pedido, depois do requerimento ter dado entrada no Cartório da Nobreza.

Julga-se que era uma forma processual para ser mais rápida a passagem da CBA.

Quanto aos officiais citados na CBA, lê-se:

Frei José da Cruz Paulino
Simão da Silva Lamberto — Escrivão da Nobreza
Manuel Leal — Rei de Armas Portugal

(*) Por Manuel Artur Norton.

D. Pedro Maria de Sá, de Cuba, Capitão
filho menor de D. João de Sá, de Cuba
Capitão herdou toda a casa incluindo
cerco de 32 ~~quintas~~ propriedades rurais
entre grandes e pequenas.

As propriedades onde se situavam eram as
seguintes:

S. Gonçalo (Quinta da Rocha) Fm. Pedro
Gatão (Sobrado, Pinha de Lima e de Baixo).
Telhada (Antes e Quinta) Fm. Pedro/Pe
Vila Garcia (Sakelê e Ferreira).
Frio de Baixo (Cabanelas).
Fregim (Monte de Lima e de Baixo).
Cepelos (Cavallaria Carvalhães).
Pacheco (Larim) Fm. Rocha.
Vila Clara

12

As propriedades que o Sr. tinha na época de
Pedro Maria foram divididas em partes
pelos seus filhos que heraram:

João de Sá de Cuba Capitão

Pedro Maria de Sá de Cuba Capitão.

Antônio Fregim e Sá de Cuba Capitão.

Nota: Chegaram ainda ao século XX as
quintas situadas em Gatão, Vila Garcia,
Telhada, Frio de Baixo, Fregim, Cepelos,
Pacheco e Vila Clara.



1942 OHL VI
Van-Zeller

NHO 1963
yocedo

SAHIDA

Data	Procedência	Esp.	Mudas	Total	Corte		Enxerto		Total	Observações
					Pqns	Alm.	Pqns	Alm.		
Setembro	Solteiro	1	7	29						o Cativeiro ficou com 2 al.
	Sinhonho	—	14	42						
	Cativeiro	—	—	—						
	Pilha de Cima	—	—	—						
	Sinhonho	1	2 1/3	38 al						As Mudas Plantas
	Sacaro	—	10 1/2	—						
	Pilha de Baixo	—	—	—						
	Sinhonho	1	7	43						As Mudas Plantas
	Cativeiro	—	14	—						As Mudas Plantas
	Solteiro (Francisco)	1	3	36						As Mudas Plantas
	Sinhonho	—	12	—						As Mudas Plantas
	Cativeiro	—	14	21						As Mudas Plantas
	Sinhonho	—	7	—						As Mudas Plantas
	Cativeiro	—	15 1/6	23						As Mudas Plantas
= Corone los										
Outubro	Sinhonho	—	—	—						As Mudas Plantas
	Cativeiro	—	—	—						As Mudas Plantas
	Pilha de Cima	—	—	—						As Mudas Plantas
	Sinhonho	1	10 1/2	31 1/2						As Mudas Plantas
Novembro	Sinhonho	—	—	—						As Mudas Plantas
	Cativeiro	—	—	—						As Mudas Plantas
	Pilha de Cima	—	—	—						As Mudas Plantas
	Sinhonho	1	19	38						As Mudas Plantas

1940

ENTRADA

VI
Van Zeller

NHO 1941

110000

SAHIDA

Bates	Provincia	Ejes	Alambres	Total	Bates	Cada		Unidades		Precio		Monedas
						Ejes	Ala.	Ejes	Ala.	Unidades	Total	
20	Financ (Zoré)	1	16	37	20	1	19	1	19	25000	25000	Colombiano 11
21	Financ de Banca	1	16	37	21	1	21	1	21	25000	25000	50000 Colombiano
22	Financ de Banca	1	16	46	22	1	22	1	22	25000	25000	100000 Colombiano
23	Financ de Banca	1	16	46	23	1	23	1	23	25000	25000	100000 Colombiano
24	Financ de Banca	1	16	46	24	1	24	1	24	25000	25000	100000 Colombiano
25	Financ de Banca	1	16	46	25	1	25	1	25	25000	25000	100000 Colombiano
26	Financ de Banca	1	16	46	26	1	26	1	26	25000	25000	100000 Colombiano
27	Financ de Banca	1	16	46	27	1	27	1	27	25000	25000	100000 Colombiano
28	Financ de Banca	1	16	46	28	1	28	1	28	25000	25000	100000 Colombiano
29	Financ de Banca	1	16	46	29	1	29	1	29	25000	25000	100000 Colombiano
30	Financ de Banca	1	16	46	30	1	30	1	30	25000	25000	100000 Colombiano
31	Financ de Banca	1	16	46	31	1	31	1	31	25000	25000	100000 Colombiano
32	Financ de Banca	1	16	46	32	1	32	1	32	25000	25000	100000 Colombiano
33	Financ de Banca	1	16	46	33	1	33	1	33	25000	25000	100000 Colombiano
34	Financ de Banca	1	16	46	34	1	34	1	34	25000	25000	100000 Colombiano
35	Financ de Banca	1	16	46	35	1	35	1	35	25000	25000	100000 Colombiano
36	Financ de Banca	1	16	46	36	1	36	1	36	25000	25000	100000 Colombiano
37	Financ de Banca	1	16	46	37	1	37	1	37	25000	25000	100000 Colombiano
38	Financ de Banca	1	16	46	38	1	38	1	38	25000	25000	100000 Colombiano
39	Financ de Banca	1	16	46	39	1	39	1	39	25000	25000	100000 Colombiano
40	Financ de Banca	1	16	46	40	1	40	1	40	25000	25000	100000 Colombiano
41	Financ de Banca	1	16	46	41	1	41	1	41	25000	25000	100000 Colombiano
42	Financ de Banca	1	16	46	42	1	42	1	42	25000	25000	100000 Colombiano
43	Financ de Banca	1	16	46	43	1	43	1	43	25000	25000	100000 Colombiano
44	Financ de Banca	1	16	46	44	1	44	1	44	25000	25000	100000 Colombiano
45	Financ de Banca	1	16	46	45	1	45	1	45	25000	25000	100000 Colombiano
46	Financ de Banca	1	16	46	46	1	46	1	46	25000	25000	100000 Colombiano
47	Financ de Banca	1	16	46	47	1	47	1	47	25000	25000	100000 Colombiano
48	Financ de Banca	1	16	46	48	1	48	1	48	25000	25000	100000 Colombiano
49	Financ de Banca	1	16	46	49	1	49	1	49	25000	25000	100000 Colombiano
50	Financ de Banca	1	16	46	50	1	50	1	50	25000	25000	100000 Colombiano
51	Financ de Banca	1	16	46	51	1	51	1	51	25000	25000	100000 Colombiano
52	Financ de Banca	1	16	46	52	1	52	1	52	25000	25000	100000 Colombiano
53	Financ de Banca	1	16	46	53	1	53	1	53	25000	25000	100000 Colombiano
54	Financ de Banca	1	16	46	54	1	54	1	54	25000	25000	100000 Colombiano
55	Financ de Banca	1	16	46	55	1	55	1	55	25000	25000	100000 Colombiano
56	Financ de Banca	1	16	46	56	1	56	1	56	25000	25000	100000 Colombiano
57	Financ de Banca	1	16	46	57	1	57	1	57	25000	25000	100000 Colombiano
58	Financ de Banca	1	16	46	58	1	58	1	58	25000	25000	100000 Colombiano
59	Financ de Banca	1	16	46	59	1	59	1	59	25000	25000	100000 Colombiano
60	Financ de Banca	1	16	46	60	1	60	1	60	25000	25000	100000 Colombiano
61	Financ de Banca	1	16	46	61	1	61	1	61	25000	25000	100000 Colombiano
62	Financ de Banca	1	16	46	62	1	62	1	62	25000	25000	100000 Colombiano
63	Financ de Banca	1	16	46	63	1	63	1	63	25000	25000	100000 Colombiano
64	Financ de Banca	1	16	46	64	1	64	1	64	25000	25000	100000 Colombiano
65	Financ de Banca	1	16	46	65	1	65	1	65	25000	25000	100000 Colombiano
66	Financ de Banca	1	16	46	66	1	66	1	66	25000	25000	100000 Colombiano
67	Financ de Banca	1	16	46	67	1	67	1	67	25000	25000	100000 Colombiano
68	Financ de Banca	1	16	46	68	1	68	1	68	25000	25000	100000 Colombiano
69	Financ de Banca	1	16	46	69	1	69	1	69	25000	25000	100000 Colombiano
70	Financ de Banca	1	16	46	70	1	70	1	70	25000	25000	100000 Colombiano
71	Financ de Banca	1	16	46	71	1	71	1	71	25000	25000	100000 Colombiano
72	Financ de Banca	1	16	46	72	1	72	1	72	25000	25000	100000 Colombiano
73	Financ de Banca	1	16	46	73	1	73	1	73	25000	25000	100000 Colombiano
74	Financ de Banca	1	16	46	74	1	74	1	74	25000	25000	100000 Colombiano
75	Financ de Banca	1	16	46	75	1	75	1	75	25000	25000	100000 Colombiano
76	Financ de Banca	1	16	46	76	1	76	1	76	25000	25000	100000 Colombiano
77	Financ de Banca	1	16	46	77	1	77	1	77	25000	25000	100000 Colombiano
78	Financ de Banca	1	16	46	78	1	78	1	78	25000	25000	100000 Colombiano
79	Financ de Banca	1	16	46	79	1	79	1	79	25000	25000	100000 Colombiano
80	Financ de Banca	1	16	46	80	1	80	1	80	25000	25000	100000 Colombiano
81	Financ de Banca	1	16	46	81	1	81	1	81	25000	25000	100000 Colombiano
82	Financ de Banca	1	16	46	82	1	82	1	82	25000	25000	100000 Colombiano
83	Financ de Banca	1	16	46	83	1	83	1	83	25000	25000	100000 Colombiano
84	Financ de Banca	1	16	46	84	1	84	1	84	25000	25000	100000 Colombiano
85	Financ de Banca	1	16	46	85	1	85	1	85	25000	25000	100000 Colombiano
86	Financ de Banca	1	16	46	86	1	86	1	86	25000	25000	100000 Colombiano
87	Financ de Banca	1	16	46	87	1	87	1	87	25000	25000	100000 Colombiano
88	Financ de Banca	1	16	46	88	1	88	1	88	25000	25000	100000 Colombiano
89	Financ de Banca	1	16	46	89	1	89	1	89	25000	25000	100000 Colombiano
90	Financ de Banca	1	16	46	90	1	90	1	90	25000	25000	100000 Colombiano
91	Financ de Banca	1	16	46	91	1	91	1	91	25000	25000	100000 Colombiano
92	Financ de Banca	1	16	46	92	1	92	1	92	25000	25000	100000 Colombiano
93	Financ de Banca	1	16	46	93	1	93	1	93	25000	25000	100000 Colombiano
94	Financ de Banca	1	16	46	94	1	94	1	94	25000	25000	100000 Colombiano
95	Financ de Banca	1	16	46	95	1	95	1	95	25000	25000	100000 Colombiano
96	Financ de Banca	1	16	46	96	1	96	1	96	25000	25000	100000 Colombiano
97	Financ de Banca	1	16	46	97	1	97	1	97	25000	25000	100000 Colombiano
98	Financ de Banca	1	16	46	98	1	98	1	98	25000	25000	100000 Colombiano
99	Financ de Banca	1	16	46	99	1	99	1	99	25000	25000	100000 Colombiano
100	Financ de Banca	1	16	46	100	1	100	1	100	25000	25000	100000 Colombiano

Total 18 Niveles 3 años
Bancos 26 años

219000
265000
484000

Index		Page
Number	Index	
1	Index	1
2	Index	2
3	Index	3
4	Index	4
5	Index	5
6	Index	6
7	Index	7
8	Index	8
9	Index	9
10	Index	10
11	Index	11
12	Index	12
13	Index	13
14	Index	14
15	Index	15
16	Index	16
17	Index	17
18	Index	18
19	Index	19
20	Index	20
21	Index	21
22	Index	22
23	Index	23
24	Index	24
25	Index	25
26	Index	26
27	Index	27
28	Index	28
29	Index	29
30	Index	30

Reynolds.

Spada:

Spada - - - 50 algs.
 Spada - - - 8 algs.
 Spada - - - 2.
 Spada - - - 1000000

1864 - New mids 12 algs. - 1000000
 1865 - Spada mids 12 algs. - mids 20 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1866 - Spada mids 12 algs. - 1000000 - 21 m.

1866 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1867 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.

1867 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1868 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1869 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.

1869 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1870 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1871 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.

1871 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1872 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.
 1873 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.

1873 - Spada mids 12 algs. - mids 11 1/2 algs. - 1000000 - 21 m.

Receitas	14. nov 20	14. nov 21	14. nov 22	14. nov 23
Receitas de 1864	Receitas de 1864	Receitas de 1864	Receitas de 1864	Receitas de 1864
Receitas de 1865	Receitas de 1865	Receitas de 1865	Receitas de 1865	Receitas de 1865
Receitas de 1866	Receitas de 1866	Receitas de 1866	Receitas de 1866	Receitas de 1866
Receitas de 1867	Receitas de 1867	Receitas de 1867	Receitas de 1867	Receitas de 1867
Receitas de 1868	Receitas de 1868	Receitas de 1868	Receitas de 1868	Receitas de 1868
Receitas de 1869	Receitas de 1869	Receitas de 1869	Receitas de 1869	Receitas de 1869
Receitas de 1870	Receitas de 1870	Receitas de 1870	Receitas de 1870	Receitas de 1870
Receitas de 1871	Receitas de 1871	Receitas de 1871	Receitas de 1871	Receitas de 1871

6. Granite quarry section at 15 mi. S. of 1890 + north
 1100 ft. above of 1890 + north. 1890 + north
 1100 ft. + 1890 + north. 1890 + north
 1100 ft. + 1890 + north. 1890 + north
 1100 ft. + 1890 + north. 1890 + north

1844
 1845
 1846
 1847
 1848
 1849
 1850
 1851
 1852
 1853
 1854
 1855
 1856
 1857
 1858
 1859
 1860
 1861
 1862
 1863
 1864
 1865
 1866
 1867
 1868
 1869
 1870
 1871
 1872
 1873
 1874
 1875
 1876
 1877
 1878
 1879
 1880
 1881
 1882
 1883
 1884
 1885
 1886
 1887
 1888
 1889
 1890
 1891
 1892
 1893
 1894
 1895
 1896
 1897
 1898
 1899
 1900
 1901
 1902
 1903
 1904
 1905
 1906
 1907
 1908
 1909
 1910
 1911
 1912
 1913
 1914
 1915
 1916
 1917
 1918
 1919
 1920
 1921
 1922
 1923
 1924
 1925
 1926
 1927
 1928
 1929
 1930
 1931
 1932
 1933
 1934
 1935
 1936
 1937
 1938
 1939
 1940
 1941
 1942
 1943
 1944
 1945
 1946
 1947
 1948
 1949
 1950
 1951
 1952
 1953
 1954
 1955
 1956
 1957
 1958
 1959
 1960
 1961
 1962
 1963
 1964
 1965
 1966
 1967
 1968
 1969
 1970
 1971
 1972
 1973
 1974
 1975
 1976
 1977
 1978
 1979
 1980
 1981
 1982
 1983
 1984
 1985
 1986
 1987
 1988
 1989
 1990
 1991
 1992
 1993
 1994
 1995
 1996
 1997
 1998
 1999
 2000
 2001
 2002
 2003
 2004
 2005
 2006
 2007
 2008
 2009
 2010
 2011
 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019
 2020
 2021
 2022
 2023
 2024
 2025
 2026
 2027
 2028
 2029
 2030
 2031
 2032
 2033
 2034
 2035
 2036
 2037
 2038
 2039
 2040
 2041
 2042
 2043
 2044
 2045
 2046
 2047
 2048
 2049
 2050
 2051
 2052
 2053
 2054
 2055
 2056
 2057
 2058
 2059
 2060
 2061
 2062
 2063
 2064
 2065
 2066
 2067
 2068
 2069
 2070
 2071
 2072
 2073
 2074
 2075
 2076
 2077
 2078
 2079
 2080
 2081
 2082
 2083
 2084
 2085
 2086
 2087
 2088
 2089
 2090
 2091
 2092
 2093
 2094
 2095
 2096
 2097
 2098
 2099
 2100
 2101
 2102
 2103
 2104
 2105
 2106
 2107
 2108
 2109
 2110
 2111
 2112
 2113
 2114
 2115
 2116
 2117
 2118
 2119
 2120
 2121
 2122
 2123
 2124
 2125
 2126
 2127
 2128
 2129
 2130
 2131
 2132
 2133
 2134
 2135
 2136
 2137
 2138
 2139
 2140
 2141
 2142
 2143
 2144
 2145
 2146
 2147
 2148
 2149
 2150
 2151
 2152
 2153
 2154
 2155
 2156
 2157
 2158
 2159
 2160
 2161
 2162
 2163
 2164
 2165
 2166
 2167
 2168
 2169
 2170
 2171
 2172
 2173
 2174
 2175
 2176
 2177
 2178
 2179
 2180
 2181
 2182
 2183
 2184
 2185
 2186
 2187
 2188
 2189
 2190
 2191
 2192
 2193
 2194
 2195
 2196
 2197
 2198
 2199
 2200
 2201
 2202
 2203
 2204
 2205
 2206
 2207
 2208
 2209
 2210
 2211
 2212
 2213
 2214
 2215
 2216
 2217
 2218
 2219
 2220
 2221
 2222
 2223
 2224
 2225
 2226
 2227
 2228
 2229
 2230
 2231
 2232
 2233
 2234
 2235
 2236
 2237
 2238
 2239
 2240
 2241
 2242
 2243
 2244
 2245
 2246
 2247
 2248
 2249
 2250
 2251
 2252
 2253
 2254
 2255
 2256
 2257
 2258
 2259
 2260
 2261
 2262
 2263
 2264
 2265
 2266
 2267
 2268
 2269
 2270
 2271
 2272
 2273
 2274
 2275
 2276
 2277
 2278
 2279
 2280
 2281
 2282
 2283
 2284
 2285
 2286
 2287
 2288
 2289
 2290
 2291
 2292
 2293
 2294
 2295
 2296
 2297
 2298

There is a small amount of water in the

1100 ft. - base of 2nd member of 1910

Pharm. Journ. London 15 18 1891

1000

James H. Rogers

189. 189.

100

18

collected.

[illegible]

81

o Caserio da Fimbo de Cima

Domínguez, Fr. L. & Gaspar

Datas	Motivo do debito	Milho alqs.	Trigo alqs.	Centio alqs.	Reijos alqs.	Colendros	Galinhass	Lenha da poda carros	Dinheiro Rs.
1881 Set. 10	Dr. J. A. Francisco						2		
"	" " Novembro de 1881	150		8	3		2	1	
1882 Setembro.	Dr. Maria S. Ann. d. 1882	100		8	3		4	1	
"	"	100		8	3		2	1	
1883 Setembro.	Dr. Maria S. Ann. d. 1883	100		8	3		2	1	
"	"	100		8	3		2	1	
1884 Set. 10	Dr. Maria S. Ann. d. 1884	100		8	3		2	1	
1885 "	" " " 1885	100		8	3		2	1	
1886 Set. 10	Dr. Maria S. Ann. d. 1886	200		16	6		4	2	
1887 Set. 10	Dr. Maria S. Ann. d. 1887	100		8	3		2	1	
1888 Set. 10	Dr. Maria S. Ann. d. 1888	100		8	3		2	1	

(16.007)
 DEVE o Casario de Tramphe de Bochar no 2.011.
 Por o anno de 1884, foi alle-gar por mais alle-gar mais mais. Comi-
 Saria 1884 até a encerrado
 pela renda de 40.500 o vinho

Saia 1884 está arrendada do
pela renda de 40.000 o vinho
do do Porto, no S. 1.º

a few *Antennaria Canadensis* - a *Ryan* & *Reich*, fig. 2. *S. grandis*
 a few, with *Andromeda*,
 a *Chamaelirium luteum*, no fig. of *S. grandis*
 in 1808. & under a tree

19

DEVE

H A V E R

Datas	Motivo do debito	Milho alqs.	Trigo alqs.	Centeio alqs.	Folhas alqs.	Colindros carros	Galinhass carros	Lenha da poda	Dinheiro Rs.
1877 Setembro	Pagto de annuo de 1877	1							54.000
1878 Setembro	Pagto de annuo de 1878	1							54.000
1879 Setembro	Pagto de annuo de 1879	1							54.000
1880 Setembro	Pagto de annuo de 1880								54.000
1881 Setembro	Pagto de annuo de 1881								54.000
1882 Setembro	Pagto de annuo de 1882								54.000
1883 Setembro	Pagto de annuo de 1883								54.000
1884 Setembro	Pagto de annuo de 1884								54.000
1885 Setembro	Pagto de annuo de 1885								54.000
1886 Setembro	Pagto de annuo de 1886								54.000
1887 Setembro	Pagto de annuo de 1887								54.000
1888 Setembro	Pagto de annuo de 1888								54.000
1889 Setembro	Pagto de annuo de 1889								54.000
1890 Setembro	Pagto de annuo de 1890								54.000
1891 Setembro	Pagto de annuo de 1891								54.000
1892 Setembro	Pagto de annuo de 1892								54.000
1893 Setembro	Pagto de annuo de 1893								54.000
1894 Setembro	Pagto de annuo de 1894								54.000
1895 Setembro	Pagto de annuo de 1895								54.000
1896 Setembro	Pagto de annuo de 1896								54.000
1897 Setembro	Pagto de annuo de 1897								54.000
1898 Setembro	Pagto de annuo de 1898								54.000
1899 Setembro	Pagto de annuo de 1899								54.000
1900 Setembro	Pagto de annuo de 1900								54.000
1901 Setembro	Pagto de annuo de 1901								54.000
1902 Setembro	Pagto de annuo de 1902								54.000
1903 Setembro	Pagto de annuo de 1903								54.000
1904 Setembro	Pagto de annuo de 1904								54.000
1905 Setembro	Pagto de annuo de 1905								54.000
1906 Setembro	Pagto de annuo de 1906								54.000
1907 Setembro	Pagto de annuo de 1907								54.000
1908 Setembro	Pagto de annuo de 1908								54.000
1909 Setembro	Pagto de annuo de 1909								54.000
1910 Setembro	Pagto de annuo de 1910								54.000
1911 Setembro	Pagto de annuo de 1911								54.000
1912 Setembro	Pagto de annuo de 1912								54.000
1913 Setembro	Pagto de annuo de 1913								54.000
1914 Setembro	Pagto de annuo de 1914								54.000
1915 Setembro	Pagto de annuo de 1915								54.000
1916 Setembro	Pagto de annuo de 1916								54.000
1917 Setembro	Pagto de annuo de 1917								54.000
1918 Setembro	Pagto de annuo de 1918								54.000
1919 Setembro	Pagto de annuo de 1919								54.000
1920 Setembro	Pagto de annuo de 1920								54.000
1921 Setembro	Pagto de annuo de 1921								54.000
1922 Setembro	Pagto de annuo de 1922								54.000
1923 Setembro	Pagto de annuo de 1923								54.000
1924 Setembro	Pagto de annuo de 1924								54.000
1925 Setembro	Pagto de annuo de 1925								54.000
1926 Setembro	Pagto de annuo de 1926								54.000
1927 Setembro	Pagto de annuo de 1927								54.000
1928 Setembro	Pagto de annuo de 1928								54.000
1929 Setembro	Pagto de annuo de 1929								54.000
1930 Setembro	Pagto de annuo de 1930								54.000

1854

DEVE o Casaco da Fmha de Cima

HAVER

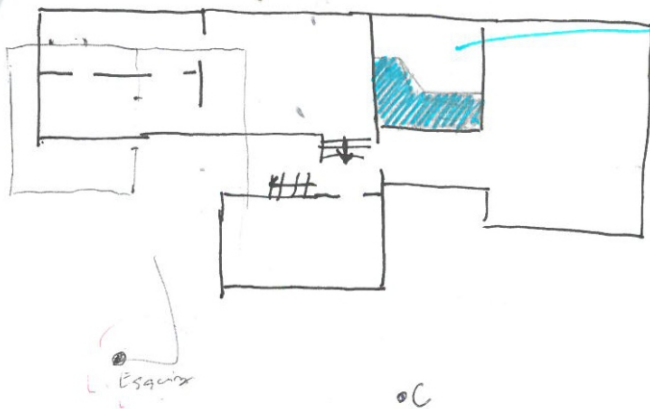
Domingos Fmha de Cima

Datas	Motivo do debito	Milho algs.	Trigo algs.	Centio algs.	Reijos algs.	Colondros algs.	Galinhass carros	Leña da poda	Dinheiro Rs.
1852 Setem. 29	Salto de Cima	100		8 3			2		
" " 1	Receita de 1851	110		8 3			4		
1852 Setem. 29	Receita de 1851	100		8 3			2		
1853 Setem. 29	Receita de 1852	100		8 3			2		
1854 Setem. 29	Receita de 1853	100		8 3			2		
1855 Setem. 29	Receita de 1854	100		8 3			2		
1855 " 1	" 1855	100		8 3			2		
1856 Setem. 29	Receita de 1855	100		8 3			2		
1856 " 1	" 1856	100		8 3			2		
1857 Setem. 29	Receita de 1856	100		8 3			2		
1857 " 1	" 1857	100		8 3			2		

Datas	Motivo do credito	Milho algs.	Trigo algs.	Centio algs.	Reijos algs.	Colondros algs.	Galinhass carros	Leña da poda	Dinheiro Rs.
1851 Setem. 29	Salto de Cima	100		8 3			2		
" " 1	Receita de 1850	110		8 3			4		
1851 Setem. 29	Receita de 1850	100		8 3			2		
1852 Setem. 29	Receita de 1851	100		8 3			2		
1853 Setem. 29	Receita de 1852	100		8 3			2		
1854 Setem. 29	Receita de 1853	100		8 3			2		
1855 Setem. 29	Receita de 1854	100		8 3			2		
1856 Setem. 29	Receita de 1855	100		8 3			2		
1856 " 1	" 1856	100		8 3			2		
1857 Setem. 29	Receita de 1856	100		8 3			2		
1857 " 1	" 1857	100		8 3			2		







casca do banheiro
LABORATÓRIO

Espaço

0 Piso

Divisão

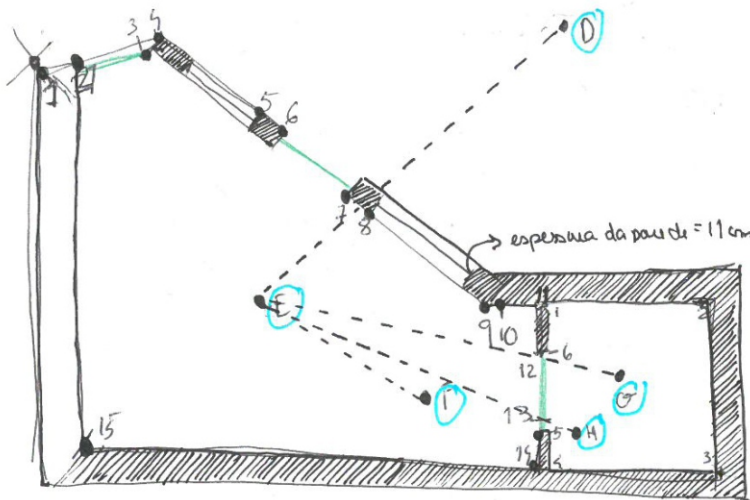
3 portas
2 janelas

Nº de Vãos | Portas

Nº de Janelas

Materiais - Parede
- Teto

25/03 data



E₁ F₁
E₂ ✓ F₂
E₃ F₃

→ mediu a casa do banheiro

→ espessuras da parede

E — H = 3,38
F — H = 1,17

F — G = 1,73
Esquina direita — G = 1,33

E F Pontos
— | — | — | — Base

Porta 1

esquina — E = 3,53 esquina — F = 6,14
D — E = 3,67 E — F = 2,60

Dist. E + E₁ = 1,30
Dist. E + E₂ = 1,28
Dist. E + E₃ = 1,72
Dist. E + E₄ = 1,72
Dist. E + E₅ = 1,88
Dist. E + E₆ = 1,83
Dist. E + E₇ = 1,96
Dist. E + E₈ = 1,19
Dist. E + E₉ = 1,93
Dist. E + E₁₀ = 2
Dist. E + E₁₁ = 2,32
Dist. E + E₁₂ = 2,69

casca do banheiro

Dist. E + E₁₃ = 3,23
Dist. E + E₁₄ = 3,39
Dist. E + E₁₅ = 2,83
Dist. — + — =
Dist. — + — =
Dist. H + H₁ = 1,3
Dist. — + H₂ = 2,05
Dist. — + H₃ = 1,73
Dist. — + H₄ = 1,61
Dist. — + H₅ = 1,52
Dist. — + H₆ = 1,79
Dist. — + — =

Dist. F + F₁ = 3,79
Dist. F + F₂ = 3,89
Dist. F + F₃ = 4,18
Dist. F + F₄ = 4,21
Dist. F + F₅ = 3,12
Dist. F + F₆ = 2,97
Dist. F + F₇ = 2,19
Dist. F + F₈ = 2,95
Dist. F + F₉ = 1,99
Dist. F + F₁₀ = 1,93
Dist. F + F₁₁ = 1,09
Dist. F + F₁₂ = 1,59

Dist. f + f₁₃ = 1,65
Dist. f + f₁₄ = 1,79
Dist. f + f₁₅ = 2,75
Dist. — + — =
Dist. — + — =
Dist. G + G₁ = 1,37
Dist. G + G₂ = 1,34
Dist. G + G₃ = 1,33
Dist. G + G₄ = 1,32
Dist. G + G₅ = 1,22
Dist. G + G₆ = 1,13
Dist. — + — =

casca do banheiro



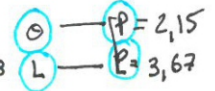
1 Piso

Nº de Vãos | Portas

Materiais - Parede
 - Teto

PN → 1 porta / 1 porta para a varenda
OP → 1 porta / 2 portas para a varenda.

OP → 1 porta / 2 portas para a varanda.


$$L \rightarrow \theta = 1,61$$
$$K \rightarrow 0 = 3,83$$
$$K - \pi = 2,35$$
$$L - M = 1,96$$
$$M - N = 2,815$$
$$K - N = 5,11$$

MN Pontos

—|— Base

Dist. 0 + 0.5 = 2.59

Dist. + ~~04~~ =

Dist. + 0.4 =

Dist. + 0.3 =

Dist. + 0.9 =

Dist. 7 + 610 = 617

Dist. + 911 =

Dist. 0 + 9.12 = 3.06

Dist. 0 + 0.13 = 3.72

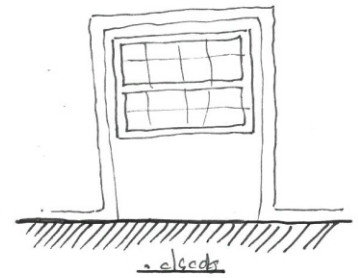
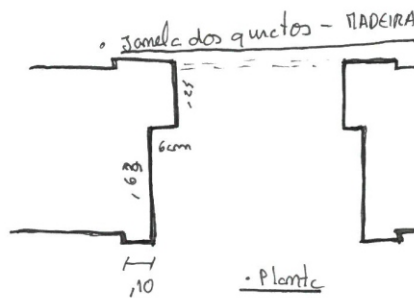
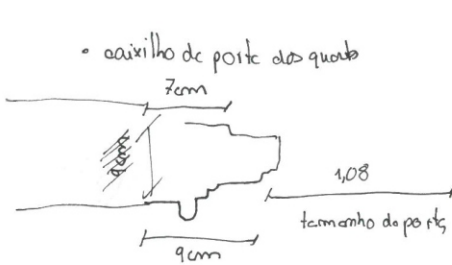
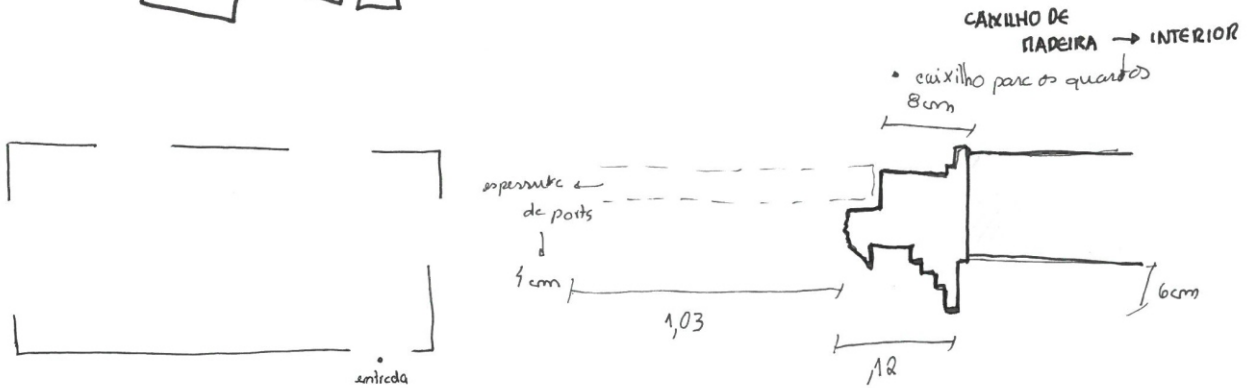
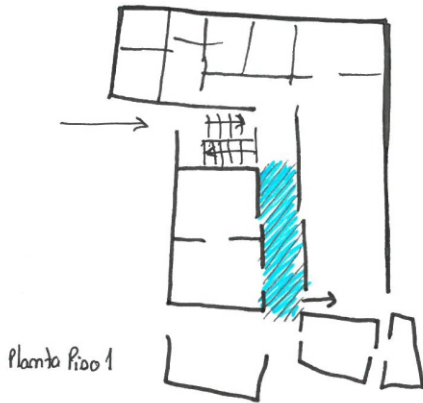
Dist. 8 + 0.16 = 3.16

Dist. $\theta + \theta_{11} = 2,69$

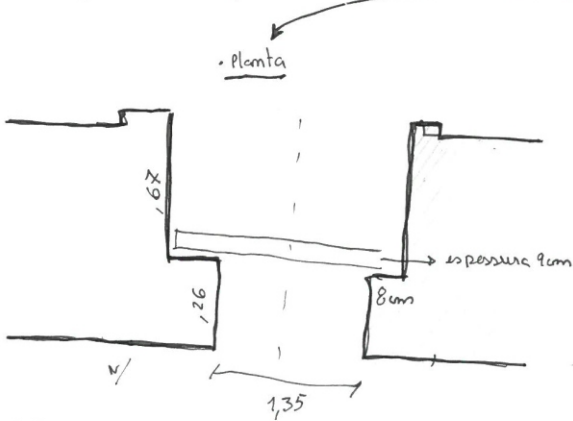
Dist. $\underline{J} + \underline{0.22} = \underline{2.78}$
 $\underline{0} = \underline{22}$

$$0_{23} = 78$$

corredor da casa Espaço
~~esquerda~~ direita
 1 Piso
 5 N° Portas
 N° Janelas
 Pé Direito
 12 abril data

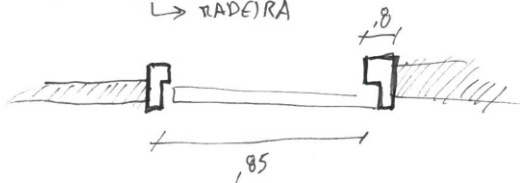


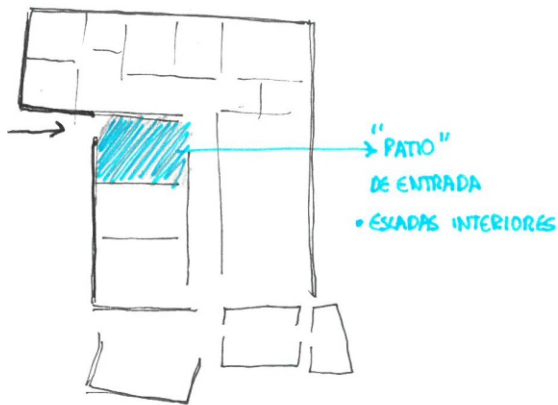
• porta para o exterior: capela



• porta para capela

↳ MADEIRA





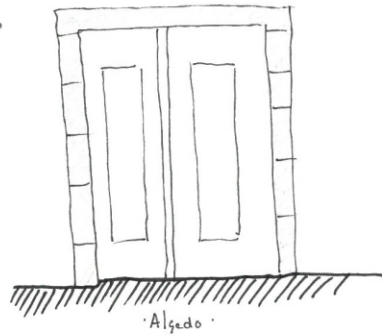
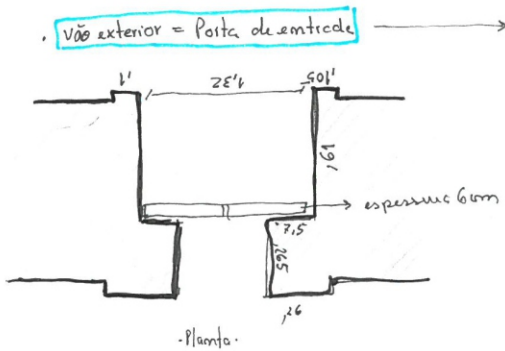
Entrada Espaço
escadas 0 Piso

3 Nº Portas

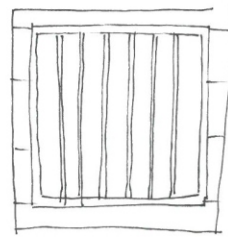
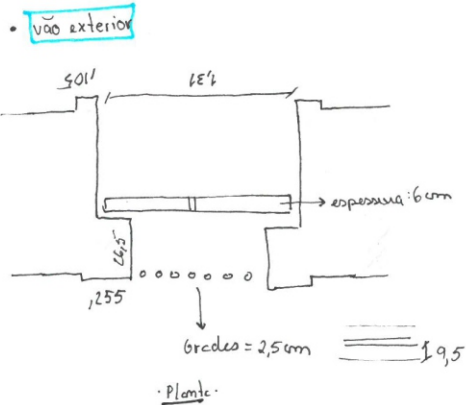
1 Nº Janelas

Pé Direito

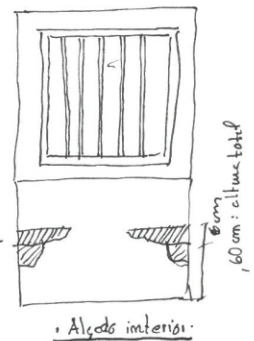
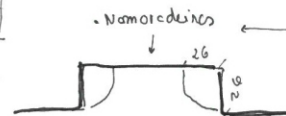
12 abril data



• 5 pedras
temperado : ,55

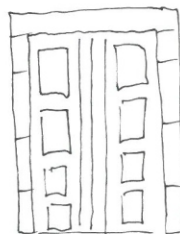
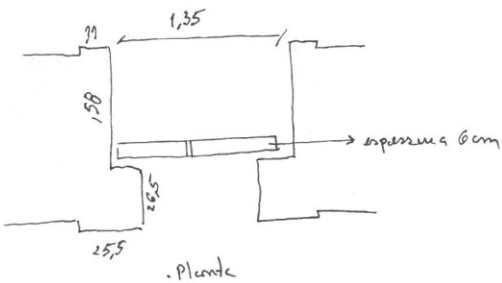


• 3 pedras
temperado : ,55



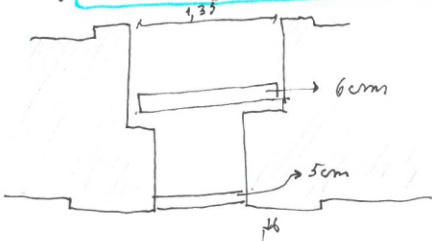
6 cm : altura total
60 cm : altura total

Vão interior → casa do lado esquerdo



Alçado exterior

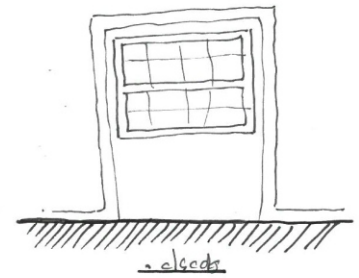
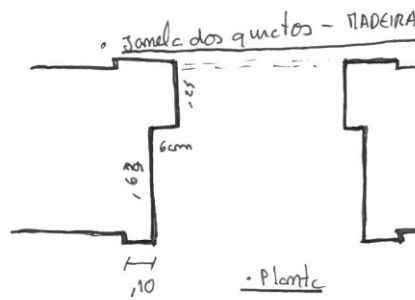
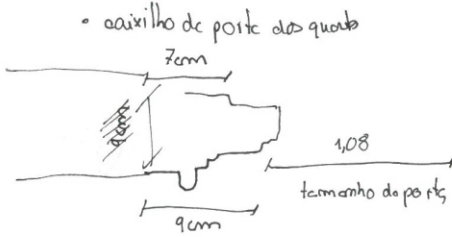
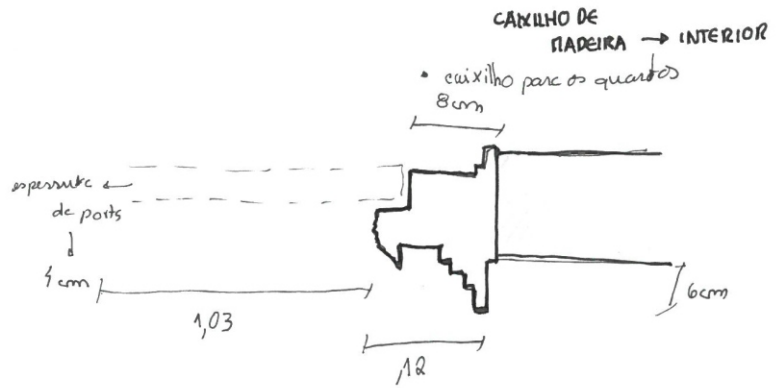
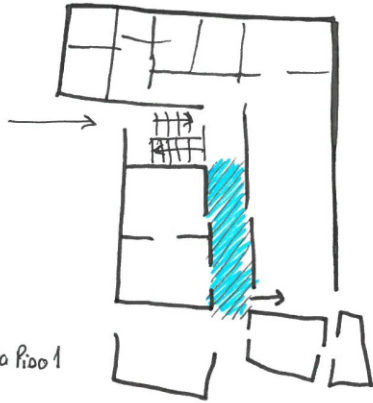
Vão interior → casa do lado direito



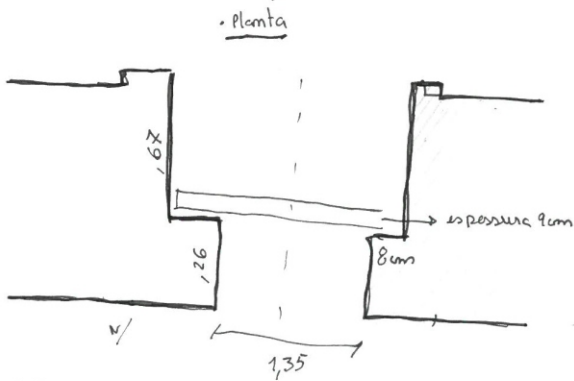
Alçado exterior

corredor da casa Espaço
~~esquerda~~ direita
 1 Piso
 5 N° Portas
 N° Janelas
 Pé Direito
 12 abril data

Planta Piso 1

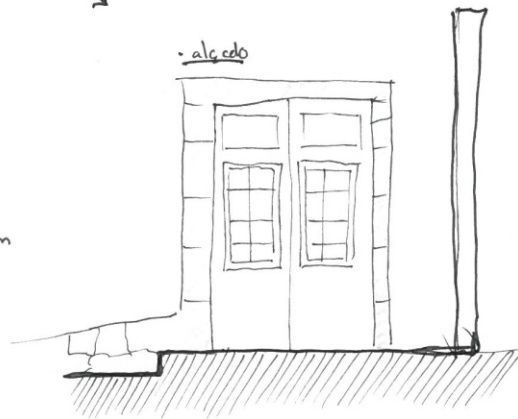


• Porta para o exterior: capela



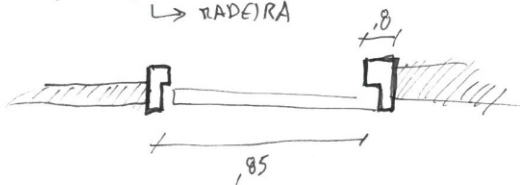
• Planta

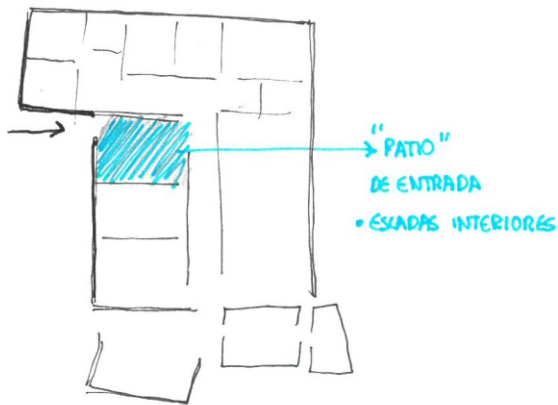
• alcoba



• Porta para capela

↳ MADEIRA





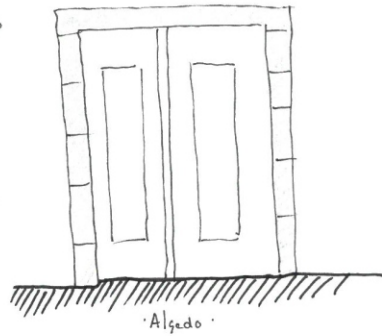
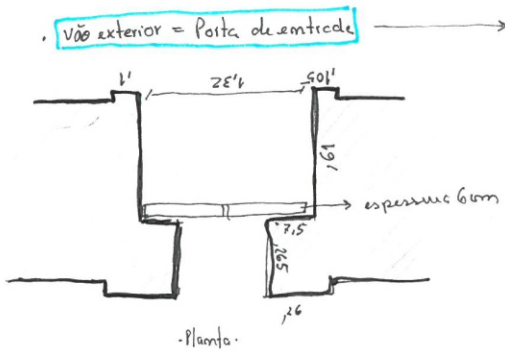
Entrada Espaço
escadas 0 Piso

3 Nº Portas

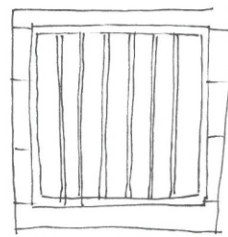
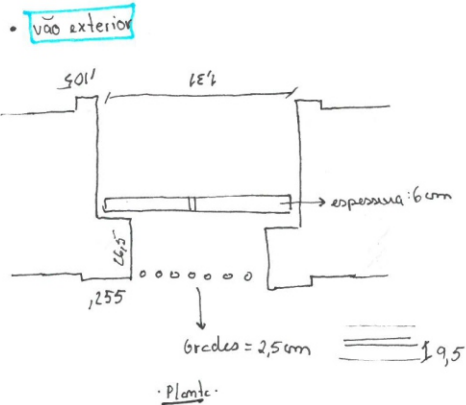
1 Nº Janelas

Pé Direito

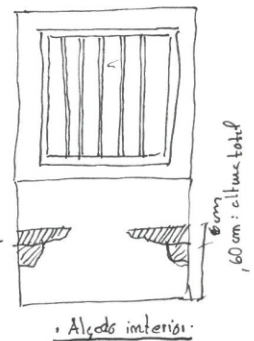
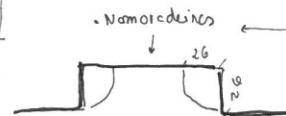
12 abril data



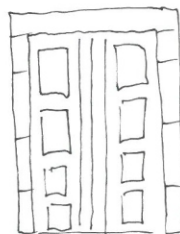
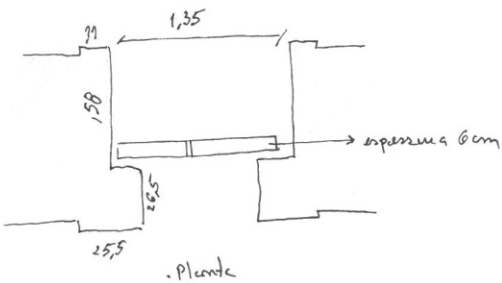
• 5 pedras
temperado : ,55



• 3 pedras
temperado : ,55

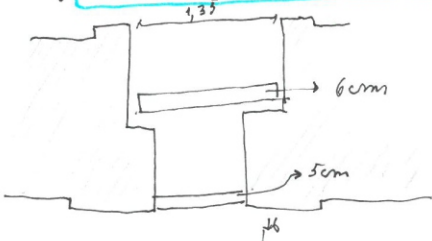


Vão interior → casa do lado esquerdo



Alçado exterior

Vão interior → casa do lado direito



Laboratório Espaço

0 Piso

2 N° Portas

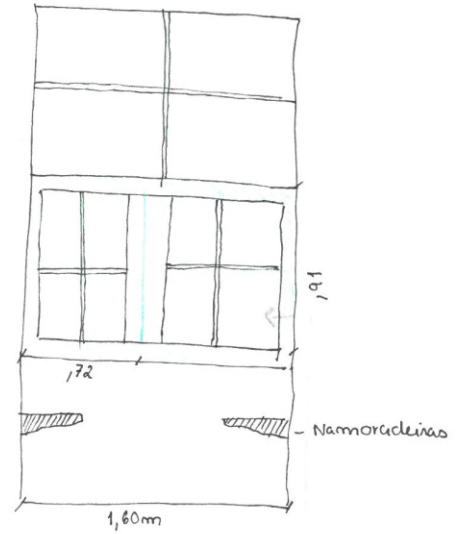
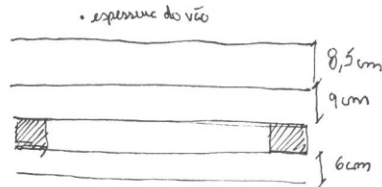
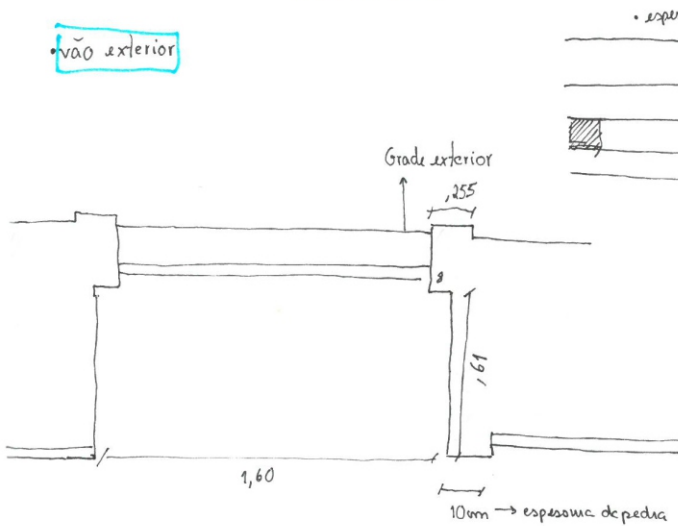
2 N° Janelas

3,05 Pé Direito

12 abril data



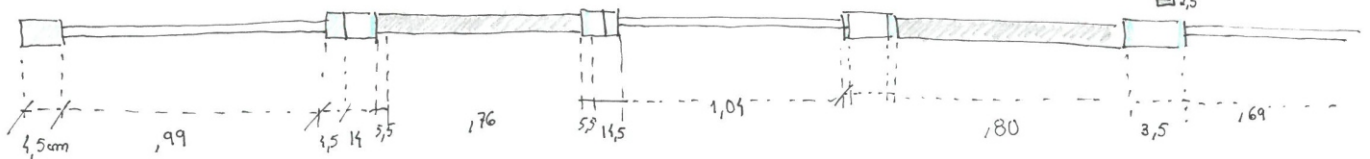
vão exterior



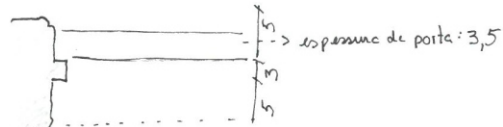
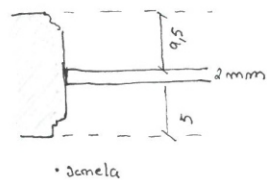
vão interior : Janela / Porta / Janela / Porta / Janela
• MADEIRA • ACRILICO

6 26 3 26 6 2,5 - Planta

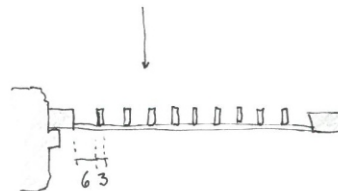
- alçado
3,5
35,5
6
2,5



• caixilho das janelas: 4,5cm
• caixilho da porta: 5,5cm

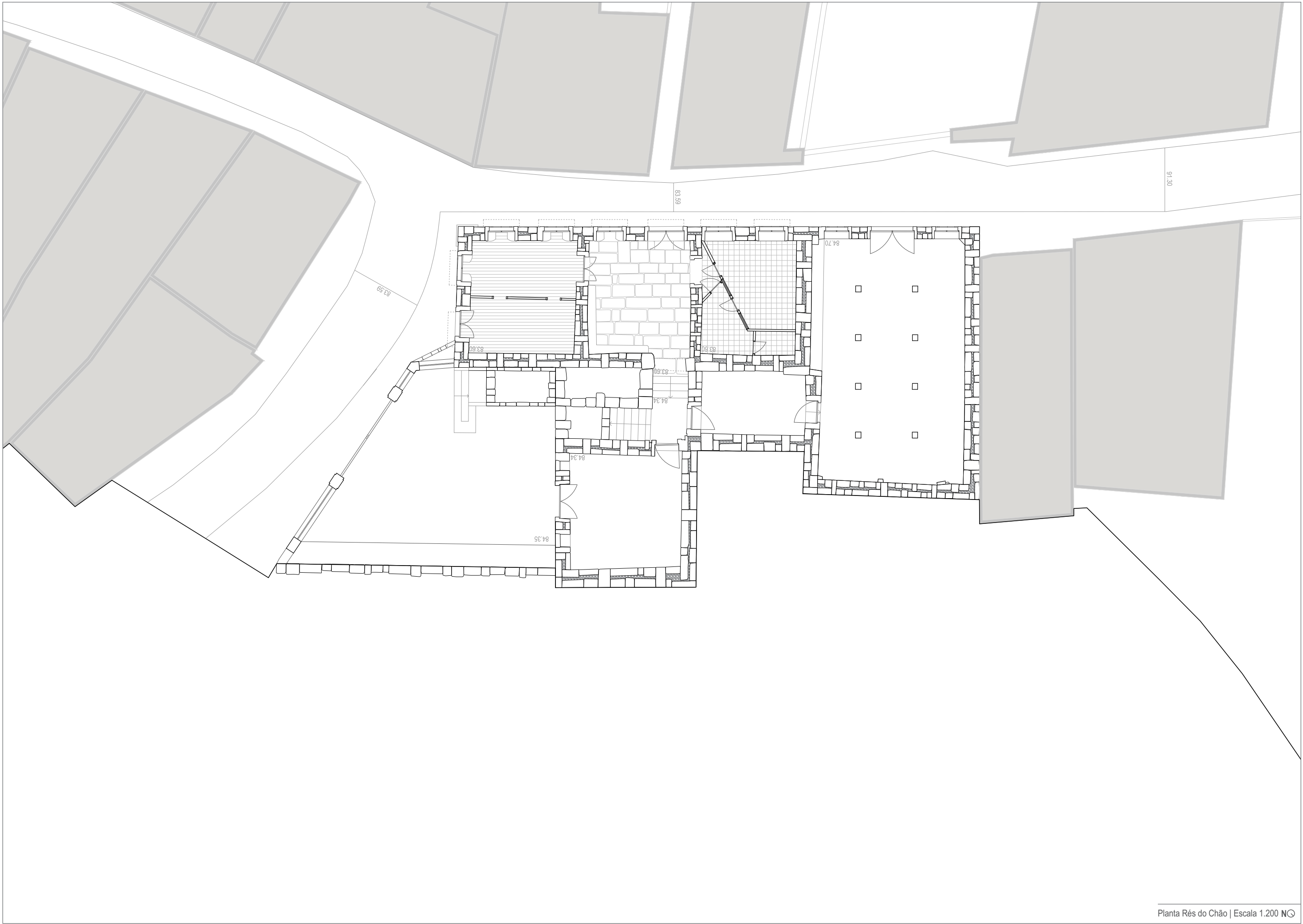


• Porta do meio

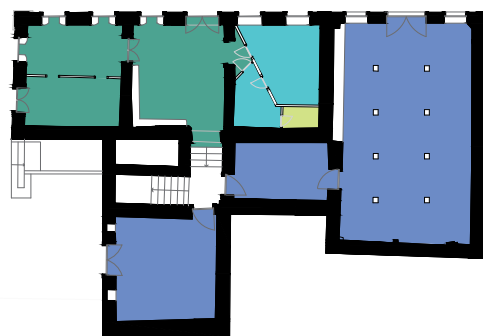


• Porta de acesso ao Laboratório

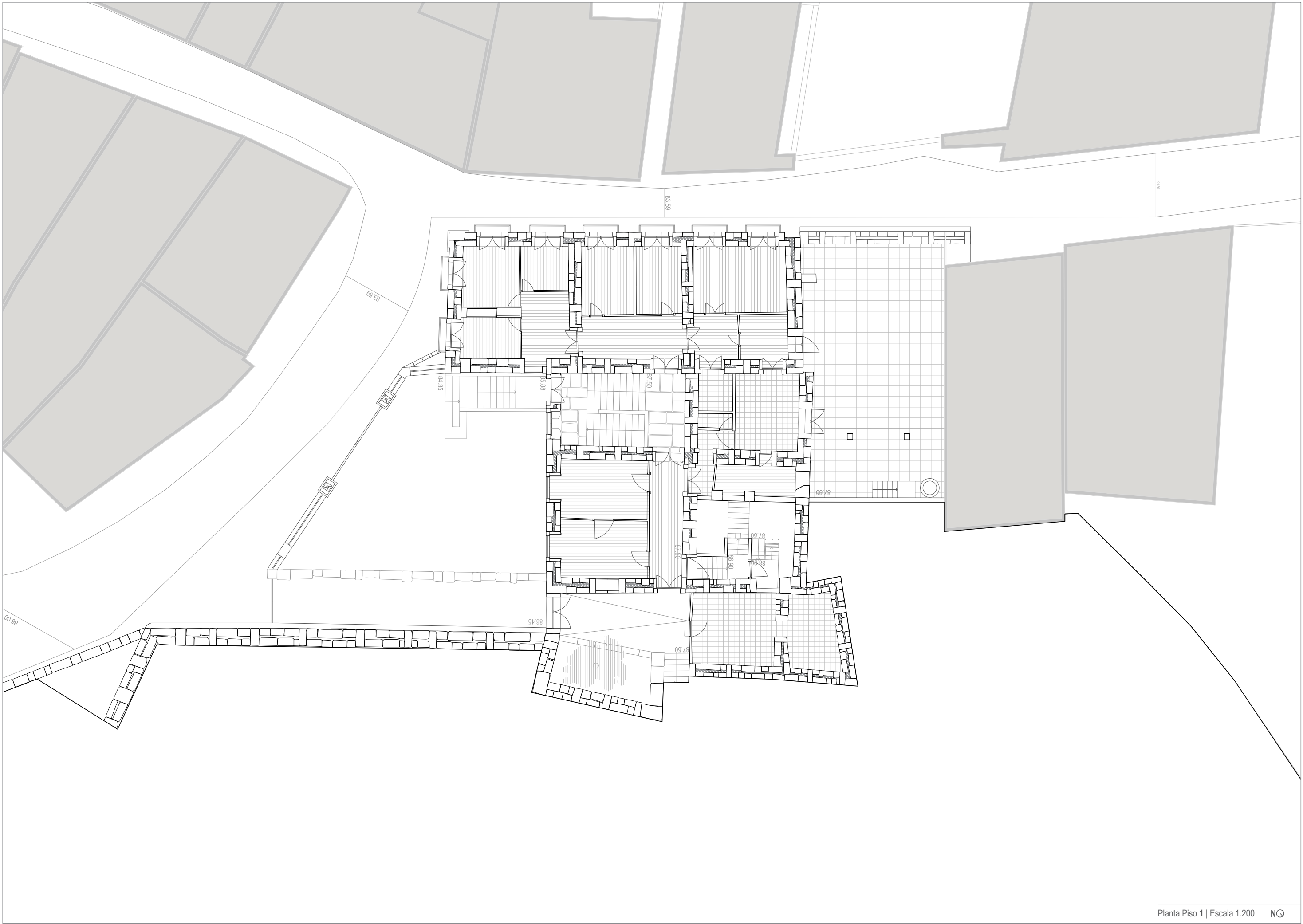
• mediana → compasso 6/3/6/3...



● Salas de Estar ● Laboratório ● Armazenamento ● WC



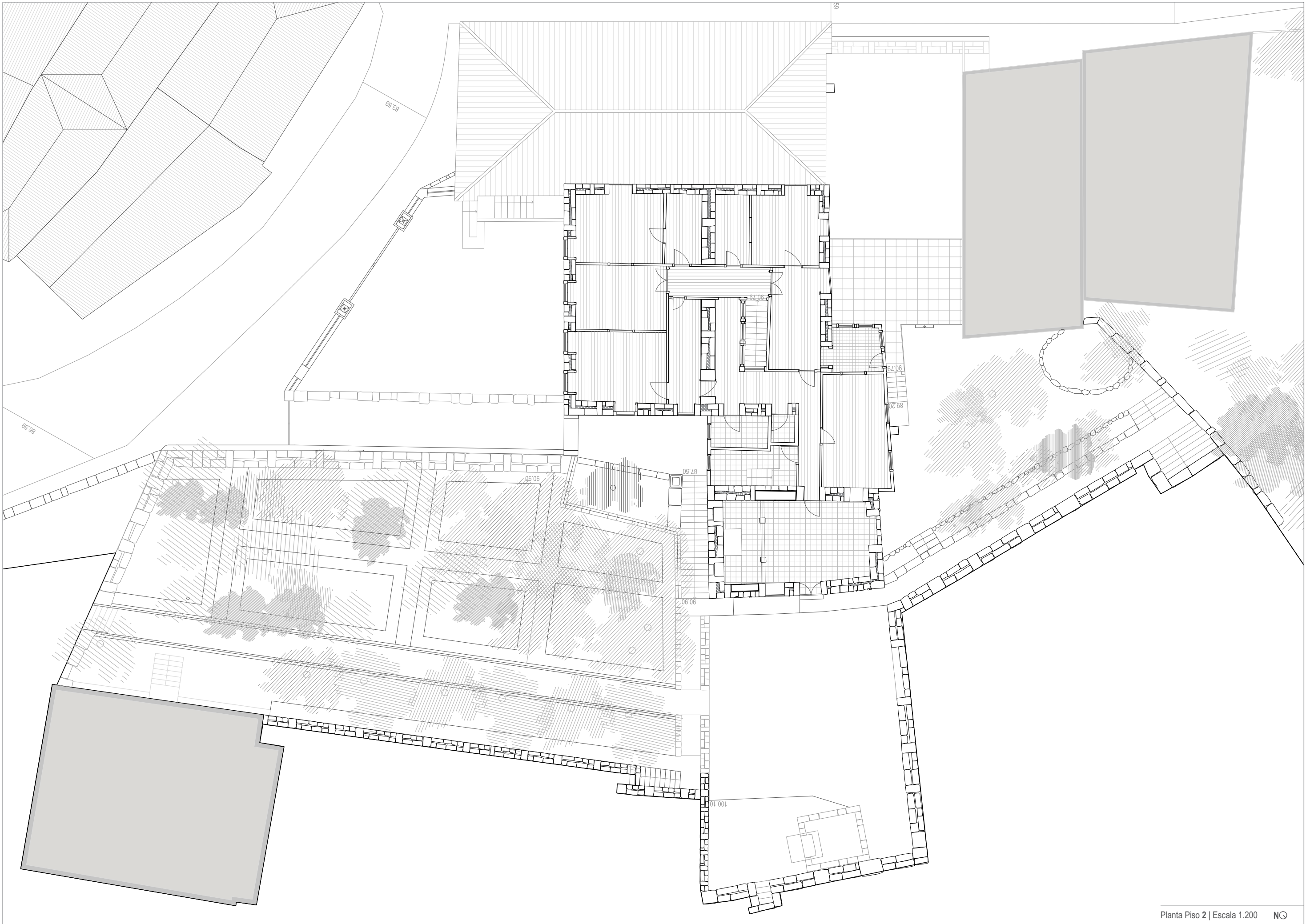
Piso Rés do Chão
1.500 N



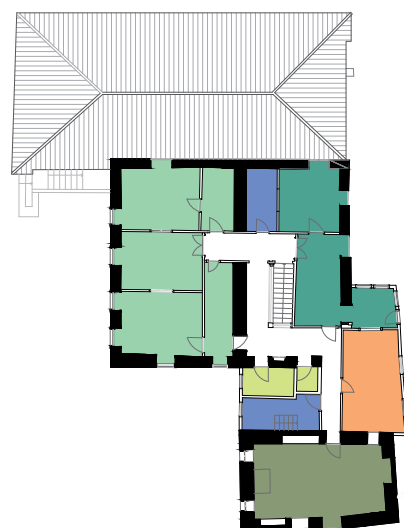
● Salas de Refeição ● Salas de Estar ● Quartos ● Armazenamento ● WC ● Cozinha



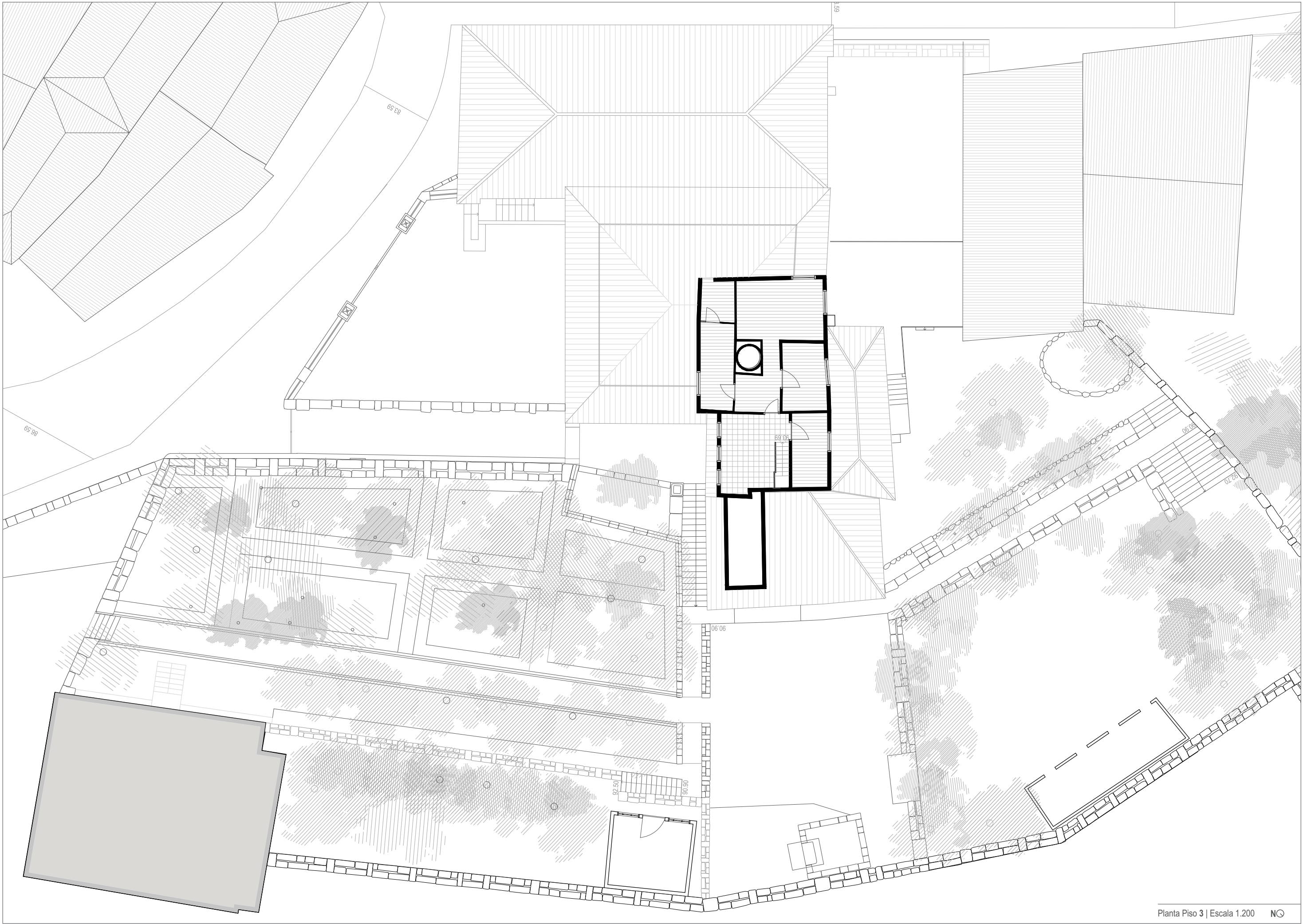
Piso 1
1.500 N



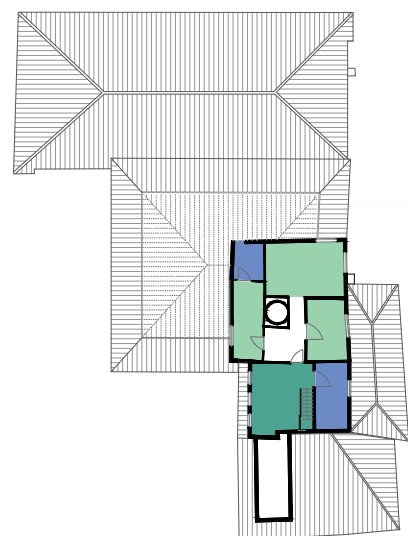
● Salas de Refeição ● Salas de Estar ● Quartos ● Armazenamento ● WC ● Cozinha



Piso 3
1.500 N

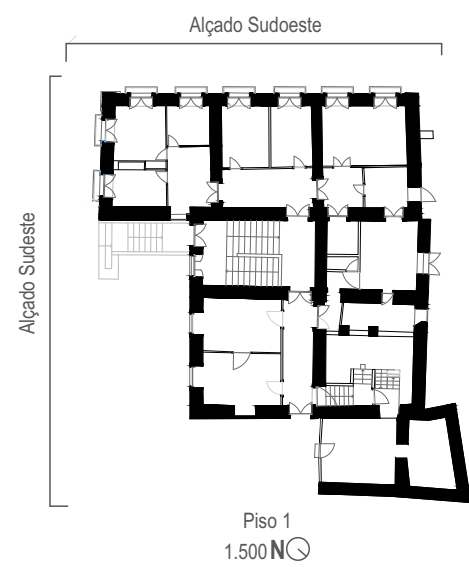


● Salas de Refeição ● Salas de Estar ● Quartos ● Armazenamento ● WC ● Cozinha



Piso 3
1.500 N







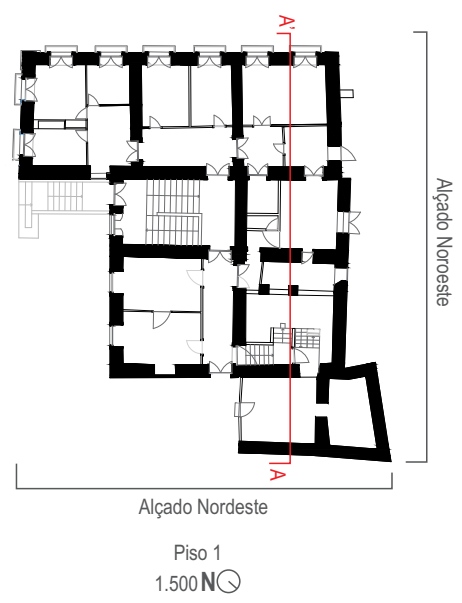
Alçado Nordeste | Escala 1.200



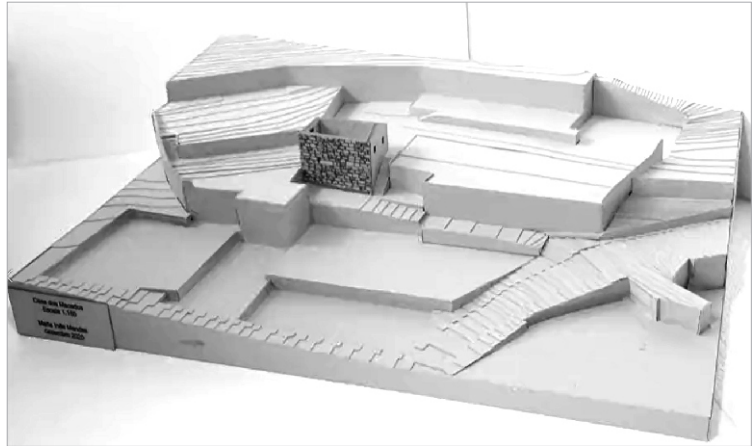
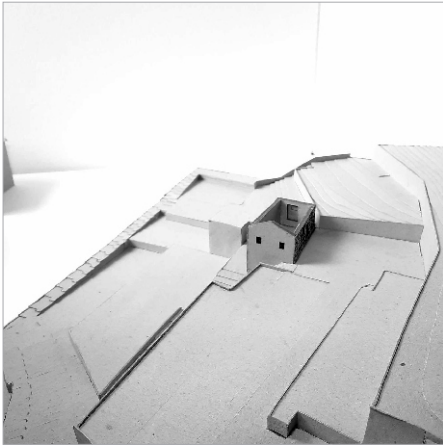
Corte AA' | Escala 1.200



Alçado Noroeste | Escala 1.200

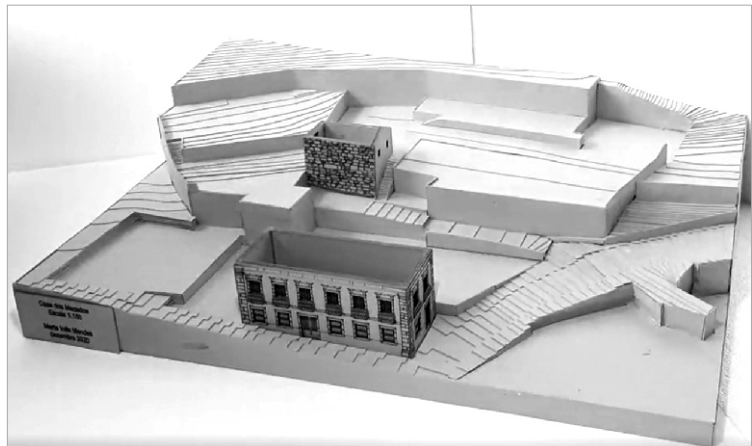
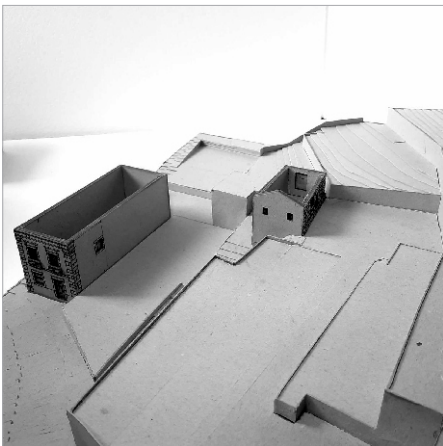


Fase 1

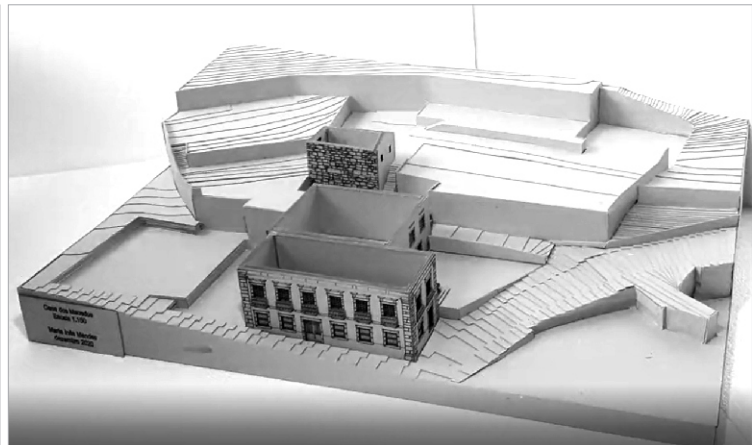
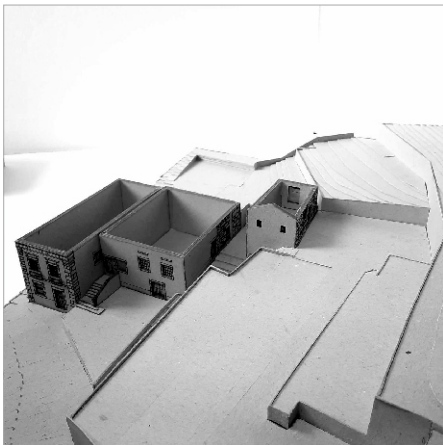


Fase 2

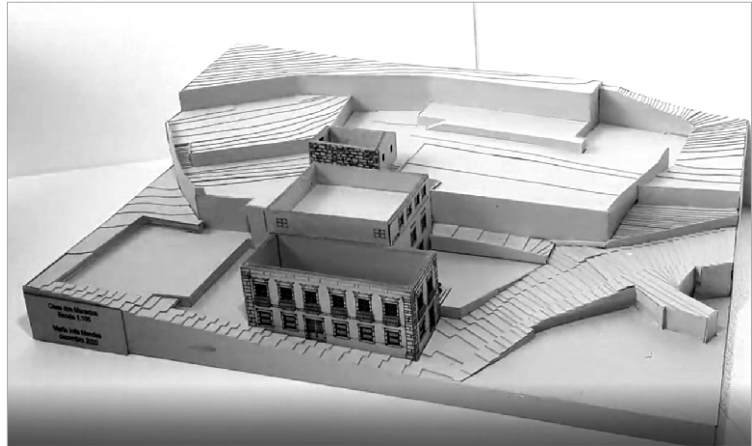
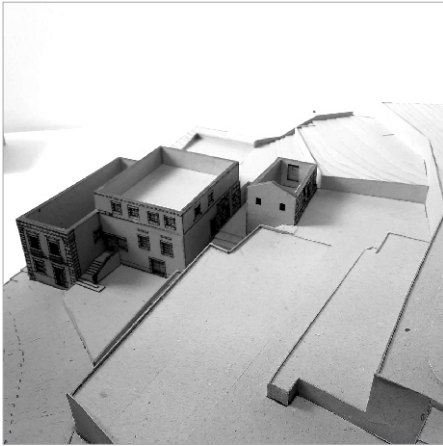
2.1



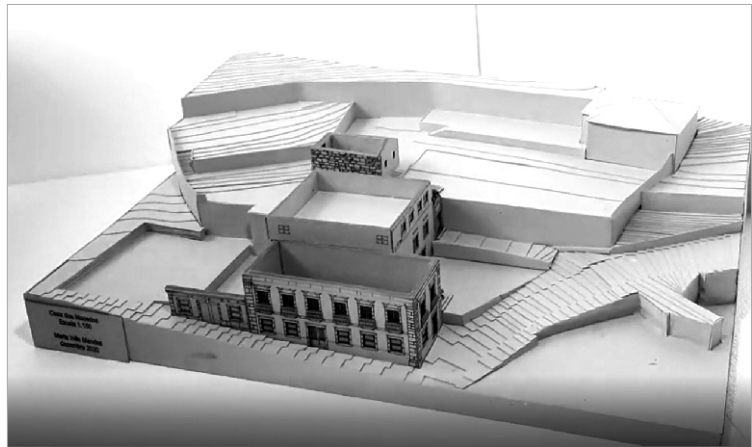
2.2



2.3



2.4



[245]

Fase 3

